FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

LEITURAS DE CABECEIRA

HISTÓRIA DOS POVOS

CIDADANIA & CULTURA

fernandonogueiracosta.wordpress.com
COSTA, Fernando Nogueira da
Leituras de Cabeceira: História dos Povos.
190p.

1 História. 2. Cultura. 3. Religião. I. Título.

330
C837l
Sumário

PREFÁCIO ........................................................................................................................................ 5

Parte I -
HISTÓRIA DE POVOS DO OCIDENTE ............................................................................................ 9

A Enxada e a Lança - A África Antes dos Portugueses ................................................................. 10
Francisco Félix de Souza, Mercador de Escravos ........................................................................ 12
O Alufá Rufino - Tráfico, Escravidão e Liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853) ........ 14
História da África e dos Africanos .................................................................................................. 21
Origem do Apartheid na África do Sul ............................................................................................ 24
Diáspora Negra: Africanos no Mundo ............................................................................................. 26
Processo de Descolonização da África ............................................................................................ 29
Perspectivas Africanas .................................................................................................................... 31
Genocídio em Ruanda: Malthus na África ...................................................................................... 34
Malthusianismo em Ruanda ............................................................................................................ 37
Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo .......... 40
Reação Fundamentalista Global à Cultura Moderna .................................................................... 42
Mythos e Logos: Dois Modos de Pensar, Falar e Adquirir Conhecimento ................................ 45
Fundamentalismo X Modernização ................................................................................................. 48
Ateísmo ou Novo Mythos dos Judeus ............................................................................................. 49
Muçulmanos: O Espírito Conservador em 1492-1799 ................................................................. 55
Cristãos: Admirável Mundo Novo (1492-1870) ............................................................................ 58
Religião e Contexto Mitológico ...................................................................................................... 60
Descolonização Norte-americana: Teologia de Ódio e Secularização da Política ...................... 62
Fundamentalismo Cristão Popular X Secularismo Elitista nos EUA ........................................ 65
Nascimento do Fundamentalismo Norte-americano ...................................................................... 68
Europa Secular ................................................................................................................................ 72
Religiosos e Secularistas: Empatia para a Difícil Arte da Tolerância Mútua ............................ 75
O Peso do Estado na Pátria do Mercado ......................................................................................... 76
Mudanças Estruturais dos Estados Unidos ..................................................................................... 81
Sociedade Norte-americana: Urbano-Industrial e Financeira .................................................... 84
O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860 ........ 86
Relação entre o Estado e o Desenvolvimento Econômico Americano ....................................... 90
Submissão ........................................................................................................................................ 93
História da Alemanha ..................................................................................................................... 98
A História é a mesma, mas os historiadores mudam................................................................. 106
Economia Alemã Contemporânea ................................................................................................. 109
Queda do Muro de Berlim descrita por Ken Follett em Eternidade Por Um Fio .................... 110

Parte II -
HISTÓRIA DE POVOS DO ORIENTE ........................................................................................... 124

Orientalismo - O Oriente como invenção do Ocidente ................................................................. 125
Uma História dos Povos Árabes ....................................................................................................... 129
O Mundo Muçulmano ..................................................................................................................... 135
Impérios Muçulmanos .................................................................................................................... 139
Islã no Tempo .................................................................................................................................. 142
Islamismo: relação com Judaísmo ................................................................................................. 144
Islamismo: relação com Cristianismo ............................................................................................ 147
Islamismo: Estado Religioso ............................................................................................................ 148
Discriminações Islâmicas Contra As Mulheres ........................................................................ 150
A leitura revela traços de personalidade? E se a leitura for plural, múltipla, diversa em termos de assuntos e ideologia? Expressa falta de personalidade ou pensamento múltiplo e tolerante com a diversidade?

Necessitamos ter empatia com outras pessoas - e os livros nos permite isso. Ao nos colocarmos no lugar dos outros imaginamos como eles se sentem naquela posição. Essa postura é favorável, seja à solidariedade e à cooperação, seja para fazer negócio com uma proposta boa para ambos: o comprador e o vendedor.

Cada qual tem suas preferências pessoais, mas se há critérios subjetivos para avaliar um livro, quando ele entra na memória afetiva e jamais sai, há também critérios objetivos para fazer uma resenha de um livro.

O método para escrever resenhas, aprendido com um mestre e transmitido para meus alunos, tem quatro passos:

• Primeiro, contextualize o livro dentro de algum debate, mostrando qual é o “estado-da-arte”.

• Segundo, resuma o dito por o(s) autor(es) em suas próprias palavras, sem nenhum adjetivo.

• Terceiro, confronte a segunda parte com a primeira, isto é, mostre o avanço do autor em relação ao debate.

• Quarto e último, conclua avaliando o que ele poderia ter avançado e não o fez. Desse modo, o autor da resenha apresenta sua contribuição original ao debate. Só!

Ao se aproximar a data do nono aniversário do meu blog pessoal, surpreendentemente, constatei ter publicado trezentos e trinta artigos-resenhas. Ele me incentivou a leitura e o compartilhamento de minhas impressões a respeito de livros. Estes dividem com a música e o cinema minhas preferências de lazer. Sim, há tempos descobri o modo profissional de fazer o que faria de graça (ler) e ainda me pagarem por isso!

Misturo fazer e lazer: gosto de compartilhar tudo apreciado por mim. Vou aprendendo com a vida - e as leituras - e devolvo à sociedade, isto é, para quem quiser ler, o aprendido a partir de ensino público gratuito.
O blog se tornou um grande banco de dados e informações. Uso-o para organizar aulas e palestras. E, agora, livros. Podem ser úteis para alguém estudar.

Receio perder a memória... Por isso registro por escrito meus comentários sobre os livros lidos. Seu compartilhamento é um trabalho de voluntariado social.

Resolvi fazer coletâneas com as diversas resenhas postadas. Nomeei “Leituras de Cabeceira” pelo meu hábito de ler sempre antes de dormir. “Cabeceira” é um substantivo feminino sugestivo de metáforas válidas para o sentido da coletânea:

1. em sentido lato, lado, parte ou extremidade de algo que corresponde à cabeça, a frente, a dianteira
2. p.ext. topo, extremidade ou parte mais alta
2.1. extremidade de uma mesa retangular ou oval
2.2. posição ou lugar de maior destaque, junto à mesa de uma refeição ou reunião, ou o que é ocupado pela(s) pessoa(s) mais importante(s)
3. (1546) parte da cama em que se repousa a cabeça, ao deitar-se
4. travesseiro, almofada para apoiar a cabeça
4.1. p.ext. qualquer outro objeto feito ou us. para apoiar a cabeça durante o sono
5. parte do local da sepultura correspondente ao lado para o qual está voltada a cabeça do morto
6. p.ext. lápide colocada, ger. em posição vertical, nesse lugar, contendo inscrições acerca do defunto
7. início, ou os primeiros itens, de uma lista, rol ou relação
8. arq local no interior de uma igreja, ger. de forma semicircular e mais elevado que os outros recintos, situado na extremidade da nave principal, onde se encontra o altar-mor
9. enc m.q. cabeçada (no sentido de ‘cordão ou debrum’)
10. gráf m.q. cabeça (no sentido de ‘as primeiras linhas’)
11. (1710) B nascente de um rio, riacho; local em que está situada ou a região circunvizinha (mais us. no pl.) o rio é pequeno e seca nas suas c.
12. B conjunto das melhores reses, mais crescidas ou desenvolvidas, de uma boiada (mais us. no pl.)
13. B numa boiada, tropa ou rebanho, os animais que seguem à frente

14. PA (Marajó) parte do campo onde pasta o gado, distante do prédio principal da fazenda

15. etn; MA no bumba meu boi, toada ou cantiga executada pelo amo

16. MT trecho de mata coberto com buritis e onde há nascente(s) de rio(s) ou córrego(s)

Como substantivo masculino (1557):

17. chefe, líder, comandante, dirigente; cabeça

18. B (reg.) vaqueiro que segue à frente da boiada ou ao lado da parte dianteira desta, logo atrás do guia e tange os animais

O “livro de cabeceira” é aquele de leitura inesquecível ou memorável. Renovaremos sempre o interesse antes vivenciado com uma releitura de seu conteúdo através de uma breve resenha. Aqui, além das minhas, compilarei resumos e artigos-resenhas de outros autores, publicados na imprensa, e adequados ao uso didático.

Essa coletânea, um guia (ou amostra) de sugestões para leituras dos originais, é composta pelos seguintes volumes por ordem alfabética:

* Arte de Comunicar
* Arte do Roteiro
* Biografia e Futebol
* Ciência e Filosofia da Mente
* Economia
* Economia Mundial
* Finanças
* História do Brasil
* História dos Povos
* História Geral
* Política
* Sociologia e Comportamentos
Em *Leituras de Cabeceira*, o ensinamento básico a ser lembrado estará sempre à mão, no *iPad* ou *tablet*, para consultas e leituras oportunas. Quem quiser baixá-lo, clique em: [https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/obras-quase-completas/](https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/obras-quase-completas/)

Seus leitores terão a oportunidade de trocar impressões com outras pessoas, incentivando ao interlocutor o avaliar. Se essa leitura for realizada com inteligência e maturidade, devido à seleção de autores produtores de reflexões sábias, a pessoa será incentivada a ser melhor - e mais culta.

Então, indicar leituras de certos livros tem papel educativo. O mundo será melhor com maior escolarização da população e formação de leitores.

Este é o propósito de organizar essa série de coletâneas com as resenhas publicadas no blog *Cidadania & Cultura*: colaborar para a formação de cidadãos completos, conscientes tanto de seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos, quanto da necessidade do cumprimento de seus deveres éticos e democráticos. Aliás, *estudar não é um direito a ser exercido ou não, mas é sim uma obrigação de todo cidadão!*

Eu me apresento aqui como quem compila. O compilador enfeixa, em uma única obra, textos, documentos e extratos provenientes de origens diversas. Em sentido pejorativo, acusa-se o compilador de ser um indivíduo cuja tarefa é meramente estruturar um texto sem interesse por se tratar de mero empréstimo de ideias ou passagens de outros autores ou de outras obras. Parodiando Lavoisier, “no processador de texto nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. No entanto, graças a esses sistemáticos estudos de obras de outros autores, ao longo de minha vida, pude escrever com criatividade alguma reflexão própria.
Parte I -
HISTÓRIA DE POVOS DO OCIDENTE
Quando descobri o Brasil - sim, Cabral e portugueses conquistaram o território dos nativos, brasileiros e eu descobrimos o que outros inventaram... Na verdade, desde que o ícone da geração 80, Renato Russo da Legião Urbano, indagou “Que País é Este?”, sacamos que De Gaulle mandou ver bem: “Brasil não é País para amador!” Em outras palavras, nós, os brasileiros, somos compromissados a estudá-lo (e vive-lo) muito, para entende-lo. “Pra começar”, entender a África. Nenhum autor brasileiro ajuda mais nisso do que o Costa e Silva, o literato, não o general. O País seria melhor com literatos no lugar de generais em sua história.

Rachel Bertol (Eu & Fim de Semana - Valor, 16/09/11) entrevistou Alberto da Costa e Silva, poeta, ensaísta, historiador, diplomata e membro da Academia Brasileira de Letras. Aos 80 anos, está publicando o terceiro volume de memórias.

A vida extraordinária do poeta, ensaísta, historiador e diplomata, que comemorou 80 anos recentemente, seria tema para uma vasta coleção de livros. Parte dessas histórias encontra-se em "A Invenção do Desenho - Ficções da Memória", que a Nova Fronteira acaba de reeditar, com nova introdução do historiador José Murilo de Carvalho. O livro retrata 15 anos da vida de Costa e Silva, desde os tempos da mocidade até o período em que se tornou diplomata em Lisboa.


Alberto da Costa e Silva moratória em apartamento do bairro de Laranjeiras, no Rio, repleto de esculturas africanas e belos quadros. O imortal (e ex-presidente) da Academia Brasileira de Letras conta sua epopeia africana. Costa e Silva foi embaixador na Nigéria e na República do Benim. Sua obra é pioneira ao despertar no país um interesse renovado pela região. A relação dos brasileiros com a África é marcada por um distanciamento, que Costa e Silva aponta na obra de autores que falam de negros e escravos, como Gilberto Freyre e Castro Alves.

"A Enxada e a Lança" é um clássico no estudo de África. Quando a Nova Fronteira o publicou, perguntava-se quem iria ler um livro sobre história antiga da África. Mas o livro teve muito boa aceitação. E também sua
continuação, "A Manilha e o Libambo - África e a Escravidão, de 1500 a 1700". Neles, ele trata de toda a África subsaariana, que alguns autores chamam de África negra. Isso porque sempre tive a impressão de que o Magrebe, a Líbia e Egito, estando no continente, pertencem ao Mediterrâneo. Sua história é a do Mediterrâneo.

Ele dá enfoque especial às áreas que tiveram importância na história do Brasil, que não começa com Pedro Álvares Cabral, mas com as grandes migrações ameríndias, com dom Afonso Henriques em Portugal, com a invenção do ferro em Nok, na África, e com a expansão dos bantos. O Brasil é resultado de três histórias. Sempre lhe impressionou que uma dessas fontes fosse tão mal estudada.

Quando ele tinha 15 anos, leu "Casa-Grande & Senzala", e foi uma revelação. Freyre punha o negro não mais como um problema do Brasil, mas como sua essência. Mas o livro lhe chamou a atenção também pelas coisas que não diz. Quase todos os estudiosos do negro no Brasil não enxergavam nele toda sua vestimenta cultural africana, inclusive Freyre. Não se tinha estudado a cultura tradicional do negro na África, para explicar, por exemplo, por que alguns deles nunca vieram para cá. Seu interesse pelo assunto começou quando ele era rapazola. Mas o material disponível a respeito era mínimo.

Costa e Silva achou muito material em sebos e bibliotecas. Foi formando sua história particular da África, sem pensar em escrever a respeito. Era uma espécie de vício secreto, de paixão não confessada. Foi pela primeira vez à África nos últimos dias de setembro de 1960, como diplomata, para participar das comemorações da independência da Nigéria. Foi um deslumbramento. Teve a impressão de estar num quadro do Renascimento italiano. Seu terno escuro e a gravata pareciam uma roupa humilhante diante das túnicas, das togas, das roupas rendadas, dos veludos, das roupas daqueles que lhes aguardavam no aeroporto. E havia, além dos trajes, a riqueza das pessoas nas ruas, do comportamento. Era curioso, por que, de certa forma, era o Brasil do Debret, e algo mais, com o perfume do Brasil. Representando o Itamaraty, conheceu países como Etiópia, Sudão, Senegal, Togo, Gana, Costa do Marfim, Camarões, Gabão, Angola, Quênia...

Em meados dos anos 1970, em Madri, na casa de amigos, ele estava batendo boca com o Carlos Lacerda sobre Angola, e ele lhe disse que Costa e Silva tinha obrigação de escrever sobre África. Segundo ele, era o único brasileiro com ideias precisas sobre o continente. Pouco depois iniciou o livro. Quando foi nomeado embaixador em Lagos, na Nigéria, o livro avançou muito. Era um país fascinante, com culturas sólidas, onde o diálogo com o Brasil tinha importância histórica. Havia um bairro brasileiro na cidade, uma associação de descendentes de brasileiros, uma mesquita brasileira etc. Sua
mulher, Verinha, oferecia o vatapá brasileiro acompanhado do prato que lhe deu origem.

Ele esteve na África na mesma época mais ou menos que pesquisadores como Pierre Verger e Jean Rouch. E a imagem, literalmente, que se faz da África no século XX deve-se muito ao trabalho deles. Havia a sensação, como essas imagens deixam transparecer, de lidar com algo ainda intocado. Hoje, em Angola, não vemos mais nas ruas as pessoas falando francês do século XIII, mas a catedral se mantém no mesmo lugar. E, apesar de tudo, ainda que disso as pessoas não tenham consciência, elas preservam na estrutura mental a lembrança do que foram seus ancestrais.

Havia, de fato, a ideia de algo intocado, embora não fosse puro. A realidade africana ainda se apresentava com as roupagens diferentes das nossas. Era um campo onde se descobriam novas coisas todos os dias. Pela primeira vez, naquela geração e na que lhe foi imediatamente anterior, sabíamos que a África tinha uma história.

Ele conseguiu se desvencilhar um pouco da história da África, para se dedicar à redação das suas próprias memórias, quando foi removido para a Colômbia, e encontrou na rua um rapaz vendendo siriguela, uma frutinha que ele comia muito quando menino. Viu que ninguém mais sabia dessas coisas e resolveu escrever “Espelho do Príncipe”, seu melhor livro de acordo com sua opinião, com as memórias da sua infância. Lá explica o que é taperebá, cabiçulinha, como era a vida no sertão do Ceará e em Fortaleza, onde viveu dos seus 3 aos 14 anos. Mas nunca deixou de escrever sobre África, porque lhe pediam conferências e artigos, material que ele reuniu no livro “Um Rio Chamado Atlântico”.

Eu (Fernando Nogueira da Costa) o li, assim como “Francisco Félix de Souza”, a história de um baiano recém-chegado à África sem um tostão e em pouco tempo ter se tornado um poderoso chefe africano e um dos maiores mercadores de escravo da história, ficando conhecido como um mito, o Chachá. Alberto da Costa e Silva descreve o ambiente social em que ele viveu e também como funcionava, no outro lado do Atlântico, o tráfico de escravos.

Francisco Félix de Souza, Mercador de Escravos

Francisco Félix de Souza, ou Chachá, alcunha mais tarde transformada em título, foi o baiano, filho de português com índia, emigrante para a África, onde construiu fortuna com a venda de escravos para o Brasil. Segundo o cálculo de especialistas, a fortuna que fez com o tráfico chegou a US$120 milhões em valores de meados do século XIX.

Mais do que contar a história de um homem que hoje é tratado como mito na África, Alberto da Costa e Silva (*Francisco Félix de Souza, Mercador de Escravos*. Rio de Janeiro, EDUERJ-Editora Nova Fronteira, 2004, 207 páginas) traça retrato detalhado e fascinante do que era a África na primeira metade do século XIX.

Em “*Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*”, Alberto da Costa e Silva dá vida à história de um dos mais importantes traficantes de escravos do século XIX. O brasileiro, tendo chegado à África sem um tostão, em pouco tempo tornou-se poderoso chefe africano e um dos maiores mercadores de escravos. Mestre de comércio fundado na violência e na crueldade, era, contudo, tido, mesmo por seus adversários, como homem generoso e desprendido, padrinho, líder e protetor dos ex-escravos retornados do Brasil ao se instalarem na costa africana. Além de contar a história desse homem visto como um mito, Alberto da Costa e Silva traça retrato fascinante da África do século XIX.

O brasileiro Francisco Félix de Souza, o Chachá, foi o maior mercador de escravos e um dos homens mais ricos de seu tempo, isto é, na primeira metade do Século XIX. Apesar de sua profissão, ele foi admirado (e temido) por europeus e até mesmo por africanos.

Comerciante de escravos africanos. Francisco Félix de Souza, alcunhado Chachá de Ajudá, nasceu em Salvador, Bahia, provavelmente em 1754, filho de pai branco e mãe indio/mestiça. Foi para a África, não se sabe se por desterro, fuga ou voluntariamente. Morou em Badagry e em Popô Pequeno (ou Anexô), casando-se com Jijibu, filha de Comalangâ, rei de Gliji. Em 1800 estabeleceu-se na Costa dos Escravos, no Golfo de Benin. Foi feito guardalivros do forte de São João Batista de Ajudá, pertencente aos portugueses, no reino do Daomé (atualmente território da República do Benin).

Iniciou sua fortuna comercializando cativos de guerra. A escravização nas nações negras africanas ocorria, inicialmente, contra prisioneiros de guerra. Outras opções dos vencedores eram a execução e a mutilação. Considerando os custos de alimentar-se prisioneiro inativo dentro da realidade tecnológica da época, as opções de mantê-los cumprindo pena ou de simplesmente soltá-los (com a possibilidade de rearmarem-se e voltarem ao combate) não eram consideradas.
Posteriormente, porém, foi havendo certa inversão: os prisioneiros escravos, em vez de serem produtos secundários de conflitos, passaram a ser o objetivo de vários deles. Essa caça era promovida pelos comerciantes brancos “negreiros” com a cumplicidade de tiranos negros locais.

A clientela de Chachá era formada principalmente por comerciantes brasileiros e europeus. Sua atividade de intermediação entre estes e a população local era facilitada por sua capacidade excepcional em aprender idiomas. O comércio de escravos não se dava tanto pela troca por dinheiro; grande parte das transações ocorriam em trocas por mercadorias. Chachá desenvolveu, assim, conjuntamente com o comércio de escravos africanos, sistema de créditos, firmada na sua fama de honesto: “comerciante de carne humana: sim; mentiroso: não”.

Consta que certa vez foi se queixar pessoalmente ao rei do Daomé, Adandozan Francisco, um de seus fornecedores de escravos, por este ter faltado ao pagamento que lhe devia. Irado com a forma grosseira como considerou o modo de Chachá dirigir-se a ele, mandou prendê-lo e mergulhá-lo de tempos em tempos em barril com índigo a fim de que escurecesse a pele e perdesse a “petulância de branco”. Na prisão, entre um “bronzeamento” e outro, Chachá criou grande amizade com o príncipe daomeano Gapê, que ajudou em sua fuga.

Desde então, Chachá passou a fornecer mercadorias e armas de fogo a Gapê, levando à deposição de Adandozan. Gapê passou a reinar com o nome de Guezo, dando a Chachá título de nobreza, riquezas e o tornando seu único agente comercial, o que praticamente o deu a Chachá o monopólio sobre o comércio de escravos local.

Residia principalmente em Singbomey, futuro local do Bairro Brasil, com suas várias mulheres e mais de sessenta filhos, talvez, mais de cem. Sua principal preocupação era a repressão britânica ao tráfico, desde 1816. Faleceu em 8 de maio de 1849, aos 94 anos.

O Alufá Rufino - Tráfico, Escravidão e Liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)

A vida de Rufino José Maria, escravo liberto que passou a integrar o tráfico negro, ressalta o uso ambivalente da escravidão na segunda metade do século 19, tanto para a busca da hegemonia britânica, em nome do antiescravismo, como para a construção da identidade brasileira, em torno de ideias escravistas e anti-imperialistas. Rafael Marquese escreveu bela resenha, publicada em Folha de S. Paulo (14/11/10), do livro lançado recentemente. Transcrevemos abaixo.
“Ainda que não seja tão usual como nas "ciências duras", o trabalho colaborativo em ciências sociais revela, em seus diversos campos, uma longa história de sucessos. É o caso do notável banco de dados sobre o tráfico transatlântico de escravos elaborado por um grupo internacional de historiadores nas últimas três décadas, disponível em slavevoyages.org.

Em "O Alufá Rufino - Tráfico, Escravidão e Liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)" [Companhia das Letras, 488 págs.], João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, três dos maiores especialistas na escravidão brasileira, juntaram-se numa empreitada que, ao narrar uma trajetória de vida fascinante, joga luz sobre importantes aspectos da história brasileira, africana e mundial.

O leitor se vê diante de uma pletora de temas, todos abordados com bastante cuidado: a conturbada história da Iorubalândia - a vasta região habitada pelos povos de fala iorubá, compreendendo terras nas atuais Nigéria e Benin; a escravidão urbana em diferentes províncias brasileiras; a resistência escrava no Brasil; as realidades de cidades africanas como Luanda e Freetown; as engrenagens do tráfico transatlântico de escravos na era da ilegalidade; o antiescravismo britânico; os processos de formação cultural e reconfiguração identitária na diáspora africana.

Os autores estão entre os maiores especialistas na escravidão brasileira: cada qual escreveu obras decisivas para a compreensão de nosso passado escravista, como as que tratam do maior levante de escravos urbanos na história das Américas, a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, em 1835, trabalho de João José Reis ["Rebelião Escrava no Brasil", Companhia das Letras]; das múltiplas formas de resistência escrava em quilombos do Amazonas, do Maranhão, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro ["A Hidra e os Pântanos", Unesp, de Flávio dos Santos Gomes]; ou da movimentada história da província de Pernambuco entre a Independência do Brasil e a Revolta Praieira (1848), de Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.

Os três apresentam o resultado de um trabalho coletivo que consumiu quase uma década de pesquisa: a narrativa da vida do muçulmano Abuncare, nascido em data incerta, na década de 1800, na atual Nigéria, e que foi feito escravo nas guerras civis que destruíram o Reino de Oyó no início do século 19. Possivelmente embarcado em Lagos, Abuncare aportou na Bahia no ápice dos conflitos pela Independência do Brasil.

Adquirido pelo boticário pardo João Gomes da Silva, Abuncare - agora renomeado Rufino- passou a trabalhar como cozinheiro em Salvador. Entre 1830 e 1831, partiu com o filho de Gomes, então cadete do Exército, para a
província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde foi vendido a um novo senhor.

Logo, contudo, Rufino foi adquirido em hasta pública por José Maria Peçanha, chefe de polícia da província. Poucos meses após o início da Revolução Farroupilha, em 1835, conseguiu comprar sua carta de alforria pelo preço equivalente ao de um escravo adulto, assumindo no ato os dois primeiros nomes de seu senhor.

Na segunda metade da década, Rufino José Maria viveu como liberto no Rio de Janeiro. Na virada dos anos 1830 para os 1840, engajou-se no tráfico transatlântico ilegal de escravos. Até 1843, participou de um sem-número de expedições negreiras entre Angola e Pernambuco, sempre como cozinheiro e, eventualmente, pequeno traficante.

Em 1840-1, quando trabalhava no negreiro “Emerlinda”, viu a embarcação ser capturada pela Marinha britânica, que a conduziu à colônia de Serra Leoa para julgá-la por tráfico ilegal.

A temporada forçada em Freetown permitiu-lhe trazer contato com a comunidade local de falantes de iorubá que professavam a fé islâmica. Em 1843, regressou a Serra Leoa, onde frequentou uma escola corânica por um ano e sete meses. Após o intenso aprendizado religioso, retornou em definitivo ao Brasil, estabelecendo-se como alufá, um sacerdote muçulmano, em Recife. Em 1853, preso pela polícia pernambucana sob suspeita de envolvimento em uma conspiração escrava, narrou sua história às autoridades.

Os autores constroem o livro a partir deste último depoimento. Diante da parca documentação disponível sobre Rufino, optaram por valer-se de todas as referências possíveis sobre pessoas que, de um modo ou de outro, relacionaram-se com o africano - proprietários, autoridades, traficantes, parceiros- para iluminar “o conturbado mundo em que viveu, por onde circulou e que ajudou a criar por diferentes pontos do Atlântico”. O livro, assim, “mais do que a biografia de um homem”, oferece “uma história social do tráfico e da escravidão no Atlântico de Rufino, o muçulmano Abuncare”.

Para cumprir tal objetivo, Reis, Gomes e Carvalho realizaram um notável esforço de investigação, com pesquisas em quase duas dezenas de arquivos localizados em quatro países e três continentes. Digno de nota é o domínio que demonstram da bibliografia especializada, sobretudo a africanista.

A apreensão de conjunto de temas que se articulam à vida de Rufino, contudo, é insatisfatória. O problema deriva, em grande parte, da
apropriação que os autores fizeram do gênero historiográfico do qual partiram para conceber o livro: uma biografia inspirada em certos pressupostos da micro-história.

Abarcando práticas não coincidentes, a micro-história tem um ponto de convergência: reduzir a escala de observação - quase sempre ao plano de um indivíduo ou de uma comunidade restrita - com o objetivo de reavaliar visões estabelecidas sobre processos históricos supraindividuais, ou seja, grandes estruturas econômicas, sociais e políticas. Para compreendê-las, emprega-se um grau de generalização que é tomado como uma operação abstrata e lógica, distante dos dilemas reais enfrentados por sujeitos de carne e osso.

Os autores reconhecem que a história de Rufino “não foi de maneira alguma típica”, isto é, partilhada pela maioria dos africanos que vieram para o Brasil nos porões dos navios negreiros. “O interesse em narrá-la”, prosseguem, “decorre de que a história não é somente feita do que é a norma, e esta pode amiúde ser mais bem assimilada em combinação e em contraste com o que é pouco comum.”

Os autores nos remetem aos padrões reiterados do mundo mais amplo no qual se inseria Rufino, que lhe escapavam ao controle e que determinavam o campo de possibilidades para sua atuação. Reside aí o que parece ser um aspecto crucial do livro: a recusa a considerações de ordem teórica e metodológica - o que, para muitos, pode ser elogiável - deixa-nos sem um guia para compreender o que entendem pela “norma”.

A prática da micro-história, como, de resto, qualquer outro procedimento de investigação do passado, envolve necessariamente operações mentais de abstração, síntese e generalização. Reis, Gomes e Carvalho se valem da imaginação histórica, a cada passo do livro, para atar os fragmentos de vida de Rufino, manobra que conjuga humildade científica com pleno domínio do ofício. Negam-se, porém, a aplicá-la num esforço de síntese que busque os significados mais amplos dos processos históricos.

Ao acompanhar as trajetórias laterais de personagens com os quais Rufino travou contato e os cenários onde se deram esses encontros, os autores iluminam o passado em flashes, como se empregassem uma lâmpada para explorar cada cômodo de uma vasta residência sem, contudo, ligar sua chave-geral.

Não cobro aqui algo externo aos propósitos do livro, mas que constitui seu objetivo último. Os autores, afinal, afirmam que, ao narrar os tempos de Rufino, pretendiam tratar de “uma história bem maior do que caberia na sua experiência pessoal”. Tal como é apresentada no livro, no entanto, essa
história se limita à simples somatória das circunstâncias particulares vivenciadas por Rufino e por aqueles com os quais conviveu.

Para além do tráfico transatlântico entre África e Brasil, cujos mecanismos são minuciosamente descritos em metade do livro, o que atava a Bahia ao Rio de Janeiro, a Porto Alegre, a Luanda, a Serra Leoa e ao Recife? Valendo-me do rico material empírico fornecido pelos autores, é possível apontar rapidamente como as possibilidades e os limites para a atuação de Rufino foram configurados por três processos globais, cujos fios estavam ligados em uma totalidade coesa, ainda que contraditória.

Primeiro: a expansão material da economia mundial no século 19. A consolidação do capitalismo industrial (a ausência do conceito no livro é surpreendente) aumentou exponencialmente a demanda por artigos tropicais como algodão, açúcar, café e tabaco, que de mercadorias restritas ao consumo de luxo tornaram-se gêneros de consumo de massa nos grandes centros urbanos do Atlântico Norte.

A competição entre as zonas produtoras de artigos tropicais acirrou-se. Em resposta, os senhores de escravos do Novo Mundo viram-se forçados a incrementar a produtividade, seja por meio da sobre-exploração, seja pela redução dos custos do trabalho. Este foi o motor do aumento espantoso no volume do tráfico transatlântico de escravos na primeira metade do século 19, que carreou Rufino para a Bahia.

Conduzido para o Brasil, de forma involuntária e violenta, Abuncare caiu nas malhas do que foi a maior engrenagem de migração compulsória da história: de 1822 a 1850 - isto é, da Proclamação da Independência ao fim efetivo do tráfico -, aportaram em nosso litoral mais de 1,2 milhão de africanos. Ou seja, em apenas 28 anos, o Império do Brasil, um Estado nacional soberano, adquiriu mais de 11% de todos os africanos que chegaram, ao longo de um período de 366 anos, às Américas - o que inclui países tão diversos como Estados Unidos, Cuba, Haiti, Jamaica, Suriname, Colômbia, Equador e Venezuela.

O fato de ter sido adquirido por um boticário que vivia no ambiente urbano não invalida o raciocínio: como vários historiadores já demonstraram, entre os quais João José Reis, os destinos de Salvador estavam atrelados ao crescimento da economia agrária do Recôncavo Baiano. O mesmo impulso do mercado mundial poderia ter conduzido Rufino, como ocorreu com tantos habitantes da Iorubalândia, para os canaviais cubanos.

O segundo processo é o papel do movimento antiescravista na reorganização do sistema interestatal europeu e a consolidação da hegemonia britânica na economia-mundo capitalista. Os autores descrevem muito bem a
sofisticada organização empresarial do tráfico transatlântico ilegal, que contava com mercadorias industrializadas britânicas na cesta de produtos trocados por escravos no litoral africano.

As cadeias mercantis do complexo escravista do Atlântico Sul, assim, atavam-se às do Atlântico Norte, articuladas justamente em torno dos centros industriais e financeiros britânicos. Ao mesmo tempo, contudo, o Reino Unido moveu uma guerra sem quartel ao tráfico ilegal. Os autores (como, aliás, muitos dos contemporâneos oitocentistas) tomam isso como hipocrisia dos britânicos: se, por um lado, combatiam o tráfico, por outro, estavam envolvidos em graus variados com o infame comércio, seja como fornecedores de artigos que entravam nas operações negreiras, seja como consumidores dos produtos obtidos com o suor escravo.

Mais do que "um excelente instrumento ideológico para justificar sua postura imperial diante de governos em três continentes", a política de combate ao tráfico fez parte de uma ação concertada do Reino Unido, promovida desde o Congresso de Viena (1815), para reorganizar, conforme seus anseios, a tessitura do sistema interestatal do século 19 - profundamente transformado com a emancipação das antigas possessões europeias nas Américas. Ao capturar o negreiro "Emerlinda", o cruzeiro britânico tentava impor à ordem internacional um padrão de conduta que, ao fim e ao cabo, garantiu ao Reino Unido o exercício da hegemonia na arena mundial.

Após sua escravização no Reino de Oyó e sua alforria em Porto Alegre, o momento crucial na vida de Rufino foi experimentado justamente em Serra Leoa, a mais importante base das operações navais britânicas em sua cruzada contra o tráfico negreiro transatlântico. O que nos conduz ao terceiro processo: a formação do Estado nacional brasileiro.

Entre 1843 e 1844, Rufino viu-se diante de uma escolha decisiva, ocasião em que pôde efetivamente exercer - nos termos da historiografia corrente - sua "agência": permanecer em Serra Leoa ou voltar ao Brasil? Na então colônia britânica, entrechocavam-se os dois tempos distintos da escravidão atlântica: as forças antiescravistas, capitaneadas pelo Reino Unido e pelos abolicionistas do norte dos EUA, contra as forças pró-escravistas, representadas pelo Brasil, Espanha/Cuba e o sul dos EUA.

O caminho que Rufino trilhou sugere que, para ele, foi preferível viver em uma sociedade plenamente escravista, mesmo sendo um malê (africano que permanecia fiel à crença muçulmana), o que representava ser posto pelas autoridades brasileiras em permanente estado de suspeição. Na conclusão, os autores novamente não se arriscam a fornecer uma interpretação substantiva para a opção de Rufino, limitando-se a especular sobre suas motivações.
estritamente individuais. Vale, assim, formular uma questão que não se apresenta no volume: o que a escolha de Rufino revela sobre o Brasil de então?

Sua trajetória pessoal indica a unificação, de norte (Recife) a sul (Porto Alegre) do Brasil, de uma série de práticas partilhadas de escravização, que ajudaram a criar um chão comum de experiências econômicas, sociais, políticas e culturais durante as décadas iniciais da construção do novo país independente. Comparada às demais zonas escravistas do Novo Mundo, a experiência da escravidão no Brasil se particularizou pelo enorme volume do tráfico transatlântico, controlado a partir dos portos locais, pelas altas taxas de alforria e pela incorporação da população afrodescendente livre ao jogo político formal da monarquia constitucional.

Ao menos até 1850, o africano escravizado foi uma mercadoria socialmente barata no Brasil, ou seja, acessível a diversos grupos sociais, ajudando a converter a escravidão em instituição que produzia consenso social e político, mesmo entre os afrodescendentes.

Como escreveu João Reis em outra biografia de um liberto africano ["Domingos Sodré, um Sacerdote Africano - Escravidão, Liberdade e Candomblé na Bahia do Século 19"], "o tráfico transatlântico, um dos aspectos mais cruéis da escravidão moderna, havia permitido um regime mais distributivo da propriedade escravista, que beneficiava inclusive ex-escravos escravistas".

Nas histórias de vida de Rufino José Maria e de Domingos Pereira Sodré, é possível encontrar respostas para algumas das grandes questões históricas sobre nosso país: por que, ao se tornar independente, a América portuguesa não se fragmentou em diferentes unidades políticas tal como se deu na América espanhola? Como o Brasil foi capaz de enfrentar, durante três longas décadas, o Reino Unido, o maior poder imperial de então? Por que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão?

Essas perguntas, que não são formuladas pelos autores, mas que se reportam à "história bem maior" que procuraram narrar, apontam para o poder da escravidão no Brasil. A instituição forneceu aos distintos grupos da América portuguesa a solda para a construção da identidade nacional, comprometendo-os com uma cerrada defesa da escravidão, entendida como matéria de soberania, contra a pressão antiescravista britânica. Não por acaso, coube a nós a duvidosa honraria de termos sido, ao lado da Roma antiga, a maior sociedade escravista da história.

O livro, "mais do que a biografia de um homem", oferece "uma história social do tráfico e da escravidão no Atlântico". Para cumprir tal objetivo, os
autores realizaram notável esforço de investigação, em quatro países e três
continentes.

Reis, Gomes e Carvalho se valem da imaginação histórica, a cada passo
do livro, para atar os fragmentos de vida de Rufino. Negam-se, porém, a
aplicá-la num esforço de síntese que busque os significados mais amplos dos
processos históricos”.

História da África e dos Africanos

Li o livro *História da África e dos Africanos* (Petrópolis; Vozes; 2014),
 cuja coautoria é de Paulo Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e
 Analúcia Danilevicz Pereira, como preparação para o debate a respeito no
 meu próximo curso de Economia no Cinema. Desta vez, incluirei a África,
 além dos conflitos geopolíticos, econômicos e religiosos no Oriente Médio.
 Pouco a pouco, meus alunos e eu vamos conhecendo o mundo além do
 Ocidente.

Foi na África que surgiu o Homo Sapiens, há cerca de 160 mil anos, bem
 como a primeira civilização, o Egito, há 5 mil anos. A evolução da espécie
 humana teve início na África Oriental e na Meridional, ponto de partida para a
 colonização do restante do continente e do mundo.

Essa raça humana foi se adaptando a novos ambientes e, destruindo-os,
 levaram ao extermínio de outras raças que competiam pelo territórios,
 tornando-se a única sobrevivente. A cooperação intra grupal levou ao
 surgimento de núcleos populacionais étnico-linguísticos diferenciados. Mas
 nosso DNA não se engana: somos todos de origem africana!

A África ocupa 20% das terras emersas e tem hoje cerca de 1 bilhão de
 habitantes, equivalente à soma das populações da América do Norte
 (incluindo a do México) e da Europa, e o dobro da população latino-
 americana, exceto a mexicana. O norte e o nordeste do continente foram
 arabizados e/ou islamizados. No restante, houve grande processo migratório,
 primeiramente do leste para oeste e, depois, em sentido inverso e, por fim,
 rumo ao sul.

Os sistemas agrícolas eram móveis, adaptando-se ao meio ambiente em
 vez de o transformarem. O Homem era dependente da fertilidade da
 natureza. Na África primitiva, o poder estava mais relacionado ao controle de
 pessoas e rebanhos do que ao domínio permanente de uma porção de terra.
 Os “impérios africanos” não representava, exatamente, entidades territoriais,
 com fronteiras definidas, como na Europa. As grandes imigrações africanas se
encerraram há pouco mais de dois séculos, ou seja, como impacto da colonização europeia.

O primeiro envolvimento com o mundo exterior em larga escala ocorreu por conta do tráfico de escravos e do comércio de sal, ouro, marfim, algumas especiarias e óleo de palma. Um continente ainda subpovoado foi o grande exportador de pessoas em troca de mercadorias. Hoje, o continente procura superar os efeitos do imperialismo e do colonialismo, característicos do século XIX e XX, que interromperam seu desenvolvimento espontâneo de acordo com a o meio-ambiente natural.

A principal subdivisão da África refere-se às duas regiões que ficam ao norte e ao sul do Deserto do Saara - África Subsaariana (ou África Negra) - e norte, o Magreb (Ocidente, em árabe). Geograficamente, são três regiões distintas: o planalto setentrional, os planaltos central e meridional, e as montanhas do leste. Em geral, a altitude do continente aumenta de noroeste para sudeste. O deserto do Saara se estende por mais de ¼ do território africano.

As faixas litorâneas baixa, com exceção da costa mediterrânea e da costa da Guiné, são estreitas e elevam-se bruscamente em direção ao planalto. O litoral se caracteriza por extensões contínuas, quase sem reentrâncias e portos de águas profundas e com uma plataforma continental muito exigua, o que limita as possibilidades de pesca e jazidas de petróleo off-shore.

Os rios praticamente não são navegáveis por grandes embarcações, devido a um grande número de corredeiras, dificultando o acesso ao interior do continente. Boa parte dos rios africanos correlação para o interior do continente, não atingindo o mar.

A África é riquíssima em recursos minerais. Sua principal atividade econômica refere-se à mineração e/ou à indústria extrativa nas grandes jazidas de carvão, reservas de petróleo e de gás natural, bem com as maiores reservas do mundo de ouro (50% do comercializado internacionalmente), diamantes, cobre, bauxita, manganês, níquel, rádio, germânio, lítio, titânio e fosfato.

Há aproximadamente 66 bilhões de barris de petróleo em reservas ao sul do Saara e inúmeras jazidas de gás natural, mas a maior parte (90%) da energia consumida na África provém da lenha!

A segunda atividade econômica mais importante no continente, praticada de três formas específicas: a de subsistência, a permanente, e a plantation para exportação. Dentre os produtos agrícolas exportados
encontram-se, principalmente, café, cacau, borracha, cana-de-açúcar, algodão, amendoim e azeite de dendê. Verifica-se certa semelhança com a pauta de exportação brasileira, exceto pela soja.

O nível de industrialização africano é bastante baixo, existindo, no entanto, no norte do continente, indústrias relativamente desenvolvidas, especialmente no Egito e na Argélia. No sul, também há industrialização média no Zimbábue e na África do Sul.

A população urbana é de, aproximadamente, 40%. Em decorrência, a rural é de 60%. Em 2011, predominava a urbana só na África do Sul (61,7%), Angola (58,5%), Argélia (66,5%), Cabo Verde (61%), Camarões (58%), Congo RP (62%), Costa do Marfim (50,6%), Djibuti (76%), Gabão (86%), Gâmbia (58,2%), Gana (51%), Líbia (78%), Marrocos (58%), Nigéria (50%), Saara Ocidental (82%), São Tomé e Príncipe (62%), Seychelles (55%), Tunísia (67%).

A concentração demográfica é muito irregular. Ruanda (380 hab/km²) e Burundi (298 hab/km²), devido aos pequenos territórios (26,3 mil e 27,8 mil km²) e populações, respectivamente, de 10 milhões e 8,3 milhões habitantes, destacam-se por estarem entre as mais altas densidades demográficas do mundo. Lá ocorreram genocídios “malthusianos”, em 1994, devido aos discursos de ódio mútuo entre hutus e tutsis, vítimas da imposição histórica de fronteiras que não se adéquam à maneira como os indivíduos veem sua identidade.

Embora o continente africano esteja dividido em cerca de 800 grupos étnicos, cada qual com sua própria língua e cultura, não cabe ver a África como um ambiente “primitivo”, invocando conceitos como “tribalismo” para identificar nos africanos aquilo que é próprio da condição humana, mas que não se deseja reconhecer em si mesmo. A responsabilidade pela violenta experiência colonial e a manutenção de estruturas sociais sufocantes criadas pelos impérios europeus na África são pontos cruciais que se perdem na descrição superficial de “ódios étnicos” ou “tribais”.

Entre os 54 Estados africanos independentes, somente 14 se destacam por possuir mais de 20 milhões de habitantes (~10% da população brasileira), em 2011, são: África do Sul (49,3 milhões); Argélia (34,9 milhões); Congo RD (66 milhões); Costa do Marfim (21 milhões); Egito (83 milhões); Etiópia (82,8 milhões); Gana (23,8 milhões); Marrocos (32 milhões); Moçambique (22,9 milhões); Nigéria (154,7 milhões); Quênia (39,8 milhões); Sudão (26 milhões); Tanzânia (43,7 milhões); e Uganda (32,7 milhões).

Os seis países que possuíam renda per capita, em 2011, igual ou superior à brasileira eram: África do Sul (US$ 11.000 com 49,3 milhões habitantes); Botsuana (US$ 16.300 com 1,9 milhão); Guiné Equatorial (US$
19.300 com 677 mil); Líbia (US$ 12.063 com 6,4 milhões); Maurício (US$ 15.000 com 1,27 milhão); Seychelles (US$ 24.700 com 87 mil).

Origem do Apartheid na África do Sul

Em 1652, a Companhia das Índias Orientais holandesa estabeleceu no Cabo da Boa Esperança (ou das Tormentas), que ocupava uma posição estratégica para os navegadores europeus como ponto de passagem do Oceano Atlântico para o Índico, um entreposto destinado a abastecer seus navios de água e alimentos.

A região era habitada por nativos pastores khoi e os caçadores sans, enquanto os agricultores e pastores seminômades bantos estavam localizados no nordeste e no leste do que, posteriormente, tornou-se território da África do Sul. Eles entraram em conflito com os invasores boers, em secular guerras cafres, um dos fatores da Revolução Zulu e do Mfecane, que alterou as sociedades da África Meridional.

Ao longo do século XVII, a burguesia comercial se antagonizava com os que se assentavam na agropecuária. À medida que os holandeses iam ultrapassando os limites do porto do Cabo, dominavam as terras e exploravam o trabalho dos Koisans.

No século XVIII, foi se formando o grupo boer (“camponês”, em holandês), colonizando o interior com suas carroças e rebanhos. Vão deixando de se considerar europeus para assumir a identidade como africanos, isto é, apresentando a África como sua terra natal.

Os colonos holandeses professavam um calvinismo radical e constituíam, na Europa, minorias religiosas em meio a católicos. Posteriormente, a eles se juntaram no sul da África os huguenotes, calvinistas franceses perseguidos em sua terra natal. Ao virem para a África, rompiam com as metrópoles e não se consideravam colonos delas.

No Cabo, lutavam contra o domínio da Companhia das Índias Orientais e contra a “barbárie negra”. Tornaram-se afrikaaners e criaram a língua afrikaans, derivada do idioma holandês. Ao longo de um século e meio, o entreposto do Cabo foi se tornando uma colônia de povoamento, que se expandia na busca de terra para o gado. Os pastores Koi foram exterminados ou escravizados, enquanto os caçadores Sans foram expulsos para o deserto ao norte.

A Companhia proibiu a imigração. Os colonos, então, forçavam os Khoisans a trabalharem para eles.
Os casamentos mistos eram proibidos, mas a mestiçagem era intensa, gerando o grupo dos grikues (mestiços ou coloureds). A suposta raça, baseada em critério epidérmico, vai se tornando um critério de posição social em relação à propriedade dos meios de produção: terra e rebanhos.

Em fins do século XVIII, devido ao declínio da Holanda e à falência da Companhia das Índias Orientais, a colônia deixou de ter uma ordem dominante. Durante a Revolução Francesa, os ingleses ocuparam a estratégica Colônia do Cabo, em 1795, para evitar que caísse na posse dos franceses, anexando-a, formalmente, em 1806.

A Inglaterra, livre-cambista, não desejava promover uma colonização com ocupação direta e sim formar uma burguesia local relativamente autônoma, mas com vínculos econômicos com a metrópole. Para evitar guerras dispendiosas, os ingleses buscavam estabelecer alianças com os chefes nativos. Para autofinanciamento da ocupação, introduziram um imposto em dinheiro sobre cada choça e converteram a instância entre as tribos negras e o reino em administração econômica monetarizada.

A burguesia comercial do Cabo enriqueceu-se com uma produção voltada para a exportação, sobretudo, de vinho, lã e açúcar. Os boers, que viviam uma agropecuária atrasada, não eram competitivos, necessitando de mais terras e mão de obra escravizada para fazer frente ao livre-cambismo.

O governo sul-africano, temendo perder o controle sobre esse grupo, não permitiu que eles desarticulassem as chefferies negras, pois elas também ajudavam a defender as fronteiras indefinidas da colônia. Em 1828, os ingleses promulgaram uma Lei da Igualdade Racial. Em 1833, proibiram a escravidão.

Como reação, grande parte dos boers iniciou o Grande Trek (1836-1844), uma migração em carroças rumo ao planalto do nordeste, aliás, muito semelhante à conquista do oeste pelos pioneiros norte-americanos. Os boers desejavam fugir da autoridade do governo inglês, buscando conquistar terras e derrotar os bantos, escravizando a população negra. Travaram combates com os zulús e outros grupos, ocupando outras regiões, já que a região onde fora criada a primeira república boer foi ocupada pelos ingleses em 1843.

Em 1867, mesmo ano da construção do Canal de Suez, ocorreu a descoberta de jazidas em diamantes. Em 1886, descobriu-se ouro em território dominado pelos boers. Os ingleses tentaram isolá-los, estabelecendo os Protetorados da atual Lesoto, em 1868, da atual Botsuana, em 1885, e da Suazilândia, em 1894, por meio dos quais mantinham a autoridade dos soberanos negros e impediam a anexação dessas regiões e o domínio de suas populações pelos boers.

Em 1882, foram estabelecidas, ao lado Transvaal, as pequenas repúblicas boers de Goshen, Niew Republiek e Stellaland, que os ingleses ocuparam em seguida. A mineração atraía uma massa de imigrantes, que criaram a cidade de Joanesburgo, formando um capital minerador. Insatisfeitos, os ingleses desencadearam a Guerra Anglo-Boer (1899-1902), na qual os colonos foram derrotados com métodos cruéis, como os campos de concentração. Isso levou à consolidação do nacionalismo boer.

Dada a partilha da África entre as potências europeias e elevação da disputa entre elas, em 1910 foi estabelecido o domínio da África do Sul, baseado na “aliança do ouro com o milho”, com autonomia dentro do Império Britânico. Ele era formado pelas províncias do Cabo e Natal (inglesas) e de Orange e Transvaal (boers), e consagrava o princípio da Segregação, depois de 1948, Separação ou Apartheid.

O Native Land Act, de 1913, concedia aos negros 7,3% das terras, passando para 12,7% em 1936, os quais constituíam \( \frac{3}{4} \) da população. O fluxo de escravos de Madagascar para a África Oriental, de fins do século XVIII e início do século XIX, fora substituído, ao longo deste século, pela imigração de trabalhadores africanos, especialmente moçambicanos, para as minas do Transvaal. Estabeleciam-se, assim, os fundamentos étnicos da África do Sul racistas.

Diáspora Negra: Africanos no Mundo

Existe um grande número de afrodescendentes dispersos pelo mundo, embora mais concentrados em algumas regiões. A migração dos africanos está ligada a dois grandes movimentos históricos:

1. o tráfico de escravos durante o mercantilismo e

2. a migração Sul-Norte que caracteriza a Era Industrial na Europa e América do Norte no século XX.

Do século IX até o século XV, houve um fluxo de ouro e escravos da África Subsaariana para o Magreb que, ao mesmo tempo, fornecia mão de
obra para os impérios do norte da África e servos domésticos para os europeus. Ao mesmo tempo, através do Mar Vermelho e do Oceano Índico, havia um tráfico em direção aos países islâmicos. O advento do islã fez com que houvesse maior interação e migrações entre os mundos africano e árabe, inclusive com tendência à mestiçagem.

A partir do século XV, o fluxo de escravos mouros e negros para o continente europeu foi intensificado, principalmente, a partir das navegações portuguesas no Oceano Atlântico. Na península ibérica (e mesmo na Inglaterra até o século XVIII), o comércio de escravos era um fenômeno essencialmente urbano.

A partir do século XVI, com a conquista da América e o desenvolvimento de plantações monoculturas tropicais de cana-de-açúcar, algodão, anil, tabaco, durante o mercantilismo, e, depois, cacau e café, formou-se um tráfico de escravos para as Américas. Nos países hispânicos continentais, os negros se mantiveram como uma minoria menos expressiva frente aos numerosos brancos, mestiços e indígenas. Em Cuba, na República Dominicana, Giana e Suriname, todavia, eles eram influentes e representavam entre 1/3 e ¼ da população.

Mas nas Antilhas ex-britânicas, francesas e holandesas eles constituíam a maioria da população, embora se trate de nações de pequena dimensão. No Haiti, colônia francesa de numerosa população escrava dedicada às plantações de cana-de-açúcar, ocorreu uma rebelião de escravos que derrotou as tropas de Napoleão!

A revolta dos negros haitianos assustou todos os brancos em todo o continente americano. Então, os franceses e as demais potências metropolitanas bloquearam as exportações de açúcar, obrigando o país a indenizar a França ao longo de todo o século XIX e parte do XX. A miséria a que a nação haitiana foi submetida, com governos títeres apoiados por Paris e depois por intervenções norte-americanas, fez um dos maiores crimes da humanidade, cujos efeitos são observados até hoje, inclusive com a crescente imigração de haitianos para o Brasil. Cada ex-escravo haitiano pagou por sua “livetação” pessoal e indenizou toda a riqueza acumulada pelos brancos, pagando pela terra, casas, indústrias, estoques e animais que os europeus deixaram lá, a maior parte destruída.

Em relação à escravidão nos Estados Unidos, com o crescimento do movimento antiescravagista inglês, no final do século XVIII, acirrou-se o debate sobre a liberdade dos negros. Enquanto alguns africanos buscavam afirmar suas origens, outros buscavam assimilar os valores liberais europeus, sendo, posteriormente, alforriados por terem combatido contras as forças
norte-americanas junto aos ingleses, na Guerra da Independência (1775-1783).

Serra Leoa tornou-se um importante centro do comércio transatlântico de escravos até 11 de março de 1792, quando Freetown foi fundada pela Companhia de Serra Leoa, como forma de servir como um lar para ex-escravos do Império Britânico. Em 1808, tornou-se uma Freetown britânica Crown Colony, e em 1896, o interior do país tornou-se um protetorado britânico.

Após a Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos, a discriminação dos negros libertos no sul foi violenta, com o surgimento de organizações terroristas brancas, como a Ku-Klux-Klan, para aterrorizar os negros, que careceram de direitos civis, políticos e sociais até a década de 1960. O direito de voto dos negros no sul foi obtido por pressão dos movimentos sociais e do Departamento de Estado norte-americano, como contrapropaganda na Guerra Fria.

Milhões de negros migraram para as grandes cidades industriais do nordeste dos Estados Unidos, onde viveram em guetos, padecendo a pobreza e a criminalidade. A maioria dos homens afro-americanos esteve presa. Os negros predominam na população carcerária norte-americana, a maior do mundo. Entretanto, a comunidade está politicamente dividida, com muitos tendo aderido ao status quo branco.

Não tratando aqui do caso brasileiro, cujo “racismo surdo” é por demais conhecido, na América do Sul, foi na Venezuela, Colômbia e Peru onde os negros constituiiram uma minoria numerosa, mas de influência menor. Houve também a fuga de escravos para países que não reconheciam a escravidão, como Uruguai e Argentina, onde se formaram comunidades negras geralmente urbanas. Algo semelhante ocorreu no Canadá em relação aos escravos dos Estados Unidos.

A partir dos meados do século XIX, a Argentina, tal como a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos e o Brasil, recebeu uma onda de imigrantes brancos para suprir a mão-de-obra. Estima-se que a população argentina seria apenas 8 milhões de habitantes caso não ocorresse essa imigração maciça.

Após a conquista da África pelos europeus, o colonialismo criou a inevitável via de mão-dupla. Houve uma fluxo de trabalhadores mal remunerados para a Europa, criando lá, assim como nos Estados Unidos e no Canadá, comunidades de origem africana. Os negros, assim como os turcos, árabes, hindus e asiáticos, realizam tarefas que os brancos europeus julgam mal remuneradoras. Formam uma comunidade numerosa e culturalmente integrada, devido à discriminação que ainda sofrem.
Processo de Descolonização da África

A expansão colonial europeia na África dividiu o continente entre quatro conquistadores: Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal. As colônias africanas eram predominantemente de exploração e não de povoamento. Determinou uma reorganização da geografia política africana, voltada para o mercado metropolitano, unindo e separando áreas e economias, sociedades e povos.

Tal reorientação geoeconômica manifestou-se pela criação de novas “regiões” na África, regiões que entravam em contradição com a tradicional ordenação continental, externalizando sua economia e criando novas realidades sociais e políticas.

Paulo Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira, autores do livro História da África e dos Africanos (Petrópolis; Vozes; 2014), mostram que o domínio colonial clássico na África durou aproximadamente 75 anos, tempo suficiente para o amadurecimento de sua incorporação na economia mundial e para a emergência de um movimento emancipacionista bastante problemático.

Diversos autores divergem sobre o momento em que o colonialismo europeu contemporâneo ocupa a África de forma decisiva. Alguns argumentam que a invasão francesa no Egito em 1798 seria o ponto de partida. Outros, inspirados pelas questões econômicas, lembram os protetorados instalados no Magreb em função das dívidas das províncias do Império Otomano. Outros, ainda, propõem como data inicial da “partilha” a atuação de Leopoldo II, da Bélgica, e da Associação Internacional do Congo, e consideram as mais de vinte expedições geográficas internacionais de franceses, britânicos, portugueses e alemães, realizadas entre 1768 e 1871, em território africano como possibilidades de “largada” da corrida pela África.

No entanto, foi a partir de 1880 que se deram a ocupação e a estruturação de um sistema de administração colonial efetivo sobre o complexo territorial africano, além da construção de uma infraestrutura de transportes e comunicações voltada para a exploração dos recursos locais. Libéria e Etiópia foram as únicas regiões que mantiveram certa autonomia em relação aos europeus.

O auge da dominação e reordenação deu-se no período entre as duas guerras mundiais, com marcada participação da crise econômica de 1929 e a posterior recessão.
Um dos maiores impérios coloniais – o Império Francês – agrupou suas diferentes áreas em blocos com sede regional e unidade administrativa, embora pouco integrados econômica e politicamente devido à economia estar voltada para a metrópole, à artificialidade política dos territórios coloniais e à incapacidade de criar uma nova identidade. Esses blocos regionais, dada a exiguidade de recursos para as colônias de exploração, não suportaram as demandas da descolonização política. Foram desintegrados, provocando a “balcanização” do continente.

A forma verbal balcan- + -izar tem como etimologia o nome Balcãs, derivado do vocábulo turco com significado de ‘montanha’. Ele designa a região dos Alpes Dináricos e da Transilvânia e as cadeias dos Cárpatos, que constituem relevo atormentado. A região prolonga-se na península Balcânica, situada entre o mar Adriático, a oeste, o mar Egeu e o Mar Negro, a leste, subdividida em numerosos Estados e países: Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegóvina, Macedónia, Sérvia, Kosovo, Romênia, Bulgária, Albânia, Grécia e Turquia. No decorrer da história, inúmeros exércitos invasores passaram pelos seus desfiladeiros, diversos povos perseguidos refugiaram-se nas suas montanhas. Por isso, os Balcãs são fracionados em tantos países e abrigam etnias, línguas e religiões diferentes. Logo, o verbo “balcanizar” reflete essa fragmentação histórica dos Balcãs, caracterizando-os como área de constante conflito e permanente instabilidade.

O Império Português, dada a dispersão de suas colônias, não criou unidades do tipo anterior. Cada colônia se manteve diretamente subordinada à metrópole.

O Império Belga, constituído pelo Congo e pelas ex-colônias alemãs de Ruanda e Burundi, possuindo continuidade geográfica, era unificado. E dos mais sangrentos.

Já o pragmático Império Britânico, com colônias dispersas na África Ocidental e agrupadas na Oriental, apresentava variados mecanismos de dominação.

Essas variedades administrativas dos impérios coloniais, a inserção das colônias na economia mundial e a existência ou não de colonos e interesses no local determinaram a variedade de modelos de descolonização, os quais abarcaram da pura e simples retirada até a guerra de libertação.

Em longo prazo, a descolonização não conseguiu alcançar a transformação social e o desenvolvimento autocentrado. Nesse sentido, ela foi apenas política e esteve sempre pressionada pela Guerra Fria e pela nova forma assumida pelo imperialismo, o neocolonialismo. A subordinação à economia mundial e a seus ciclos persistiu, sendo acompanhada pelas
pressões dos órgãos internacionais e pelas “ajudas” econômica, militar, humanitária, etc.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a situação crítica das metrópoles europeias e sua necessidade de riquezas coloniais entraram em contradições com os ideais dos socialdemocratas que chegaram ao Poder em 1945. Questionou-se, na democracia ocidental, o problema da evolução dos impérios. Certos grupos empresariais já haviam alcançado um nível de desenvolvimento na África que podia prescindir da subordinação direta à metrópole.

Frente a um longo e quase secular processo evolutivo da emancipação, clarificaram-se vários elementos de oposição:

1. a ascensão dos Estados Unidos e da URSS como potencias mundiais e anticolonialistas,
2. o sistema das Nações Unidas com seu comitê de descolonização,
3. as reivindicações africanas de emancipação e
4. os interesses econômicos das emergentes multinacionais - obstaculizados pelas políticas dos impérios coloniais.

Tais fatores são determinantes nos processos de descolonização. Na África, onde os colonizados e suas reivindicações são protagonistas preponderantes, deve-se agregar o papel das decisões da Conferência de Bandung e das guerras anticoloniais da Ásia como elementos-chave da descolonização.

Embora o auge da descolonização da África tenha acontecido na passagem da década de 1950 para a de 1960, a reivindicação pacífica ou violenta pela independência se iniciou no imediato pós-guerra. Ela se aprofundou e radicalizou com as tentativas metropolitanas que buscaram criar mecanismos de autonomização lenta e controlada. Isso favorecia as forças internas arcaicas e a permanência das colônias subordinadas à metrópole. No entanto, a dinâmica interna das colônias e a situação internacional atropelaram os projetos gradualistas.

Perspectivas Africanas

Paulo Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira, autores do livro História da África e dos Africanos (Petrópolis; Vozes; 2014), argumentam que há algumas peculiaridades no convulsionado processo histórico africano que precisam ser desmitificadas.
Em primeiro lugar, é preciso descartar a visão segundo a qual a África é um continente voltado ao passado, em um contexto de conflitos insolúveis, e mesmo irracional de ponto de vista ocidental. As sociedades africanas estão passando por um processo semelhante ao atravessado por outras regiões do mundo, qual seja, a construção dos modernos Estados nacionais e a definição de sua inserção internacional.

Muito do que os europeus consideram absurdo na África constitui apenas a imagem contemporânea de processos semelhantes aos de seu próprio passado nem tão remoto. Quem se sente chocado pelas guerras de aparência étnico-tribal simplesmente esqueceu:

1. os sangrentos conflitos religiosos e proto nacionais das monarquias dinásticas europeias,
2. a construção pela força dos Estados nacionais europeus, que esmagaram os regionalismos (alguns dos quais ainda continuam a fazê-lo, por exemplo, a Catalunha), ou
3. a expansão dos colonizadores americanos que exterminaram as comunidades indígenas nativas.

Esta semelhança, contudo, é ainda agravada pela herança do tráfico de escravos e o colonialismo imperialista.

O breve período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, em primeiro lugar, por uma descolonização peculiar e tardia. A peculiaridade reside no fato de a emancipação haver transcorrido largamente administrada pelas metrópoles europeias, apesar da eclosão de alguns conflitos graves.

Isso se deu de forma tardia devido ao descompasso da realidade africana em relação à Ásia e à do Oriente Médio. Herança do tráfico e do colonialismo ainda dominava as estruturas sociais do continente e sua inserção internacional durante a Guerra Fria.

Após as malogradas tentativas de reafirmação colonial na Indochina e na Indonésia e, sobretudo, devido à crise de Suez, ao desafio do nasserismo e à guerra de libertação da Argélia, as metrópoles trataram de emancipar politicamente o continente, cooptando as elites locais. Por exemplo, a formação académica no exterior com “lavagem cerebral” em relação ao nacionalismo coletivista (ou “socialista”) e implantação mental do individualismo liberal crítico do Estado é uma das mais comuns práticas.
Isso foi logrado com relativo sucesso, com a implantação de regimes neocoloniais, nos quais os interesses europeus eram conservados. Além disso, criaram-se mecanismos internacionais destinados a perpetuar esta situação, como os programas condicionados de “ajuda” das ex-metrópoles.

Quando os africanos deixaram de solicitar empréstimos ao FMI, passaram a ser mais seletivos com a “ajuda” ocidental e, sobretudo, a desenvolver uma diplomacia mais altiva. Se há casos de corrupção, isso também há com os negócios europeus e norte-americanos.

O processo inicial de construção de Estados-nação nos países africanos foi distorcido pela permanência das estruturas coloniais, por conta do neocolonialismo e, geralmente, da implantação de pequenos Estados inviáveis política e economicamente. Afinal, são 54 países independentes!

A recém retomada da história da África pelos africanos atravessa uma etapa comparable à Europa dos séculos XVI a XIX, ou as Américas do século XIX, mas em um mundo do século XXI com problemas mais complexos.

O continente se dividiu entre uma corrente de Estados conservadores e outra de progressistas, no plano interno e externo, com projetos político-econômicos e alianças internacionais antagônicos. Essa rivalidade se deve à permanência dos “bastiões brancos” na África Austral, que propiciaram o desenvolvimento de uma luta de libertação nacional mais radical. Os primeiros colapso de estes regimes ocorreram na conjuntura particular de meados dos anos 1970, gerando conflitos internos e internacionalizados pelo confronto entre Ocidente e Oriente.

Quando o fim da Guerra Fria, a globalização e o reordenamento mundial que se seguiu combinaram-se aos efeitos da década perdida e dos conflitos regionais, a África sofreu um significativo processo de marginalização internacional, enquanto o caos tomava conta do continente. Em meio à “tribalização” dos conflitos sem estratégia nacional, a desarticulação das economias, estruturas sociais e dos sistemas políticos, reapareciam epidemias de cólera e novos vírus como a Aids e o Ébola, com efeitos malthusianos sobre as populações.

Paralelamente, houve a redemocratização da África do Sul e o progressivo colapso do “protetorado” francês sobre amplos espaços africanos. A África está logrando assim certa autonomia para reorganizar-se com base em uma correlação de forças regionais.

A reativação da vida econômica, devida, sobretudo, aos maciços investimentos chineses, por sua vez, tem trazido de volta à África descendentes da diáspora que se encontravam na Europa e, em menor
medida, nos Estados Unidos. Na esteira da constituição de um capitalismo africano, face ao colapso da esquerda, tem produzido a emergência de novas contradições e realidades políticas com novos atores sociais.

Na África Meridional, por exemplo, emerge uma nova fratura entre Estados que aderiram às reformas neoliberais e outros que desejam vencer as barreiras legadas pelos antigos colonizadores ou pelas poderosas comunidades brancas remanescentes. Os Estados “libertadores” são Zimbábue, Namíbia, Angola e Suazilândia, enquanto os “reformistas” são Moçambique, Botsuana, Lesoto e África do Sul.

Haverá uma espécie de neoimperialismo à chinesa? A maior parte dos Estados africanos tem um pesado déficit com a China, embora o saldo total africano seja positivo, devido a países como Angola que exportam muito mais do que a média.

Os críticos europeus e norte-americanos alegam que a concessão de empréstimos chineses sem a exigência de garantias político-institucionais favoreceria a permanência de ditaduras. Contra-argumenta-se que, ao contrário dos países dos críticos, “a China não dá o peixe, mas ensina sim a pescar”. O histórico da política externa chinesa mostra a prioridade pela não intervenção nos assuntos domésticos.

A presença chinesa, investindo em infraestrutura, energia, doando hospitais e escolas, implantando indústrias e reabrindo atividades que estavam paradas, além de pagar centenas de bilhões de dólares por minerais, petróleo e outras matérias-primas, está mudando a situação da sociedade e a atuação do Estado africano.

Genocídio em Ruanda: Malthus na África

Jared Diamond intitula o décimo capítulo de seu livro Colapso do inverso do título deste post - Malthus na África: Genocídio em Ruanda. Completadas duas décadas desta matança generalizada, aparentemente motivada por ódio étnico, cabe a releitura de sua hipótese malthusiana. Será que os cientistas conseguem achar uma razão para evento tão irracional?

A taxa de crescimento populacional na África Oriental está entre as maiores do mundo. Esta taxa explodiu apesar de ser a África o primeiro continente habitado pelo Homem, o que poderia ter levado à estabilização há muito tempo.

Os motivos apontados por Diamond para essa elevada taxa são:
1. a adoção de culturas agrícolas do Novo Mundo, aumentando a produção da agricultura;
2. melhor higiene e medicina preventiva, vacinação em massa, antibióticos, certo controle da malária e doenças nativas endêmicas;
3. a unificação nacional e o estabelecimento de fronteiras políticas propiciando colonização de novas áreas.

Problemas populacionais como esse são chamados de “malthusianos”, pois há uma diferença básica entre como a população cresce e como cresce a produção de alimentos. O crescimento aritmético desta, ao contrário do daquela, não gera um aumento geométrico. Embora a validade desse argumento tenha sido muito criticada, devido ao aumento da produtividade agrícola propiciada por inovação tecnológica e/ou ao controle da natalidade, segundo Diamond, “a moderna Ruanda ilustra um caso onde Malthus parece estar com a razão”.

Em décadas recentes, Ruanda e o vizinho Burundi tornaram-se sinônimo de duas coisas: população elevada e genocídio. São os dois países mais densamente povoados da África (e do mundo): a população média de Ruanda é três vezes maior do que a do terceiro país mais densamente povoado da África (Nigéria), e dez vezes mais do que a vizinha Tanzânia.

O genocídio em Ruanda produziu a terceira maior contagem de cadáveres entre os genocídios mundiais desde 1950, superado apenas pelos dos anos 1970 no Camboja e o de 1971 em Bangladesh, na época Paquistão Oriental. A escala do genocídio de Ruanda, medida em proporção ao total da população aniquilada, excede de longe a de Bangladesh e só é superada pela do Camboja.

Costumamos associar o genocídio em Ruanda e no Burundi à violência étnica. São necessárias algumas informações sobre como e porque ocorreu o genocídio. Os hutus, originalmente, eram cerca de 85% da população e os tutsis cerca de 15%. Os hutus constituíam um povo agricultor e os tutsis um povo de pastores. Os dois grupos têm feições diferentes, sendo os tutsis mais altos, de pele mais clara, lábios finos e queixo estreito. Eles são um povo que chegou depois e se estabeleceu como senhor dos hutus.

Quando os governos coloniais da Alemanha (1897) e, depois, da Bélgica (1916), ocuparam o país, governaram através de intermediários tutsis. Os belgas exigiram que todos os habitantes portassem um documento de identidade que os classificassem como hutus ou tutsis, formalizando a distinção étnica.

Ao longo das duas décadas seguintes cerca de um milhão de ruandeses, especialmente tutsis, fugiram e se exilaram em países vizinhos, de onde periodicamente tentavam invadir Ruanda, resultando em mortes retaliativas, até que em 1973 houve um golpe militar de general hutu que decidiu deixar os tutsis em paz.

Depois de uma boa fase econômica e social, ela foi interrompida pela seca e problemas ambientais crescentes, especialmente desmatamento, erosão e perda da fertilidade do solo, rematados, em 1989, por uma queda mundial nos preços de seus principais produtos de exportação, café e chá, e medidas austeras impostas pelo Banco Mundial.

Em outubro de 1990, o general ditador usou outra tentativa de invasão por tutsis oriundos de Uganda como pretexto para prender e matar dissidentes hutus e tutsis em toda a Ruanda, de modo a fortalecer o poder de sua facção no país. As guerras civis deslocaram um milhão de ruandeses para campos de refugiados, nos quais jovens desesperados eram facilmente recrutados para as milícias. Armava-se os hutus com machetes para matarem tutsis, pois eram mais baratos que armas de fogo.

O medo dos hutus aumentou, em 1993, quando oficiais extremistas do exército tutsi mataram o presidente hutu de Burundi, provocando nova onda de assassinatos de ambos os lados. Em 6 de abril de 1994, o jato presidencial de Ruanda, em que viaja ele e também o novo presidente interino de Burundi, de volta de um encontro na Tanzânia, foi derrubado por dois mísseis quando pousava no aeroporto de Kigali, capital de Ruanda, matando todos a bordo.

Uma hora depois da queda do avião, os extremistas hutus já deram início à execução de planos detalhados de eliminar a oposição hutu, tomar o governo, a rádio, e iniciar a matança dos tutsis de Ruanda, que ainda somavam cerca de um milhão de indivíduos, mesmo após todas as chacinas e exílios anteriores. O genocídio envolveu a participação em grande escala da população hutu civil. As matanças envolviam muita selvageria, incluindo a amputação de braços e pernas das vítimas, amputação dos seios femininos, atirar crianças em poços e estupro generalizado.

Instituições e estrangeiros de que se esperaria melhor comportamento tiveram um relevante papel permissivo. Como explicação para a omissão, a
Organização das Nações Unidas, o governo francês e o governo dos Estados Unidos se referiram a “caos”, “situação confusa” e “conflito tribal”, como fosse algo normal e aceitável na África e não uma orquestração oficial das chacinas!

Em seis semanas, cerca de 800 mil tutsis, representando cerca de \( \frac{3}{4} \) dos que ainda estavam em Ruanda, ou 11% da população total de Ruanda, haviam sido exterminados. Uma armada rebelde liderada pelos tutsis, chamada Frente Patriótica de Ruanda (FPR), começou operações militares contra o governo um dia após o início do genocídio, mas só declarou vitória total em 18 de julho de 1994. Estima-se que as vítimas de suas represálias foram entre 25 mil a 60 mil. Após a vitória da FPR, cerca de dois milhões de hutus fugiram para o exílio em países vizinhos, enquanto cerca de 750 mil ex-exilados tutsis voltaram para Ruanda.

Malthusianismo em Ruanda

Os relatos habituais de genocídios em Ruanda e no Burundi os classificam como resultados de ódios raciais preexistentes insuflados em proveito próprio por políticos inescrupulosos. Este genocídio resultou da escolha deliberada da elite moderna para espalhar ódio e medo para se manter no poder. Em toda a Ruanda, à medida que o genocídio de 1994 continuava e o número de tutsis declinava, os hutus passaram a atacar-se uns aos outros. Diamond procura, então, outros fatores que contribuíram para o genocídio afora o ódio racial.

Ruanda e Burundi já eram regiões densamente povoadas, no século XIX, antes da chegada dos europeus, devido à dupla vantagem de:

1. chuvas moderadas; e
2. a localização em altitudes demasiado elevadas para os mosquitos da malária e as moscas tsé-tsé.

Em 1990, mesmo após as matanças e exílios em massa da década anterior, a densidade populacional média de Ruanda era de 293 pessoas por Km\(^2\), mais alta do que a do Reino Unido (236). Só que a agricultura lá era muito menos eficiente e não mecanizada: a maioria das pessoas tinha de ser agricultores, embora apenas com o trabalho manual produzissem pouco ou nenhum excedente que pudesse sustentar as outras pessoas.

Quanto vários tutsis fugiram ou foram mortos nos anos 1960 e em 1973, a disponibilidade de suas antigas terras insuflou a ambição de que cada fazendeiro hutu podia então, finalmente, ter terra bastante para alimentar a
si mesmo e sua família com folga. Em 1985, toda terra arável agora os parques nacionais estavam sendo cultivadas. Surge o dilema malthusiano: mais comida, mas também mais gente, portanto, nenhuma melhora na produção de comida por indivíduo.


A concentração fundiária contribuiu ainda mais para a divisão cada vez maior da sociedade entre os que tinham e os desapossados, com os ricos se tornando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Fazendas já minúsculas, que precisavam desesperadamente de mais terras, tornaram-se ainda menores através da venda de terras em emergências para grandes fazendas, que financiavam a compra com sua renda extra-fazenda.

A maioria das pessoas era pobre, faminta e desesperada. A cada ano, cada domicílio tinha um ou mais conflitos que pediam intervenção externa. A disputa de terra estava na origem da maioria dos conflitos mais sérios. Em seguida, vinha uma disputa pessoal - marido versus mulher, ou familiar - relacionado com a disputa de algum pedaço de terra. A perda de proteção solidária vitimou especialmente os grupos vulneráveis da sociedade.

Por exemplo, as famílias originais não aceitavam a volta de mulher e filhos abandonados pelo ex-marido. Filhos de casamento desfeito, quando o pai voltava a casar, e tinha filhos com a nova mulher, eram expulsos de casa pelos meio-irmãos. As disputas de terras mais dolorosas e socialmente desagregadoras eram as de pais contra filhos.

Essa situação de conflito crônico e progressivo forma o cenário no qual as mortes de 1994 aconteceram. As taxas de criminalidade na faixa de 21-25 anos correlacionavam-se com a densidade populacional e a disponibilidade per capita de calorias: alta densidade populacional e fome eram associadas a mais crime.
Havia conexão direta entre pressão populacional e assassinatos. O detonador do genocídio foi o ódio racial estimulado por políticos inescrupulosos preocupados em se manter no poder. A decisão de matar foi tomada por motivos políticos, mas repercutiu, massivamente, porque havia gente demais em pouca terra.


É justificável rejeitar a visão simplista de que a pressão populacional foi a única causa do genocídio de Ruanda. Outros fatores também contribuíram:

1. a história da dominação dos tutsis sobre os hutus,
2. as grandes matanças de hutus feitas por tutsis no Burundi e menor escala em Ruanda,
3. a invasão tutsi de Ruanda,
4. a crise econômica de Ruanda e sua exacerbação pela seca e fatores internacionais, como preços de commodities em baixa e medidas de austeridade impostas pela ideologia neoliberal predominante no Banco Mundial,
5. os milhares de jovens deslocados para campos de refugiados que foram recrutados por milícias,
6. a competição entre grupos políticos rivais em Ruanda pela disputa de poder.

A pressão populacional se uniu a esses outros fatores. Era um dos fatores importantes por trás do genocídio de Ruanda. O cenário de pior hipótese entrevisto por Malthus pode às vezes se realizar quando não há no território delimitado nenhuma inovação que propicie aumento da produtividade. Problemas graves de superpopulação, impacto ambiental e mudança climática não podem persistir indefinidamente e provocam uma tentativa de resolução desesperada e, portanto, irracional e criminosa.

Em Ruanda, ainda hoje a população cresce 3% ao ano, as mulheres têm seu primeiro filho aos 15 anos de idade, e a família média tem entre cinco e oito filhos. Isto ocorria no Brasil até inventarem pílula anticoncepcional a população se urbanizar nos anos 1960. Além disso, elevaram-se o nível de
escolaridade, a saúde pública preventiva, inclusive campanha antiaids com uso massivo de “camisinha”, e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, provocando a queda da taxa de natalidade e o “bônus demográfico”.

Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo

Karen Armstrong, na apresentação de do livro Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islismoismo (Tradução: Hildegard Feist. São Paulo; Companhia das Letras; 2001), afirma um dos fatos mais alarmantes do século XX ter sido o surgimento de uma devoção militante, popularmente conhecida como “fundamentalismo”, dentro das grandes tradições religiosas. Quem comete ataque terrorista constitui uma pequena minoria, porém até os fundamentalistas mais pacatos e ordeiros são desconcertantes, pois parecem avessos a muitos dos valores mais positivos da sociedade moderna. Democracia, pluralismo, tolerância religiosa, paz internacional, liberdade de expressão, separação entre Igreja e Estado - nada disso lhe interessa.

Os fundamentalistas cristãos rejeitam as descobertas da biologia e da física sobre as origens da vida e afirmam que o Livro do Gênesis é cientificamente exato em todos os detalhes.

Os fundamentalistas judeus observam sua Lei revelada com uma rigidez maior que nunca, e as mulheres muçulmanas, repudiando as liberdades das mulheres ocidentais, cobrem-se da cabeça aos pés com seu xador.

Os fundamentalistas islâmicos e judeus têm uma visão exclusivamente religiosa do conflito árabe-israelense, que começou como uma disputa secularista.

Mas o fundamentalismo não se limita aos grandes monoteísmos. Ocorre também entre budistas, hinduistas e até confucionistas. Eles rejeitam muitas das conquistas da cultura liberal, lutam e matam cm nome da religião e se empenham em inserir o sagrado no campo da política e da causa nacional.

Essa revivescência religiosa tem surpreendido muitos observadores. Em meados do século XX acreditava-se que o secularismo era uma tendência irreversível e que nunca mais a fé desempenharia um papel importante nos acontecimentos mundiais. Acreditava-se que, tornando-se mais racionalis, os homens já não teriam necessidade da religião ou a restringiriam ao âmbito pessoal e privado.
Contudo, no final da década de 1970, os fundamentalistas começaram a rebelar-se contra essa hegemonia do secularismo e a esforçar-se para tirar a religião de sua posição secundária e recolocá-la no centro do palco. Ao menos nisso tiveram extraordinário sucesso. A religião voltou a ser uma forja que nenhum governo pode ignorar impunemente.

O fundamentalismo tem amargado derrotas, mas está longe da inércia. Hoje é parte essencial da vida moderna e certamente influirá nas questões nacionais e internacionais do futuro. É, portanto, crucial tentarmos entender:

1. o que esse tipo de religiosidade significa,
2. como e por que se desenvolveu,
3. o que pode nos revelar acerca de nossa cultura e
4. qual a melhor maneira de enfrentá-lo.

Antes de prosseguir, porém, Karen Armstrong faz uma breve-pausa para examinar o termo “fundamentalismo”. Os primeiros a utilizá-lo foram os protestantes americanos que, no início do século XX, passaram a denominar-se “fundamentalistas” para distinguir-se de protestantes mais “liberais”, que, a seu ver, distorciam inteiramente a fé cristã. Eles queriam voltar às raízes e ressaltar o “fundamental” da tradição cristã. Identificavam como:

1. a interpretação literal das Escrituras e
2. a aceitação de certas doutrinas básicas.

Desde então, aplica-se a palavra “fundamentalismo” a movimentos reformadores de outras religiões. O que está longe de ser satisfatório e parece sugerir que o fundamentalismo é monolítico em todas as suas manifestações. Na verdade, cada “fundamentalismo” constitui uma lei em si mesmo e possui uma dinâmica própria.

Tem-se a impressão de que os fundamentalistas são inerentemente conservadores e aferrados ao passado, e, surpreendentemente, Karen Armstrong apresenta suas ideias como sendo essencialmente modernas e inovadoras. Se queriam voltar ao “fundamental”, os protestantes americanos agiram de um modo peculiarmente moderno.

Já se argumentou não se poder aplicar esse termo cristão a movimentos cujas prioridades são totalmente diversas. Os fundamentalismos islâmico e judaico, por exemplo, não se prendem muito à doutrina. Esta é uma preocupação intrinsecamente cristã. Uma tradução literal de “fundamentalismo” em árabe nos dá usuliyyah, palavra referente ao estudo
das fontes das várias normas e princípios da lei islâmica. As maioria dos ativistas rotulados de “fundamentalistas” no Ocidente não se ocupam dessa ciência islâmica, mas têm interesses muito diferentes. O uso do termo “fundamentalismo” é, pois, equívoco.

Outros simplesmente garantem que, gostemos ou não, a palavra “fundamentalismo” veio para ficar. E Karen Armstrong concorda com eles: o termo não é perfeito, mas serve para rotular movimentos que, apesar de suas diferenças, guardam forte semelhança.

No início de seu monumental Projeto Fundamentalista, em seis volumes, Martin E. Marty e R. Scott Appleby afirmam que todos os “fundamentalismos” obedecem a determinado padrão:

- são formas de espiritualidade combativas, que surgiram como reação a alguma crise;
- enfrentam inimigos cujas políticas e crenças secularistas parecem contrárias à religião.

Os fundamentalistas não veem essa luta como uma batalha política convencional, e sim como uma guerra cósmica entre as forças do bem e do mal. Temem a aniquilação e procuram fortificar sua identidade sitiada através do resgate de certas doutrinas e práticas do passado. Para evitar contaminação, geralmente se afastam da sociedade e criam uma contracultura; não são, porém, sonhadores utopistas. Absorveram o racionalismo pragmático da modernidade e, sob a orientação de seus líderes carismáticos, refinam o “fundamental” a fim de elaborar uma ideologia que fornece aos fiéis um plano de ação. Acabam lutando e tentando ressacralizar um mundo cada vez mais cético.

Reação Fundamentalista Global à Cultura Moderna

Para analisar as aplicações da reação fundamentalista global à cultura moderna, Karen Armstrong, no livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo* (Tradução: Hildegard Feist. São Paulo; Companhia das Letras; 2001) se atém a alguns poucos movimentos fundamentalistas que afloraram no judaísmo, no cristianismo e no islamismo, as três religiões monoteístas.

Ao invés de estudá-los isoladamente, ela trata de sua evolução cronológica colocando-os lado a lado, para ressaltar suas semelhanças. Com isso espera examinar o fenômeno com uma profundidade maior que a permitida por uma abordagem mais ampla e geral.
Escolheu os seguintes fundamentalismos:

1. o protestante americano,
2. o judaico em Israel e
3. o islâmico
   - no Egito, um país sunita, e
   - no Irã, um país xiita.

Karen Armstrong não acha que suas descobertas se aplicam necessariamente a outras modalidades de fundamentalismo, porém espera mostrar como esses movimentos específicos, que estão entre os mais destacados e influentes, surgiram a partir de medos, ansiedades e desejos comuns que parecem constituir uma reação nada excepcional a algumas dificuldades peculiares da vida no moderno mundo secular.

Em todos os tempos e em todas as tradições sempre houve gente que combateu a modernidade de sua época. Entretanto o fundamentalismo que ela analisa é um movimento do século XX por excelência. [Seu livro foi publicado originalmente no ano 2000.] É uma reação contra a cultura científica e secular que nasceu no Ocidente e depois se arraigou em outras partes do mundo.

O Ocidente criou um tipo distinto de civilização, totalmente inédito, que desencadeou uma reação religiosa sem precedentes. Os movimentos fundamentalistas contemporâneos têm uma relação simbiótica com a modernidade. Podem rejeitar o racionalismo científico do Ocidente, mas não têm como fugir dele.

A civilização ocidental mudou o mundo. Nada, nem a religião, serão como antes. Em todo o planeta, há pessoas lutando contra essas novas condições e vendo-se obrigadas a reafirmar suas tradições religiosas, que foram concebidas para um tipo de sociedade inteiramente diverso, geralmente, rural.

No mundo antigo, houve um período de transição semelhante. Ele se estende aproximadamente de 700 a 200 a.C. Os historiadores o chamam de Era Axial, porque foi crucial para o desenvolvimento espiritual da humanidade. Esse período resultou de uma evolução econômica - e, portanto, social e cultural - de milhares de anos que se iniciou na Suméria, onde hoje é o Iraque, e no antigo Egito.
No quarto e no terceiro milênios antes de Cristo, os homens já não se limitavam a plantar o suficiente para satisfazer suas necessidades imediatas, mas produziam excedentes agrícolas que podiam comercializar e converter em ganhos extras. Assim, conseguiram:

1. construir as primeiras civilizações,

2. desenvolver as artes e

3. organizar comunidades cada vez mais fortes:
   a. cidades,
   b. cidades-estados e,
   c. por fim, impérios.

Na sociedade agrária, o poder não se restringia ao rei ou ao sacerdote; ao menos em parte seu foco se deslocou para o Mercado, fonte da riqueza de cada cultura. Começou-se a pensar que o velho paganismo, adequado aos ancestrais, já não convinha às novas circunstâncias.

Nas cidades e nos impérios da Era Axial, os cidadãos adquiriam perspectivas mais amplas e horizontes mais extensos, diante dos quais os velhos cultos locais pareciam limitados e provincianos. Em vez de ver o divino incorporado em diferentes deidades, passaram cada vez mais a venerar uma única transcendência universal, fonte do sagrado.

Dispondo de maior tempo livre, podiam cultivar uma vida interior mais rica; desejavam uma espiritualidade que não dependesse inteiramente de formas externas. Os mais sensíveis se afiguram com a injustiça social que parecia incrustada nessa sociedade agrária, dependente do trabalho de camponeses excluídos da alta cultura. Consequentemente, surgiram profetas e reformadores, dizendo que a virtude da compaixão era crucial para a vida espiritual: a verdadeira devoção se revelava na capacidade de ver o sagrado com todo indivíduo e na disposição para cuidar dos membros mais vulneráveis da sociedade.

Assim, brotaram no mundo civilizado da Era Axial as grandes religiões confessionais que continuaram guiando a humanidade:

1. o budismo e o hinduísmo na Índia;

2. o confucionismo e o taoísmo no Extremo Oriente;

3. o monoteísmo no Oriente Médio;
4. o racionalismo na Europa.

Apesar de suas grandes diferenças, essas religiões da Era Axial tinham muito em comum:

1. todas partiram de velhas tradições para desenvolver a ideia de uma única transcendência universal;

2. todas cultivavam uma espiritualidade interiorizada e enfatizavam a importância da prática da compaixão.

Hoje, estamos vivendo um período de transição semelhante, como já disse Karen Armstrong. Suas raízes remontam aos séculos XVI e XVII da era moderna, quando as populações da Europa ocidental começaram a estabelecer um tipo diferente de sociedade, baseada não no excedente agrícola, e sim numa tecnologia que lhes permitia reproduzir seus recursos indefinidamente.

Acompanharam as mudanças econômicas dos últimos quatrocentos anos imensas revoluções sociais, políticas e intelectuais, com o desenvolvimento de um conceito da natureza da verdade totalmente diverso, científico e racional; e, mais uma vez, uma mudança religiosa radical tornou-se necessária. No mundo inteiro, acha-se que as velhas formas de fé já não funcionam nas circunstâncias atuais: não conseguem prover o esclarecimento e o consolo que parecem vitais para a humanidade.

Assim, tenta-se encontrar novas maneiras de ser religioso; como os reformadores e os profetas da Era Axial, homens e mulheres procuram usar as percepções do passado para evoluir no mundo novo que construíram. Uma dessas experiências modernas - por mais paradoxal que essa tese de Karen Armstrong possa parecer à primeira vista - é o fundamentalismo.

*Mythos e Logos: Dois Modos de Pensar, Falar e Adquirir Conhecimento*

Temos a achar que nossos ancestrais eram (mais ou menos) como nós, porém, na verdade, possuíam uma vida espiritual diferente da nossa. Tinhham dois modos de pensar, falar e adquirir conhecimento, aos quais os estudiosos, segundo Karen Armstrong, no livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo* (São Paulo; Companhia das Letras; 2001), deram os nomes de:

1. *mythos e*

2. *logos.*
Ambos os modos eram essenciais, visto como métodos complementares de se chegar à verdade, e cada um tinha sua área especial de competência.

O mito, considerado primário, referia-se ao que se julgava intemporal e constante em nossa existência. Remontava às origens da vida, aos fundamentos da cultura, aos níveis mais profundos da mente humana. Reportava-se a significados, não a questões de ordem prática. Se não encontramos algum significado em nossa vida, facilmente nos desesperamos.

O *mythos* de uma sociedade proporcionava-lhe um contexto que dava sentido a seu cotidiano; dirigia sua atenção para o eterno e o universal. Também se arraigava no que chamariamos de inconsciente.

As histórias da mitologia, que não pressupunham uma interpretação literal, constituíam uma forma antiga de Psicologia. Quando contavam histórias de heróis que desciam ao mundo dos mortos, percorriam labirintos ou lutavam com monstros, as pessoas traziam à luz as regiões obscuras do subconsciente que é inacessível à investigado puramente racional, mas tem um profundo efeito sobre nossa experiência e nosso comportamento. A falta de mito na sociedade moderna obrigou-nos a conceber a ciência da Psicanálise para nos ajudar a lidar com nosso mundo interior.

O mito não comportava demonstrações racionais; suas percepções eram mais intuitivas, como as da arte, da música, da poesia, da escultura. O mito se tornava realidade quando incorporado num culto, em rituais e cerimônias que tinham um impacto estético sobre os devotos, inspirando-lhes um senso do significado sagrado e habilitando-os a apreender as correntes mais profundas da existência. Mito e culto eram tão inseparáveis que cabe aos acadêmicos discutir o que surgiu antes:

1. a narrativa mítica ou
2. os rituais a ela ligados.

O mito também estava associado ao misticismo, ao mergulho na psique através de estruturadas disciplinas de concentração que todas as culturas desenvolveram para tentar chegar à percepção intuitiva. Sem culto ou práticas místicas, os mitos religiosos não teriam sentido. Continuariam sendo abstratos e incríveis, mais ou menos como uma partitura musical que precisa de intérprete para expor sua beleza.

O mundo pré-moderno tinha uma visão diferente da história. Interessava-se menos que nós por o que efetivamente acontecerá e se preocupava mais com o significado do acontecimento. Via os incidentes históricos não como ocorrências únicas, situadas em uma época distante, e
sim como manifestações exteriores de realidades constantes, intemporais. A história tendia, portanto, a repetir-se, pois não havia nada de novo sob o sol. As narrativas históricas tentavam ressaltar essa dimensão eterna.

Assim, não sabemos o que de fato ocorreu quando os antigos israelitas escaparam do Egito e atravessaram o mar vermelho. O episódio foi registrado deliberadamente como mito e relacionado com outras narrativas referentes a ritos de passagem, imersão nas profundezas e deuses que abrem mares para criar uma nova realidade. Os judeus vivenciam esse mito anualmente nos rituais da Páscoa, que transportam essa estranha história para sua vida e os ajudam a incorporar.

Karen Armstrong diz, para tornar-se religioso, um fato histórico tem de ser mitificando desse modo e libertado do passado em um culto inspirador. Perguntar se os êxodos do Egito acontecem exatamente como está na Bíblia ou exigir evidencias históricas e científicas que comprovem sua verdade factual equivale a desentender a natureza e o propósito desse relato. Equivale a confundir *mythos* com logos.

Igualmente importante, os *logos* é o pensamento racional, pragmático e científico que permite a boa atuação do homem no mundo. O sentido do *mythos* pode ter se perdido no Ocidente moderno, mas os logos nos é familiar, constituí a base de nossa sociedade. Para ser eficaz, o *logos*, ao contrário do mito, precisa ater-se aos fatos e corresponder a realidades exteriores. Precisa funcionar com eficiência no mundo profano. Usamos esse raciocínio lógico e discursivo quando temos de suscitar acontecimentos, conseguir alguma coisa ou convencer os outros a adotarem determinado procedimento.

O *logos* é prático. Ao contrário do mito, voltado para as origens, o logos avança e tenta encontrar algo novo:

1. explorar velhas percepções,
2. adquirir maior controle sobre o meio que nos cerca,
3. descobrir e inventar novidade.


O mito não era racional; suas narrativas não comportavam demonstrações empíricas. O mito fornecia o contexto que dava sentido e valor às atividades práticas. Tomá-lo como base de uma política pragmática
podia ter consequências desastrosas, porque o que funcionava bem no mundo interior da psique não se aplicava necessariamente aos assuntos do mundo exterior.

Por exemplo, ao convocar a primeira Cruzada, em 1095, o papa Urbano II agiu no plano do *logos*. Queria que os cavaleiros europeus parassem de lutar entre si e de dividir a cristandade ocidental e fossem gastar suas energias em guerra no Oriente Médio e ampliar o poder da Igreja. No entanto, quando essa expedição militar se misturou com mitologia popular, textos bíblicos e fantasias apocalípticas, o resultado foi catastrófico do ponto de vista prático, estratégico e moral. Durante o longo período das Cruzadas, seus participantes prosperaram sempre que o logos prevaleceu. Tiveram bom desempenho no campo de batalha, fundaram colônias viáveis no Oriente Médio e aprenderam a relacionar-se satisfatoriamente com a população local. Quando começaram a basear sua conduta em uma visão mítica ou mística, amargaram frequentes derrotas e cometeram terríveis atrocidades.

O *logos* também têm suas limitações. Não pode aliviar a dor ou o sofrimento. Argumentos racionais não explicam uma tragédia. O *logos* não sabe responder perguntas sobre o valor da vida humana. O cientista pode tornar as coisas mais eficientes e descobrir fatos maravilhosos acerca do universo físico, porém não consegue decifrar o sentido da vida. Isso compete ao mito e ao culto.

**Fundamentalismo X Modernização**

Karen Armstrong conclui a apresentação do livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo* (São Paulo; Companhia das Letras; 2001), dizendo: no século XVIII (Era da Razão, do Iluminismo e das Revoluções Burguesas: Industrial Inglesa, Americana e Francesa), europeus e americanos alcançaram talhão sucesso no campo da ciência e da tecnologia de modo a começar a ver o *logos* como o único meio de se chegar à verdade e o *mythos* como falso e supersticioso.

O mundo novo contradizia a dinâmica da antiga espiritualidade mítica. A experiência religiosa no mundo moderno mudou, e, considerando verdadeiro unicamente o *racionalismo científico*, um número cada vez maior de indivíduos com frequência tem tentado transformar em *logos* o *mythos* de sua fé. Os fundamentalistas vêm fazendo a mesma tentativa. Essa confusão tem gerado mais problemas.

Precisamos entender como nosso mundo mudou. Assim, a primeira parte deste livro de Karen Amstrong focaliza o final do século XV e o início do XVI, quando os europeus ocidentais passaram a desenvolver sua nova ciência.
Examina também a devoção mítica da civilização agrária pré-moderna a fim de compreender o mecanismo, das velhas formas de fé.

No admirável mundo novo, a religião convencional está ficando muito difícil. A modernização sempre foi um processo doloroso. As pessoas se sentem alienadas e perdidas quando ocorrem em sua sociedade mudanças fundamentais que tornam o mundo estranho e irreconhecível. Karen Armstrong estuda o impacto da modernidade sobre:

1. os cristãos na Europa e na América,
2. os judeus e
3. sobre os muçulmanos do Egito e do Irã.

Com esse conhecimento, estaremos em condições de avaliar o que os fundamentalistas pretendiam quando se puseram a criar essa forma de fé no final do século XIX.

Os fundamentalistas acreditam que estão combatendo forças que ameaçam seus valores mais sagrados. No decorrer de uma guerra dificilmente uma das partes em luta tem uma visão clara da posição da outra. Não há empatia.

No livro de Karen Armstrong vemos a modernização ter levado a uma polarização da sociedade, mas às vezes, para evitar uma escalada do conflito, precisamos tentar compreender o sofrimento e as percepções do outro lado.

Para quem, como eu, aprecia as liberdades e as conquistas da modernidade, não é fácil entender a angústia que elas causam nos fundamentalistas religiosos. Contudo a modernização muitas vezes implica agressão, em vez de libertação.

Pouca gente sofreu mais que os judeus no mundo moderno. Assim, Karen Armstrong começa sua narrativa por seu doloroso embate com a sociedade modernizadora da cristandade ocidental, no final do século XV, que levou alguns deles a recorrer a muitos dos estratagemas, das posturas e dos princípios que posteriormente se generalizariam no mundo novo.

Judeus: Precursores do Espírito Moderno entre 1492 e 1700

Karen Armstrong inicia o primeiro capítulo do livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo* (Tradução: Hildegard Feist. São Paulo; Companhia das Letras; 2001), contando a história dos judeus como precursores da modernidade entre 1492 e 1700.
Em 1492, ocorreram na Espanha três acontecimentos muito importantes. Tais fatos, extraordinários na visão da época, hoje nos parecem característicos da nova sociedade que, no final do século XV e no decorrer dos dois séculos seguintes, surgiu, lenta e penosamente, na Europa ocidental. Como nossa cultura ocidental moderna se desenvolveu nesse período, o ano de 1492 também esclarece parte de nossas preocupações e de nossos dilemas.

O primeiro fato ocorreu em 2 de janeiro, quando os exércitos de Fernando e Isabel, os Reis Católicos, cujo casamento acabara de unir os antigos reinos ibéricos de Aragão e Castela, conquistaram a cidade-estado de Granada. A multidão viu com profunda emoção o estandarte cristão hasteado nos muros da cidade, e, quando a notícia se difundiu, os sinos repicaram triunfalmente cm toda a Europa, pois Granada era a último baluarte islâmico no seio da cristandade. As cruzadas contra o Islã fracassaram, porém os muçulmanos foram expulsos da Europa. Em 1499, os muçulmanos que viviam na Espanha puderam escolher entre a conversão ao cristianismo e a deportação. Depois disso a Europa não se sentiu ameaçada por eles durante alguns séculos.

O segundo acontecimento desse ano extraordinário deu-se em 31 de março, quando Fernando e Isabel assinaram o Edito da Expulsão, que baniria os judeus da Espanha, aos quais também se apresentou a possibilidade de optar pelo batismo ou pelo desterro. Muitos deles eram muitos apegados a "al-Andalus" (nome árabe do antigo reino islâmico) que se converteram à fé cristã e permaneceram na Espanha. Entretanto, cerca de 80 mil judeus partiram para Portugal e 50 mil fugiram para o novo Império Otomano, onde tiveram calorosa acolhida.

O terceiro fato refere-se a uma das figuras presentes na ocupação cristã de Granada. Em agosto, Cristóvão Colombo, protegido de Fernando e Isabel, zarpou da Espanha com o objetivo de encontrar uma nova rota comercial para a índia e descobriu a América.

Esses acontecimentos refletem a glória e a desolação dos primeiros tempos do período moderno. Como a viagem de Colombo demonstrou, os europeus estavam prestes a ingressar em um mundo novo. Estavam ampliando seus horizontes e aventurando-se cm territórios até então desconhecidos do ponto de vista geográfico. Intelectual, social, econômico e político. Com suas conquistas dominariam o planeta.

No entanto, a modernidade tinha um lado mais sombrio. A Espanha cristã era um dos reinos mais poderosos e avançados da Europa. Fernando e Isabel estavam criando um dos Estados centralizados modernos que surgiam também em outras partes da cristandade. Tal reino não toleraria as velhas
instituições autônomas, como a guilida, a corporação, a comunidade judaica, que caracterizaram o período medieval.

À unificação da Espanha, concluída com a conquista de Granada, seguiu-se uma limpeza étnica que desalojou judeus e muçulmanos. A modernidade foi, para alguns, fortalecedora, libertadora, fascinante. Para outros significou - e continuaria significando - coerção, invasão, destruição. A situação se manteria com a difusão da modernidade ocidental a outros pontos do globo.

O programa de modernização era progressista e acabaria por promover valores humanos, mas também era agressivo. No século XX, algumas das pessoas que vivenciararam a modernidade basicamente como um ataque se tornaria fundamentalistas.

Mas isso ainda era um futuro muito distante. No final do século XV, os europeus não poderiam prever a enormidade da mudança que haviam iniciado. No decorrer dos trezentos anos seguintes a Europa não só transformaria sua sociedade em termos políticos e econômicos, como reataria uma revolução intelectual. O racionalismo científico se imporia e pouco a pouco eliminaria hábitos mais antigos de pensar e sentir.

No capítulo 3, Karen Armstrong mostra mais detalhadamente esse período, denominado Grande Transformação Ocidental. Antes de examinar suas implicações, precisa se deter na visão de mundo dos pré-modernos.

Nas universidades espanholas, estudantes e professores discutiam acaloradamente as novas ideias do Renascimento italiano. A viagem de Colombo teria sido impossível sem descobertas científicas como a bússola magnética ou as observações mais recentes da astronomia.

Em 1492, o racionalismo científico ocidental estava alcançando notável eficiência. Explorava-se como nunca o potencial do que os gregos chamavam de logos, sempre em busca de novidades. Graças à ciência moderna, os europeus descobriram um mundo totalmente novo e estavam adquirindo um controle inaudito sobre o meio ambiente. Não haviam, contudo, descartado o mythos.

Colombo entendia de ciência, mas ainda se sentia à vontade no velho universo mitológico. Parece que pertencia a uma família de judeus conversos e continuava interessada na Cabala, a tradução mística do judaísmo, porém era cristão fervoroso e queria conquistar o mundo para Cristo. Esperava estabelecer na índia uma base cristã para a conquista militar de Jerusalém.
Os europeus tinham começado sua viagem rumo à modernidade, mas ainda não eram plenamente modernos em nossa acepção. Os mitos do cristianismo ainda davam um sentido a suas investigações racionais e científicas.

Não obstante o cristianismo estava mudando. Os espanhóis liderariam a Contrarreforma, inaugurada pelo Concílio de Trento (1545-63), um movimento modernizador que adequaria o velho catolicismo à eficiência da nova Europa. A Igreja, assim como o Estado moderno, tornou-se mais centralizada.

O concílio reforçou o poder do papa e dos bispos; pela primeira vez publicou-se um catecismo para todos os fiéis, a fim de assegurar a conformidade doutrinal. O clero deveria receber maior instrução para pregar com maior eficácia. Racionalizaram-se a liturgia e as práticas religiosas dos leigos, e aboliram-se rituais que, coerentes um século antes, não funcionavam na nova era.

Muitos católicos espanhóis se inspiravam nos escritos de Erasmo de Roterdã (1466-1536), o humanista holandês que queria revitalizar o cristianismo retornando ao fundamental e tinha como lema ao "adfontes", "rumo às fontes". Erasmo acreditava que a verdadeira fé “cristã da Igreja primitiva fora soterrada pela teologia medieval. Removendo esses acréscimos e voltando às fontes - a Bíblia e os textos dos Padres da Igreja - , os cristãos recuperariam a essência viva dos Evangelhos e renasceriam.

A principal contribuição dos espanhóis para a Contrarreforma foi mística. Os místicos ibéricos exploravam o mundo espiritual, mais ou menos como os grandes navegantes descobriam novas regiões do mundo físico. O misticismo pertencia ao domínio do mythos; atuava no âmbito do inconsciente, inacessível à faculdade racional e experimentável através de outras técnicas.

Entretanto, os reformadores místicos da Espanha queriam tornar essa forma de espiritualidade menos caótica e excêntrica, menos dependente dos caprichos de conselheiros inadequados.

Ateísmo ou Novo Mythos dos Judeus

Os reis da Espanha, Fernando e Isabel, não pretendiam transformar os judeus em descrentes. Contudo, Karen Armstrong mostra, ao longo de nossa história, o tipo de coerção empregada por eles ser sempre contraproducente. Tentar impor a ideologia dominante a pessoas ateias ou não prontas para aceitá-la, geralmente, resulta em ideias e práticas indesejáveis aos olhos das mesmas autoridades com essa tentativa vã.
Fernando e Isabel eram modernizadores agressivos. Procuravam suprimir toda e qualquer dissidência. Entretanto, seus métodos inquisitoriais levaram à formação de um *judaísmo clandestino* e às primeiras declarações de *secularismo* e *ateísmo* na Europa.

Posteriormente, alguns cristãos se aborreceriam de vez com esse tipo de tirania religiosa. Também perderiam a fé em toda religião revelada.

Mas o *secularismo* também pode ser feroz. No século XX, a imposição de um etos secularista em nome do progresso contribuiu para o surgimento de um fundamentalismo militante. Às vezes esse conservadorismo é fatal para o governo.

Em 1492, Dom João II concedeu asilo em Portugal a cerca de 80 mil judeus que se recusaram a abraçar o cristianismo. Entre eles e seus descendentes estão os casos mais claros e dramáticos de *ateísmo*. Alguns queriam desesperadamente preservar sua religião, mas, por falta de um culto adequado, achavam isso difícil ou mesmo impossível.

Esses judeus fugiram para Portugal em 1492. Eram mais firmes face aos conversos espanhóis: preferiram partir para o exílio a abjurar sua fé. Quando subiu ao trono, em 1495, dom Manuel I se viu compelido por seus sogros, Fernando e Isabel, a *batizar à força os judeus* habitantes em seus domínios, porém lhes concedeu imunidade contra a Inquisição pelo período de uma geração. Assim, os marranos portugueses tiveram quase cinquenta anos para organizar um movimento clandestino, com uma devota minoria praticando o judaísmo e tentando reconduzir os outros à antiga crença.

Entretanto, esses marranos judaizantes estavam isolados do resto do mundo judaico. Receberam educação católica. Tinhram a imaginação povoada de símbolos e doutrinas cristãs. Em geral, pensavam e falavam sobre o judaísmo em termos cristãos: acreditavam, por exemplo, terem sido “salvos” pela Lei de Moisés, e não por Cristo - esse conceito não significava muita coisa para os judeus.

Haviam esquecido grande parte da lei judaica, e, com o passar dos anos, suas noções de judaísmo se diluíam mais e mais. Às vezes suas únicas fontes de informação sobre a fé se resumiam aos textos polêmicos de cristãos antisemitas. Por fim acabaram praticando uma *religião híbrida*, nem judaica, nem cristã.

Viviam um dilema parecido como o de muita gente, no mundo de hoje: tem um entendimento apenas superficial da cultura ocidental e não consegue mais identificar seus velhos hábitos, a tal ponto o impacto da modernidade
abalou seu tradicional estilo de vida. Foram obrigados a absorver uma *cultura modernizada*. Na verdade, nada tinha a lhes dizer.

No final do século XVI, alguns deles receberam permissão para deixar a península Ibérica. Já havia uma diáspora marrana em algumas colônias espanholas, bem como no sul da França, mas nesses lugares os judeus ainda não podiam praticar sua religião.

No século XVII, porém, marranos judaizantes migraram para cidades como Veneza, Hamburgo e, mais tarde, Londres, onde encontraram liberdade religiosa. Entretanto, os fugitivos da Inquisição rumaram, sobretudo para Amsterdam. Esta se transformou em sua nova Jerusalém.

A Holanda era o país mais tolerante da Europa. Era uma república, um próspero império comercial, e, durante sua luta para se libertar da Espanha, criara uma identidade liberal para se contrapor aos valores ibéricos. Em 1657, os judeus se tornaram cidadãos da república holandesa, onde não viviam confinados em guetos, como na maioria das cidades europeias.

Apreciados por seu tino comercial, destacavam-se como negociantes e conviviam livremente com os gentios. Tinham agenda social movimentada, excelente sistema educacional e uma florescente indústria editorial.

Se muitos escolheram Amsterdam em função de suas oportunidades sociais e econômicas, um número significativo só queria voltar a praticar o judaísmo. O que não era fácil. Os “novos judeus” procedentes da Ibéria tinham de reaprender uma religião da qual pouco sabia. Os rabinos se defrontaram com a árdua tarefa de instruí-los, relevando suas dificuldades sem comprometer a tradição. Graças a eles muitos conseguiram operar a transição e, apesar de certa tensão inicial, exultaram ao retomar o credo de seus antepassados.

Esses judeus viveram décadas em completo isolamento religioso, contando apenas com sua própria racionalidade. Não haviam tido liturgia, vida religiosa comunitária, experiência da observância ritual das “leis sagradas” da Torá. Quando chegaram a Amsterdam e se depararam pela primeira vez com uma comunidade judaica realmente praticante, ficaram confusos.

Acharam arbitrários e abstrusos os 613 mandamentos do Pentateuco: alguns haviam se tornado obsoletos, pois se referiam à agricultura da Terra Santa ou à liturgia do Templo e não se aplicavam à Diáspora; outros, como os relativos à alimentação e à purificação, decerto eram bárbaros e absurdos para os sofisticados marranos portugueses, que se acostumaram a pensar por si mesmos e, portanto, relutavam em acatar as explicações dos rabinos. A *Halakhah*, código oral compilado nos primeiros séculos da era cristã, parecia-
lhes ainda mais irracional e arbitrária, porque nem sequer tinha a sanção bíblica.

Tendo fundamentado sua existência no entendimento racional, os marranos não conseguiam entender nada disso. Ignoravam esse tipo de observância mítica e cultural. Alguns se tornaram “ateus abomináveis”, lamentaram-se judeus tradicionalistas.

Certamente, não eram ateus no sentido do século XX, pois ainda acreditavam em uma divindade transcendente; mas não acreditavam no Deus da Bíblia. Desenvolveram uma fé inteiramente racional, semelhante ao deísmo dos philosophers iluministas.

No deísmo, Deus era a Causa Primeira de todo ser, cuja existência Aristóteles demonstrara logicamente. Ele sempre se comportava de forma totalmente racional. Não interferia aleatoriamente na história humana; não subvertia as leis da natureza com milagres bizarros; não ditava leis obscuras no cume das montanhas. Não precisava revelar um código legal específico, pois as leis da natureza estão ao alcance de todos.


Muçulmanos: O Espírito Conservador em 1492-1799

Em 1492, segundo Karen Armstrong, no livro Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo (São Paulo; Companhia das Letras; 2001), o povo judeu foi uma das primeiras vítimas da nova ordem surgindo lentamente no Ocidente. A outra foram os muçulmanos da Espanha. Nesse ano momentoso perderam seu último baluarte na Europa.

Mas o Islã não estava, absolutamente, falido. No século XVI, ainda era a maior potência do planeta. Embora a dinastia Sung (960-1260) tivesse elevado a China a um nível de complexidade social e poderio muito superior ao do Islã e o Renascimento italiano tivesse iniciado uma florescência cultural que acabaria favorecendo a liderança do Ocidente, os muçulmanos conseguiam conter facilmente esses desafios e permaneciam em alto patamar político e econômico.
Correspondiam a cerca de um terço da população do globo, mas estavam tão ampla e estratégicamente situados no Oriente Médio, na Ásia e na África que compunham um microcosmo da história mundial, exprimindo as preocupações da maioria das regiões civilizadas nos primórdios da modernidade.

Essa época também foi empolgante e inspiradora para eles. No começo do século XVI, surgiram três novos impérios islâmicos:

1. o Otomano, na Ásia Menor, Anatolia, Iraque, Síria e norte da África;
2. o Safávida, no Irã; e
3. o Mongol, no subcontinente indiano.

Cada um refletia uma faceta distinta da espiritualidade islâmica.

- O Império Mongol representava o racionalismo filosófico, tolerante e universalista conhecido como Falsafah.
- Os xás Safávidas transformaram o xiismo, até então restrito a uma pequena elite, na religião de seu Estado.
- Os turcos otomanos, que se mantiveram fervorosamente fiéis ao islamismo sunita, criaram uma política baseada na Shariah, a lei sagrada dos muçulmanos.

Esses três impérios constituíram um novo ponto de partida. Eram instituições modernas, governadas sistematicamente, com precisão burocrática e racional.

O Estado otomano era então muito mais eficiente e poderoso que qualquer reino europeu da época. Sob Solimão, o Magnífico (1520-66), alcançou o apogeu. Solimão expandiu-se para o Ocidente, através da Grécia, dos Bálcãs e da Hungria, e seu avanço pela Europa só se deteve com sua tentativa frustrada de tomar Viena, em 1529.

No Irã dos Safávidas, os xás construíram estradas e caravancarás (abrigos para hospedagem de caravanas), racionalizaram a economia e colocaram o país na linha de frente do comércio internacional.

Os três impérios desfrutaram uma renovação cultural comparável ao Renascimento italiano. O século XVI foi o grande período da arquitetura otomana, da pintura Safávida e do Taj Mahal.
No entanto, apesar de modernizadoras, essas sociedades não realizaram nenhuma mudança radical. Não partilhavam o etos revolucionário que se tornaria característico da cultura ocidental setecentista. Expressavam o que o estudioso americano Marshall C. S. Hodgson chamou de "espírito conservador", marca registrada de toda sociedade pré-moderna, inclusive da europeia.

Os impérios islâmicos constituíram, de fato, a última grande expressão política do espírito conservador e, sendo também os Estados mais avançados do início da modernidade, representaram sua culminância.

Hoje, a sociedade conservadora enfrenta problemas. Ou foi efetivamente tomada pelo moderno etos ocidental, ou está passando pela difícil transição do espírito conservador para o moderno.

O fundamentalismo é, em grande parte, uma reação a essa penosa transformação. É, pois, importante para Karen Armstrong examinar o espírito conservador em seu ápice, nesses impérios muçulmanos, para poder entender sua atração, sua força e suas inerentes limitações.

Até surgir no Ocidente um novo tipo de civilização (estribado em constante reinvestimento de capital e aprimoramento técnico), que só se firmou no século XIX, todas as culturas dependiam economicamente de um excedente da produção agrícola. Ou seja: havia um limite para a expansão e o sucesso de qualquer sociedade essencialmente agrária, pois ela acabaria indo além dos “próprios recursos.

Havia um limite para a quantidade de capital disponível para investimento. Em geral descartava-se qualquer inovação que demandasse grande dispêndio de capital, pois não se dispunha de meios para recomeçar alguma coisa a partir do zero. Nenhuma cultura, antes da nossa, podia bancar a inovação constante que hoje consideramos normal no Ocidente. [FNC: repare no verbo “bancar” para entender que capitalismo não funciona sem crédito ou alavancagem financeira.]

Esperamos saber mais que a geração de nossos pais e confiamos no crescente avanço tecnológico de nossas sociedades. Estamos voltados para o futuro. Nossos governos e instituições têm de enxergar longe e elaborar planos minuciosos que afetarão a geração seguinte.

Nossa sociedade é fruto do pensamento racional sistemático e coerente. É fruto do logos. Está sempre olhando para a frente, procurando ampliar nossos conhecimentos e nossas áreas de competência e controle do meio ambiente.
Cristãos: Admirável Mundo Novo (1492-1870)

Karen Armstrong, no livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo* (São Paulo; Companhia das Letras; 2001), avalia: enquanto os judeus enfrentavam as traumáticas consequências de sua expulsão da Espanha e os muçulmanos estabelecam seus três grandes impérios, os cristãos no Ocidente se aventuravam por um caminho no qual se afastariam das certezas e das santidades do passado. Esse período foi empolgante, mas turbulento.

Nos séculos XIV e XV, a Peste Negra matara um terço da cristandade. O interminável conflito conhecido como Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e França, e as lutas internas travadas na Itália devastaram os países da Europa. A conquista de Bizâncio pelos otomanos, em 1453, chocara os europeus, e os escândalos do Cativeiro de Avignon e do Grande Cisma - quando nada menos que três pontífices se proclamaram ao mesmo tempo sucessores de São Pedro - levaram muitos católicos a perderem a fé na Igreja. Os fiéis sentiam um medo obscuro e achavam que não podiam ser religiosos à maneira antiga.

Contudo, viviam em época de libertação e autoconfiança. Os exploradores ibéricos haviam descoberto um novo mundo. Os astrônomos estavam vasculhando o céu. Graças à eficiência técnica, os europeus tinham sobre seu ambiente um controle que ninguém jamais tivera.

O espírito conservador ensinara homens e mulheres a respeitarem limites cuidadosamente definidos. Já a nova cultura da cristandade ocidental mostrava que era possível aventurar-se além dos confins do mundo conhecido e não só sobreviver, como prosperar. Com isso a velha religião mitológica acabaria se inviabilizando e a modernidade ocidental pareceria inerentemente hostil à fé.

Não foi o que ocorreu, porém, nos primeiros estágios dessa transformação da sociedade ocidental. Muitos exploradores, cientistas e pensadores que lideravam as mudanças acreditavam que estavam encontrando outras formas de religiosidade, e não abolindo a religião.

Neste capítulo, Karen Armstrong examina algumas dessas soluções e suas implicações mais profundas. É importante, porém, esclarecer que os homens que se tornaram porta-vozes do espírito moderno não criaram esse espírito sozinhos.

No século XVI, desenvolveu-se na Europa - e, mais tarde, em suas colônias americanas - uns processos complexos, o que alterou a visão de mundo. As mudanças surgiram gradativa e, em geral, discretamente.
Invenções e inovações, que na época não pareciam decisivas, ocorreram simultaneamente em campos muito diversos, mas seu efeito cumulativo seria crucial. Todas essas descobertas se caracterizou por um espírito científico, pragmático, que foi minando, pouco a pouco, o velho etos conservador e mítico.

Foi tornando um número crescente de pessoas receptivas a novas ideias sobre Deus, religião, Estado, indivíduo, sociedade. A Europa e suas colônias americanas teriam de acomodar essas mudanças em diferentes arranjos políticos.

Como todo período de grandes transformações sociais, esse também foi violento. Houve guerras e revoluções, exterminio e deslocamento, espoliação do campo e luta religiosa. Ao longo de trezentos anos, europeus e americanos tiveram de empregar métodos cruéis para modernizar sua sociedade.

Houve derramamento de sangue, perseguição, inquisição, massacre, exploração, escravização, desumanidade. Os mesmos fatos sangrentos ocorrem hoje em países do mundo em desenvolvimento que estão passando pelo doloroso processo de modernização.

A racionalização da agricultura foi apenas uma pequena parte do processo, mas o aumento da produtividade e da saúde dos rebanhos afetou a vida de todos. Outras melhoras, mais específicas, também aconteceram. Começou-se a fabricar instrumentos de precisão: a bússola, o telescópio, a lente de aumento revelou novos mundos e ajudaram a aprimorar mapas e técnicas de navegação.

Antony van Leeuwenhoek, microscopista holandês do século XVII, observou, pela primeira vez, bactérias, espermatozóides e outros microrganismos. Um dia, suas observações lançariam nova luz sobre os processos generativo e degenerativo. Isso que não só teria o efeito pragmático de eliminar doenças, como esvaziaria de grande parte de seu conteúdo mítico essas áreas fundamentais de vida e morte.

A medicina se aperfeiçoou. Embora a terapêutica continuasse tateando até o século XIX, no século XVII houve uma crescente preocupação com saneamento e pela primeira vez identificaram-se adequadamente algumas enfermidades.

As geociências se desenvolveram. A discussão de fenômenos como terremotos e vulcões relegaria a um plano secundário as considerações mitológicas sobre eles.
Artefatos mecânicos se aprimoraram. Os relógios se tornaram mais confiáveis, o que acarretaria a secularização do tempo.

A aplicação de técnicas matemáticas e estatísticas alterou a visão do futuro. Nas décadas de 1650 e 1660, a palavra “provável” adquiriu um novo sentido: deixou de indicar algo “sustentado pelas autoridades”, como no período conservador, para significar algo “passível de ocorrer, dadas as evidências”.

Essa atitude independente e essa confiança no futuro incentivariam um novo esforço para chegar-se à comprovação científica e à racionalização burocrática. Os estatísticos ingleses William Perry e John Graunt estavam particularmente interessados em expectativa de vida. No início do século XVIII, os europeus começaram a fazer seguro de vida. Tudo isso era potentialmente subversivo para o etos conservador.

Isoladamente, esses fatos não pareciam conclusivos, mas em conjunto produziram um efeito radical. Em 1600, as inovações se sucediam na Europa de tal modo que o progresso se mostrava irreversível. Uma descoberta em determinado campo, geralmente, desencadeava outras em campo diferente. O processo ganhou um impulso irrefreável.

Revolução Norte-americana e Contexto Mitológico


Certamente não se imaginavam travando uma guerra cósmica contra as legiões do Anticristo. Quando a ruptura com a Inglaterra se tornou inevitável, definiram um objetivo prático e restrito ao plano terreno: as “colônias unidas são e devem ser por direito Estados livres e independentes”.

A Declaração de Independência, redigida por Jefferson com a colaboração de John Adams e Franklin, e ratificada pelo Congresso Continental em 4 de julho de 1776, é um documento iluminista. Baseia-se no ideal dos direitos humanos expostos por Locke e definidos como “vida, liberdade e busca da felicidade”, Endossa os modernos ideais de independência, autonomia e igualdade em nome do Deus da Natureza dos

Entretanto, os Pais Fundadores da República Norte-americana compunham uma elite aristocrática de ideias atípicas. A vasta maioria dos americanos era calvinista e não podia acatar o etos racionalista. Na verdade, muitos consideravam o deísmo uma ideologia satânica.

A princípio, o grosso dos colonos relutaram tanto quanto seus líderes em romper com a Inglaterra. Nem todos participaram da campanha revolucionária. Cerca de 30 mil combateram ao lado dos ingleses, e depois da guerra um número entre 80 mil e 100 mil deixou os novos estados e migrou para o Canadá, as Índias Ocidentais ou a Inglaterra.

Os que escolheram lutar pela independência seriam tão motivados pelos velhos mitos e sonhos milenaristas do cristianismo quanto pelos ideais secularistas dos Fundadores. Tornou-se difícil separar o discurso religioso do político. As ideologias secularistas e religiosa se misturaram para permitir a união dos colonos, que acalentavam esperanças divergentes em relação aos Estados Unidos, contra o poderio imperial da Inglaterra.


Na primeira década do conflito revolucionário, relutou-se em romper radicalmente com o passado. Cortar relações com a Inglaterra parecia impensável, e muitos ainda esperavam que o governo britânico mudasse sua política. Ninguém se mostrava empolgado com o futuro ou desejoso de uma nova ordem mundial. A maioria ainda reagia instintivamente à crise segundo os padrões antigos, pré-modernos: voltava-se para um passado idealizado que sustentasse sua posição.

Os líderes revolucionários e os que abraçaram a ideologia whig radical, mais secular, inspiravam-se na luta dos saxões contra os invasores normandos, em 1066, ou na dos parlamentares puritanos durante a Guerra Civil inglesa, mais recente. Os calvinistas relembravam sua idade do ouro na Nova Inglaterra e a rebelião dos puritanos contra o tirânico establishment anglicano da Velha Inglaterra. Haviam fugido da opressão e encontrado liberdade na América selvagem, onde construíram uma sociedade devota.
Os sermões e a retórica revolucionária dessa época (1763-73) enfatizavam o desejo de salvaguardar as preciosas conquistas do passado. A ideia de mudanças radicais suscitava temores de decadência e ruína. Os colonos procuravam preservar sua herança, de acordo com o velho espírito conservador. O passado era apresentado como idílico; o futuro, como potencialmente horrível.

Os líderes revolucionários diziam conduzir suas ações de modo a impedir a catástrofe que inevitavelmente se seguiria a uma ruptura radical com a tradição. Falavam com medo das possíveis consequências da política britânica, utilizando a linguagem apocalíptica da Bíblia.

Mas isso mudou. Como os ingleses se atinham obstinadamente a sua controversa política imperial, os colonos cortaram as amarras. Depois da Boston Tea Party (1773) e das batalhas de Lexington e Concord (1775), não havia como voltar atrás. A "Festa do Chá em Boston" ocorreu, em 16 de dezembro de 1773, quando colonos americanos disfarçados de índios lançaram ao mar centenas de caixas de chá que retiraram de três navios ingleses ancorados no porto de Boston. Seu gesto constituiu um protesto contra os impostos sobre o chá e o monopólio do produto por parte da Companhia das Índias Orientais.

A Declaração de Independência expressa uma corajosa determinação de abandonar a velha ordem e construir um futuro sem precedentes. Nesse aspecto é um documento modernizador, que traduz em termos políticos a independência intelectual e a iconoclastia características da revolução científica europeia.

Contudo, a maioria dos colonos era mais inspirada pelos mitos da profecia cristã que por John Locke. Para digerir a moderna autonomia política tinham de situá-la em contexto mitológico que conheciam bem, que se harmonizava com suas crenças mais profundas e lhes permitia encontrar a força psicológica necessária para operar essa difícil transição. Como Karen Armstrong, no livro "Em Nome de Deus", revela, a religião com frequência fornece os meios para os fiéis cumprirem o doloroso rito de passagem para a modernidade.

Descolonização Norte-americana: Teologia de Ódio e Secularização da Política

Karen Armstrong, no livro Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo (São Paulo; Companhia das Letras; 2001), conta uma versão religiosa muito interessante da descolonização norte-americana. Em muitas das principais igrejas, inclusive a anglicana, durante a
Guerra de Independência norte-americana (1775-1783), os ministros cristianizavam a retórica revolucionária de líderes populistas como Sam Adams. Ao discorrer sobre a importância da virtude e da responsabilidade no governo, corroboravam as denúncias de corrupção dos funcionários britânicos apresentadas por Adams.

O Grande Despertar já levara as Novas Luzes calvinistas a desconfiar do establishment e a contar com sua própria capacidade de efetuar mudanças de peso. Quando falavam em “lzerdade”, os líderes revolucionários utilizavam um termo que já possuía forte conotação religiosa. Relacionava-se com a graça, com a liberdade do Evangelho e dos Filhos de Deus, com temas como o Reino de Deus, no qual toda opressão terminaria, e com o mito de um Povo Eleito que se tornaria o instrumento divino na transformação do mundo.

Mas, se os clérigos sacralizavam a política, os líderes secularistas também empregavam a linguagem do utopismo cristão. John Adams via a colonização dos Estados Unidos como um piano divino para o esclarecimento de toda a humanidade. Thomas Paine tinha plena convicção de que “cabe a nós refazer o mundo. Só na época de Noé registrou-se uma situação como a atual. O nascimento de um novo mundo está próximo”.

O pragmatismo racional dos líderes não bastaria para incentivar o povo a empreender a terrível viagem rumo a um futuro desconhecido e a rebelar-se contra a Metrópole. O entusiasmo, as imagens e a mitologia da escatologia cristã davam sentido à luta revolucionária e ajudavam os secularistas e os calvinistas a realizarem a ruptura decisiva com a tradição.

Foi o que fez a teologia do ódio que surgiu durante a Guerra dos Sete Anos. Segundo Karen Armstrong, é mais ou menos como os iranianos chamariam os Estados Unidos de “Grande Satã”, no decorrer de sua Revolução Islâmica.

Os americanos associavam os funcionários britânicos com o diabo durante a crise revolucionária. Após a aprovação da notória Lei do Selo (1765), poemas e canções patrióticas apresentavam seus autores como os lacaio de Satã, que conspiravam para conduzir os americanos ao reino das trevas. O Selo era a “Marca da Besta”, que, segundo o Livro do Apocalipse, os condenados exibiriam no juízo Final. Efígies dos ministros britânicos eram carregadas juntamente com imagens do demônio nas procissões de caráter político e penduradas nas “árvores da liberdade” que se espalhavam pelas colônias.

Em 1774, quando concedeu liberdade religiosa aos católicos franceses no território canadense conquistado pela Inglaterra na Guerra dos Sete Anos,
o rei Jorge III foi associado com o Anticristo. Agora seu retrato adornava as árvores da liberdade ao lado de representações do papa e do diabo.

Até os colonos mais cultos sucumbiram a esse medo de uma invisível conspiração cósmica. Os reitores de Harvard e Yale acreditavam que a luta colonial se travava contra as forças satânicas e aguardavam ansiosos os iminentes derrota do papismo, "uma religião extremamente favorável ao poder arbitrário".

A Guerra de Independência se tornara parte do plano divino para a destruição do Anticristo papal, a qual certamente anunciaria o estabelecimento do Reino milenar nos Estados Unidos.

Essa visão paranoica de conspiração generalizada e a tendência a considerar um conflito político como uma guerra cósmica entre as forças do bem e do mal, infelizmente, segundo Karen Armstrong, parece ocorrer com frequência, quando uma luta revolucionária acompanha o ingresso no mundo novo. Essa mitologia satânica ajudou os colonos a separar-se definitivamente do Velho Mundo, pelo qual ainda sentiam forte afeição.

A satanização da Inglaterra transformou-a no "outro" antitético, o extremo oposto dos Estados Unidos, e, assim, permitiu que os americanos criassem uma identidade distinta para si mesmos e articulassem a nova ordem que estavam lutando para estabelecer.

A religião desempenhou, portanto, um papel fundamental na criação da primeira república secular moderna. Todavia, as constituições que os estados independentes elaboraram depois da Revolução mencionam Deus apenas superficialmente.

Em 1786, Thomas Jefferson desoficializou a Igreja anglicana na Virginia, considerando que a coerção em questões de fé era "pecaminosa e tirânica"; que a verdade prevaleceria se cada indivíduo pudesse ter opiniões próprias; e que devia haver um "muro de separação" entre religião e política. O projeto teve o apoio dos batistas, metodistas e presbiterianos da Virginia, que se ressentiam com a posição privilegiada da Igreja da Inglaterra em seu meio. Mais tarde outros estados seguiram o exemplo e desoficializaram suas igrejas. Massachusetts foi o último, em 1833.

Quando redigiu a Constituição federal, em 1787, a Convenção da Filadélfia não se referiu a Deus. Na Declaração de Direitos (1789), a Primeira Emenda constitucional separou formalmente a religião do Estado: "O Congresso não fará nenhuma lei oficializando uma religião ou proibindo a livre prática religiosa". Nos Estados Unidos, a fé seria, pois, algo privado e
voluntário. Essa foi uma medida revolucionária, aclamada como uma das grandes conquistas da Era da Razão.

Os Pais Fundadores assim agiram inspirados pela filosofia tolerante do Iluminismo, sem dúvida. No entanto, também levaram em conta aspectos mais pragmáticos. Sabiam que a carta magna era essencial para preservar a união dos estados, mas também perceberam que, se o governo federal privilegiasse qualquer uma das denominações protestantes, transformando-a na religião oficial do país, a Constituição não seria aprovada.

Os congregacionalistas de Massachusetts, por exemplo, nunca ratificariam uma Constituição que oficializasse a Igreja anglicana. Foi por isso também que a terceira seção do artigo VI da Constituição aboliu a profissão de fé até então exigida dos funcionários federais.

A decisão de desoficializar a religião e secularizar a política denotam idealismo. Porém, a nova nação não poderia contar com a lealdade de todos os seus cidadãos, se baseasse sua identidade em uma opção sectária. Em função das próprias necessidades o Estado moderno tinha de ser tolerante e, por conseguinte, secular.

Fundamentalismo Cristão Popular X Secularismo Elitista nos EUA

Paradoxalmente com a decisão de desoficializar a religião e secularizar a política, Karen Armstrong, no livro “Em Nome de Deus”, mostra que, em meados do século XIX, os secularistas Estados Unidos se tornaram uma fervorosa nação cristã.

Na década de 1780, e mais ainda na de 1790, todas as igrejas se expandiram e passaram a combater a ideologia iluminista dos Fundadores. Agora, sacralizavam a independência americana: a Nova República era um feito divino. A batalha revolucionária defendera a causa do céu contra o inferno. Só o antigo Israel experimentara tal intervenção divina em sua história.

A democracia fizera dos americanos um povo soberano, e por isso eles deviam ser mais religiosos, para que os novos estados escapassem dos perigos inerentes ao governo popular. Era preciso salvá-los do deísmo sacrílego de seus líderes políticos.

Os clérigos responsabilizavam o “deísmo” - a doutrina onde a razão era considerada a única via capaz de assegurar da existência de Deus, rejeitando, para tal fim, o ensinamento ou a prática de qualquer religião organizada -, o novo inimigo satânico, por todas as falhas inevitáveis da jovem nação. Diziam
que o deísmo promovia o ateísmo e o materialismo; que venerava a Natureza e a Razão, em lugar de Jesus Cristo.

Desenvolveu-se um medo paranoico de uma sociedade secreta denominada “Illuminati bávaros” e composta por ateus e maçons que estariam conspirando para derrubar o cristianismo nos Estados Unidos. Quando Thomas Jefferson se candidatou à presidência, em 1800, uma segunda camarilha antideísta tentou associá-lo com os “jacobinos” ateus da impia Revolução Francesa.

A união dos novos estados federados era frágil. Os americanos acalentavam para sua pátria esperanças muito distintas, secularistas e protestantes. Ambas se revelaram duradouras. Eles ainda reverenciam sua Constituição e veneram os Pais Fundadores, mas também consideram seu país a “nação de Deus”; para alguns protestantes o “humanismo secular” continua sendo um mal de proporções quase satânicos.

Depois da Revolução, os americanos se dividiram, travando uma guerra interna para determinar sua cultura. Chegaram mesmo a desencadear “uma segunda revolução” nos primeiros anos do século XIX.

Com grande dificuldade e muita coragem, haviam banido o passado, elaborado uma Constituição inovadora e criado uma nova nação. O processo envolvera esforço, tensão e paradoxo. A população como um todo ainda tinha de decidir os termos em que ingressaria no mundo moderno, e muitos dos colonos menos privilegiados estavam dispostos a contestar a hegemonia cultural da aristocrática elite iluminista.

Tendo derrotado os ingleses, os americanos comuns precisavam definir o que a Revolução significara para eles. Deviam adotar o racionalismo frio, civilizado, polido dos Fundadores, ou optar por uma identidade protestante bem mais rústica e mais populista?

Os Pais Fundadores e o clero das principais Igrejas cooperaram na criação de uma República secular moderna, porém sob muitos aspectos importantes ainda pertenciam ao Velho Mundo conservador. Eram aristocratas e elitistas. Achavam que, como dirigentes esclarecidos, deviam comandar a nação de cima para baixo. Não cogitavam na possibilidade de mudanças vindas de baixo.

Ainda atribuíam as transformações históricas a grandes personalidades que, como os profetas do passado, guiavam a humanidade e faziam a história acontecer. Não haviam percebido que uma sociedade com frequência é impulsionada por processos impessoais; forças ambientais, econômicas e sociais podem frustrar os planos e projetos dos líderes mais enérgicos.
Nas décadas de 1780 e 1790, discutiu-se muito a natureza da democracia. Até onde devia ir o poder do povo? John Adams, o segundo presidente dos Estados Unidos, desconfiava de qualquer política que pudesse conduzir a oclocracia – exercício do poder ou do governo pela multidão, ou seja, pela plebe rude - e ao empobrecimento dos ricos.

Os novos incentivadores da fé não eram homens cultos. Odiavam acadêmicos e repetiam que todo cristão tinha o direito de interpretar a Bíblia livremente, sem se submeter a especialistas em teologia. Em seus sermões falavam de modo inteligível às pessoas comuns, geralmente recorrendo a gestos grandilocuentes, ao humor rasteiro e à giria. Presidia serviços ruidosos, tumultuados e altamente emocionais. Estavam reformulando o cristianismo em estilo popular muito distante do refinado etos da Era da Razão.

Organizavam procissões à luz de tochas, promoviam imensas concentrações populares e armavam barracas nos arredores das cidades, conferindo aos reavivamentos a aparência de um vasto acampamento. O novo gênero gospel [cântico religioso característico dos cultos evangélicos da comunidade negra norte-americana, influenciado pelo blues e pelo gênero folclórico daquela comunidade, tem como etimologia a expressão de “evangelho, a boa notícia, a boa-nova”; posteriormente, o adjetivo inglês good (bom) se confunde com o substantivo inglês God (Deus), donde muito frequentemente a interpretação equivocada de gospel como formado de God + spell, mas cujo significado ‘palavra de Deus’ se adequa à ideia de ‘evangelho’]. Ele levava as plateias ao êxtase: os fiéis choravam, sacudiam-se violentamente e gritavam de alegria.

Ao invés de racionalizar a religião, os profetas se baseavam em sonhos e visões, sinais e prodígios - tudo o que os cientistas e os filósofos do Iluminismo deploravam. E, no entanto, como os Jeffersonianos, recusava-se a ver o passado como o repositório da sabedoria. Eram modernos. Não se prendiam a tradições eruditas. Tinham a liberdade dos filhos de Deus e, com bom senso, apoiando-se nos fatos das Escrituras, podiam chegar à verdade sozinhos.

Criticavam a aristocracia, o establishment e o clero letrado. Enfatizavam as tendências igualitárias [de esquerda?] do Novo Testamento, segundo o qual os primeiros seriam os últimos e os últimos seriam os primeiros na comunidade cristã. Deus se revelou aos pobres e aos analfabetos: Jesus e os Apóstolos não tinham diploma universitário.

Religião e política integravam o mesmo quadro.
Nascimento do Fundamentalismo Norte-americano

Karen Armstrong, no livro “Em Nome de Deus”, continua com sua narrativa sobre o nascimento do fundamentalismo religioso norte-americano. Para o establishment pregadores populares não passavam de demagogos inconsequentes que nada tinham para oferecer ao mundo moderno. Pareciam anacronismos bárbaros, relíquias de um passado primitivo e remoto.

A autora afirma que a reação que provocavam no clero e na aristocracia de sua época não diferia muito da que os líderes fundamentalistas da atualidade provocam nos liberais e secularistas. Mas era um erro desprezá-los. Eles podem ser definidos como gênios populares. Conseguiram levar ao povo os modernos ideais revolucionários de democracia, igualdade, liberdade de expressão e independência em idioma que as pessoas iletradas podiam compreender e assimilar.

Esses ideais, essenciais ao mundo novo que estava surgindo na América, chegaram até a maioria menos privilegiada em contexto mitológico que lhes conferia significado e proporcionava uma continuidade imprescindível numa época de convulsão revolucionária. Esses novos profetas demandavam reconhecimento, pois, embora rechaçados pela elite, sua recepção por parte do povo demonstra que atendiam a uma necessidade real.

Ao contrário dos pregadores do Primeiro Grande Despertar, eles não se satisfaziam com conversões individuais, mas queriam mudar a sociedade. Tinham o dom de mobilizar os fiéis em movimentos de âmbito nacional, utilizando com habilidade música popular e os novos meios de comunicação.

Ao invés de tentar impor o e os modernos de cima para baixo, como os Pais Fundadores, atuaram junto às bases e lideraram o que correspondeu a uma rebelião das massas contra o establishment racional. Tiveram enorme sucesso.

Seitas, por exemplo, fundiram-se para formar os Discípulos de Cristo. Em 1860, no início da Guerra Civil norte-americana, como os mórmons, haviam institucionalizado um descontentamento popular. O establishment não podia ignorar o fenômeno.

Contudo, essa rebelião cristã radical contra o racionalismo científico do Iluminismo teve um efeito ainda mais profundo. Graças ao Segundo Grande Despertar, muitos americanos abandonaram o republicanism clássico dos Fundadores e adotaram a democracia mais vulgar e o forte individualismo. Atualmente, caracterizam boa parte de sua cultura.
Eles contestaram a elite dominante e obtiveram uma vitória substancial. Há no espírito americano um aspecto mais próximo do populismo e do antiintellectualismo dos profetas do século XIX que do frio etos da Era da Razão.

Os ruidosos e espetaculares reavivamentos do Segundo Grande Despertar imprimiram uma marca indelével no característico estilo político dos Estados Unidos, que desconcerta muitos europeus com monumentais concentrações populares, sentimentalismo descarado e ostentoso carisma. Como muitos movimentos fundamentalistas da atualidade, afirma Karen Armstrong, esses profetas do Segundo Grande Despertar proporcionaram a pessoas que se sentiam marginalizadas e exploradas nos novos Estados meios de se fazer ouvir pela elite.

Mais ou menos como ocorre nos grupos fundamentalistas de nossa época, deram-lhes os que Martin Luther King chamou de “a sensação de ser alguém”. Ainda como os movimentos fundamentalistas, Karen Armstrong mostra:

1. todas essas novas seitas se voltavam para uma ordem primitiva do passado, decididas a reconstituir a fé original;
2. todas se apoiavam nas Escrituras, interpretando-as ao pé da letra e, com frequência, de maneira simplista;
3. todas também tendiam a ser ditatorial.

Nos Estados Unidos de princípios do século XIX, assim como nos movimentos fundamentalistas de fins do século XX, um desejo de independência, autonomia e igualdade paradoxalmente levaram grande número de pessoas a submeter-se a alguns demagogos religiosos.

O Segundo Grande Despertar mostra o tipo de solução para muita gente sedutora, quando sua sociedade está passando pelo difícil processo de modernização. Como os fundamentalistas de hoje em dia, os profetas do Segundo Grande Despertar lideraram uma rebelião contra o racionalismo erudito das classes dominantes e insistiram em uma identidade mais religiosa.

Ao mesmo tempo, tornaram o etos moderno acessível a pessoas que não haviam tido a oportunidade de se debruçar sobre a obra de Descartes, Newton ou John Locke. Considerando o sucesso e a persistência de sua rebelião profética, não nos cabe esperar que os movimentos fundamentalistas presentes em sociedades que estão atualmente se modernizando sejam efêmeros e se resumam a uma "loucura" passageira. As novas seitas
americanas podiam parecer bizarras aos olhos do establishment, mas eram essencialmente modernas e faziam parte integrante do novo mundo.

A princípio esse novo cristianismo, tosco e democrático, restringiu-se às camadas mais pobres e menos instruídas, porém, na década de 1840, chegou à classe média por obra de Charles Finney (1792-1875), uma figura crucial no panorama religioso dos Estados Unidos. Assim Finney contribuiu para que esse cristianismo “evangélico”, baseado na leitura literal dos Evangelhos e destinado a converter a nação secular a Cristo, se tornassem à religião predominantemente de seu país em meados do século XIX.

Ele se utilizou dos métodos grosseiros dos profetas mais antigos, porém se dirigiu a advogados, médicos e comerciantes, incitando-os

1. à experiência direta de Cristo, sem a mediação do establishment,
2. à liberdade de pensamento e
3. à rebelião contra a hegemonia dos teólogos nas várias denominações.

Também convidou suas plateias de classe média a trabalhar com outros evangélicos na reforma da sociedade.

Depois da Revolução Americana, o Estado se proclamara independente da religião; ao mesmo tempo, cristãos de todas as seitas começaram a afastar-se do Estado. Desiludidos e desencantados com a Revolução, que, a final, não inaugurara o milênio, os protestantes passaram a insistir na preservação de seus próprios “espacos” religiosos, separados do governo republicano deista.

Eles eram a comunidade de Deus e não pertenciam ao establishment federal. Ainda acreditavam que os Estados Unidos deviam ser uma nação devota e cada vez mais viam a virtude pública como apolítica. Achavam melhor trabalhar pela redenção da sociedade, independentemente do Estado, nas igrejas, nas escolas e nas numerosas associações reformadoras que se espalharam pelo Norte do país na década de 1820, após o Segundo Grande Despertar.

Os cristãos começaram a lutar por um mundo melhor. Fizeram campanhas contra a escravidão, o álcool e a opressão dos grupos marginalizados. Muitos milleristas se engajaram em movimentos pela temperança e em organizações abolicionistas e feministas.

Tudo isso tinha, por certo, um cunho de controle social. A ênfase nas virtudes protestantes da frugalidade, da sobriedade e da correção moral tinha
uma motivação desagradavelmente nativista. A chegada de inúmeros imigrantes católicos aos Estados Unidos inquietava os protestantes.

Na época da Revolução, os católicos correspondiam a cerca de 1% da população americana, maciçamente protestante. Na década de 1840, porém, o país abrigava mais de 2,5 milhões de católicos e a religião com maior número de fiéis era o Catolicismo. Um quadro assustador para uma nação que durante muito tempo vira o papa como o Anticristo.

Em parte, a reforma evangélica visava a combater a influência católica. Assim, ao promover a temperança, por exemplo, condenava o hábito de beber cultivado pelos novos americanos de origem polonesa, irlandesa e italiana.

No entanto, esses movimentos reformadores evangélicos também foram positivos e modernizadores. Enfatizaram o valor do indivíduo. Promoveram um igualitarismo que contribuiria para tornar a escravidão intolerável nos estados do Norte, mas não no Sul, que praticamente ficou imune ao Segundo Grande Despertar e conservou uma estrutura social elitista e pré-moderna por muito tempo após a Guerra Civil.

Ajudaram os fiéis a conciliar o ideal moderno dos direitos humanos inalienáveis com o cristianismo, ao menos no Norte. Liderados pelos evangélicos, os movimentos que defendiam os direitos das mulheres e as reformas penal e educacional também foram progressistas e favoreceram a difusão do espírito moderno.

Seus participantes abraçaram essas causas por decisão consciente e voluntária e aprenderam a planejar, organizar e perseguir de maneira moderna e racional objetivos claramente definidos. Os evangélicos acabaram constituindo a espinha dorsal do Partido Whig, do qual o Partido Republicano foi, em larga medida, o sucessor, enquanto seus opositores (os Velhas Luzes e os católicos) tendiam a agrupar-se no Partido Democrata. Os whigs/republicanos desejavam construir um “império justo”, baseado nas virtudes da religião, não do Iluminismo.

Em meados do século XIX, portanto, os evangélicos já não eram marginalizados. Haviam desafiado o establishment secularista e se fizeram ouvir. Agora se empenhavam na reconquista cristã da sociedade americana, decididos a fazê-la recuperar um etos estritamente protestante.

Tinham orgulho de suas conquistas. Haviam marcado de forma indelével a cultura americana, que, apesar da constituição secular dos Estados Unidos, era agora mais cristã que antes.
Entre 1780 e 1860, o número das congregações cristãs do país aumentou espetacularmente, superando de longe a taxa de crescimento demográfico nacional. Em 1780, havia aproximadamente 2500 congregações; em 1820, 11 mil; e em 1860, 52 mil - quase 21 vezes o número de 1780. Quanto à população, saltou de cerca de 4 milhões em 1780 para 10 milhões em 1820 e 31 milhões em 1860 - menos de oito vezes o número de 1780.

Na Europa, a religião se identificava mais e mais com o establishment, e o povo procurava ideologias alternativas. Nos Estados Unidos, porém, o protestantismo fortalecia a população contra o establishment, e essa tendência se manteve, de modo que hoje em dia é difícil encontrar no país um movimento popular que não se relacione de alguma forma com a religião. Na década de 1850, o cristianismo americano era vibrante e parecia pronto para futuros triunfos.

Europa Secular

Na Europa, a situação político-ideológica era muito diferente da religiosa nos Estados Unidos. As principais ideologias que abriam caminho para a modernidade eram secularistas, não religiosas, e as atenções se voltavam cada vez mais para este mundo, não para o outro.

Para Karl Marx (1818-83) a religião constitui um sintoma de uma sociedade enferma, “um ópio capaz de a tornar suportável o sistema social doente e elimina a vontade de encontrar a cura, afastando a atenção desde mundo para o outro”.

Os ateístas começavam a prevalecer em termos morais. Isso se evidenciou depois que Charles Darwin (1809-82) publicou A Origem das Espécies através da seleção natural (1859). Representou uma nova fase da ciência moderna. No lugar de coletar fatos, como Bacon recomendara, Darwin formulou uma teoria: os seres animais, vegetais e humanos não surgiram inteiramente formados (como diz a Bíblia), mas se desenvolveram pouco a pouco, durante um longo período de adaptação evolutiva a seu meio ambiente.

Em A Descendência do Homem (1871) ele sugere que o Homo sapiens evoluiu a partir do mesmo protomacaco. Este foi o progenitor do orangotango, do gorila e do chimpanzé. Nos círculos fundamentalistas, seu nome se tornou sinônimo de ateísmo, apesar de que a Origem foi concebida não como um ataque à religião, e sim como uma sóbria e meticulosa exposição de uma teoria científica. O próprio Darwin era agnóstico, mas sempre respeitou a fé religiosa.
No entanto, a *Origem* constituiu um divisor de águas. Vendeu 1.400 exemplares na época da publicação. Juntamente com a obra posterior de seu autor, desferiu mais um golpe na autoestima humana:

1. Copérnico havia tirado a humanidade do centro do cosmo;
2. Descartes e Kant afastaram o homem do mundo físico; e agora
3. Darwin sugeria que não passamos de animais.

Não fomos especialmente criados por Deus, mas evoluímos como todo o resto. Na verdade, parecia não haver lugar para Deus no processo da criação e o mundo não tinha propósito divino.

Nos anos imediatamente posteriores à publicação da *Origem*, a reação religiosa foi branda. Houve muito mais estardalhaço no ano seguinte, quando sete clérigos anglicanos lançaram *Essays and Reviews*, colocando ao alcance do leitor comum a última palavra em crítica bíblica.

Essa “crítica superior” representou o triunfo do discurso racional do *logos* sobre o *mito*. A ciência racional submetera os *mythos* da Bíblia a um escrutínio radical e descobrira que algumas de suas afirmações eram “falsas”. Os relatos bíblicos não passavam de *mitos*, o que, em linguagem popular, significava não serem verdadeiros.

A crítica superior se converteria em bicho-papão para os fundamentalistas cristãos, porque parecia constituir um grande ataque à religião. Na verdade, os ocidentais haviam perdido o significado original do mitico e achavam que doutrinas e histórias bíblicas eram logos, narrativas factualmente precisas e fenômenos passíveis de investigação científica. Todavia, ao demonstrar a impossibilidade de uma leitura inteiramente literal das Escrituras, a crítica superior talvez tenha fornecido um saudável contrapeso à crescente tendência de tornar “científica” a moderna fé cristã.

Observando a discrepância entre a hipótese de Darwin e o primeiro capítulo do Gênesis, alguns cristãos tentaram conciliar a seleção natural com uma leitura literal do livro bíblico. Posteriormente, o projeto conhecido como Ciência da Criação se esforçaria ainda mais para conferir ao Gênesis respeitabilidade científica.

Tanto empenho era inútil: como mito, a história bíblica da criação não constitui um relato histórico das origens da vida, e sim uma reflexão mais espiritual acerca do significado profundo da existência. Sobre isso, o *logos científico* nada tem a declarar.
Embora Darwin não tivesse tal intenção, a publicação da *Origem* provocou uma escaramuça entre religião e ciência, porém os primeiros tiros foram disparados não pelos religiosos, e sim pelos secularistas mais agressivos. O racionalismo científico era uma nova religião secular; demandava conversão e entrega total. Não havia outro caminho possível. Só a razão era verdadeira, e os mitos da religião eram falsos. Nisso consistiu a declaração final de independência em relação aos entraves míticos do período conservador.

A razão já não tinha de submeter-se a um tribunal superior. Não tinha de se restringir em nome da moralidade, mas devia ser seguida até o fim, “sem nenhuma outra consideração”.

Os cruzados da Europa continental foram mais longe em sua guerra contra a religião. Em *best-seller Força e Matéria*, um livro tosco, é dito: o universo não ter propósito, tudo no mundo deriva de uma simples célula e só um idiota pode acreditar em Deus. Contudo, os numerosos leitores dessa obra e as multidões que corriam a assistir às palestras do autor. Uma considerável quantidade de europeus queria uma declaração de *a ciência ter reprovado a religião* de uma vez por todas.

Abordando verdades religiosas como se fossem logos racionais, os cientistas, críticos e filósofos modernos as tornaram inacreditáveis. Em 1882, Friedrich Nietzsche (1844-1900) anunciou a morte de Deus. "Para onde Deus foi?”, perguntou. “Nós o matamos - vocês e eu!"

Em um ponto importante, Nietzsche estava certo. Sem mito, culto, ritual e oração, segundo Karen Armstrong, o sentido do sagrado inevitavelmente se perde. Fazendo de “Deus” uma verdade puramente nocional, lutando para alcançar o divino através do intelecto, como foi o caso de alguns crentes modernos, homens e mulheres da modernidade “mataram” Deus em suas vidas.

Toda a dinâmica de sua cultura, voltada para o futuro, inviabilizou psicologicamente as maneiras tradicionais de aprender o sagrado. Como os marranos, que por motivos muito diversos se viram jogados em um limbo religioso, muitos indivíduos da era moderna achavam as verdades da religião tênuas, arbitrárias e incompreensíveis.

Um profundo terror, uma sensação de insignificância e aniquilação fariam parte da experiência moderna. Nietzsche escreveu em época quando o exuberante júbilo da modernidade começava a ceder lugar a um pavor sem nome. Isso afetaria não só os cristãos europeus, como também os judeus e os muçulmanos. Todos foram lançados no processo de modernização e estavam igualmente perplexos.
Religiosos e Secularistas: Empatia para a Difícil Arte da Tolerância Mútua

Karen Armstrong, no livro “Em Nome de Deus”, conclui religiosos e secularistas se olharem com horror recíproco e não se enxergarem com clareza. Ambos lembram os excessos, as crueldades e a intolerância do "outro lado" e, profundamente feridos, não conseguem reconciliar-se.

Nos Estados Unidos, também há polarização e hostilidade. Os fundamentalistas parecem mais contidos e obedientes à lei. Não assassinam mais presidentes, não lideram revoluções nem tomam reféns.

Entretanto, um fosso separa os religiosos americanos. Pesquisas de opinião mostram que eles se posicionam em dois campos quase iguais e mutuamente antagônicos. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, em junho de 1984, revelou que 43% dos americanos se consideravam "liberais" e 41% "conservadores"; e que as grandes denominações religiosas estavam divididas.

A maioria dos entrevistados qualificou a desavença de "séria e tinha uma imagem negativa do "outro lado", que, diferentemente de outras formas de preconceito, “não se atenuava com um contato maior”. Outras pesquisas indicam que, embora apenas 9% dos americanos se identificassem como "fundamentalistas", os princípios básicos do fundamentalismo protestante estavam bem mais disseminados:

- 44% acreditam só através de Jesus Cristo haver salvação.
- 30% dizem ter "renascido".
- 28% acham ser dever interpretar a Bíblia literalmente, palavra por palavra.
- 27% negam a Bíblia conter erros científicos e históricos.

O fundamentalismo não vai desaparecer. Nos Estados Unidos, e talvez aqui no Brasil, a religião evangélica conservadora em costumes se tornou base da oposição ao governo trabalhista. A ascensão e a queda do fundamentalismo sempre foi cíclica, e os acontecimentos dos últimos anos indicam a persistência de um estado de guerra latente entre conservadores e liberais. Às vezes, emerge de maneira assustadora.

Muitos integrantes de grupos políticos direitistas, assim como os fundamentalistas religiosos, afastam-se do mundo, cheios de desprezo e medo, e planejam subjugar-lo. Da mesma forma que os fundamentalistas mais
radicais, veem conspiração por toda parte e cultivam uma teologia de fúria e ressentimento.

Com sua ideologia claramente fascista, seu ódio ao governo democrata dos Estados Unidos - e trabalhista do Brasil - e seu extremo repúdio à vida moderna, ultrapassaram os fundamentalistas em barbárie. Não se preocupam com problemas de doutrina ou com a infalibilidade bíblica e querem criar seu próprio Estado “ariano” (branco e nativista) e independente.

Desenvolveram uma ideologia de alienação e terror inédita na história americana - e brasileira. Isso constitui uma pequena, porém inquietante mostra de como se pode usar a religião para expressar impotência, decepção e descontentamento.

O establishment secularista e as grandes denominações religiosas talvez achassem a ameaça fundamentalista estar se esvaecendo nos Estados Unidos, antes da eleição de Donald Trump (e de Bolsonaro no Brasil). Para alguns cristãos a guerra continuava, o governo federal tinha de ser destruído. O conflito religioso certamente prosseguirá pelo século XXI adentro.

A religião não desapareceu, afinal, e em alguns círculos se tornou mais militante ainda. Os fundamentalistas judeus, cristãos e muçulmanos têm reagido furiosamente às tentativas de privatizar ou suprimir a religião. Acreditam terem a resgatado do esquecimento.

No decorrer de sua árdua luta, muitas vezes distorceram a fé - o que representa uma derrota para a religião. Mas, hoje, o fundamentalismo faz parte do mundo moderno. Representa uma decepção, uma alienação, uma ansiedade, uma raiva generalizada. Nenhum governo o pode ignorar sem correr risco.

Até agora os esforços para lidar com o fundamentalismo não tiveram muito sucesso. Karen Armstrong conclui o livro “Em Nome de Deus” perguntando: quais lições podemos tirar do passado de modo a nos ajudarem a enfrentar mais criativamente, no futuro, os medos encerrados pelo fundamentalismo?

O Peso do Estado na Pátria do Mercado

Reginaldo Moraes é professor do IFCH-UNICAMP e Maitá de Paula e Silva é mestre em Ciência Política pela UNICAMP. Ambos publicaram O Peso do Estado na Pátria do Mercado (São Paulo: Editora Unesp; 2013: 83 páginas). Salientam, de início, que a ortodoxia liberal, existente também na Ciência
Política, sublinhou apenas duas ideias fortes do francês Alexis de Tocqueville em seu estudo Da Democracia na América:

1. a inclinação dos norte-americanos para criar e multiplicar associações civis;
2. a fraca presença do Estado na regulação da vida social.

O alemão Georg Friedrich List, inspirador de ideias desenvolvimentistas entre os latino-americanos, por sua vez, sugeriu lições bem diferentes, destacando a intervenção estatal na construção de infraestrutura para o desenvolvimento dos Estados Unidos, com ênfase em:

1. as ferrovias;
2. a política industrialista.

Na verdade, aquela inclinação para o associativismo estava longe de ser uma exclusividade norte-americana. Além disso, o Estado estava longe de ser uma entidade ausente, expectadora ou coadjuvante menos importante no processo de desenvolvimento dos Estados Unidos. Devido ao federalismo descentralizado implantado no país, quando se refere ao aparelho estatal norte-americano tem de se destacar o papel ativo dos níveis estadual e municipal.

A história do século XIX norte-americano, sobretudo em sua primeira metade, destaca as unidades subnacionais na promoção do desenvolvimento e na regulação da vida social. A federalização da política e da economia foi demarcada por conflitos bélicos que periodizam a história norte-americana: Guerra da Independência - Guerra Civil - I Guerra Mundial - II Guerra Mundial.

O título do livro de Ha-Joon Chang, Chutando a Escada: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica, foi extraído de uma frase de List. Ele forjou essa metáfora para sugerir que os ingleses haviam utilizado determinadas políticas protecionistas para subir ao andar de cima do ranking das nações. Mas, lá chegando, “chutaram a escada”, isto é, passaram a recomendar aos demais povos a doutrina do laissez-faire, pois as livres forças de mercado alcançariam a “ordem espontânea” a la idealização de Adam Smith.

Na visão neoliberal, o Estado norte-americano era um Broker State, isto é, um mero intermediador de forças de O Mercado, elas sim relevantes para explicar o movimento da história. A visão marxista, sob outra ótica, os conflitos entre classes sociais explicavam a lei de movimento do capitalismo.
O Broker State teria apenas orquestrado ou direcionado o conflito entre os grupos de interesses organizados. As forças de O Mercado ditaria a economia, sendo o papel de O Governo apenas garantir que ela não se acelere (ou desacelere) muito além do ciclo de negócio normal. O estilo de formulação de políticas econômicas seria por etapas em processo incremental, com o horizonte temporal ritmado pelo ciclo eleitoral. Seus admiradores destacavam-no como sistema reativo, flexível e ágil; seus detratores, como sistema sem rumo e sem visão estratégica. Um Broker State não tem política industrial nem adota política de desenvolvimento tendo em vista o interesse nacional.

No entanto, quando se analisa os fatos da história norte-americana, verifica-se que o Estado implementou políticas, alterou o rumo das coisas, redesenhou o país. A construção de infraestrutura básica para o desenvolvimento dificilmente teria ocorrido apenas pela via da iniciativa privada e das forças de O Mercado.

Falar de “Estado” e de “ação estatal” nos Estados Unidos envolve uma compreensão do caráter bastante específico da organização do federalismo naquele país. Tocqueville superestimou dois traços das associações civis:

1. por um lado, sua autonomia, espontaneidade e independência em relação às instituições federais;
2. por outro, o caráter exclusivo ou tipicamente norte-americano desse fato político.

O poderoso impulso de políticas da União - política de terras, transportes e comunicações (correio), pesquisa e educação, entre outras - explica a forma de desenvolvimento. Houve muita relevância dos Estados federados e dos governos locais em especial na regulação dos atos econômicos referentes às manufaturas, aos bancos e ao comércio, entre outras atividades. Sem eles não haveria como explicar o imenso mercado interno e a máquina produtiva que superou, já no fim do século XIX, os rivais europeus (Inglaterra, Alemanha, França, etc.) somados.

Houve até mesmo uma política de superação do subdesenvolvimento, no caso do “velho sul”, o Sul das grandes plantations oligárquicas, escravocratas e marcadas pela monocultura de algodão ou tabaco.

O papel da União, isto é, do Estado federal, não pode ser subestimado. Possuía cerca de 80% das terras conquistadas para o país, mais de 5 milhões de quilômetros quadrados (mais de “meio Brasil”). Possuía praticamente tudo que se estendia além dos Apalaches. Utilizou este ativo para:
1. influir na forma de desenvolvimento do país;
2. construir os novos territórios e, depois, Estados federados; e
3. estimular suas políticas de desenvolvimento.

Nas primeiras décadas do século XIX, boa parte do orçamento federal era garantido pela venda de terras, chegando a ser entre 40% e 50% das receitas. Além de vender terras, a União dispôs delas para indicar o que devia ser feito nos novos territórios, inclusive a criação de Escolas Superiores, voltadas prioritariamente para o estudo de agricultura e engenharia (A&M Colleges). Somadas aos efeitos da rede ferroviária na modelagem do sistema urbano e na distribuição de terras, o país marchou para Oeste, fazendo avançar a fronteira.

A ocupação começou por uma faixa a Leste, as chamadas “Treze Colônias”. Tratava-se de uma faixa relativamente plana de cerca de 200 km de terra úmida e fértil. Era limitada, entretanto, por uma cordilheira, os Apalaches. Depois, seguiu pelos Estados a Oeste, graça aos canais hidroviários e às ferrovias. Avançou também para o Sul, com os Estados que margeiam o Golfo do México. As últimas conquistas de territórios e subsequente ondas migratórias integraram as grandes planícies do Centro - o chamado “faroeste” - e a Costa Oeste, com os Estados de Washington, Oregon e Califórnia.

Algumas dessas terras foram adquiridas, como a Louisiana, vendida pela França, ao passo que outras foram simplesmente conquistadas por operações de guerra contra o México, como o Texas e parte da Califórnia. Outras ainda foram objeto de confisco político de proprietários privados, promovido tanto pela União quanto pelos Estados. Este confisco começou com as terras pertencentes à Coroa britânica e seus simpatizantes e apoiadores, por exemplo, no Estado de Nova York.

Para entender o papel que, desde a primeira década do século XIX, os Estados federados e o poder local das municipalidades desempenharam no desenvolvimento do país, tem de se saber que restrições política inerentes à chamada Regra da Maioria impediam o governo federal de financiar grandes projetos de infraestrutura. Tais projetos forneciam benefícios geograficamente muito concentrados, com custos amplamente difundidos. Assim, o governo federal teria dificuldades para conseguir uma maioria de votos no Congresso a favor de tais medidas. Ao ele restavam apenas políticas universalistas para executar pequenos projetos para todos os Estados. Reflete a autodenominação Estados Unidos da América!

A Constituição norte-americana exige que impostos federais diretos sejam alocados entre os Estados segundo sua população. Assim, ela
praticamente proíbe o governo federal de usar a “taxação dos beneficiados” para financiar projetos localizados, restando aos Estados recorrer a esse expediente.

Logo, os governos estaduais e locais vão adquirindo importância na empreitada desenvolvimentista, atuando tanto como poder público empreendedor, quanto como sócio principal de empresas mistas. Atuaram também no financiamento dessas operações, não só por meio de impostos e taxas, mas também captando empréstimos internos ou externos, contraindo ou garantindo dívidas, e criando corporações para assumir a responsabilidade financeira pelo projeto em troca de ganhos extras com o investimento, um arranjo frequentemente utilizado através da criação de bancos.

Os Estados federados investiam em bancos, canais, estradas. Operavam como intermediadores e captadores de capital, dentro ou fora dos Estados Unidos, para projetos de infraestrutura. Assim, em grande medida, construiu-se a infraestrutura de transporte e finanças que viabilizou o surgimento de um grande mercado interno nacional.

Porém, em 1839, começou uma depressão longa e profunda. Em 1842, oitais estados e o território da Flórida entraram em moratória, havendo não apenas uma onda de não pagamento da dívida, mas também de denúncia de ilegitimidade das dívidas. Isso afetou a imagem dos norte-americanos na Europa, pois passaram a ser vistos como devedores duvidosos e pouco confiáveis. Tal lá como cá... Antes e depois...

Em 1861, antes da Guerra Civil, os subsídios estaduais já estavam proibidos por emenda constitucional em quase todos os Estados. A doutrina de laissez-faire passou a ser mais frequentemente aplicada à condenação das ações dos governos, inclusive em questões financeiras, tal como um refrão em discursos político-parlamentares. A ação governamental passou a ser mais pragmática do que programática. Subsistiria, no entanto, espaço para a volta do ativismo estatal.

À medida que as emendas constitucionais surgiam e impunham limites ao endividamento dos Estados, as municipalidades assumiam o protagonismo na onda de ativismo estatal, investindo amplamente em infraestrutura de serviços públicos, estradas, água, coleta de esgoto e educação. Assim, se no fim dos anos 1830, o débito dos Estados era cerca de oito vezes o débito nacional somado aos de governos locais, em 1900, o débito dos governos locais era cerca de oito vezes o endividamento do Estado, invertendo a situação de 1839. Mas a densidade das malhas de transporte se espraiou por toda a faixa leste dos Estados Unidos.
Em resumo, há duas fases no ativismo estatal norte-americano que, no século XIX, abriu caminho para o desenvolvimento do país. Na primeira dessas fases, o protagonismo coube ao governo estadual, na segunda, ao governo municipal.

Mudanças Estruturais dos Estados Unidos

Reginaldo Moraes (professor do IFCH-UNICAMP) e Maitá de Paula e Silva (mestre em Ciência Política pela UNICAMP) publicaram *O peso do Estado na pátria do mercado* (São Paulo: Editora Unesp; 2013: 83 páginas). No segundo capítulo, afirmam que as transformações da quantidade em qualidade da sociedade norte-americana, devido às guerras, mostram resultados após 3 ou 4 décadas:

1. mudanças na forma de governo e no perfil dos partidos;
2. mudanças na conformação dos agentes econômicos e da propriedade, da estratificação social, dos hábitos e costumes.

Os capítulos da história norte-americana são claramente demarcados por grandes confrontos armados. A nação nasce das duas Guerras de Independência (1775-1783 e 1812). A Guerra Civil (1861-1865), que provocou entre 600 mil e 800 mil mortes, muda o cenário do país com a destruição do sistema de plantations do Sul e a subordinação dos democratas - então escravistas, latifundiários e separatistas - aos republicanos - então abolicionistas, industrialistas e integraçãoistas. A propriedade de escravos foi extinta devido à guerra, afetando a riqueza da oligarquia sulina.

Ao longo do século XIX, o país acelerou a marcha para o Oeste, abrindo estradas, seja rodovias, seja ferrovias, e construindo escolas. Na Inglaterra, o avanço das ferrovias, até mesmo por sua dimensão, foi um empreendimento de caráter essencialmente privado. Nos Estados Unidos, as linhas férreas saíam de algo mais ou menos parecido com uma cidade e iam em direção a algo parecido com... nada. De fato, as cidades nasceriam ao longo da ferrovia.

As terras doadas pela União:

1. viabilizaram as ferrovias,
2. fizeram surgir as cidades,
3. orientaram a ocupação do território,
4. abriram caminho para imigração de todos os tipos humanos,
criaram as bases para o surgimento do maior mercado interno do mundo, decisivo para os ganhos de escala das corporações que surgiram no fim do século, e
deram origem às grandes fortunas do país derivadas de especulação com os preços da terra e as ações de companhias ferroviárias.

Boa parte da inversão nas ferrovias era, de fato, saques contra fundos públicos e, em particular, das terras federais. Calcula-se que o governo federal norte-americano doou, para construção de estradas e escolas, o equivalente ao território francês. O restante do capital para as ferrovias foi fornecido por outro tipo de saque: empréstimos que governos estaduais e locais faziam diretamente ou referendavam.

Outro fato notável da história norte-americana na virada do século XIX para o XX foi a mudança radical das estruturas da produção e do mercado do capitalismo competitivo ancorado em empresas individuais e familiares para o capitalismo de grandes corporações oligopolistas ou mesmo monopolistas. Moraes e Silva (2013: 32) afirmam que “na virada do século, ocorreu uma espécie de segunda ou terceira etapa da Revolução Burguesa, se considerarmos a Guerra da Independência como a primeira, seguida da Guerra Anglo-Americana de 1812 e da Guerra Civil (1861-1865) entre os industriais do Norte e a aristocracia latifundiária do velho Sul”.

A Guerra de 1812, ou a Guerra Anglo-Americana, foi a guerra entre os Estados Unidos, e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e suas colônias, incluindo o Canada Superior (Ontario), o Canada Inferior (Quebec), Nova Escócia, Bermuda e a ilha da Terra Nova. Ela decorreu entre 18 de junho de 1812 e 23 de março de 1815, embora o seu tratado de paz tenha sido assinado em 1814. O Massacre do Fort Dearborn, Indiana, em 15 de agosto de 1812, a detonou, levando os americanos à guerra contra os britânicos. A Revolução Francesa trouxe problemas para os Estados Unidos, devido às diferenças entre as facções federalistas (admiradores da Inglaterra) e os republicanos (admiradores da França revolucionária), e a acentuação da hostilidade da França napoleônica com a Inglaterra, que não aceitava a independência da ex-colônia norte-americana. Além disso, os britânicos ainda tinham ligações comerciais com os sulistas. Eles tentaram de todas as maneiras impedir os acordos entre franceses e nortistas, utilizando-se da força:

1. apresamento de navios da ex-colônia, desafiando a soberania nacional e prejudicando as indústrias;
2. recrutamento forçado de norte-americanos por ingleses;
3. problemas com índios no Oeste, instigados por britânicos no Canadá; e,
4. para os Estados Unidos, a conquista do almejado território indígena.

Entre 1812 e 1814 ocorreu o conflito, durante o governo do presidente James Madison. Apesar dos desastres sofridos, o Tratado de Gand, que acabou com a guerra, não promoveu modificações no mapa dos Estados Unidos. No entanto, reforçou o sentimento nacionalista da população e consolidou a União.

Essa terceira etapa da Revolução Burguesa seria marcada pela ascensão de:

1. um novo perfil de líder empresarial;
2. um novo tipo de empresa dominante; e
3. uma nova estrutura de relações de propriedade com rebatimentos na estrutura política e institucional do país.

A grande ruptura com a “velha ordem”, porém, ocorreu em um período de dez anos, entre 1895 e 1905, com o encontro da indústria manufatureira e a Bolsa de Valores. O caminho rumo ao capitalismo corporativo foi traçado em duas etapas.

1. Antes de 1890, eram poucas as manufaturas organizadas segundo esse padrão, pois as grandes empresas privadas corporativas eram híbridas, quase agência governamentais, licenciadas pelo Estado, concentradas em áreas como infraestrutura, transporte, comunicações e crédito. Depois, isso se estendeu às manufaturas.

2. Até 1890, indústria e capital financeiro viviam em atividades separadas sob o ponto de vista institucional: os títulos financeiros negociados em Wall Street concentravam-se nos negócios como ferrovias, telégrafos, obras públicas de Estados e Municípios. A junção dessas duas atividades - Wall Street (finanças) e Main Street (indústria e comércio) - foi a Revolução Corporativa ou a segunda Revolução Burguesa nos Estados Unidos, com transformações radicais da Bolsa de Valores nos anos 1897-1898.

Esse processo provoca transformações nos direitos de propriedade com a separação entre gestão e propriedade e alavancou uma nova fração de classe capitalista. Distancia-se a “representação em papel” do capital e a sua materialização em objetos físicos que o incorporam. Negocia-se a riqueza do país em pedaços. A propriedade tornou-se mais líquida e alienável. Podia ser parcelada e vendida sem afetar diretamente a administração e a operação,
criando uma forma de lucro ou ganho de capital distinta das rendas e gastos da companhia.

Embora no capitalismo empreendedor a escritura da propriedade seja literalmente separada dos objetos que produziam as commodities, a propriedade da escritura garantia o direito ao controle da produção, ou seja, a transferência da escritura significava a transferência do controle da fábrica. O capital financeiro é, essencialmente, um sistema mercantil no qual valores mobiliários - ações e debêntures - são comercializados em lançamento primário e em mercado secundário, podendo ter mais liquidez do que as próprias mercadorias fabricadas.

Sociedade Norte-americana: Urbano-Industrial e Financeira

No fim do século XIX, os Estados Unidos, antes um celeiro da Europa, via exportação de algodão, tabaco, arroz, trigo, milho, etc., superaria a Grã-Bretanha no que diz respeito à produção industrial. Continuava a ser um grande produtor e exportador agropecuário, mas já era também a primeira potência industrial. Nas primeiras décadas do século XX, também superaria os britânicos como exportador de bens industriais. A Inglaterra deixou de ser a fábrica do mundo.

A maior inovação tecnológica na segunda metade do século XIX foi a ferrovia. Não apenas por seus encaixamentos para frente e para trás, mas também por ser geradora de atividades econômicas derivadas e catalizadora da ocupação do território. A expansão ferroviária viabilizou a criação de um imenso mercado interno. Propiciou o surgimento de grandes corporações produtivas, culminando a produção em massa, isto é, com grande economia de escala.


Além do deslocamento espacial, houve mudança no tamanho e na forma de organização dos negócios. As ferrovias propiciavam a criação de um amplo mercado nacional, atendido por grandes corporações que enviavam seus catálogos para o Oeste por meio das linhas férreas e dos correios e despachavam suas mercadorias adquiridas pelos moradores das novas fronteiras via reembolso postal. Levavam para o Oeste gente e produtos, traziam para o Leste carne e alimentos agrícolas.
Em 1860, a maioria das manufaturas, assim como as fazendas e granjas, estava concentrada em pequenas unidades individuais ou familiares, voltadas para o mercado local. Em 1900, 2/3 da produção manufatureira já estavam concentrados em corporações.

Já na virada do século, as corporações não financeiras obtinham cerca de metade de seu capital para investimento ou capital de giro por intermédio de bancos e da Bolsa de Valores. A integração e, logo, a subordinação do capital industrial ao capital financeiro avançou nos Estados Unidos em ritmo mais rápido do que na Europa.


A engenharia strictu sensu viria a tornar-se a engenharia social, pois as linhas de montagem seriam dirigidas por engenheiros, ou seja, os “homens-taylor”. O “sonho americano” mudava da loja, oficina e family farm da velha classe média para a ascensão social da nova classe média que trabalhava nas corporações, depois de treinamento profissional em Ensino Técnico ou Ensino Superior. A sociedade norte-americana passava para uma estratificação baseada na estrutura ocupacional de Blue-collar a White-collar, além da clivagem entre os proprietários e os não-proprietários. O “sonho do bom negócio próprio” era substituído pelo “sonho do bom emprego”.

Várias profissões técnicas são “universitarizadas”. As escolas profissionais dentro das Universidades ocupam gradualmente o espaço das escolas independentes. No início do século XX, a preparação de advogados, dentistas, farmacêuticos e veterinários era feita, largamente, em escolas autônomas, que muitas vezes nem sequer exigiam um diploma superior de formação geral tipo college. Na década de 1930, apenas 19% desses profissionais eram formados nesse tipo de escola independente.

Também se amplia o papel do setor público na produção e no consumo de engenheiros. Compreendiam 30% dos estudantes universitários. Eram as escolas públicas que formavam a maior parte (60%) dos engenheiros do país. Do lado do mercado de trabalho, o setor público também era importante, contratando quase ¼ deles.

O casamento entre ciência e indústria, celebrado pela Segunda Revolução Industrial, reorganiza as hierarquias no mundo da manufatura. Produz o enorme peso da eletricidade e da química na economia capitalista. Implica em mudanças múltiplas: o que fazer, como fazer, o que consumir, como usar, como manter ou reparar. Faz surgir novos materiais, desvalorizando ou revalorizando jazidas, terrenos e/ou regiões.
O uso residencial de energia elétrica propicia, futuramente, a proliferação de novas mercadorias sob forma de eletrodomésticos. Soma ao consumo de automóveis. As produções dessas novas mercadorias empregavam trabalhadores mais educados. Os white-collar redesenham as ocupações ordinárias em empresas de todos os setores logo no início do século XX.

A transformação na organização empresarial com redes de filiais e empresas multidivisionais gerou demanda por pessoal de escritório, vendas, gerência, contabilidade, e assim por diante. Difundiam-se cada vez mais as ferramentas mecânicas como máquinas de escrever e calcular para esse pessoal operar. O custo de comunicações também caiu com redes cada vez mais eficientes de telégrafo e telefone. Enfim, o modo de trabalhar e o tipo de trabalhador mudaram com as mudanças no capitalismo norte-americano.

O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860

A tese de doutoramento *O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860*, defendida por Nicholas Miller Trebat, cujo Orientador foi o Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros, no IE-UFRJ, analisa o papel das forças armadas no desenvolvimento econômico estadunidense da guerra de independência norte-americana (1776 - 1783) ao início da Guerra de Secessão (1861-1865).

Ele argumenta contra uma tendência bastante difundida de retratar os EUA, nos séculos 18 e 19, como uma espécie de utopia capitalista, com o estado americano assumindo funções tangenciais. Landes, de fato, nem sequer menciona o estado americano, enquanto, para Atack, Bateman, e Parker, o estado é um agente que entra em cena após as ações “revolucionárias” dos colonos, oferecendo-lhes “proteção” e um arcabouço institucional propício ao crescimento econômico, especialmente no que tange às garantias aos direitos de propriedade. Os “colonos”, no entanto, são tidos como os verdadeiros vetores da expansão econômica e territorial.

A impressão geral que os autores passam é de uma economia cuja trajetória foi determinada por decisões de capitalistas e pequenos proprietários rurais baseadas em dotações pré-existentes dos fatores de produção (“capital” e trabalho). Em relação ao progresso do setor manufatureiro no século 19, por exemplo, os autores afirmam que inovações técnicas nos EUA foram fruto da escassez do fator trabalho nos EUA, levando agentes a adotar métodos cada vez mais intensivos em capital. Conforme Trebat destaca nesse trabalho, esta explicação do progresso técnico
americano ignora a enorme contribuição do Departamento de Guerra à evolução do setor manufatureiro.

Embora a tendência a desconsiderar a atuação estatal esteja presente também em relação a transportes e manufaturas, é na questão da expansão territorial-agrícola que analistas passam uma visão particularmente distorcida da história econômica estadunidense. Como Trebat discute em sua tese, a maioria destes, de forma explícita ou não, fazem uma suposição semelhante à dos diplomatas estadunidenses que negociaram o Tratado de Paris em 1783. Este, que selou a paz com a Inglaterra, estabeleceu o rio Mississippi como a fronteira ocidental dos EUA. Embora os ingleses mantivessem uma presença militar e comercial na região ao redor dos Grandes Lagos até 1815, a Inglaterra formalmente abriu mão de suas reivindicações territoriais ao leste do rio Mississippi em 1783. A expansão ocidental inicia-se com a aquisição do território Louisiana da França em 1803 e termina com a guerra mexicano-americana de 1846-1848.

Os ingleses cederam o Meio-Oeste aos americanos, após a Guerra Anglo-Americana de 1812, basicamente, porque a região não os interessava o suficiente. A vitória sobre o Napoleão na Europa, o declínio do interesse no comércio de peles nos Grandes Lagos, e a dependência do algodão cru produzido nos EUA, levaram a Inglaterra a escolher a paz na América do Norte. Os sucessos militares americanos na defesa de Baltimore, no oceano Atlântico, e na Batalha de Nova Orleans só reforçaram a decisão inglesa.

É importante lembrar que com a exceção do estado de Ohio, o Meio-Oeste em 1815 ainda era, do ponto de vista inglês, uma terra de ninguém, sendo o principal interesse inglês o seu uso como colchão de segurança na defesa do Canadá e para a exploração do comércio de peles na região. No primeiro quarto do século 19, porém, empresas americanas se impuseram nos Grandes Lagos, afetando as operações dos comerciantes ingleses e criando um permanente interesse estadunidense na região, o que obrigaria a Inglaterra, se optasse por manter a sua predominância, a alocar significativos recursos na região na proteção deste comércio reduzido.

A atuação do Departamento de Guerra no processo expansivo nos EUA intensificou após 1815. No período de 1815 a 1860, o exército exerceu três funções principais nas fronteiras de colonização:

1. proteção aos povoados brancos,
2. intimidação de tribos “rebeldes”, e
3. a coordenação de atividades de guerra e conquista.
O problema com a descrição liberal, individualista e de acordo com “o mito-fundador”, ou seja, uma reinterpretação dos fatos dos eventos, mesmo restrita ao período anterior à Guerra Civil, é que ela não salienta que foi o exército, e não apenas os acordos diplomáticos com as potências européias, que viabilizou a expansão territorial no Meio-Oeste e nas regiões interioranas de Geórgia, Alabama, e Mississippi - o coração do “reinado de algodão” estadunidense. Ignorando o esforço do Departamento de Guerra para domar a “região selvagem”, além dos Apalaches, cientistas sociais liberais descrevem a colonização destas regiões como um processo liderado por colonos euro-americanos que teriam atravessado sem maiores dificuldades a cadeia montanhosa e começado a explorar as oportunidades econômicas que as planícies e matas virgens das novas regiões ofereciam.

Foram notáveis os efeitos econômicos da privatização de terras federais a partir de 1783. Bastava ver os impactos dos diversos leilões públicos na concentração de terra e renda, na produtividade agrícola e no tamanho das fazendas.

A política fundiária do governo federal originou no debate entre:

1. os “federalistas”, representados por Alexander Hamilton e interessados em utilizar os leilões para aumentar a arrecadação do governo central, e

2. os “jeffersonianos”, que concebia a terra pública como oportunidade de criar uma nação de pequenos proprietários.

O primeiro leilão, organizado sob os termos do Northwest Ordinance de 1787, beneficiou o lado federalista: preços foram altos e a área mínima estabelecida para a compra beneficiou grandes especuladores.

Em décadas posteriores, alterações foram feitas à política fundiária, incluindo o fornecimento de crédito e o reconhecimento de direitos de usucapião, que facilitaram a compra de terra por pequenos proprietários. O Homestead Act, promovido pelo presidente Lincoln durante a Guerra de Secessão, cedeu terra pública a milhões de famílias dispostas a lavrar a terra. Além de privatizar e doar terra, o governo federal alocou outras partes do domínio público aos estados e a empresas privadas para fins específicos como educação, mineração, e a construção de ferrovias.

Fossem os compradores quer fazendeiros quer land companies, a política federal, ao realizar leilões, promoveu um intenso mercado de terras no país utilizado para fins especulativos. Fazendeiros-especuladores e especuladores puros tinham incentivos a investir nos terrenos e revendê-los.
posteriormente. Embora levasse a abusos, e, em alguns casos, concentrações excessivas, a política fundiária teve um papel crucial na colonização do país.

Uma barreira importante à expansão agrícola ao oeste, acrescentam, foi a incerteza e os altos custos de informação com que se defrontavam potenciais fazendeiros ou imigrantes europeus. Os esquemas de colonização promovidos pelas ferrovias a partir dos anos 1860 representam exemplos de estratégias utilizadas pelo setor privado para lidar com este obstáculo. Marqueteiros contratados pelas ferrovias (cedidas milhões de hectares de terra para financiar as obras) circularam a costa leste dos EUA e Europa para divulgar informação sobre as vantagens e oportunidades econômicas existentes no oeste.

Quanto ao papel do governo, este, reagindo a pressão de fazendeiros, desenvolveu arranjos institucionais para melhorar o conhecimento científico, assim aumentando a produtividade agrícola e o acesso à informação sobre preços, mercados, e condições climáticas. É saliente a importância do Morrill Act de 1862, cedendo terra federal a governos estaduais para o estabelecimento de Faculdades de Ciência Agrícola.

As consequências do modelo de política fundiária, adotado pelo governo federal, têm sido analisadas de forma exaustiva pelos historiadores econômicos. Trebat aponta: estas análises são quase todas ex post, isto é, são feitas a partir do momento em que o governo federal americano já detinha controle efetivo dos territórios nos quais a civilização branca americana se expandia. Assim, o impacto da intervenção estatal na expansão agrícola é distorcido, porque ignora-se o crucial primeiro passo desta política, que foi o violento processo de expropriação e defesa territorial que acompanhou a expansão e logicamente antecede a implementação do land policy discutido pelos autores liberais. Especificamente, o papel das forças armadas americanas na incorporação destas terras ao domínio público tem sido investigado com pouco interesse e cautela. Portanto, permanece na literatura liberal a impressão que coube ao estado apenas a função de organizar a privatização dos territórios adquiridos.

O treinamento público de engenheiros, nessa época de incerteza tecnológica e em que falta mão-de-obra especializada, tem efeitos completamente distintos de uma política idêntica implementada quando a tecnologia está consolidada e escolas de capacitação técnica abundam. O fator tempo também é crítico quando envolve indústrias que impactam diversos outros setores. Como Trebat mostra, o apoio estadual e federal às ferrovias da costa leste permitiu uma rápida expansão da malha para além das montanhas Apalaches, que induziu, a partir de 1853, um boom de construção privada nas planícies do Meio-Oeste. Assim, foi criada uma base sólida para o
sistema ferroviário nacional a partir da qual vultosos investimentos foram feitos nos anos 1860 e 1870. Sem a intervenção estatal na fase de infância da indústria, é razoável supor que esta trajetória teria sido bem mais lenta, o que, no caso das ferrovias, teria alterado a trajetória da economia como um todo.

Embora incorresse em custos significativos ao longo de décadas para promover a tecnologia intercambiável, os gastos do Departamento de Guerra neste projeto não foram elevados como percentagem da renda nacional, pois os gastos federais nunca superaram 3% da renda nacional entre 1800 e 1860. No entanto, o esforço persistente de produzir armas de fogo com peças intercambiáveis levou ao desenvolvimento de máquinas e técnicas que revolucionaram os processos produtivos no setor manufatureiro.

Relação entre o Estado e o Desenvolvimento Econômico Americano

O esplêndido trabalho de pesquisa de Nicholas Miller Trebat, *O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860*, defendida como tese de doutoramento no IE-UFRJ, se propõe a reunir as diversas análises existentes sobre a atuação federal no período anterior à Guerra Civil e inseri-los na discussão sobre a relação entre o Estado e o desenvolvimento econômico americano. No tocante à literatura revisionista, é importante salientar que o trabalho não visa contra-argumentar que o governo federal teve impacto mais importante que os governos locais antes de 1860, nem que o poder federal neste período constituiu um “leviatã” afetando todos os setores econômicos de forma contundente. No entanto, busca ilustrar que o impacto econômico de pelo menos uma instituição federal neste período — o Departamento de Guerra — foi substancial.

Por que analisar especificamente as Forças Armadas? O leitor notará que quase todos os estudos mencionados sobre o impacto federal na economia americana são ao mesmo tempo análises da atuação do impacto das instituições militares. Há uma explicação simples para isso: a federação estadunidense até 1850 era essencialmente uma união militar, contexto refletido na participação expressiva dos gastos militares nos gastos primários totais do governo federal. Esta participação ficou em torno de 70% em média entre 1792 a 1860, alcançando níveis excepcionalmente elevados (acima de 90%) em períodos de guerra. Portanto, se o governo federal teve algum impacto na economia americana no período examinado, não seria uma surpresa se fosse através do Departamento de Guerra.

O primeiro passo na formação do estado americano foi a Guerra de Independência (1775-1783), que exigiu a criação do Exército Continental e
uma entidade legislativa, chamado o Congresso Continental, para coordenar os esforços de guerra entre as treze colônias, até antão pouco integradas economicamente. Conflitos, ou a ameaça de conflitos, continuaram estimulando a centralização estatal nos primeiros anos da república. Como Trebat discute, levantes populares internos contra o sistema tributário e monetário, resistência indígena à expansão americana e a ameaça da presença inglesa e espanhola no continente norte-americano induziram o o processo de centralização de poder estatal nos EUA a partir de 1789, ano em que foram abolidos os Artigos da Confederação, uma carta constitucional descentralizadora que não exigiu a unificação dos mercados nem das moedas, cada estado se reservando o direito de emitir papel-moeda próprio. Os Artigos foram substituídos pela Constituição que estabeleceu tarifas nacionais de importação e reservou ao governo central o direito à cunhagem.

Estas considerações nos ajudam a entender porque o governo central no período examinado era basicamente uma organização militar: foram as necessidades militares que levaram à centralização de poder nos EUA e a própria formação inicial do estado. Logo, era de esperar que o governo central assumisse nas primeiras décadas da República funções predominantemente militares.

O interesse de Trebat nas instituições militares também deriva das inúmeras experiências de influência militar em atividades privadas no século 20, como no caso do desenvolvimento de rádio, aves, o computador e, mais recentemente, a internet e robótica. Por isso, é interessante investigar possíveis antecedentes históricos do impacto militar, não só em termos de inovações técnicas, mas em um sentido mais amplo, permitindo fazer observações mais abrangentes sobre a relação entre o estado e o desenvolvimento econômico americano.

O argumento básico da tese de Trebat é que o Departamento de Guerra teve papel fundamental na criação das “pré-condições” para a industrialização americana. “Pré-condições” se referem a uma série de atributos – como abundância de recursos naturais, elevada capacidade técnica da população, geografia favorável ao comércio externo e estruturas políticas e sociais favoráveis ao progresso técnico – que possibilitam fases posteriores de rápido crescimento industrial.

Este trabalho de pesquisa de Nicholas Miller Trebat consiste em três estudos de caso do impacto militar na economia americana até 1860. Ele resume as características da economia americana no limiar da Revolução (1775-1783), apontando para os setores dinâmicos e para o considerável grau de estratificação socioeconômica que existia nas colônias americanas. Discute também o mercado de terras no final do período colonial e os incentivos que
este criava para a expansão territorial. Discorre sobre os intensos conflitos de classe que marcaram a sociedade nos anos 1780, e os reflexos destes no movimento constitucionalista e na criação das forças armadas modernas. Foram os poderes concedidos ao governo federal pela Constituição de 1789 que permitiu que o Departamento de Guerra obtivesse os recursos e a autonomia necessários para influenciar o rumo da economia americana no período anterior à Guerra Civil.

O Trebat descreve as origens da industrialização americana, sobretudo a evolução do setor manufatureiro concentrado nas regiões Nordeste e, em menor medida, Meio-Oeste. Discute o progresso técnico no setor de máquinas-ferramentas até 1860 e o seu papel na elevada produtividade manufatureira observada já a partir de 1840. Analisa o papel macroeconômico das regiões Sudeste e Meio-Oeste, apontando para o papel do setor agrícola e das exportações no crescimento destas regiões e na sustentação das taxas de crescimento a nível nacional. A última seção discute a evolução do sistema de transporte. Conclui essa parte com um breve resumo do debate em torno do impacto econômico das ferrovias e o papel do estado na construção da malha no período anterior à Guerra Civil.

Em seguida, examina o papel do exército nacional na expansão territorial estadunidense entre 1790 e 1840. O objetivo central é de ilustrar que a colonização branca das áreas além das montanhas Apalaches no Sudeste e Meio-Oeste foi fruto de conquistas militares do exército nacional contra tribos indígenas contando com o apoio de interesses ingleses e espanhóis. Como dito, autores como Douglas North e David Landes descrevem o processo de ocupação destas regiões como se fosse liderado por famílias de colonos-fazendeiros, assim ignorando o esforço do exército federal para remover as populações indígenas residindo nos estados modernos de Ohio, Indiana, Illinois, Alabama Mississippi, e Geórgia. Argumentaremos que elites proprietárias da costa leste, buscando aumentar a receita do governo federal e lucrar com a ocupação das terras ao oeste, tiveram papel importante na colonização destes estados.

O segundo estudo de caso, abordado por Trebat, analisa o papel dos arsenais federais no desenvolvimento das máquinas-ferramentas e técnicas produtivas características da tecnologia intercambiável. Ilustra os vínculos tecnológicos entre a indústria armamentista, criada nos EUA a partir dos arsenais de Springfield e Harper’s Ferry, e a indústria automobilística do início do século 20.

Ele analisa também o papel do Departamento de Guerra no crescimento da indústria ferroviária no período anterior à Guerra Civil. A partir de 1827, o Departamento de Guerra enviou engenheiros militares para efetuar
levantamentos topográficos e trabalhar na construção e administração de ferrovias. Argumenta que a contribuição mais importante das instituições militares à construção, operação e administração das ferrovias americanas foi através da academia militar de West Point, principal escola de engenharia do país até 1860.

Em relação à administração ferroviária, aponta para evidências sugerindo que as ferrovias, e o big business americano de maneira geral, foram significativamente influenciados pelo modelo organizacional militar desenvolvido pelo Departamento de Guerra a partir de 1815.

Conclui com uma breve reflexão sobre as implicações dos seus argumentos para o estudo da relação entre o Estado e o desenvolvimento americano.

Submissão


O professor universitário solteirão torna-se o alter-ego - termo cunhado por Freud para conceituar coisas contidas no Ego de uma determinada pessoa, as quais podem ser transferidas para uma outra passar a funcionar como se fosse uma duplicata da primeira pessoa - de Huysmans. Vive o tédio de sua crise de meia-idade como observador crítico do cenário político da França a partir da eleição presidencial de 2022. De quebra, converte-se em um participante ativo na mudança de costumes impostas pelo islamismo nos desejados valores libertários, igualitários e fraternos dos franceses.

Em misto de ceticismo, cinismo e niilismo, ele expõe sua verve irônica neste best-seller. Ele seria lançado, justamente, no dia do ataque terrorista ao Charlie Hebdo. Assim como provavelmente todos os franceses li o pequeno livro de ponta a ponta (225 páginas), praticamente, de uma vez na viagem de 12 horas em ida-e-volta de avião Campinas- Belém do Pará-Campinas. É
envolvente sua narrativa a respeito da cena política contemporânea da França e dessa perspectiva geopolítica europeia e islâmica.

Imaginem todas as consequências políticas e sobre os costumes franceses, caso a centro-esquerda e a centro-direita se aliarem com um candidato islamita contra a candidata Marie Le Penn da Frente Nacional, partido xenófobo de extrema-direita, no segundo turno da eleição presidencial. Isto está em seu imaginário.

Leia, como amostra, pequenos trechos de: Michel Houellebecq, “Submissão”.

“A notícia estourou, na verdade, pouco depois das duas da tarde: a UMP, a UDI e o PS tinham se entendido para fechar um acordo de governo, uma ‘frente ampla republicana’, e se aliavam ao candidato da Fraternidade Muçulmana. Muito excitados, os jornalistas dos canais de notícias se mobilizaram a tarde toda a fim de tentar saber um pouco mais sobre as condições do acordo e a repartição dos ministérios, conseguindo sempre a mesma resposta sobre a inutilidade das considerações partidárias, a urgência da unidade nacional e a de curar as feridas de um país dividido etc. Tudo isso era perfeitamente esperado, previsível; menos, porém, era o retorno de François Bayrou [‘velho político bearnense, derrotado em praticamente todas as eleições que disputara nos últimos trinta anos’] ao primeiro plano da cena política. Na verdade, ele aceitara uma dobradinha com Mohammed Ben Abbes: este se comprometera a nomeá-lo primeiro-ministro se saísse vitorioso da eleição presidencial.”

(...) “Mas sua grande referência, que salta aos olhos, é o Império romano, e a consolidação europeia é para ele apenas um meio de realizar essa ambição milenar. O principal eixo de sua política externa será deslocar para o Sul o centro de gravidade da Europa; já existem organizações que perseguem esse objetivo, como a União para o Mediterrâneo. Os primeiros países capazes de se agregar à essa construção europeia serão, com certeza, Turquia e Marrocos; depois virão Tunísia e Argélia. A mais longo prazo, há o Egito — é um osso mais duro de roer, mas seria decisivo. Paralelamente, pode-se pensar que as instituições da Europa, que atualmente são tudo menos democráticas, evoluirão para mais consultas populares; a saída lógica seria a eleição pelo sufrágio universal de um presidente europeu. Nesse contexto, a integração à Europa de países já muito populosos, e com demografia dinâmica, como Turquia e Egito, poderia desempenhar um papel decisivo. A verdadeira ambição de Ben Abbes, estou convencido, é se tornar a longo prazo o primeiro presidente eleito da Europa — de uma Europa ampliada, incluindo os países do entorno Mediterrâneo.”
(...) “estaremos lidando com uma das primeiras potências econômicas mundiais, que serão perfeitamente capazes de se tratar de igual para igual. É um jogo curioso que se joga neste momento entre a Arábia Saudita e as outras petromonarquias: Ben Abbes está disposto a se aproveitar, sem o menor escrúpulo, de seus petrodólares; mas não tem a mínima intenção de aceitar um abandono qualquer de soberania. Em certo sentido, apenas retoma a ambição de De Gaulle de uma grande política árabe da França, e garanto que não lhe faltam aliados, até mesmo, aliás, nas monarquias do Golfo, cujo alinhamento com as posições americanas as obriga a engolir um bocado de sapos, colocando-as permanentemente em posição ambígua diante da opinião pública árabe, que por isso começam a pensar que um aliado como a Europa, menos organicamente ligado a Israel, poderia ser uma opção bem melhor...”

(...). “mal reparei, na noite do segundo domingo das eleições, na ampla vitória de Mohammed Ben Abbes.”

(...) “as roupas femininas tinham se transformado, senti de imediato, sem conseguir analisar a transformação; o número de véus islâmicos havia aumentado um pouco, mas não era isso, e levei quase uma hora perambulando até captar, de um só golpe, o que mudara: todas as mulheres estavam de calças compridas. A detecção das coxas femininas, a projeção mental reconstruindo a bucetinha em sua interseção, processo cujo poder de excitação é diretamente proporcional ao comprimento das pernas nuas: tudo isso era em mim tão involuntário e mecânico, de certa forma genético, que não percebi imediatamente, mas o fato estava ali, os vestidos e as saias tinham desaparecido. Uma nova roupa também tinha se disseminado, uma espécie de blusa comprida de algodão, parando no meio da coxa, que tirava todo o interesse objetivo das calças justas que certas mulheres poderiam eventualmente usar; quanto aos shorts, é claro que estavam fora de discussão. A contemplação da bunda das mulheres, mínimo consolo sonhador, também se tornara impossível. Uma transformação, portanto, estava indubitavelmente a caminho; começara a se produzir um deslocamento objetivo.”

(...) “Os novos estatutos da universidade islâmica Paris-Sorbonne me proibiam prosseguir minhas atividades de ensino; Robert Rediger, o novo reitor da universidade, assinava pessoalmente a carta; manifestava-me seu profundo pesar e me garantia que a qualidade de meus trabalhos universitários não estava de jeito nenhum em causa. É claro que me era perfeitamente possível prosseguir minha carreira numa universidade laica; se, todavia, eu preferisse renunciar a essa hipótese, a universidade islâmica Paris-Sorbonne se comprometia a me pagar desde já uma aposentadoria cujo montante mensal seria indexado pela inflação e elevava-se neste momento a 3.472 euros. Eu
podia agendar uma ida aos serviços administrativos a fim de tomar as providências necessárias.”

E quais serão as possíveis mudanças econômicas no caso da islamização da França?

(...)

de modo geral, a França recuperava um otimismo que não conhecera desde o fim dos Trente Glorieuses [período de grande crescimento econômico que vai de 1945 a 1975], meio século antes. O início do governo de união nacional instalado por Mohammed Ben Abbes foi unanimemente saudado como um sucesso, nunca um presidente da República recém-eleito se beneficiara de tamanho ‘estado de graça’, todos os comentaristas estavam de acordo sobre isso.

Eu costumava repensar no que Tanner me dissera, nas ambições internacionais do novo presidente, e notei com interesse uma informação que passou praticamente despercebida: a retomada das negociações sobre a adesão próxima do Marrocos à União Europeia; quanto à Turquia, já fora definido um calendário. Portanto, a reconstrução do Império romano estava em marcha, e no plano interno Ben Abbes tinha uma trajetória impecável.

A consequência mais imediata de sua eleição foi a diminuição da delinquência, e em proporções enormes: nos bairros mais problemáticos, ela despencou para menos de um décimo do total.

Outro sucesso imediato foi o desemprego, cujas taxas estavam em queda livre. Isso se devia, sem a menor dúvida, à saída maciça das mulheres do mercado de trabalho — e isso estava por sua vez ligado à considerável revalorização dos abonos familiares, primeira medida apresentada, simbolicamente, pelo novo governo. O fato de que o pagamento fosse condicionado à cessação de toda atividade profissional provocara, no início, uma certa chiadeira da esquerda; mas, diante das estatísticas do desemprego, o ranger de dentes logo parou.

O déficit orçamentário nem sequer teria aumentado: a revalorização dos abonos familiares foi integralmente compensada pelo corte drástico do orçamento do Ministério da Educação Nacional — até então, de longe, o maior orçamento do Estado. No novo sistema, a escolaridade obrigatória terminava no final do primário — isto é, mais ou menos na idade de doze anos; restabelecia-se o certificado de conclusão de estudos, que aparecia como o coroamento normal do percurso educativo. Em seguida, o ensino técnico do artesanato foi encorajado; o financiamento do ensino secundário e superior tornou-se, por sua vez, inteiramente privado.
Essas reformas visavam ‘dar o lugar e a dignidade que a família, célula-base de nossa sociedade, merece’, declararam o novo presidente da República e seu primeiro-ministro, num estranho discurso comum, em que Ben Abbes encontrara toques quase místicos, e em que François Bayrou, com o rosto aureolado por um largo sorriso de beatitude, desempenhara mais ou menos o papel de Jean Saucisse, o Hanswurst das velhas pantominas alemãs, que repete de forma exagerada — e meio grotesca — o que acaba de ser dito pelo personagem principal.

As escolas muçulmanas não tinham, é claro, nada a temer — no que se refere ao ensino, a generosidade das petromonarquias era, desde sempre, sem limites. De maneira mais surpreendente, certos estabelecimentos católicos e judeus tinham, ao que tudo indicava, se safado a tempo, apelando para a colaboração de diversos empresários; em todo caso, anunciavam ter encerrado as negociações e conseguido as verbas para funcionar normalmente já no próximo ano letivo.

A implosão brutal do sistema de oposição binário centro-esquerda/centro-direita, que estruturava a vida política francesa desde tempos imemoriais, primeiro mergulhara toda a imprensa num estado de estupor, depois, de afasia. Foi possível ver o infeliz Christophe Barbier, com sua echarpe caída, arrastando-se miseravelmente de um estúdio de televisão a outro, impotente para comentar uma mutação histórica que ele não vira chegar — que, a bem da verdade, ninguém vira chegar.

No entanto, pouco a pouco, ao longo das semanas, núcleos de oposição começaram a se formar. Primeiro, entre os laicos de esquerda. Sob o impulso de personalidades improváveis como Jean-Luc Mélenchon e Michel Onfray, ocorreram reuniões de protesto; a Frente de Esquerda continuava a existir, ao menos no papel, e já se podia prever que Mohammed Ben Abbes teria um oponente de peso em 2027 — excetuando-se, é claro, a candidata da Frente Nacional.

Inversamente, certas organizações como a União dos Estudantes Salafistas fizeram ouvir sua voz, denunciando a persistência de comportamentos imorais e exigindo uma autêntica aplicação da charia. Assim, aos poucos instalavam-se os elementos de um debate político. Seria um debate de tipo novo, muito diferente dos que a França conhecia nos últimos decênios, mais parecido com o que existia na maioria dos países árabes; mas seria, mesmo assim, uma espécie de debate. E a existência de um debate político, embora artificial, é necessária para o funcionamento harmonioso da imprensa, talvez até para a existência, no seio da população, de um sentimento pelo menos formal de democracia.”
Lendo esses trechos de Michel Houellebecq, “Submissão”, dá para entender porque a gente não consegue largar o polêmico livro até terminar sua leitura de uma única vez!

História da Alemanha


Entre 800 e 70 a.C., as tribos germânicas no Norte migraram para território celta, avançando até os rios Oder e Reno e para o que é hoje a Alemanha meridional. Por volta de 58 a.C., os romanos, por meio de uma sucessão de campanhas militares, tornaram o Reno a fronteira nordeste do Império Romano, o que levou à romanização da margem esquerda do rio e a incorporação das sociedades celtas centro-europeias ao Império. A Germânia até o Reno e o Danúbio permaneceram fora do Império Romano.

A partir de 90 d.C., os romanos construíram o Limes, uma linha defensiva de 550 quilômetros do Reno até o Danúbio, planejada para conter as incursões germânicas na fronteira, bem como uma série de fortificações. Em cerca de 260, os germanos finalmente romperam o Limes e a fronteira do Danúbio.

No século IV, o avanço dos hunos Europa adentro deu início a um período chamado de Grandes Migrações, que mudou completamente o mapa do continente europeu. Ao unificar os frances e conquistar a Gália, o rei merovíngio Clóvis tornou-se o fundador do Reino Franco. Em 496, os francos derrotaram os alamanos, aceitaram a fé católica e passaram a ser apoiados pela Igreja. As províncias romanas ao norte dos Alpes já eram cristãs desde o século IV, e centros cristãos foram mantidos mesmo após a queda do Império Romano do Ocidente.

De 772 a 814, o Rei Carlos Magno estendeu o Império Carolíngio até a Itália setentrional e os territórios de todos os povos germânicos, inclusive os saxões e os bávaros. Em 800, a sua autoridade na Europa Ocidental foi confirmada com a sua sagração como imperador, em Roma, estabelecendo-se, assim, o que viria a chamar-se Sacro Império Romano-Germânico. O reino franco foi dividido em condados e suas fronteiras eram protegidas por marcas.
No início do século XVI, era crescente o descontentamento na Alemanha com os abusos na Igreja Católica e havia um desejo de reforma. A Reforma Religiosa (ou Protestante) começou em 1517, quando Martinho Lutero pregou as suas "95 Teses" no portão da igreja do castelo em Wittenberg.

Em 1521, Lutero foi declarado fora-da-lei pela Dieta de Worms. Mas a Reforma propagou-se rapidamente, com o incentivo das guerras do Imperador Carlos V contra a França e os turcos. Escondido no Castelo de Wartburg, Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, lançando as bases da moderna língua alemã.

Em 1524, estalou a Guerra dos Camponeses contra os princípios e senhores governantes, segundo a pregação de certos sacerdotes reformistas. Mas as revoltas, apoiadas por nobres com experiência militar foram reprimidas pelos princípios territoriais.

A Contrarreforma teve início em 1545 na Alemanha. O impulso principal foi dado pelos Jesuítas, ordem fundada pelo espanhol Ignácio de Loyola. O centro e o nordeste da Alemanha tornaram-se protestantes, enquanto que o oeste e o sul permaneceram predominantemente católicos.

O período de 1618 a 1648 foi marcado na Alemanha pela Guerra dos Trinta Anos. As causas foram:

1. os confrontos entre católicos e protestantes,
2. os esforços dos diversos Estados dentro do Império no sentido de concentrar poder e
3. a tentativa, da parte do Imperador, de concretizar uma união política e religiosa.

A partir de 1640, Brandemburgo-Prússia começara a destacar-se, sob o governo do Grande Eleitor, Frederico Guilherme. A Paz de Vestfália fortaleceu ainda mais a Prússia. Um sistema absolutista de governo foi adotado. No período de 1713 a 1740, o Rei Frederico Guilherme I, também conhecido como o "Soldado Rei", estabeleceu um Estado altamente centralizado na Prússia.

Entrementes, Luís XIV de França conquistara partes da Alsácia e Lorena (1678-1681), e invadira e devastara o Palatinado (1688-1697). Em 1683, os otomanos sofreram uma derrota fora dos muros de Viena, nas mãos de tropas polonesas. A cidade era defendida por forças alemãs e austriacas sob comando de Carlos IV, duque de Lorena. A Hungria foi reconquistada e receberia, mais tarde, colonos alemães. A Áustria, governada pelos Habsburgos, tornou-se uma grande potência.
A partir de 1763, tanto a Prússia quanto a Áustria adotaram “o despotismo esclarecido”: a economia desenvolveu-se, providenciaram-se reformas legais, inclusive a abolição da tortura e a melhoria do status dos judeus, teve início a emancipação dos servos e promoveu-se a educação.

No período 1772-1795, a Prússia participou da partilha da Polônia, ocupando territórios a oeste da Grande Polônia, o que começou uma resistência polonesa de séculos contra a presença alemã.

A Revolução Francesa provocou uma nova guerra entre a França e vários países a leste, inclusive a Prússia e a Áustria. Em seguida à Paz de Basileia com a Prússia, em 1795, a França recebeu a margem esquerda do Reno.

Em 1800, a Alemanha era um império decrépito, formado por centenas de insignificantes principados, cidades livres e estado eclesiástico e aristocráticos. Napoleão I da França recomeçou a guerra com o Sacro Império. Em 1803, ele aboliu quase todos os territórios eclesiásticos, estados pequenos e cidades livres imperiais. Estabeleceram-se novos estados de tamanho médio no sudoeste da Alemanha, configurando uma significativa transformação de sua geografia política. A Prússia ganhou, por sua vez, território no Noroeste.

O Sacro Império Romano-Germânico foi dissolvido formalmente em 6 de agosto de 1806, com a renúncia do último Sacro Imperador. A Confederação do Reno foi criada, sob a proteção de Napoleão. No período de 1808 a 1812, a Prússia foi reconstruída e uma série de reformas regulou a administração municipal, a liberação dos camponeses e a emancipação dos judeus. A reforma do exército foi empreendida por generais prussianos.

Em 1813, tiveram início as guerras de liberação, em seguida à destruição do exército napoleônico na Rússia (1812). Após a Batalha das Nações em Leipzig, rompeu-se o controle francês sobre a Alemanha. A Confederação do Reno foi dissolvida. Em 1815, Napoleão foi definitivamente derrotado em Waterloo por forças do Reino Unido, auxiliadas pelo exército prussiano.

As reformas na Prússia, projetadas para fortalecer o Estado para poder libertar as províncias sob ocupação francesas, resultaram na formação de uma nova Alemanha em 1871. O liberalismo progressista das primeiras décadas do século XIX foi gradualmente transformado em um nacionalismo autoritário.

Uma noção um tanto vaga de uma identidade nacional alemã tinha sido articulada pela primeira vez no século XVIII. Ela se baseava nas peculiaridades culturais e linguísticas do mundo de língua alemã. Era abstrata, humanista, cosmopolita, filosoficamente refinada e apolítica. O intenso ódio aos franceses, causado pelas guerras revolucionárias e napoleônicas, ao lado do
comportamento inaceitável das tropas de ocupação francesas, azedou esse nacionalismo incipiente. O cosmopolitismo se transformou em um sentimento arrogante de superioridade cultural. O apolitismo se tornou uma obsessão reacionária com um passado alemão visto pelo “mito fundador”. O refinamento foi destilado em uma obscuridade impenetrável, porém contaminante na elite.

Após a queda de Napoleão, os monarcas e estadistas europeus reuniram-se no Congresso de Viena, em 1814, com vistas a reorganizar a Europa, sob a liderança do príncipe austríaco Metternich. Dentre os princípios políticos pactuados, impuseram-se a restauração, a legitimidade e a solidariedade dos governantes em prol da repressão a ideias revolucionárias e nacionalistas. No território do antigo Sacro Império Romano, formou-se a Liga Alemã, uma união fraca de 39 estados (35 príncipes reinantes e 4 cidades livres), sob a liderança da Áustria.

Em 1834, estabeleceu-se a Zollverein, uma união aduaneira entre a Prússia e a maior parte dos demais estados alemães, com a exclusão da Áustria.

O crescente descontentamento com a ordem política e social imposta pelo Congresso de Viena levou à eclosão, em 1848, da Revolução de Março nos estados alemães que, em 1834, tinham estabelecido uma união aduaneira entre a Prússia, com a exclusão da Áustria. Em maio, foi criada a Assembleia Nacional Alemã – ou Parlamento de Frankfurt –, com o objetivo de preparar uma constituição nacional alemã. A união aduaneira criou um mercado que logo iria desafiar a supremacia britânica. O capital se deslocou para o norte enquanto a Áustria declinava.

Tudo o que faltava era alguma forma de unificação para que a Alemanha fosse a nação mais poderosa do continente. Mas que forma iria tomar essa unificação? Seria uma Grande Alemanha que incluiria a Áustria ou uma Pequena Alemanha sob o domínio prussiano?

As questões-chave eram: quem era alemão? Onde estava a Alemanha? De início, concordou-se que os alemães eram pessoas que falavam alemão e a Alemanha estava “onde quer que o alemão fosse falado”. Mas, e os suíços falantes de alemão? E os alsacianos que falavam alemão, mas tinham a cidadania francesa? E os milhares de prussianos que falavam polonês? E os tchecos nas províncias austríacas da Boêmia e da Morávia? Os judeus deveriam ser tratados como cidadãos iguais ou o povo alemão precisaria ser protegido contra “esses estrangeiros ameaçadores”? Os delegados do parlamento prussiano não chegaram a um consenso.
A Revolução de 1848 terminou por fracassar: o Rei Frederico Guilherme IV da Prússia recusou a coroa imperial, o Parlamento de Frankfurt foi dissolvido, os príncipes reinantes reprimiram os levantes pela força e a Liga Alemã foi restabelecida em 1850.

Em 1862, o Príncipe Bismarck foi indicado como primeiro-ministro da Prússia — apesar da objeção dos liberais e dos socialistas, que o consideravam um reacionário. As políticas domésticas de Bismarck, na qualidade de Chanceler da Alemanha, caracterizaram-se por sua luta contra os supostos inimigos do estado protestante da Prússia. A outra suposta ameaça era a ascensão do Partido dos Trabalhadores Socialistas — mais tarde, Partido Socialdemocrata da Alemanha —, cujo propósito declarado era estabelecer uma nova ordem socialista através da transformação das estruturas políticas e sociais existentes. A partir de 1878, Bismarck procurou reprimir o movimento socialdemocrata, proibindo sua organização, assembleias e a maioria de seus periódicos. Por outro lado, ao instituir um Sistema de Previdência Social, esperava ele ganhar o apoio das classes trabalhadoras do Império.

A controvérsia entre a França e a Prússia acerca da sucessão do trono espanhol por um candidato alemão provocou a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Em seguida à declaração de guerra francesa, tropas prussianas e sul-alemãs invadiram a França em 1870. O exército francês terminou por capitular. O Imperador Napoleão III foi feito prisioneiro e o Segundo Império francês desmoronou. Após a rendição de Paris, foi celebrada a Paz de Frankfurt: a França obrigava-se a ceder à Alemanha a Alsácia e a parte germanófona da Lorena, que eram territórios ricos em ferro e carvão, pagar indenizações. Ela teve seu contingente de soldados limitado a cem mil soldados, além de não poder manter fortificações em um raio de 100 km com a fronteira Alemã. As concessões territoriais feriram o orgulho nacional francês, profundamente, e formariam um obstáculo à concórdia franco-alemã. Além disso, o Kaiser Guilherme I da Prússia foi coroado no Palácio de Versalhes, outra humilhação simbólica para a França.

A prioridade de Bismarck era proteger o poder alemão em expansão, por meio de um sistema de alianças, e procurar conter crises internacionais até que a Alemanha estivesse preparada para provocá-las. Nesse sentido, era de particular importância conter e isolar a França, pois Bismarck temia que esta formasse uma aliança com a Rússia e se vingasse de sua perda da Alsácia e da Lorena.

Bismarck custou a acatar as aspirações do Imperador Guilherme I no sentido de tornar a Alemanha uma potência mundial através da aquisição de colônias alemãs. Bismarck desejava de todas as maneiras evitar tensões com as potências europeias que ameaçassem a segurança da Alemanha. Mas
quando, entre 1880 e 1885, o quadro internacional se mostrou auspicioso, Bismarck acedeu, estabelecendo-se então algumas colônias ultramarinas alemãs: na África (Togo, Camarões, Sudoeste Africano Alemão e África Oriental Alemã) e na Oceania (Nova Guiné Alemã, o Arquipélago de Bismarck e as Ilhas Marshall).

O Kaiser Guilherme I morreu em 1888, sucedendo-o seu filho, Frederico III, o qual reinou por apenas 99 dias, até a sua morte. Subiu ao trono, então, o jovem e ambicioso Guilherme II, filho de Frederico. Bismarck renunciou em 1890, devido a divergências políticas e pessoais com o novo Kaiser, que desejava ser “o seu próprio chanceler”.

Com uma lista tão abrangente de adversários - socialdemocratas, católicos, franceses, poloneses, alsacianos, dinamarqueses e, sempre que era politicamente conveniente, judeus -, uma maioria de cidadãos era considerada estrangeira, ao passo que somente conservadores protestantes eram julgados verdadeiros alemães. O sistema começou a se desintegrar quando poderosas forças liberal e democráticas enfrentaram um conservadorismo obstinadamente resistente à mudança, apoiado pelo populismo antissemita racista.

No entanto, quando a I Grande Guerra Mundial começou, em 1914, essas tensões sociais e políticas foram temporariamente superadas em uma extraordinária exibição de unidade nacional. Mas, à medida que a guerra foi se arrastando, a nação se desintegrou.

A política de poder imperialista e a defesa determinada dos interesses nacionais terminaram por levar à eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, tendo como causa imediata o assassinato do herdeiro do trono austriaco, Francisco Fernando, e sua mulher, em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, nas mãos de um nacionalista sérvio.

Outras causas para a guerra, indicadas por historiadores, são:

1. as políticas opostas levadas a cabo pelas potências europeias,
2. a corrida armamentista,
3. a rivalidade germano-britânica,
4. as dificuldades do Estado multinacional austro-húngaro,
5. a política russa para os Balcãs, e
6. as apressadas mobilizações e ultimatos baseados na premissa de que o conflito seria de curta duração.

Nos termos do Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, a Alemanha deveria ceder a Alsácia-Lorena e outras regiões. A Polônia foi restaurada e, após plebiscitos e levantes independentistas, foram-lhe entregues Posen, a Prússia Ocidental e a Alta Silésia. Todas as colônias seriam entregues aos Aliados. As margens direita e esquerda do Reno seriam permanentemente desmilitarizadas. O Sarre, centro industrial importante, seria governado pela Liga das Nações por 15 anos, seus campos de carvão administrados pela França.

Para assegurar o cumprimento do tratado, tropas aliadas ocupariam a margem esquerda (alemã) do Reno por um período entre 5 e 15 anos. O exército alemão ficaria limitado a 100 mil oficiais e soldados; o estado-maior seria dissolvido; grandes quantidades de material bélico seriam entregues e a fabricação de munições, rigidamente controlada. A Marinha sofreria redução semelhante; ficava proibida a utilização de aeronaves militares. A Alemanha e seus aliados deveriam aceitar a exclusiva responsabilidade pela guerra e pagar compensações financeiras pelas perdas e danos sofridos pelos Aliados.

Os humilhantes termos da paz provocaram indignação entre os alemães e enfraqueceram drasticamente o novo regime democrático. Em 11 de agosto de 1919, entrou em vigor a Constituição de Weimar, sendo Friedrich Ebert o primeiro Presidente da República.

Os dois maiores inimigos do novo regime democrático eram o Partido Comunista Alemão (KPD) e o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP - nazista), que se utilizariam das liberdades democráticas para lutar contra a República de Weimar. Nos primeiros meses de 1920, fracassou uma tentativa de golpe de Estado feita pelo extrema-direita em Berlim. Greves e rebeliões em outras cidades foram violentamente reprimidas.

Quando a Alemanha deixou de pagar a indenização de guerra, janeiro de 1923, tropas francesas e belgas ocuparam o distrito do Ruhr, altamente industrializado. A resistência passiva subsequente foi bem-sucedida, mas levou à hiperinflação — os que perderam as suas fortunas tornar-se-iam inimigos da República de Weimar e eleitores da direita antidemocrática.

Na noite de 8 de novembro de 1923, seiscentos integrantes armados das SA cercaram uma cervejaria em Munique, onde os dirigentes do estado da Baviera e os comandantes locais do exército alemão se encontravam para uma reunião pública. As tropas de assalto eram chefiadas por Adolf Hitler.
Nascido em 1889, na Áustria, ex-voluntário no exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial, na época membro do NSDAP, Hitler era até então desconhecido. Procurou forçar os presentes a se juntarem a ele em uma marcha contra Berlim para tomar o poder - o chamado Putsch da Cervejaria. Foi posteriormente preso e condenado a cinco anos de detenção, mas terminou por ser solto com apenas um ano de prisão, no fim de 1924. As eleições nacionais de 1924 foram ganhas pela direita com um Marechal-de-Campo monarquista sendo eleito Presidente.

O crash de Wall Street, em 1929, e a consequente Grande Depressão foram sentidos na Alemanha, cuja economia ficou muito abalada. No início de 1932, o desemprego no país já atingia mais de seis milhões de pessoas. Ocorreu também uma crise política, devido à incapacidade de os partidos políticos da base governista, representados no Reichstag, constituirem uma maioria para aprovar um pacote de medidas de austeridade contra a vontade de uma maioria de parlamentares sociais-democratas, comunistas e do NSDAP nazista.

O NSDAP nazista saiu vitorioso nas eleições de julho de 1932, com 38% dos votos, recebendo o apoio da pequena burguesia, da juventude desempregada e da população rural, o que lhe deu a maior bancada no Reichstag. O KPD comunista, por sua vez, passou a ser o terceiro maior partido no Parlamento, com 15%. Em 30 de janeiro de 1933, pressionado pelo ex-Chanceler Franz von Papen e outros conservadores, o Presidente Hindenburg nomeou Hitler para o cargo de chanceler.

A resistência à ameaça nazista foi enfraquecida pela incapacidade das forças democráticas de resolver suas acentuadas diferenças com o objetivo de chegar a um denominador comum exequível diante de um perigo maior, bem como pela insensatez dos conservadores que imaginavam que poderiam usar Hitler para servir aos seus próprios propósitos. Assim que foi designado chanceler, Hitler rapidamente instituiu uma ditadura de partido único, e os seus adversários foram intimidados e obrigados a se submeter.

O chanceler Adolf Hitler acusou os comunistas pelo incêndio criminoso do prédio do Reichstag, ocorrido na noite de 27 de fevereiro de 1933, e logrou convencer o Presidente Hindenburg a assinar o “decreto do incêndio do Reichstag”, que suspendia importantes direitos políticos e humanos e permaneceu em vigor até 1945. Foram detidos e enviados para campos de concentração 11 mil comunistas e socialistas, que ficaram à disposição da nova polícia secreta, a Gestapo.

Os nazistas forneceram uma resposta radical e horrenda para a eterna pergunta: “quem é alemão?”. Os velhos inimigos de Bismarck - os
socialdemocratas, os cristãos politizados, os liberais com tendências esquerdistas - foram enviados para o exílio ou aprisionados em campos de concentração. A elite polonesa foi sistematicamente assassinada. Com base no mito da “raça pura”, a sociedade alemã foi purgada de todos os elementos considerados perigosos e debilitantes, como os deficientes físicos e mentais, os criminosos habituais, os homossexuais, os ciganos e os judeus. Eles eram segregados, esterilizados ou assassinados.

Os criminosos de guerra deixaram um mundo em ruínas, com dezenas de milhões de mortos, entre eles, seis milhões de judeus. Em 1945, a Alemanha era uma pilha de escombros com uma população faminta, dividida em quatro zonas de ocupação. Em consequência das imposições da Guerra Fria, o país restou dividido em um estado democrático e capitalista no ocidente e uma economia estalinista planejada no oriente.

Esta ficou praticamente falida na década de 1980. Abandonada pela liderança soviética, o regime burocrático estalinista desmoronou e, em consequência da primeira eleição livre depois de 57 anos, o país optou por se unir à República Federal. No dia 3 de outubro de 1990, a Alemanha foi novamente reunida, mas os efeitos psicológicos de quase sessenta anos de ditadura, vigilância, censura e repressão permanecem. Os contribuintes da Alemanha Ocidental encaram os orientais como párias, grosseiros e mal-agradecidos. Os orientais, por sua vez, se ressentem dessa arrogância e sentem que são colonizados por um grupo egoísta de materialistas gananciosos. O processo de unificação ainda permanece longe de estar completo.

A História é a mesma, mas os historiadores mudam...

Como um país altamente civilizado, que se vangloriava da sua superioridade moral e cultural, considerando-se a “terra de escritores e pensadores, pode chegar ao extremo barbarismo fanático? Os historiadores encaram os fatos da História da Alemanha de maneira variável.

Uma explicação foi que havia uma longa tradição de um nacionalismo agressivo, antisemitismo, autoritarismo, veneração do herói e uma obediência subserviente à autoridade que tornou algo como o nacional-socialismo (nazismo) praticamente inevitável.

Outra é que o que pareceu, retrospectivamente, inevitável foi resultado de um número quase infinito de variáveis fortuitas. Por exemplo, a ascensão de Hitler no Congresso de Nuremberg de 1934. O pesado ônus do passado resultou em uma surpreendente ausência de resistência a um regime
que desprezava todas as tradições positivas das ideias de cidadania surgidas em 1789 com a Revolução Francesa.

O argumento de que o nacional-socialismo era fruto de certas tendências comuns em toda a Europa, tal como se espelharam também nos fascismos italiano e espanhol, encerrava alguma verdade. Também é verdade que, pelo menos em parte, ele foi uma reação ao comunismo russo.

Porém, nada disso indica que a Alemanha não fosse plenamente responsável pelo que aconteceu entre 1933 e 1945, ou que o nazismo não estivesse completamente fundamentado em algumas deploráveis tradições do passado na Alemanha. Acima de tudo, ele não foi um “acidente”, como argumentaram alguns historiadores.

O debate se tornou ainda mais confuso graças a uma discussão entre “funcionalistas” e “intencionalistas”.

Os **funcionalistas** argumentavam o extremismo do regime nazista ser uma consequência da estrutura do Estado, com as suas divisões e rivalidades internas, o seu confuso processo de tomada de decisões, e a imprevisibilidade da liderança carismática.

Os **intencionalistas** insistiam tudo ser essencialmente o resultado das intenções obsessivas de Hitler.

Depois de muitas discussões, os dois lados fizeram concessões e os historiadores mais serenos sugeriram a verdade residir em uma combinação das duas abordagens.

Por sorte, a história da Alemanha representa muito mais do que a busca das origens do nacional-socialismo e a análise dos doze anos durante os quais o Partido Nazista esteve no poder, cuja metade foi amplamente determinada pelas exigências da guerra.

O livro de Martin Kitchen (*História da Alemanha Moderna*. São Paulo; Cultrix; 2013) também apresenta a tradição liberal e democrática, a qual torna sem sentido a afirmação de que o nazismo resultou de um defeito no caráter alemão. Essa ideia não consegue explicar o fato de que, com esse mesmo caráter, isto é, com a assustadora herança atávica e seu propósito antissemita, os alemães vivam hoje no que é uma democracia exemplar, firmemente integrada à Europa e livre de qualquer ambição territorial. Talvez pelo próprio trauma histórico...

No decorrer da maior parte de sua história a Alemanha foi uma federação aberta de estados amplamente diferentes. Até mesmo o Império
Guilhermino (1890-1914) era formado por quatro reinos separados com quatro exércitos distintos e uma série de entidades semiautônomas. Foi somente durante o breve Terceiro Reich (1933-1945) que o país foi um Estado centralizado.

As diferenças regionais eram, e ainda são, extremamente fortes. A Prússia protestante era muito diferente da Baviera católica e a hostilizava. As lealdades locais, seja cidades orgulhosamente independentes como Hamburgo ou Frankfurt, seja uma cidade específica, como Berlim, permanecem intensas e são reforçadas por costumes e práticas locais.

Os grandes historiadores nacionalistas se concentravam na Prússia, pois ela era a força propulsora por trás da unificação, e exaltavam a Alemanha de Bismarck, que era dominada pela Prússia. Historiadores posteriores continuaram a escrever como se a história da Alemanha fosse a história da Prússia ampliada. Somente depois da Segunda Guerra Mundial que foram escritas importantes histórias regionais e locais, as quais nos dão uma ideia das complexidades e da riqueza da história alemã.

É difícil imaginar que algo tão super abrangente como um caráter nacional da “mente alemã” pudesse ser compreendido a partir de circunstâncias tão diferentes.

Kitchen escreve uma história narrativa. A história, como sugere a palavra, envolve, essencialmente, contar uma história. Ela consiste em uma série de eventos autênticos colocados em ordem cronológica de maneira a mostrar como uma coisa levou - submetida a não importa quantas eventualidades - a outra.

Durante muitos anos, essa abordagem foi rejeitada por aqueles que tentavam aplicar ao estudo da história abordagens rigorosamente teóricas, derivadas das ciências sociais. Os marxistas buscavam sempre “comprovar o acerto de Karl Marx”, os weberianos, o de Max Weber, e assim por adiante. Sem essa abordagem narrativa os duzentos anos de história alemã fariam pouco sentido e se dissolveriam em uma série de eventos, tendências e informações desconexos.

Entretanto, Kitchen está perfeitamente consciente de que os eventos ocorrem dentro de estruturas sociais, fatores econômicos e atitudes culturais, e por eles são moldados. Coloca ênfase maior nessas questões, mas não abandona uma discussão detalhada das peculiaridades, por exemplo, da ex-Alemanha Oriental.

Poderíamos ficar tentados a chamar a doença ocupacional dos historiadores de simplificação excessiva se ela não fosse a ocupação deles.
Sempre ocorrerão inúmeras simplificações excessivas, omissões e descuidos em uma narrativa histórica. Senão, ninguém leria os livros de História, pois seriam compostos de infinitas descrições de “tudo sob o sol”.

No entanto, quando os leitores acham interessante a história que o historiador tem para contar, a leitura os inspirará a buscar mais ideias em outros livros e/ou fontes de pesquisa.

Economia Alemã Contemporânea

A economia alemã - a quinta maior economia do mundo em termos de PIB PPC e a maior da Europa - é um dos principais exportadores de máquinas, veículos, produtos químicos e equipamentos. Ela se beneficia de uma força de trabalho doméstica altamente qualificada.

Tal como os seus vizinhos da Europa Ocidental, a Alemanha enfrenta desafios demográficos significativos para o crescimento sustentado de longo prazo. Taxas de fecundidade baixas e imigração líquida em declínio aumentam a pressão sobre o sistema de bem-estar social do país que necessita de reformas estruturais. As reformas iniciadas pelo governo do chanceler Gerhard Schröder (1998-2005), consideradas necessárias para tratar da cronicamente elevada taxa de desemprego e da taxa de crescimento médio baixo, tem contribuído para um crescimento econômico mais robusto e queda do desemprego.


Os estímulos e esforços de estabilização, iniciados em 2008 e 2009, e os cortes de impostos, adotados no segundo mandato da chanceler Angela Merkel, aumentaram o déficit orçamentário total da Alemanha, considerando o federal, o estadual e o municipal, para 4,1% em 2010, mas o controle dos gastos e as receitas fiscais mais altas reduziram o déficit para 0,8% em 2011. Em 2012, a Alemanha atingiu um superávit orçamentário de 0,1%.

A emenda constitucional, aprovada em 2009, limita o governo federal para o máximo de déficits estruturais de não mais do que 0,35% do PIB por ano a partir de 2016, embora essa meta já tenha sido atingida em 2012.
Após o desastre nuclear ocorrido em março de 2011 em Fukushima-Japão, a chanceler Angela Merkel anunciou, em maio de 2011, que oito dos 17 reatores nucleares do país seriam fechados, imediatamente, e as plantas restantes iriam fechar até 2022. Alemanha espera substituir a energia nuclear com energia renovável. Antes do encerramento dos oito reatores, a Alemanha dependia da energia nuclear para 23% de sua capacidade de geração de energia elétrica e 46% da sua produção efetiva de eletricidade.

Queda do Muro de Berlim descrita por Ken Follett em Eternidade Por Um Fio

Ken Follett irrompeu no cenário da literatura aos 27 anos, com O Buraco da Agulha, thriller premiado que chegou ao topo das listas de mais vendidos em vários países. Depois de outros sucessos do gênero, com Os Pilares da Terra, um romance sobre a construção de uma catedral na Idade Média, até hoje, mais de vinte anos após seu lançamento, continua encantando o público mundo afora, inclusive sendo filmado em série de DVD-Blu-ray. Mais de 150 milhões de exemplares de seus livros já foram vendidos. O autor vive na Inglaterra. Para mais informações, visite o site kenfollett.com/br”

Para escrever o terceiro volume da Trilogia do Século XX, “Eternidade por um fio”, contemplando o período de existência, entre 1961 e 1989, do Muro de separação entre a Alemanha Oriental e Berlim Ocidental por mais de um quarto de século, Ken Follett teve diversos consultores de História, compondo uma equipe de historiadores acadêmicos. Várias pessoas que vivenciaram os acontecimentos do período também o auxiliaram, seja conferindo sua primeira versão seja concedendo entrevistas, em especial sobre a Casa Branca na era Kennedy; sobre ser um astro pop; sobre o Vietnã; sobre a Casa Branca na era Nixon; sobre direitos civis; sobre a vida na Alemanha Oriental. Fez viagens de pesquisa inclusive ao Sul dos Estados Unidos.

Em “Eternidade por um fio” estão envolvidas na trama, durante a “guerra fria”, personagens históricos como John F. Kennedy, o 35o. presidente dos Estados Unidos e Jackie, sua esposa, Robert Kennedy, seu irmão, Dave Powers, assessor do presidente Kennedy, Pierre Salinger, assessor de imprensa do presidente Kennedy, o Reverendo Dr. Martin Luther King Jr., presidente da Conferência da Liderança Cristã do Sul, Lyndon B. Johnson, o 36o. presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, o 37o. presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, 39o. presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, 40o. presidente dos Estados Unidos, George H. W. Bush, 41o. presidente dos
Estados Unidos, J. Edgar Hoover, diretor do FBI. O livro termina com o discurso de posse do Obama.


Em seu primeiro (e mais notável) ensaio do livro Auto-subversão: Teorias Consagradas em Xeque (São Paulo, Companhia das Letras, 1996. 314 pág.), Saída, Voz e o Destino da República Democrática Alemã, ele mostra os eventos de 1989 na RDA terem delineado uma relação muito diferente de um “modelo de gangorra ou hidráulico”. No caso, a saída (emigração) e a voz (manifestações de protesto contra o regime) trabalharam em intensa harmonia e reforçaram-se mutuamente, conseguindo em conjunto levar ao colapso do regime.

Saída (fuga) é pura e simplesmente o ato de partir, em geral porque se julga que determinado bem, serviço, benefício ou qualidade de vida melhor é fornecido por outra firma, organização ou Cidade, Estado e País. Indiretamente, e de modo não intencional, a saída pode levar a organização ou o local que se está deteriorando a melhorar seu desempenho. A voz (protesto) é o ato de reclamar ou organizar-se para reclamar com a intenção de obter, diretamente, recuperação da qualidade que foi prejudicada.

Antes, segundo Hirschman, não existia harmonia preestabelecida entre fuga e protesto. Ao contrário, eles com frequência trabalham com objetivos contrários e tendem a solapar um ao outro, em especial com a saída prejudicando a voz. Para ser eficaz, a voz com frequência requer ação de
grupo, ficando, portanto, sujeita a todas as conhecidas dificuldades de organização e representação à possibilidade de oportunismo (free riding). Em contraste, a saída, quando disponível, não requer coordenação com terceiros. Em muitas situações, a saída tende a solapar a voz, quando a saída priva os potenciais portadores da voz de seus membros mais bem-falantes e influentes.

No entanto, no caso da Alemanha Oriental de 1989, o então recém-adquirido direito de saída realmente modificou os agentes humanos envolvidos. Quando homens e mulheres adquiriram o direito de deslocar-se conforme desejavam, eles passaram a comportar-se de modo geral como adultos e, portanto, como membros da comunidade que expressavam abertamente suas opiniões. O aumento da oportunidade de saída pode, na ocasião, contribuir para mais, e não menos, participação e voz. Saída e voz puderam trabalhar em uníssono em vez de terem objetivos contrários.

Em comemoração de evento de tal envergadura histórica, cabe ler a visão romanceada. Ela passa a emoção vivenciada através de personagens representativos dos diferentes lados do muro de Berlim. Vou, em seguida, resumir a narrativa de Ken Follet.

“Desde a morte de Lênin, todos os líderes soviéticos tinham sido uns mentirosos. Todos haviam disfarçado o que estava errado e se negado a admitir a realidade. A característica mais marcante da liderança soviética nos últimos 65 anos era a recusa de encarar os fatos. Gorbachev não era assim. Enquanto lutava para navegar a tormenta que se abatia sobre a URSS, ele se aferrava a um único princípio norteador: o de que a verdade precisava ser dita. A admiração dos reformistas não tinha fim.

Eles ficaram felizes quando Erich Honecker foi deposto da função de líder da Alemanha Oriental, pois havia perdido o controle do país e do Partido. No entanto, ficaram desapontados com seu sucessor. Para irritação deles, quem assumiu o poder foi o leal vice de Honecker, Egon Krenz. Era como trocar seis por meia dúzia.

Mesmo assim, a União Soviética não podia permitir o colapso da Alemanha Oriental. Talvez a URSS pudesse conviver com eleições democráticas na Polônia e com as forças do mercado na Hungria, mas a Alemanha era outra história: como a própria Europa, estava dividida entre Ocidente e Oriente, capitalismo e comunismo. Se a Alemanha Ocidental triunfasse, seria um sinal da ascensão do capitalismo e do fim do sonho de Marx e Lênin. Nem mesmo Gorbachev poderia permitir uma coisa dessas... ou poderia?
Krenz fez a peregrinação habitual a Moscou duas semanas mais tarde. Era um homem de rosto gordo, fartos cabelos grisalhos e uma expressão de satisfação arrogante. Quando jovem, talvez tivesse sido um verdadeiro galã.

Em sua grandiosa sala de paredes revestidas com painéis amarelos, Gorbachev o cumprimentou de modo frio mas cortês.

Krenz levou consigo um relatório de seu principal planejador econômico, segundo o qual a Alemanha Oriental estava falida. Afirrou que o relatório fora ocultado por Honecker. A verdade sobre a economia do país fora escondida durante décadas. Toda a propaganda sobre crescimento econômico tinha sido mentirosa. A produtividade nas fábricas e nas minas chegava a ser apenas 50 por cento da do Ocidente.

- Só temos conseguido nos sustentar pedindo dinheiro emprestado - disse Krenz ao líder russo, sentado em uma cadeira de couro preto no salão do Kremlin. - Dez bilhões de marcos alemães por ano.

Até Gorbachev ficou chocado.

- Dez bilhões?

- Nós temos feito empréstimos de curto prazo para pagar os juros dos de longo prazo.

- Isso é ilegal. Se os bancos descobrirem...

- Hoje, os juros da nossa dívida são de 4,5 bilhões de dólares por ano, ou seja, dois terços de toda a nossa renda em moeda estrangeira. Precisamos da sua ajuda para lidar com essa crise.

Gorbachev se empertigou; odiava quando os líderes da Europa Oriental imploravam por dinheiro.

Krenz tentou convencê-lo:

- De certa forma, a Alemanha Oriental é filha da URSS. - Ele tentou uma piada masculina: - É preciso assumir a paternidade.

Gorbachev nem sequer esboçou um sorriso.

- Nós não temos condições de lhes oferecer ajuda - falou, direto. - Não na atual situação da União Soviética.

Krenz ficou sem ação.

- Então o que eu vou fazer?
O senhor precisa ser honesto com a sua população e dizer às pessoas que elas não podem continuar a viver do jeito a que estão acostumadas.


Aquilo estava começando a parecer chantagem política, pensou Gorbachev - e se retesou.

Se isso acontecer, não esperem ajuda do Exército Vermelho - falou. Vocês têm que resolver esses problemas sozinhos.

Será que ele estava mesmo falando sério? A URSS realmente iria deixar a Alemanha Oriental se virar sozinha? Será que Gorbachev estava disposto a ir até o fim?

Krenz parecia um padre que acabou de se dar conta da inexistência de Deus. A Alemanha Oriental fora criada pela URSS, subsidiada pelos cofres do Kremlin e protegida pela força militar soviética. O alemão não conseguia absorver que isso tinha acabado e, obviamente, não tinha a menor ideia do que fazer em seguida.

Depois de Krenz sair, Gorbachev disse a seu assessor:

- Emita um comunicado para os comandantes das nossas forças na Alemanha Oriental. Em circunstância nenhuma eles devem se envolver em conflitos entre o governo e a população de lá. É uma prioridade absoluta.

Antes de 9 de novembro de 1989, já havia protestos semanais em todas as cidades importantes da Alemanha Oriental. Os números só faziam crescer e a ousadia das multidões aumentava. Elas não podiam ser contidas pelos brutais ataques de cassetete da polícia.

Cantores de protesto foram convidados a tocar em um comício na Alexanderplatz. Centenas de milhares de pessoas apareceram. Alguém havia pintado uma imensa placa com o slogan WIR SIND DAS VOLK, “o povo somos nós”. Em toda a volta da praça, policiais em trajes de choque aguardavam a ordem para arremeter contra a multidão com seus porretes. Só que a polícia parecia mais assustada do que os manifestantes.

Os discursos de denúncia do regime comunista se sucederam, e a polícia não fez nada.

Os organizadores permitiram também discursos a favor dos comunistas e, para espanto geral, o defensor escolhido pelo governo foi um agente da
política secreta Stasi. Nas coxias, apesar do caro sobretudo azul, ele tremia de frio... ou talvez fosse de medo.

- Camaradas - começou. - O Partido escutou a voz do povo e novas medidas estão a caminho.

A plateia sabia que aquilo era mentira, e começou uma onda de sussurros.

- Mas precisamos agir de maneira ordenada, reconhecendo o papel do Partido no desenvolvimento do comunismo.

Os sussurros se transformaram em vaias.

Sua expressão exibia raiva e frustração. Um ano antes, uma palavra sua poderia ter destruído qualquer um ali presente, mas agora, de repente, quem parecia ter o poder eram as pessoas. Ele nem sequer conseguia fazê-las calar a boca. Mesmo com a ajuda do microfone, teve de levantar a voz e gritar para se fazer ouvir:

- Em especial, não podemos transformar todos os integrantes dos órgãos de segurança do Estado em bodes expiatórios de quaisquer erros que possam ter sido cometidos por lideranças anteriores.

Isso nada mais era do que um apelo por clemência para com os truculentos e sádicos agentes que vinham oprimindo a população havia décadas, e a plateia se indignou. Em meio às vaias, as pessoas “gritaram:

- Stasi raus! - Fora, Stasi!

O agente policial gritou a plenos pulmões:

- Afinal de contas, estávamos apenas obedecendo a ordens!

A frase provocou um rugido de risadas incrédulas.

Para o policial, ser alvo de risadas era o pior que poderia acontecer. Ele ficou vermelho de raiva. Continuou diante do microfone, incapaz de suplantar o alarido da multidão, mas sem querer desistir. Foi uma queda de braço entre ele e os manifestantes, e ele perdeu. Sua expressão arrogante se desfez e ele pareceu prestes a cair no choro. Por fim, virou as costas para o microfone e se afastou do púlpito.

Ainda lançou um último olhar para a plateia, que continuava rindo e vaiando, e desistiu. Nesse instante, ele parecia um cachorro que havia
apanhado, e tinha um ar tão trágico que alguém quase poderia ficar com pena se esquecesse quem ele era - e representava.

Então, as resistentes cantoras de protesto tocam um acorde maior e, juntas, começaram a cantar “This Land Is Your Land”.

A multidão foi à loucura.

Era um dia frio de novembro em Berlim, um dia de névoa densa, e um cheiro de enxofre vindo das fábricas fumacentas do infernal lado oriental pairava no ar. Sentia-se que a Alemanha Oriental estava à beira de um colapso. Tudo estava ruindo. Em uma espantosa repetição do que acontecera em 1961, antes de o Muro ser erguido, tantas pessoas fugiam para o Ocidente que as escolas estavam fechando por falta de professores e os hospitais contavam com um número mínimo de funcionários. A raiva e a frustração dos que ficavam para trás só aumentava.

O novo líder, Egon Krenz, se concentrava na questão das viagens e torcia para que, se conseguisse aplacar o povo em relação a isso, as outras insatisfações se diluíssem. Ele estava errado: exigir mais liberdade provavelmente se tornaria um hábito para os alemães-orientais. No dia 6 de novembro de 1989, Krenz havia divulgado um novo regulamento sobre viagens que permitia às pessoas saírem do país com autorização do Ministério do Interior levando 15 marcos alemães, ou seja, o suficiente para um prato de linguiça e uma caneca de cerveja no lado ocidental. Essa concessão foi desdenhada pela população. Nesse dia, 9 de novembro de 1989, o líder cada vez mais desesperado havia convocado uma coletiva de imprensa para anunciar mais uma nova lei relacionada a viagens.

Entendia-se a ânsia dos alemães-orientais de poderem ir aonde quisessem. Infelizmente, as autoridades não viam como a Alemanha Oriental poderia algum dia libertar seu povo. O país mal conseguia existir como Estado independente: por isso o Muro fora construído. Se eles deixassem as pessoas viajarem, milhões iriam embora para sempre. A Alemanha Ocidental podia ser uma nação conservadora e carola, com atitudes antiquadas em relação aos direitos das mulheres, mas, em comparação com o lado oriental, era um paraíso. Nenhum país podia sobreviver ao êxodo de seus jovens mais empreendedores. Assim, Krenz jamais daria por vontade própria aos alemães-orientais a coisa que eles mais desejavam.

Portanto, foi com poucas expectativas que qualquer jornalista reformista se dirigiu ao Centro Internacional de Imprensa na Mohrenstrasse faltando alguns minutos para as seis da tarde. O recinto estava lotado de jornalistas, fotógrafos e câmeras de TV. As fileiras de cadeiras vermelhas estavam todas lotadas, e ela teve que se juntar às pessoas apinhadas junto às
paredes. A imprensa internacional tinha comparecido em peso: já podia sentir o gosto de sangue.

Às seis em ponto, o assessor de imprensa de Krenz, Günter Schabowski, entrou acompanhado por três outros funcionários do governo e sentou-se à mesa sobre o tablado. Tinha os cabelos grisalhos e usava um terno cinza com gravata da mesma cor. Era um burocrata que passou uma hora anunciando mudanças ministeriais e reformas administrativas.

Os reformistas se maravilharam com a visão de um governo comunista esforçando-se para satisfazer uma demanda pública por mudanças. Aquilo era quase inédito. Nas raras ocasiões em que havia acontecido, os tanques tinham entrado logo depois. Lembrou-se das cruéis decepções da Primavera de Praga em 1968 e do Solidariedade em 1981. No entanto, a União Soviética não tinha mais poder ou vontade para esmagar dissidências.

Às sete, Schabowski anunciou a nova lei sobre viagens:

- Todos os cidadãos da Alemanha Oriental poderão deixar o país usando pontos de travessia na fronteira.

Não ficou muito claro, e vários jornalistas pediram esclarecimentos.

O próprio Schabowski parecia inseguro. Pôs um par de óculos em formato de meia-lua para ler o decreto em voz alta:

- Viagens particulares a países estrangeiros poderão ser solicitadas sem a apresentação das exigências de visto existentes e sem documentos que comprovem a necessidade da viagem ou vínculos familiares.

Embora estivesse escrito em uma linguagem burocrática ininteligível, aquilo soava bem.

- Quando esse novo regulamento passa a vigorar? - perguntou alguém.

Schabowski não sabia. Reparou-se que ele estava suando. Imaginou-se que a nova lei tivesse sido redigida às pressas. Ele mexeu nos papéis à sua frente à procura da resposta.

- Até onde sei, imediatamente, sem demora - falou.

Todos ficaram assombrados. Algo estava entrando em vigor imediatamente, mas o quê? Será que qualquer um poderia se apresentar em um posto de controle e atravessar? A coletiva, no entanto, acabou sem mais informações.
- Como assim? Podemos simplesmente ir embora?

Ninguém sabia.

Assim como milhões de habitantes da Alemanha Oriental, naquela época especial quase todos assistiam sempre ao Programa Diurno da ARD. Em sua opinião, esse noticiário dizia a verdade, por oposição aos do lado oriental, controlados pelo governo, que retratavam um mundo de fantasia no qual ninguém acreditava. Todos ficaram intrigados com a ambígua edição das oito da noite.

- A fronteira está aberta ou não?
- Não pode estar...
- Bom, vou sair para dar uma olhada.

Acabaram saindo todos.

Assim que pisaram na rua e respiraram o ar gelado da noite, sentiram a atmosfera carregada de emoção. Iluminadas pela luz baça de lâmpadas amarelas, as ruas de Berlim Oriental estavam mais movimentadas com pedestres e carros do que o normal. Todos seguiam na mesma direção, a do Muro, principalmente em grupos. Alguns rapazes tentavam pedir carona, crime que uma semana antes os teria feito ser presos. Pessoas abordavam desconhecidos para perguntar o que eles sabiam, se era mesmo verdade que eles agora podiam passar para Berlim Ocidental.

As famílias percorreram a Friedrichstrasse na direção sul até ver, ao longe, os potentes refletores do Checkpoint Charlie, complexo que ocupava um quarteirão inteiro da rua, da Zimmerstrasse no lado mais próximo, comunista, até a Kochstrasse no lado livre.

Ao chegar mais perto, viram pessoas saindo aos montes da estação de metrô de Stadtmitte para engrossar a multidão. Havia também uma fila de carros cujos motoristas visivelmente não sabiam se podiam ou não se aproximar do posto de controle. Podia-se sentir o clima de celebração, mas ainda não estavam certos de que houvesse motivo para comemorar. Até onde podia ver, os portões não estavam abertos.

Muitas pessoas estavam paradas logo antes do alcance dos refletores, com medo de mostrar a cara; as mais corajosas, porém, se aproximaram e, apesar do risco de prisão e de uma pena de três anos em um campo de trabalhos forçados, cometeram o crime de “intrusão injustificada em área de fronteira”.

A rua se estreitava ao chegar perto do Checkpoint Charlie, e a multidão ali estava mais densa. Lá adiante, sob uma luz clara como o dia, todos podiam ver os portões vermelhos e brancos de pedestres e carros, os guardas de fronteira parados com suas armas, os prédios da alfândega e as torres de observação a despontar acima de tudo. Dentro de um posto de comando com paredes de vidro, um oficial falava ao telefone e fazia gestos amplos e frustrados com os braços.

À esquerda e à direita do posto de controle, estendendo-se pela Kochstrasse em ambas as direções, ficava o odiado Muro que provocava um embrulho nauseante no estômago. Aquela era a construção que, durante a maior parte de sua vida, dividira as famílias em duas metades que quase nunca se encontravam. Todos detestavam o Muro ainda mais do que detestavam a Stasi.

– Alguém já tentou atravessar a pé?

Uma mulher ao seu lado respondeu, zangada:

– Eles mandam você voltar. Dizem que é preciso tirar um visto na delegacia de polícia. Mas eu fui à delegacia e eles lá não sabem nada sobre isso.

Um mês antes, a mulher teria dado de ombros diante desse típico erro burocrático e voltado para casa, mas nessa noite as coisas estavam diferentes. Ela continuava ali, insatisfeita, protestando. Ninguém iria voltar para casa.

As pessoas ao redor começaram a entoar um canto:

– Abram! Abram!

Quando o canto morreu, ouviu-se ao longe outro canto, vindo do outro lado. Apurou os ouvidos. O que eles estavam dizendo? Acabou conseguindo entender:

– Venham! Venham!

Compreendeu-se que os moradores de Berlim Ocidental também deviam estar reunidos nos postos de controle.

O que iria acontecer? Como aquilo iria terminar?

Uma fila de meia dúzia de vans chegou pela Zimmerstrasse até o posto de controle, e cinquenta ou sessenta guardas de fronteira armados saltaram.
- Reforços.

No Checkpoint Charlie, do lado ocidental, ninguém perderia aquilo por nada. Era a maior manifestação jamais vista contra o Muro. O governo da Alemanha Oriental não poderia sobreviver se o Muro caísse... ou poderia?

Apesar do ar frio, sentia-se aquecimento pela multidão. O trecho da Friedrichstrasse que conduzia ao posto de controle estava ocupado por milhares de pessoas. Logo depois da guartia aliada, havia uma linha pintada no asfalto no ponto em que a Friedrichstrasse cruzava a Kochstrasse. A linha indicava onde Berlim Ocidental terminava e começava Berlim Oriental. Na esquina, o Café Adler estava tendo um dia de grande movimento.

O Muro margeava a rua transversal, Kochstrasse. Na realidade eram dois muros, ambos feitos de painéis altos de concreto, separados por uma faixa vazia. Do lado ocidental, o concreto era coberto por pichações coloridas. Em frente, havia um buraco e, para além dele, vários guardas armados estavam postados em frente a três portões vermelhos e brancos, dois para carros e um para pedestres. Atrás dos portões ficavam três torres de observação. Por trás das paredes de vidro, podia-se ver soldados vasculhando a multidão ameaçadoramente com binóculos.

Algumas das pessoas próximas conversavam com os guardas, implorando para que eles deixassem passar as do lado oriental. Os guardas não reagiam. Um oficial se aproximou da multidão e tentou explicar que ainda não havia novas normas em relação a viagens a partir do lado oriental. Ninguém acreditou nele: a informação tinha saído na TV!

A pressão da multidão era impossível de resistir, e aos poucos as pessoas foram forçadas a avançar até cruzar a linha branca e, tecnicamente, passar para o lado oriental. Os guardas assistiram, impotentes.


Com o cruzamento agora livre de guardas, a multidão continuou a avançar devagar. De ambos os lados, o muro duplo terminava em um muro transversal curto que unia as barreiras interna e externa e impedia o acesso à faixa vazia. Para assombro geral, dois manifestantes ousados treparam nele e se sentaram nas bordas superiores arredondadas das placas de concreto.

Os guardas os abordaram e disseram:
- Desçam daí, por favor.

Os manifestantes se recusaram educadamente.

O coração de todos batiam com força. Os dois manifestantes que haviam subido no Muro estavam em Berlim Oriental, assim como outros, ou seja, podiam ser abatidos pelos guardas por atravessar o Muro como tantos outros nos últimos 28 anos.

Só que ninguém atirou. Em vez disso, várias outras pessoas subiram no Muro em pontos diferentes e se sentaram lá em cima com as pernas penduradas de ambos os lados, desafiando os guardas a tomar alguma atitude.

Estes reassumiram seus lugares atrás dos portões.

Aquilo era incrível. Pelos padrões comunistas, era uma total falta de lei, uma anarquia. Mas ninguém fazia nada para impedir.

Lembrava-se daquele domingo em agosto de 1961 quando saíra de casa para ir a pé até Berlim Ocidental e se encontrara todos os pontos de travessia bloqueados por arame farpado. Aquela barreira existira por metade da vida. Será que essa época estava finalmente chegando ao fim? Ansiava-se muito por isso.

A multidão agora desafiava abertamente o Muro, os guardas e o regime da Alemanha Oriental. A atitude dos guardas estava mudando. Alguns conversavam com os manifestantes, o que era proibido. Um dos manifestantes estendeu a mão, pegou a boina de um guarda e a pôs sobre a própria cabeça.

- Pode me devolver, por favor? - pediu o guarda. - Preciso dela, senão vou ter problemas.

Gentil, o manifestante devolveu a boina.

Era quase meia-noite.

Do lado oriental, as pessoas em volta cantavam:

- Deixem passar! Deixem passar!

Do lado ocidental do posto de controle, outro canto respondia:

- Venham! Venham! Venham!

Minuto a minuto, a multidão havia chegado mais perto dos guardas, e agora já podia tocar os portões; os guardas tinham se refugiado dentro do complexo.
Uma turba formada por dezenas de milhares de pessoas e uma fila de carros se estendiam pela Friedrichstrasse até onde sua vista alcançava.

Todos sabiam que aquela situação era instável e perigosa. Temia-se que os guardas simplesmente começassem a alvejar a multidão. Eles não tinham munição suficiente para se proteger de 10 mil pessoas iradas, mas o que mais poderiam fazer?

De repente, um oficial apareceu e gritou:

- *Alles rauf!*

Todos os portões se abriram ao mesmo tempo.

A multidão soltou um rugido e avançou. Todos passavam pelos acessos de pedestres e de carros. Correndo, cambaleando, gritando e berrando de alegria, eles atravessaram o complexo do Muro. Do outro lado, os portões também estavam abertos. Pessoas vieram na direção oposta, e o Oriente encontrou o Ocidente.

Pessoas choravam, se abraçavam e se beijavam. A multidão aguardava do lado ocidental segurando flores e garrafas de champanhe. O barulho da comemoração era ensurdecedor.

***

Como agentes da CIA, vendo televisão, reagiram? O locutor gritava, animado: “Os portões estão abertos e os alemães-orientais estão vindo! Estão passando às centenas, aos milhares! Este é um dia histórico! O Muro de Berlim caiu!”

O espião tirou o volume da TV.

- Dá para acreditar?

- O fim do comunismo.

- É por isso que temos trabalhado todos esses anos - falou um.

Outro balançou a cabeça, cético.

- Tudo o que nós fizemos foi totalmente ineficaz. Apesar de todos os nossos esforços, Vietnã, Cuba e Nicarágua viraram comunistas. Veja os outros lugares onde tentamos deter o comunismo: Irã, Guatemala, Chile, Camboja, Laos... Nenhum deles nos dá muito crédito. E agora a Europa Oriental abandona o comunismo sem a nossa ajuda.
- Mesmo assim, deveríamos pensar em um jeito de levar crédito por isso. Ou pelo menos fazer o presidente levar.

- Bush está no poder há menos de um ano e passou esse tempo todo correndo atrás do prejuízo. Ele não pode afirmar que causou isso; pelo contrário, tentou desacelerar o processo.

- Então Reagan, quem sabe? - sugeriu o outro.

- Pense um pouco - rebateu o primeiro. - Reagan não fez isso. Quem fez foi Gorbachev. Ele e o preço do petróleo. E o fato de o comunismo nunca ter funcionado mesmo.

- E o Guerra nas Estrelas?

- Era um sistema de armamentos que jamais passaria do estágio de ficção científica, como todos sabiam, inclusive os soviéticos.

- Mas Reagan fez aquele discurso: “Sr. Gorbachev, derrube esse muro.” Lembra?


- É claro que vai...
Parte II -
HISTÓRIA DE POVOS DO ORIENTE
O livro *Orientalismo - O Oriente como invenção do Ocidente* (Companhia de Bolso, 528 páginas, lançado em 29/06/2007), de autoria de Edward W. Said é “um ensaio erudito sobre um tema fascinante”: como uma civilização fabrica ficções para entender as diversas culturas a seu redor. Para entender e para dominar.

Neste livro de 1978, um clássico dos estudos culturais, Edward W. Said mostra que o “Oriente” não é um nome geográfico entre outros, mas uma invenção cultural e política do “Ocidente”. Aquela denominação reúne as várias civilizações a leste da Europa sob o mesmo signo do exotismo - e suposta inferioridade.

Recorrendo a fontes e textos diversos - descrições de viagens, tratados filológicos, poemas e peças, teses e gramáticas -, Said mostra os vínculos estreitos que uniram a construção dos impérios e a acumulação de um fantástico e problemático acervo de saberes e certezas europeias.

A investigação da origem e dos caminhos do Orientalismo como disciplina acadêmica, gosto literário e mentalidade dominadora, vai e volta do século XVIII aos dias de hoje, das traduções das Mil e Uma Noites à construção do canal de Suez, das viagens de Flaubert e *Lawrence da Arábia* às aventuras guerreiras de Napoleão no Egito ou dos Estados Unidos no golfo Pérsico. Reproduzo sua Introdução abaixo.

Em uma visita a Beirute durante a terrível guerra civil de 1975-6, um jornalista francês escreveu com pesar sobre a área deserta no centro da cidade que “ela outrora parecia pertencer [...] ao Oriente de Chateaubriand e Nerval”. Ele tinha razão sobre o lugar, é claro, e especialmente no que dizia respeito a um europeu.

O Oriente era praticamente uma invenção europeia e fora desde a Antiguidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias. Agora estava desaparecendo; num certo sentido, já desaparecera, seu tempo havia passado.

Talvez parecesse irrelevante que os próprios orientais tivessem alguma coisa em jogo nesse processo, que mesmo no tempo de Chateaubriand e Nerval os orientais tivessem vivido ali, e que agora fossem eles que estavam sofrendo. O principal para o visitante europeu era uma certa representação europeia - compartilhada pelo jornalista e por seus leitores franceses - a respeito do Oriente e de seu destino atual.
Os americanos não sentirão exatamente o mesmo sobre o Oriente, que mais provavelmente associarão ao Extremo Oriente, principalmente à China e ao Japão. Ao contrário dos americanos, os franceses e os britânicos - e em menor medida os alemães, os russos, os espanhóis, os portugueses, os italianos e os suíços - tiveram uma longa tradição do que vou chamar Orientalismo, um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia.

O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, idéia, personalidade, experiência contrastantes.

Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, em um modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais.

Em contraste, a compreensão americana do Oriente parecerá consideravelmente menos densa, embora nossas recentes aventuras no Japão, na Coreia e na Indochina devam estar criando uma consciência "oriental" mais sóbria, mais realista. Além disso, a enorme expansão do papel político e econômico da América no Oriente Próximo (o Oriente Médio) exige com urgência nossa compreensão desse Oriente.

Ficará claro para o leitor (e tornar-se-á ainda mais claro nas muitas páginas que se seguem no livro) que por Orientalismo Edward Said quer dizer várias coisas, todas, na sua opinião, interdependentes.

A designação mais prontamente aceita para Orientalismo é acadêmica, e certamente o rótulo ainda tem serventia em várias instituições acadêmicas. Quem ensina, escreve ou pesquisa sobre o Oriente - seja um antropólogo, um sociólogo, um historiador ou um filólogo - nos seus aspectos específicos ou gerais é um orientalista, e o que ele ou ela faz é Orientalismo.

Comparado a estudos orientais ou estudos de área, é verdade que o termo Orientalismo deixou de ser o preferido dos especialistas atuais, não só por ser demasiadamente vago e geral, como porque conota a atitude arrogante do colonialismo europeu do século XIX e do início do século XX. Ainda assim escrevem-se livros e realizam-se congressos que têm o "Oriente" como foco principal, e o orientalista, à nova ou velha maneira, como autoridade principal. O ponto é que, ainda que não sobreviva como
antigamente, o Orientalismo continua a viver na academia por meio de suas doutrinas e teses sobre o Oriente e o oriental.

Relacionado a essa tradição acadêmica, cujos caminhos, transmigrações, especializações e transmissões são em parte o tema deste estudo, há um significado mais geral para o Orientalismo. O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o "Oriente" e (na maior parte do tempo) o "Ocidente".

Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, tem aceitado a distinção básica entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, "mentalidade", destino e assim por diante. Esse Orientalismo pode acomodar Ésquilo, digamos, e Victor Hugo, Dante e Karl Marx. Um pouco mais além nesta introdução, Said trata dos problemas metodológicos encontrados em um "campo" tão amplamente trabalhado como este.

O intercâmbio entre o significado acadêmico e o sentido mais ou menos imaginativo de Orientalismo é constante, e desde o final do século XVIII há um movimento considerável, totalmente disciplinado, talvez até regulado, entre os dois. Neste ponto Said chega ao terceiro significado de Orientalismo, cuja definição é mais histórica e material que a dos outros dois.

Tomando o final do século XVIII como ponto de partida aproximado, o Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente - fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.

Said achou útil neste ponto empregar a noção de discurso de Michel Foucault, assim como é descrita por ele em Arqueologia do Saber e em Vigiar e Punir. Sua argumentação é que, sem examinar o Orientalismo como um discurso, não se pode compreender a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura europeia foi capaz de manejá - e até produzir - o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do pós-Iluminismo.

Além disso, o Orientalismo tinha uma posição de tal força que ninguém escrevendo, pensando ou agindo sobre o Oriente poderia fazê-lo sem levar em consideração as limitações ao pensamento e à ação impostas por ele. Em suma, por causa do Orientalismo, o Oriente não era (e não é) um tema livre para o pensamento e a ação.
Isso não quer dizer que o Orientalismo determina unilateralmente o que pode ser dito sobre o Oriente, mas que consiste em uma rede de interesses inevitavelmente aplicados (e assim sempre envolvidos) em toda e qualquer ocasião em que essa entidade peculiar, o "Oriente", é discutida. Este livro tenta mostrar de que maneira isso acontece. Ele também tenta mostrar que a cultura europeia ganhou força e identidade ao se contrastar com o Oriente, visto como uma espécie de eu substituto e até subterrâneo.

Histórica e culturalmente, há uma diferença quantitativa bem como qualitativa entre o envolvimento franco-britânico no Oriente e - até o período do domínio americano depois da Segunda Guerra Mundial - o envolvimento de qualquer outra potência europeia e atlântica.

Falar do Orientalismo, portanto, é falar principalmente, embora não exclusivamente, de um empreendimento cultural britânico e francês, um projeto cujas dimensões incluem áreas tão disípares como a própria imaginação, toda a Índia e o Levante, os textos bíblicos e as terras bíblicas, o comércio de especiarias, os exércitos coloniais e uma longa tradição de administradores, um formidável corpo de eruditos, inúmeros "especialistas" e "auxiliares" orientais, um professorado oriental, um arranjo complexo de ideias "orientais" (o despotismo oriental, o esplendor oriental, a crueldade, a sensualidade), muitas seitas, filosofias e sabedorias orientais domesticadas para o uso europeu local - a lista pode se estender mais ou menos indefinidamente.

A ideia de Said é que o Orientalismo deriva de uma intimidade particular experimentada entre a Grã-Bretanha, a França e o Oriente, que até o início do século XIX significava apenas a Índia e as terras bíblicas. Do começo do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, a França e a Grã-Bretanha dominaram o Oriente e o Orientalismo. Desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos dominam o Oriente, abordando-o como a França e a Grã-Bretanha outrora o fizeram. Dessa intimidade, cuja dinâmica é muito produtiva, mesmo que sempre demonstre a força relativamente maior do Ocidente (britânico, francês ou americano), provém o grande corpo de textos que chamo de orientalistas.

Deve-se dizer logo de início que, apesar do número generoso de livros e autores que Said examina, há um número muito maior que simplesmente teve de omitir. O seu argumento, entretanto, não depende de um catálogo exaustivo de textos que tratam do Oriente, nem de um conjunto claramente delimitado de textos, autores e ideias que, juntos, compõem o cânone orientalista. Em vez disso, baseou-se em uma alternativa metodológica diferente, cuja espinha dorsal é, em certo sentido, o conjunto de
generalizações históricas que vem fazendo nesta introdução. São essas generalizações que Said discute com mais vagar analítico.

Uma História dos Povos Árabes

O livro “Uma História dos Povos Árabes”, de autoria de Albert Hourani (704 páginas), lançado em 21/08/2006 pela Companhia de Bolso, narra a explosiva situação do Oriente Médio, com os intermináveis conflitos entre israelenses, palestinos e seus vizinhos, a guerra Irã-Iraque, a guerra do Golfo, o fortalecimento do fundamentalismo islâmico. Desde a Segunda Guerra, os árabes estão no centro das questões mais turbulentas de nossa época. No entanto, deles e de sua história sabemos muito pouco. É esta lacuna grave e lamentável que Uma História dos Povos Árabes vem sanar e meu curso Economia no Cinema, no primeiro semestre letivo de 2016, tentará remediar para os alunos do IE-UNICAMP.

Albert Hourani, durante décadas professor em Oxford, escreveu um livro obrigatório não apenas para os interessados nas raízes da atual crise internacional, mas para todos aqueles que têm curiosidade por uma cultura de extraordinária riqueza, cuja importância em termos mundiais só tende a aumentar. Reproduzo a Parte I – A Criação de um Mundo (Séculos VII-X) - abaixo.

No início do século VII, surgiu às margens dos grandes impérios, o Bizantino e o Sassânida, um movimento religioso que dominou a metade ocidental do mundo. Em Meca, cidade da Arábia Ocidental, Maomé começou a convocar homens e mulheres à reforma e à submissão à vontade de Deus, expressa no que ele e seus seguidores aceitavam como mensagens divinas a ele reveladas e mais tarde incorporadas num livro, o Corão.

Em nome da nova religião – o Islã –, exércitos recrutados entre os habitantes da Arábia conquistaram os países vizinhos e fundaram um novo Império, o Califado, que incluiu grande parte do território do Império Bizantino e todo o Sassânida, e estendeu-se da Ásia Central até a Espanha. O centro de poder passou da Arábia para Damasco, na Síria, sob os califas omíadas, e depois para Bagdá, no Iraque, sob os abáقيدas.

No século X, o Califado desmoronou, e surgiram califados rivais no Egito e na Espanha, mas a unidade social e cultural que se desenvolvera em seu interior continuou. Grande parte da população tornara-se muçulmana (ou seja, seguidores da religião do Islã), embora continuasse havendo comunidades judaicas e cristãs.
A língua árabe difundira-se e tornara-se o veículo de uma cultura que incorporava elementos das tradições dos povos absorvidos no mundo muçulmano, e manifestava-se na literatura e em sistemas de lei, teologia e espiritualidade. Dentro dos diferentes ambientes físicos, as sociedades muçulmanas desenvolveram instituições e formas distintas. As ligações estabelecidas entre países da bacia do Mediterrâneo e do oceano Índico criaram um sistema de comércio único, trazendo mudanças na agricultura e nos ofícios, proporcionando a base para o surgimento de grandes cidades, com uma civilização urbana expressa em edificações de um característico estilo islâmico.

O mundo árabe devia parecer eterno para a maioria dos que o compunham, mas ele próprio sabia que esse mundo havia substituído um anterior. Setecentos anos antes de seu tempo, os países que ele conhecia tinham tido uma face diferente, sob o domínio das "duas maiores potências da época".

Durante muitos séculos, os países da bacia do Mediterrâneo tinham feito parte do Império Romano. Uma zona rural colonizada produzia grãos, frutas, vinho e azeite, e o comércio se efetuava ao longo de rotas marítimas pacíficas; nas grandes cidades, uma classe abastada, de origem variada, partilhava da cultura grega e latina do Império.

A partir do quarto século da era cristã, o centro do poder imperial mudara-se para leste. Constantinopla substituira Roma como a capital; ali, o imperador era o foco da lealdade e o símbolo da coesão.

Mais tarde, surgira o que se chamou de "divisão horizontal", que iria permanecer, sob outras formas, até o nosso tempo. Na Alemanha, Inglaterra, França, Espanha e norte da Itália, governavam reis bárbaros, embora ainda houvesse um senso de pertinência ao Império Romano. O sul da Itália, a Sicília, o norte da costa africana, o Egito, a Síria, a Anatólica e a Grécia permaneciam sob o governo imperial direto de Constantinopla.

Nessa forma encolhida, o Império era mais grego que romano. (Em suas fases posteriores, é mais comumente chamado de "bizantino" que de romano, segundo o antigo nome de Constantinopla, Bizâncio.) O imperador governava por meio de funcionários de língua grega; as grandes cidades do Mediterrâneo Oriental, Antióquia, na Síria, e Alexandria, no Egito, eram centros de cultura grega, e forneciam membros das elites locais para o serviço imperial.

Outra mudança, mais profunda, ocorreria. O Império tornara-se cristão, não apenas por decreto formal do soberano, mas por conversão em diferentes níveis. A maioria da população era cristã, embora filósofos pagãos ensinassem na escola de Atenas até o século VI, comunidades judaicas vivessem nas
cidades, e lembranças de deuses pagãos ainda rondassem os templos transformados em igrejas.

O cristianismo dera uma nova dimensão à lealdade prestada ao imperador e um novo esquema de unidade para as culturas locais de seus súditos. As ideias e as imagens cristãs eram expressas nas línguas literárias das várias regiões do Império, e também no grego das cidades: armênio na Anatólia Oriental, síriaco na Síria, copta no Egito. Os túmulos de santos e outros locais de peregrinação podiam preservar, em forma cristã, as crenças e as práticas imemoriais de cada região.

As instituições politicamente autônomas das cidades gregas haviam desaparecido com a expansão da burocracia imperial, mas os bispos proporcionavam liderança local. Quando o imperador deixou Roma, o bispo da cidade, o papa, pôde exercer sua autoridade de uma maneira que seria impossível para os patriarcas e os bispos das cidades orientais romanas; embora estes estivessem estreitamente ligados ao governo imperial, ainda podiam expressar sentimentos locais e defender interesses locais.

O eremita ou o santo milagreiro, também, vivendo na periferia da cidade ou em regiões colonizadas na Anatólia ou na Síria, podia atuar como árbitro de disputas ou porta-voz da população local, e o monge no deserto egípcio dava exemplo de uma sociedade que diferia da do mundo secular urbano. Além da Igreja Ortodoxa oficial, surgiram outras, que diferiam dela em doutrina e prática, e davam expressão às lealdades e oposições à autoridade central daqueles de outra língua que não o grego.

As principais diferenças doutrinárias referiam-se à natureza de Cristo. O Concílio da Calcedônia, em 451, definira a segunda pessoa da Trindade como tendo duas naturezas, divina e humana. Essa era a formulação aceita pelo corpo principal da Igreja, no Oriente e no Ocidente, e defendida pelo governo imperial.

Só depois, aos poucos, e sobretudo em relação à questão da autoridade, foi que se deu a divisão entre a Igreja nos territórios bizantinos, a Igreja Ortodoxa Oriental, com seus patriarcas como chefes do sacerdócio, e os da Europa Ocidental, que aceitavam a autoridade suprema do papa em Roma.

Algumas comunidades, porém, sustentavam que Cristo tinha uma única natureza, composta de duas. Esta, a doutrina monofisista, era sustentada:

1. pela Igreja armênia na Anatólia,
2. pela maioria dos cristãos egípcios (conhecidos como “coptas”, do nome antigo do Egito) e
3. por muitos dos cristãos nativos, de língua síriaca, da Síria (conhecidos como ortodoxos sírios, ou "jacobitas", do nome de seu mais destacado teólogo).

Outros faziam uma divisão ainda mais precisa entre as duas naturezas, a fim de manter a total humanidade de Jesus, e achavam que a Palavra de Deus estava no homem Jesus desde sua concepção. Essa era a doutrina daqueles comumente conhecidos como nestorianos, nome derivado do de um pensador identificado com a doutrina. A Igreja deles foi mais importante entre os cristãos do Iraque, além da fronteira oriental do Império Bizantino.

No século vii, surgiu mais um grupo, como resultado de uma tentativa de acordo entre a posição ortodoxa e a monofisista: os monoteletas, que defendiam que Cristo tinha duas naturezas, mas uma só vontade.

A leste do Império Bizantino, do outro lado do rio Eufrates, havia outro grande Império, o dos sassânidas, cujo domínio se estendia sobre o que é hoje o Irã e o Iraque, e entrava pela Ásia Central adentro. A terra hoje chamada de Irã ou Pérsia continha várias regiões de grande cultura, e cidades antigas habitadas por diferentes grupos étnicos, separadas umas das outras por estepes ou desertos, sem grandes rios para oferecer-lhes comunicações fáceis.

De tempos em tempos, tinham sido unidas por dinastias fortes e duradouras; a última fora a dos sassânidas, cujo poder original se assentava nos povos de língua persa do sul do Irã. Era um Estado familiar, governado por intermédio de uma hierarquia de funcionários, que tentou proporcionar uma base sólida de unidade e lealdade, revivendo a antiga religião do Irã, tradicionalmente associada com o mestre Zoroastro. Para essa religião, o universo era um campo de batalha, abaixo do Deus supremo, entre bons e maus espíritos; o bem venceria, mas homens e mulheres de virtude e pureza ritual podiam pressionar a vitória.

Depois que Alexandre, o Grande, conquistou o Irã em 334-33 a.C., fazendo com que este estabelecesse ligações mais estreitas com o mundo do Mediterrâneo Oriental, as ideias do mundo grego avançaram para o Oriente, enquanto as de um mestre do Irã, Mani, que tentara incorporar todos os profetas e mestres em um único sistema religioso (conhecido como maniqueísmo), avançaram para o Ocidente.

Sob os sassânidas, a doutrina associada a Zoroastro foi revivida em moldes filosóficos, com mais ênfase no dualismo de bem e mal, e tendo uma classe sacerdotal e um culto formal; ficou conhecida como mazdaísmo ou zoroastrismo. Como Igreja do Estado, o mazdaísmo defendia o poder do
soberano, visto como um rei justo, que preservava a harmonia entre as diferentes classes da sociedade.

A capital sassânida não ficava no planalto do Irã, mas em Ctesifonte, na fértil e populosa área do Irã Central, irrigada pelos rios Tigre e Eufrates. Além de zoroastrianos e seguidores de Mani, o Iraque tinha os cristãos da Igreja nestoriana, que eram importantes no serviço público. Essa área era também o principal centro do ensino religioso judaico, e um refúgio para filósofos pagãos e cientistas médicos das cidades gregas do mundo mediterrâneo.

Várias formas da língua persa ali disseminavam-se; a forma escrita usada na época é conhecida como pálavi. Também disseminado estava o aramaico, uma língua semita ligada ao hebraico e ao árabe, e corrente em todo o Oriente Médio na época; uma de suas formas é conhecida como siríaco.

Os dois impérios incluíam as principais regiões de cultura e civilização da metade ocidental do mundo. Porém, mais ao sul, dos dois lados do mar Vermelho, havia duas outras sociedades com tradições de poder e cultura organizados, mantidos pela agricultura e o comércio entre o oceano Índico e o Mediterrâneo.

Uma delas era a Etiópia, um reino antigo, que tinha o cristianismo em sua forma copta como religião oficial. A outra era o lêmen, no sudoeste da Arábia, uma terra de férteis vales montanhosos e ponto de trânsito do comércio de longa distância. A certa altura, seus pequenos estados locais haviam sido incorporados em um reino maior, que enfraqueceria quando o comércio declinaria no início da era cristã, mas reviveria depois.

O lêmen tinha sua própria língua, diferente do árabe falado em outras partes da Arábia, e sua própria religião: uma multiplicidade de deuses, servidos por sacerdotes em templos que eram locais de peregrinação, oferendas votivas e prece privada (mas não comunal), além de ser também centros de grande riqueza.

Nos séculos seguintes, influências cristãs e judaicas vieram da Síria, pelas rotas comerciais, ou do outro lado do mar, da Etiópia. No século VI, um núcleo de cristianismo fora destruído por um rei atraído para o judaísmo, mas invasões originárias da Etiópia haviam restaurado certa influência cristã; tanto os bizantinos como os sassânidas envolveram-se nesses acontecimentos.

Entre os grandes impérios do norte e os reinos do mar Vermelho, ficavam terras de uma espécie diferente. A maior parte da península Arábica era estepe ou deserto, com oásis isolados contendo água suficiente para cultivo regular. Os habitantes falavam vários dialetos do árabe e seguiam diferentes estilos de vida. Alguns eram nômades criadores de camelos,
carneiros ou cabras, dependendo dos escassos recursos de água do deserto; eram tradicionalmente conhecidos como "beduínos". Outros eram agricultores estabelecidos, cuidando de suas safras ou palmeiras nos oásis, ou então comerciantes e artesãos em pequenos vilarejos que sediavam feiras. Outros ainda combinavam mais de um meio de vida.

O equilíbrio entre povos nômades e sedentários era precário. Embora fossem uma minoria da população, eram os nômades dos camelos, móveis e armados, que, juntamente com os mercadores das aldeias, dominavam os lavradores e os artesãos. O ethos característico deles - coragem, hospitalidade, lealdade à família e orgulho dos ancestrais - também predominava. Não eram controlados por um poder de coerção estável, mas liderados por chefes que pertenciam a famílias em torno das quais se reuniam grupos de seguidores mais ou menos constantes, manifestando sua coesão e lealdade no idioma da ancestralidade comum: tais grupos são em geral chamados de tribos.

O poder dos chefes tribais era exercido a partir dos oásis, onde mantinham estreitas ligações com os mercadores que organizavam o comércio através do território controlado pela tribo. Nos oásis, porém, outras famílias podiam estabelecer um tipo diferente de poder, pela força da religião.

A religião dos pastores e dos agricultores parece não ter tido uma forma clara. Julgava-se que deuses locais, identificados com objetos no céu, se incorporavam em pedras, árvores e outras coisas naturais; acreditava-se que bons e maus espíritos corriam o mundo em forma de animais; adivinhos afirmavam falar com a língua de um saber sobrenatural.

Sugeriu-se, com base em práticas modernas no sul da Arábia, que eles achavam que os deuses habitavam um santuário, um haram, um lugar ou aldeia separados do conflito tribal, que funcionava como centro de peregrinação, sacrifício, encontro e arbitragem, e era supervisionado por uma família sob a proteção de uma tribo vizinha. Essa família podia obter poder ou influência fazendo hábil uso do prestígio religioso, de seu papel de árbitro em disputas tribais e de suas oportunidades de comércio.

Por todo o Oriente Próximo, muita coisa estava mudando no século VI e início do VII. O império Bizantino e o Sassânida empenhavam-se em longas guerras, que se estenderam, com intervalos, de 540 a 629. Guerras travadas sobretudo na Síria e no Iraque; em uma ocasião, os exércitos sassânidas chegaram até o Mediterrâneo, ocupando as grandes cidades de Antióquia e Alexandria, além da cidade santa de Jerusalém, mas na década de 620 foram repelidos pelo imperador Heráclio I.
Por algum tempo, o domínio sassânida ampliou-se até o sudoeste da Arábia, onde o Reino do Iêmen perdera muito de seu antigo poder devido às invasões da Etiópia e a um declínio da agricultura. As sociedades organizadas governadas pelos impérios fervilhavam de interrogações sobre o sentido da vida e a maneira correta de vivê-la, expressas nos idiomas das grandes religiões.

O poder e a influência dos impérios afetaram partes da península Arábica, e por muitos anos os pastores árabes nômades do norte e do centro da península vinham se mudando para o campo da área hoje chamada de Crescente Fértil: o interior da Síria, a região a oeste do Eufrates no baixo Iraque e aquela entre o Eufrates e o Tigre (a Jazira) eram de população em grande parte árabe.

Eles trouxeram consigo seu ethos e suas formas de organização social. Alguns de seus chefes tribais exerciam a liderança com base em aldeias nos oásis, e eram usados pelos governos imperiais para manter outros nômades longe das terras ocupadas e para recolher impostos. Puderam, assim, criar unidades políticas mais estáveis, como a dos lakhmids, com a capital em Hira, em uma região onde os sassânidas não exerciam controle direto, e a dos gassânidas, em uma região semelhante do Império Bizantino.

O povo desses Estados adquiriu conhecimento político e militar, e abriu-se a ideias e crenças vindas das terras imperiais; Hira era um centro cristão. Por via desses estados, do Iêmen, e também dos mercadores que trafegavam pelas rotas comerciais, começou a entrar na Arábia um certo conhecimento do mundo externo e de sua cultura, além de alguns colonos de lá procedentes. Eram artesãos judeus, mercadores e cultivadores dos oásis do Hedjaz na Arábia Ocidental, e monges e convertidos cristãos na Arábia Central.

**O Mundo Muçulmano**

O objetivo do livro de Peter Demant (*O Mundo Muçulmano*, Editora Contexto, 2013) é proporcionar ao leitor brasileiro uma ideia geral da civilização do islã e tornar compreensível como e por que parcelas significativas do mundo muçulmano vêm se radicalizando, politizando sua religião e agredindo o Ocidente. Essa violência, sob a perspectiva dos fundamentalistas, constitui apenas uma merecida e justificável resposta às agressões recebidas.

O futuro da humanidade dependerá, em ampla medida, do êxito ou do fracasso coletivo em lidar com a dificuldade da coexistência entre as diferenças. E poucas diversidades colocam-nos um desafio mais urgente do que o fundamentalismo muçulmano.
Demant acredita podermos evitar o anunciado “choque das civilizações” entre o Ocidente e o islã, uma guerra na qual todos nós sofreremos, desde que ambos os lados façam as concessões e os esforços necessários. A primeira tarefa, imprescindível, é exercitar a compreensão. Ao Ocidente, cabe entender como a riqueza histórica do mundo muçulmano se vincula à sua ira atual - e como o próprio mundo ocidental é cúmplice, de certa forma, da crise contemporânea do islã. Um entendimento da dinâmica interna do mundo muçulmano, assim como de sua interação com os povos vizinhos, constitui o primeiro passo para desenhar políticas mais compassivas, e mais efetivas, frente a ele.

O mundo muçulmano abrange, nos dias de hoje, cerca de 1,3 bilhão de seres humanos, um quinto da humanidade com o qual precisamos inevitavelmente repensar a convivência.

Eles se encontram concentrados em um vasto arco, que se estende da África ocidental até a Indonésia, passando pelo Oriente Médio e a Índia. Em muitos países desta vasta região, os muçulmanos constituem a maioria da população local e, em outros, importantes minorias. Tal mundo é naturalmente muito diverso quanto às suas histórias, nações e etnias, línguas, maneiras de viver consigo mesmo, com seu meio ambiente e com seus vizinhos.

Em comum, porém, todos os povos do mundo muçulmano têm um único e decisivo fator: o islã. Muito embora a própria religião seja para eles praticada das mais diversas maneiras. Há contrastes não apenas nas formas visíveis, rituais e sociais, mas até no núcleo das crenças e na maneira de aplicá-las à sociedade.

Não poderia ter sido de outra forma. Como se apresenta na primeira das três partes que compõem este livro, o islã surgiu há mais de 1.400 anos e se espalhou por três continentes e inúmeras sociedades, encontrando condições vastamente diferentes entre si.

Desde já, entretanto, faz-se necessário esclarecer a grande confusão terminológica que cerca este tema. Em primeiro lugar, o termo muçulmano refere-se a um fenômeno sociológico, enquanto islâmico diz respeito especificamente à religião. Desta maneira, por exemplo, pode-se afirmar que o Paquistão possui uma maioria muçulmana; mas nem por isso é um Estado islâmico. Islamismo e islamista, por sua vez, são utilizados para definir o movimento religioso radical do islã político, inspiração do que também se chama popularmente de fundamentalismo muçulmano. É, portanto, confuso e incorreto usar o termo islamismo como sinônimo de islã, como acontece ocasionalmente em português.
O termo islã é usado ainda para definir determinadas áreas geográficas e civilizacionais, como a península arábica ou o chamado Oriente Médio, onde a religião islâmica é predominante. Na verdade, se a palavra árabe refere-se a um povo específico, Oriente Médio diz respeito a uma região geográfica em particular e islã, como visto, a uma religião.

Toda essa confusão tem origem no caráter total do islã, que é mais do que um simples corpo de crenças, mas algo que influencia e determina (ou pelo menos pretende determinar) toda a vida social e mesmo as esferas da economia, da política e das relações internacionais.

Ainda hoje há forte sobreposição dessas definições: afinal, raciocina-se, os árabes moram no Oriente Médio e são majoritariamente muçulmanos. Entretanto, existem no Oriente Médio importantes nações muçulmanas de povos não-árabes, como os turcos e curdos, e mesmo nações não predominantemente muçulmanas, como Israel, cuja população é majoritariamente judaica.

Originalmente, os termos “árabe” e “muçulmano” coincidiam: de fato, restritos à península da Arábia, os árabes se tornaram quase todos muçulmanos.

Em um segundo momento, contudo, a expansão dessa população criou a esfera cultural do Oriente Médio, que adotou amplamente o idioma arábico e, em sua maioria, abraçou o islã. A essa altura, o mundo muçulmano e o chamado Oriente Médio é que eram coincidentes.

Em um terceiro momento, o islã conquistou adeptos em outras partes do planeta. Assim, o Oriente Médio se reduziu a mais uma região, entre outras tantas, do mundo muçulmano - ainda que aquela com o maior peso ideológico, pelo fato da revelação e da atuação do profeta Maomé terem ocorrido ali. E também por terem partido de lá as primeiras expansões e por ser o árabe a língua sagrada do Alcorão.

Aliás, o próprio termo Oriente Médio, usado para definir a região geográfica que é hoje o lar de cerca de 400 milhões de muçulmanos, comporta discussões. O termo (do inglês Middle East) é evidentemente de cunho eurocentrista e data, justamente, do século XIX, época em que o império britânico controlou os mares e um quarto da Terra.

De todo modo, situado historicamente na encruzilhada de múltiplas influências, o Oriente Médio - expressão que Demant utiliza nesse livro, uma vez que já foi consagrada e incorporada ao uso geral - foi durante séculos a plataforma giratória e o ponto de comunicação, mantido por caravanas terrestres e linhas marítimas, entre a Europa e as civilizações mais orientais.
da Índia, da China e do sudeste asiático. Assim, não há dúvidas de que essa é a região mais complexa do mundo muçulmano, em termos das suas identidades coletivas, problemas políticos e conflitos étnico-religiosos.

A interação histórica com outros povos, que nos séculos mais recentes tomou a forma de intervenções ocidentais mais diretas, fez da região exatamente um dos centros mais expressivos do sentimento anti-ocidental. Nas últimas décadas, o Oriente Médio (árabe em particular), tem sido a área de atuação da maioria dos pensadores e ativistas fundamentalistas. O Oriente Médio continua funcionando, assim, como ímã de tensões internacionais.

Por todos esses motivos, esse livro dedica uma atenção especial a tal fração do mundo muçulmano. Contudo, é sempre bom ter em mente que, numericamente falando, menos de 30% de todos os muçulmanos no planeta se encontram ali.

Na verdade, o mundo muçulmano se divide em quatro grandes blocos, geográfica e culturalmente distintos. Além do Oriente Médio, ou seja, do bloco médio-oriental, há ainda o indiano, o malaio e o africano, todos devidamente detalhados e situados historicamente na primeira parte deste volume. Essas quatro regiões englobam mais de 95% de todos os muçulmanos do mundo.

Observam-se aí, de antemão, dois elementos cruciais.

Por um lado, a citada interação com diferentes civilizações caminhou no sentido contrário à teoria do islã, que prescreve a unidade de todos os fiéis numa única umma (ummah, comunidade), o que também pressuporria uma unidade política. Mas, ao contrário, a diversidade das experiências fez com que o mundo muçulmano tenha sempre sido, e continue a ser, muito dividido.

Por outro lado, a grande maioria dos muçulmanos vive no terceiro mundo. Em outras palavras, é pobre. Em um passado glorioso, as sociedades muçulmanas foram ricas e poderosas.

Sua decadência a um estado de impotência e exploração constitui parte integrante da história da colonização: é a contrapartida da emergência do Ocidente. Com economias controladas por pequenas elites, regimes não-representativos e autoritários, altas taxas de crescimento populacional e altos níveis de expectativas - frustradas -, várias dessas sociedades muçulmanas aprofundam sua crítica ao Ocidente, acusado de manter as estruturas da desigualdade.

Esse livro discorre mais sobre muçulmanos do que sobre o islã, ou seja, mais sobre grupos humanos específicos, suas histórias e os desafios que eles
enfrentam hoje do que sobre questões teológicas. Sua abordagem é, em primeiro lugar, antropológica, histórica e política. Essa, contudo, é uma diferenciação artificial, didática, pois tanto as dificuldades quanto as possíveis opções para lidar com elas têm, pelo menos parcialmente, sua raiz na religião. Para verificar isso, basta pensar nos acirrados debates sobre o papel das leis da religião (a chamada xaria) na vida pública e privada em países como Egito, Turquia ou Irã. Ou nos movimentos terroristas que, fundamentados na sua leitura do islã, estão violentamente desestabilizando regimes e Estados que consideram corruptos ou hostis, chegando a ameaças à própria convivência internacional. Ou ainda naqueles grupos e pensadores menos conhecidos que, do Marrocos à Malásia, inspiram-se na mesma religião para lutar em prol da democracia e do diálogo pacífico com outras civilizações.

Em todos esses exemplos, a religião é ponto de partida, ainda que para propostas e propósitos diferentes. Portanto, para entender o mundo muçulmano hoje, assunto da segunda parte deste volume, torna-se imprescindível compreender sua religião.

O islã, como o cristianismo, é uma fé expansionista e monopolista da verdade.

Impérios Muçulmanos

Os consecutivos impérios árabes e muçulmanos expandiram a fé muçulmana, a língua árabe e padrões culturais comuns. Hoje, perto de 95% da população do Oriente Médio é muçulmana. No entanto, quando o islã ali chegou, possivelmente 95% era cristã. A diminuição do cristianismo na zona de seu nascimento gerou um conflito duradouro entre essas duas religiões rivais.

Nos últimos duzentos anos, a influência do cristianismo também diminuiu na Europa, mas a relação antagônica com o Oriente Médio só se exacerbou por fatores econômicos e geopolíticos. Os Estados muçulmanos do Oriente Médio se enfraqueceram; mas a região cresceu em importância estratégica - afinal, muito do petróleo do mundo está lá - e tornou-se espaço privilegiado para as rivalidades com e entre as potências europeias.

A justaposição de tantos fatores - religiosos, estratégicos e econômicos - explica por que o Oriente Médio capta tanta atenção de políticos, jornalistas e da opinião pública internacional. As populações muçulmanas procuram reconquistar sua posição, outrora influente, no planeta.

Tais reivindicações desafiam os interesses vitais das potências ocidentais e, por extensão, de todos os países capitalistas desenvolvidos do
primeiro mundo. O resultado é que essa luta é o drama central das relações internacionais hoje. É uma luta que assume cada vez mais uma cor religiosa e é isso que ameaça transformar um mero confronto de interesses em um “choque de civilizações”.

O confronto do islã com “a modernidade” também será tratado na segunda parte deste livro. A “volta à religião” é um fenômeno internacional que se observa entre cristãos e judeus tanto quanto entre muçulmanos.

Não há dúvida de que o mundo muçulmano, no Oriente Médio em particular, estava pouco preparado para os controles políticos e econômicos e para a invasão cultural que as potências ocidentais conseguiram impor graças à sua supremacia militar. Tal supremacia, contudo, foi em si mesma um efeito colateral da modernização efetuada nas sociedades ocidentais pelas revoluções políticas e industriais, iniciadas no final do século XVIII.

Quando os muçulmanos se viram confrontados pela superioridade ocidental, a humilhação foi provavelmente maior do que a sofrida por outras civilizações, pois o islã considera uma impossibilidade teológica a tentativa de equiparar-se, nesses termos, ao Ocidente.

Houve dois tipos de reação:

1. absorver a receita da modernidade do Ocidente e rejeitar o papel da religião; ou

2. se refugiar num tradicionalismo religioso.

No entanto, uma cadeia de derrotas militares, socioeconômicas e culturais tirou sistematicamente a legitimidade, no mundo árabe, dos regimes e projetos associados à ocidentalização. Abrir-se, então, um vácuo ideológico, que continua até hoje e está sendo preenchido pelos proponentes do projeto alternativo, o fundamentalismo muçulmano. A lógica desse pensamento auto-referencial é simples: “perdemos não porque somos religiosos demais e não modernos o bastante; mas porque tentamos imitar o Ocidente e esquecemos a religião. Deus nos abandona porque nós abandonamos a Ele”.

A rejeição do modelo ocidental pelos pensadores islamistas é abrangente, incluindo não apenas uma crítica da “injusta” atuação das potências cristãs, como também uma recusa de seus modos sociais “dissolutos” que “infectam” o mundo muçulmano.

Baseando-se em uma leitura específica das fontes religiosas, islamistas desenvolvem um projeto para uma sociedade melhor, igual à primeira sociedade islâmica, estabelecida pelo fundador do islã, o profeta Maomé.
Trata-se na verdade de uma “utopia ao contrário”. Contudo, o que mais surpreende e diferencia o islamismo dos tradicionalismos anteriores é principalmente a adoção seletiva de tecnologias ocidentais, do rádio e tevê até às armas de destruição em massa.

O fundamentalismo não é um movimento unificado (ainda que a unidade dos muçulmanos esteja sempre estampada em sua bandeira); difere de país a país, de um período a outro, mas só tem crescido. Os últimos capítulos desse livro analisam essa diferenciação e expansão - e consideram suas possíveis implicações.

O islamismo conquistou uma certa influência em países como o Egito ou a Síria nos anos 70, mas só ganhou notoriedade internacional pela revolução xiita no Irã e pelos primeiros sequestros e homens-bomba no Líbano. Desde os anos 80, desmentindo as previsões, expande-se continuamente, e se torna cada vez mais extremista. Na década de 1990, assistimos a uma explosão de incidentes violentos provocados por grupos islamistas, desde a Nigéria até a Indonésia.

Quando o establishment nas comunidades atingidas reage tentando restabelecer a ordem, muitas vezes com apoio ocidental, civis inocentes sofrem as consequências, e os terroristas tendem a radicalizar ainda mais a sua ação. De modo paradoxal, as políticas oficiais usadas para reprimir a violência se tornam instrumentos em favor dos fundamentalistas.

Como então o Ocidente precisa - e pode - reagir? Há verdadeiramente perigo ou só exageros sensacionalistas? O islã é uma religião violenta ou os islamicos nos apresentam uma corrupção da bela tradição que no passado enriqueceu o Oriente - e que poderia voltar a fazê-lo? As respostas dependerão de mudanças internas no islã que podem perfeitamente ser estimuladas por meio de um diálogo entre fés e civilizações.

A última parte desse livro observa os argumentos contra e a favor da coexistência ou de seu oposto, o “choque dos mundos”. Numa conjuntura tão complexa, a conclusão só pode ser ambígua. Podem haver, contudo, algumas lições.

A primeira é a de que o islã é, em potência, mais flexível do que se pensa; permite e precisa do diálogo com o outro. Da mesma maneira, para não mergulhar numa guerra de religiões sem saída, o Ocidente também precisa dessa comunicação. Porém, com um islamismo violento que preconiza uma guerra para estabelecer o reino de Deus na Terra, não existe diálogo viável: ele constitui um crescente risco para a segurança de todos. A luta contra ele é não somente um interesse do mundo ocidental como também da grande maioria dos muçulmanos, que seriam suas primeiras vítimas.
No entanto, sem transformações profundas na estrutura da desigualdade global que mantém essas populações presas em um ciclo de empobrecimento e isolamento, não se conseguirá evitar a ampliação maciça do extremismo. A tarefa, portanto, é abrangente - e da maior urgência. A leitura deste livro pretende colaborar com ela.

Islã no Tempo

O surgimento do islã tem data e local demarcados: começo do século VII, na Península Árabe. Séculos antes, no mesmo lugar ocorreu a revolução monoteísta - a fé em um deus único, introduzida pelo judaísmo e pelo cristianismo -, tradição que talvez tenha facilitado a recepção da nova crença.

A Arábia vivia então à margem das duas superpotências do Oriente Médio da época: a Pérsia (que se tornou o Iraque após 1930) e o Império Bizantino. Este, cuja capital era Constantinopla (hoje Istambul na Turquia), surgira com a divisão do Império Romano em dois, o do Ocidente e o do Oriente, na década de 330 d.C. Essa estrutura bizantina absolutista sobreviveu mais de mil anos, até a conquista turca em 1453.

Em 395, o cristianismo tornara-se a religião oficial, completando sua transformação de fé contestatória das classes inferiores (escravos e estrangeiros no Império Romano) em uma Igreja poderosa, cuja autoridade estava sobreposta à do Estado. O Império Bizantino nunca conheceu a separação entre Igreja e Estado, característica da cristandade ocidental. O “cesaropapismo” foi fenômeno que serviria de modelo para sobreposição entre religião e política no islã.

Disputas religiosas transformavam-se automaticamente em conflitos políticos - e vice-versa. Rivais políticos eram considerados hereges. Por exemplo, houve o debate sobre a natureza de Cristo: ser divino ou ser humano? Após vários concílios ecumênicos, ficou determinada a natureza dual do “filho de deus”, a um só tempo divina (sobrenatural) e humana (natural), paradoxo doutrinário aceito até hoje nas Igrejas Ortodoxa e Católica.

O monofisistas, que acreditavam apenas na natureza divina de Jesus, logo se viram transformados em hereges e foram alvo da intolerância imperial. Quando o islã, vindo do deserto árabe, surgiu em cena no chamado Crescente Fértil - região em forma de meia-lua, situada entre a costa leste do Mediterrâneo e o golfo Pérsico - aproveitou-se da frustração e da insatisfação daqueles perseguidos, etnicamente mais próximos dos árabes do que dos bizantinos.
Bizâncio sofreu reduções periódicas e significativas de seu território, devido às invasões de nômades da Ásia Central e de inúmeros confrontos como os persas, inclusive exaurindo militarmente os bizantinos. O Império Persa, herdeiro da antiga civilização do zoroastrismo, cujo profeta-fundador mítico no século VI a.C. era Zaratustra (Zoroastro), constituía o único Estado à altura do Império Romano e do Império Bizantino.

 Guerras intermináveis inviabilizaram a Rota da Seda, eixo comercial de caravanas que carregavam produtos de luxo oriundos da China, através da Pérsia, para o mundo mediterrâneo controlado por Constantinopla. Os comerciantes buscaram caminhos alternativos, alcançando região semisselvagem, em particular a cidade de Meca, tradicional centro de peregrinação graças a um meteorito negro de 30 centímetros de diâmetro, reverenciado como pedra sagrada.

Maomé ou Muhammad (570-632 d.C.) foi o profeta fundador do islã. Nem todos os habitantes do deserto da Arábia eram beduínos, ou seja, nômades e pastores. No Iêmen, área meridional chamada de “Arábia feliz” por ser mais chuvosa e fértil, havia reinos e civilizações avançados e laços históricos com Estados africanos. Mecânico era um entreposto comercial para os nômades.

O estilo de vida beduíno valorizava acima de tudo a liberdade de movimento, a honra ligada, em particular, ao controle da sexualidade feminina, e a solidariedade para com os membros do clã. A organização social era tribal: a linhagem de uma pessoa, seu parentesco, superava quaisquer outras lealdades.

A maioria dos beduínos era constituída de pobres. Brigavam pelos recursos escassos disponíveis, por exemplo, água e animais, provocando ciclos de vingança. A população, em geral, era politeísta, ainda que tribos judaicas e cristãs pudessem ser encontradas ao norte da península, nas regiões mais próximas à Síria e à Palestina. O islã pretendia superar tais tradições, mas a ética beduína não desapareceria. Na verdade, com as conquistas árabes sob a bandeira verde do islã, ela disseminou-se por todo o Oriente Médio.

Maomé foi criado como mercador em Meca. Casou-se aos 25 anos com uma rica viúva bem mais velha. Em suas viagens, entrou em contato e foi influenciado por árabes judaicos e cristãos. Aos 40 anos, começou a receber visões e ouvir vozes, que acreditou serem de origem divina, por revelarem “a palavra de deus”. Dizia que ele era um deus único e onipotente, perante o qual cada ser humano teria de se submeter e venerar: a palavra islam significa exatamente submissão.
Ao se considerar “o escolhido por deus”, passou a assumir o papel de profeta, isto é, de revelador das mensagens divinas no sentido de:

1. pregar e converter seus compatriotas;
2. organizar uma comunidade de crentes.

Contudo, o Alcorão (recitação), compilação de todas as revelações concedidas a Maomé, só receberia sua versão definitiva 30 anos após sua morte. Face às ameaças de dissidência, houve por bem a redação de um texto consensual.

Dada a insistência de Maomé em destruir as imagens dos deuses politeístas, a elite comercial de Mecânico, cuja renda do turismo religioso ficou ameaçada, tratou de expulsá-lo com seus seguidores no ano de 622 d.C.. Essa fuga (hijira ou migração) para al-Medina, situada a 300 Km de Meca, marca o início do calendário muçulmano.

Em Medina, os muslimin (submetidos, origem da palavra muçulmanos) impuseram sua superioridade militar. Medina foi a primeira comunidade a viver sob as leis muçulmanas. Os novos fiéis, recém convertidos, se comprometiam a realizar uma guerra de expansão do islã. Impuseram a substituição das tradicionais solidariedades tribais por religiosas. Maomé transformou-se, de pregador desprezado pela elite, em líder político e militar. Pouco antes de morrer, ainda fez uma peregrinação à Mecânico, lugar doravante dedicado ao deus único.

Islamismo: relação com Judaísmo

Superficialmente, o islã parece ser uma religião simples, como tantas outras que se popularizaram, com dogmas claros, obrigações e proibições. Os deveres do fiel se resumem aos cinco pilares do islã:

1. **Shahada** (ou testemunho): *a confissão* - o politeísmo é o maior pecado - que efetua a conversão na fé que aceita um deus único e Maomé como seu profeta exclusivo.
2. **Salat**: *a reza* (recitação de veneração e não pedido de benefícios a deus) que se faz cinco vezes por dia e, na sexta-feira, a oração comunal na mesquita.
3. **Zakat**: *a esmola*, correspondente ao dízimo cristão: todos os crentes são obrigados a entregar uma parcela da renda para fins sociais dentro da coletividade islâmica.
4. **Ramadan**: é o mês de jejum, entendido como purificação e ascensão para deus, desde o nascer até o pôr do sol, quando acaba a abstenção de relações sexuais, comida e bebida, inclusive água, e se iniciam as confraternizações que duram toda a noite e a madrugada.

5. **Hajj**: é a peregrinação a Meca - da mesma forma que Jesus, Maomé se viu inicialmente como reformador do judaísmo e adotou Jerusalém com cidade sagrada, porém, rejeitado pelos judeus, Maomé a substituiu por Meca e, em segundo lugar, Medina, ambas cidades sagradas na Árabia Saudita. Jerusalém mantém a posição de terceira cidade sagrada do Islã, ainda que seja mencionada no Alcorão apenas uma vez.

É notável a semelhança das imposições monoteístas anteriores, o judaísmo e o cristianismo, com a crença e o ritual básico do islã que, aliás, se considera a continuação e o aperfeiçoamento daquelas. Maomé se integra assim na extensa linhagem de profetas "-enviados por deus ao homem".

Para os muçulmanos, deus “desce” ao homem, pois este nunca poderia se elevar e chegar a deus por seus próprios esforços. O islã dá continuidade na exigência de comportamento ético do ser humano, tal como é também o papel da moral judaico-cristã. No entanto, na imposição do islã aos politeístas, estes tinham que escolher entre a conversão ou a morte!

Os monoteístas possuem uma genealogia comum. O mundo antigo, politeísta, era mitificado por vários deuses e deusas representando forças naturais ou misturas mitológicas entre homens e animais. Os deuses não eram seres melhores do que os homens, só eram mais fortes. A relação entre eles era utilitarista: os homens tentavam agradar e até manipular os deuses por meio de sacrifícios e magia.

Isso até que, na Terra de Israel (ou Palestina) - cruzamento das vias comerciais e militares entre o Egito e Mesopotâmia (o atual Iraque) que sofria invasões frequentes -, o pastor Abraão (Ibrahim para os muçulmanos) acreditou estar em contato com um deus mais onipotente e benevolente do que todas as outras divindades, cujas existências passaram a ser negadas. Nasceu, assim, o monoteísmo!

A Era dos Patriarcas é mitológica - não há evidências textuais ou arqueológicas sobre ela -, mas é geralmente situada em torno de 1800-1700 a.C. O êxodo do Egito por parte dos hebreus, descendentes dos patriarcas, sob a liderança do profeta Moisés, teria ocorrido em torno de 1300 a.C. Este mito formativo, que constituíu o monoteísmo ético, foi a revelação divina dos dez mandamentos, que formalizariam o padrão de conduta para os hebreus. Eram regras que, louvadas por muito ritualismo, demarcavam de forma binária o bem e o mal.
Essa revolução mental e social eliminou todos seus concorrentes sobrenaturais, estabelecendo entre os judeus um contrato com deveres e direitos mútuos. Desde que eles se transformassem em um povo sacerdotal, teriam a proteção divina contra a imprevisibilidade caótica de uma natureza descontrolada, antes atribuída à arbitrariedade de vários deuses.

Com uma entidade zeladora e vigilante, onipotente e onisciente, mesmo se as vicissitudes da vida não cessassem, doravante a responsabilidade por catástrofes individuais ou coletivas não podia ser atribuída a um destino cego, mas ao comportamento inapropriado do próprio homem. Doenças, fome, derrotas militares, todas as desgraças eram punições via retiradas de graças divinas. Esse compromisso do indivíduos com uma vida virtuosa constitui a instalação da consciência culpada!

O judaísmo é, tal como serão posteriormente o cristianismo e o islamismo, uma religião de revelação: o transcendente irrompe, espontaneamente, no mundo visível e se revela mediante mensageiros escolhidos (por si só), os chamados profetas, que passam a prometer recompensas ou castigos, o paraíso ou o inferno. Outras religiões como o hinduísmo e o budismo carecem dessa “descida” do sobrenatural ao mundo natural. Nestas, o homem é chamado a fazer o esforço de “subir” até níveis de consciência superiores. Se ele não o faz, não há divindade punitiva, mas ele condena a si mesmo ao ciclo incessante de morte e renascimento que produz sofrimento.

Na segunda metade do primeiro milênio a.C., desenvolveu-se uma diáspora judaica em que pensadores judaicos começaram a aplicar os valores do judaísmo a outros grupos não judaicos. Judeus entraram em contato e se deixaram influenciar pelas ideias do helenismo, uma civilização que abrangia o Mediterrâneo e o Oriente Médio em um ideal de fraternidade humana universal, baseado na supremacia da razão.

Os judeus mais conservadores consideraram isso uma traição e, metodicamente, foram erigindo um muro de regras religiosas - proibindo, por exemplo, casamentos mistos - que separavam os judeus dos demais homens “não-irmãos”. Facilitaram sua função de povo sacerdotal, mas dificultaram a convivência com os “pagãos”, cuja sociabilidade conduziria à apostasia, ou seja, ao abandono da fé original.

Os ocupantes romanos buscaram assimilar os judeus à cultura imperial, provocando as grandes revoltas que combinavam regionalismo, restauração religiosa fundamentalista e esperanças messiânicas. As derrotas culminaram na destruição do Templo, na abolição da soberania e, no século II, em um genocídio que pós fim à presença física de judeus na Judeia, logo rebatizada
de Palestina. A comunidade judaica, sobrevivente na Galileia, tornou-se minoria em meio a uma maioria cristã.

Islamismo: relação com Cristianismo

O cristianismo é o segundo elo da revolução monoteísta que influenciaria o islã não menos que o judaísmo. O ano 33 d.C. é a data convencional da crucificação de Jesus de Nazaré, reformador radical judeu, pelo exército de ocupação romano e com conivência da elite religiosa em Jerusalém. Para seus seguidores, Jesus foi considerado o Messias, o ungido (cristo em grego) e, posteriormente, na teologia de Paulo de Tarso, uma das três expressões da própria divindade. Esta visão conduziu, fatalmente, à ruptura com o judaísmo oficial.

A Igreja cristã primitiva abandonou rituais e costumes judaicos, facilitando em muito a conversão à nova fé para não judeus. O Estado romano dispensa-se de providenciar serviços sociais propriamente ditos. Para pelo menos 80% da população do imenso Império a vida era reduzida a trabalho, sofrimento, violência. A vida dos escravos era extremamente breve, quase sempre inferior a 25 anos. Diante desse quadro, os cristãos procuraram oportunidades que pudessem melhorar a vida das pessoas no submundo romano.

Dentro de alguns séculos, o cristianismo se tornaria a principal religião do Império Romano, apesar das perseguições iniciais. Em 330, o imperador Constantino reconheceu a nova religião. Cinquenta anos depois, todas as outras religiões seriam proscritas.

O cristianismo manteve do judaísmo a crença no deus único e em seus mandamentos éticos. A grande inovação foi a universalização dos princípios do monoteísmo ético, tornando-os acessíveis aos que eram considerados “não-irmãos” pelos judeus.

A intromissão ativa do sobrenatural na história do mundo - tal como no renascimento de Cristo e no Juízo Final - projetou uma visão de vida pessoal planejada, antagônica à visão politeísta de um mundo eterno, pontuado pela simples repetição da vida e da morte. Nesta vida cíclica, não há sentido definido para a vida; na visão finalista, a história do homem passa a ter uma direção que impõe tornar-se “ajudante de deus”. Já que, para ele, todos os seres humanos são iguais, o cristianismo permite a conquista da dignidade pessoal pelos escravos, servos, deserdados, prisioneiros, enfim, todos os discriminados. Sem direitos reconhecidos, eles apelam dizendo que também são “filhos de deus”.
Permaneceu a ideia judaica da responsabilidade individual pela escolha entre o Bem e o Mal. Mas a Igreja católica moderou essa proximidade com seu monopólio dos sacramentos e da sua mediação, considerada imprescindível, entre o crente e a santíssima trindade. Por sua vez, o islã reforçará o encontro não mediado entre Criador e criatura, abolindo a mediação do clero existente entre ambos.

Na ausência de uma figura mediadora entre o mundo dos homens e o divino, a própria “palavra de deus”, escutada pelo profeta, adquire importância central. Tem de a ler tal como está transcrita no Alcorão no islã. Escrito em árabe, língua sagrada, até hoje não foi traduzido no uso ritual por muçulmanos. Faz-se questão da sua recitação na versão original.

Islamismo: Estado Religioso

O islã abrange todas as esferas da vida. É uma religião ao mesmo tempo em que é uma comunidade e um modo de viver dentro de uma tradição que regulariza todos os aspectos da vida, desde as diversas etapas de desenvolvimento, passando pela educação familiar e comunal, até a relação entre homens e mulheres, governo, comércio, finanças, justiça, filosofia, etc.

O submisso encontra tudo em um sistema jurídico-religioso total. Tal complexidade levou à emergência de uma classe prestigiosa de legistas-intérpretes especializados. Dada a onipresença da religião na vida cotidiana, o islã se torna o principal elemento formativo da identidade coletiva das populações subjugadas a ele.

Em consequência, não há diferenciação entre religião e política: Estado e Igreja se confundem. O islã inclui em seu bojo muito mais do que um corpo de crenças, ritual, normas, consolação, etc. Correspondências na maneira de viver criam semelhanças entre as mais distantes sociedades muçulmanas.

Outra marca original do islã é a suposta igualdade entre os fieis. Os legistas especializados não têm o papel do clero institucionalizado da Igreja católica: eles são apenas intérpretes, não mediadores.

Abraçar o islã implica, tanto para o indivíduo quanto para a comunidade, assumir um compromisso total para:

1. reger a própria vida nos moldes prescritos,
2. imbuir a sociedade com o espírito da lei divina e
3. propagar a “verdadeira” religião no mundo inteiro.
Jihad, isto é, “guerra santa”, então pode apontar para a disciplina da transformação interior, tanto quanto para o empenho na guerra de conversão dos infiéis, de maneira violenta se necessário. Tem o sentido de “militância”.

De fato, o islã, tanto quanto o cristianismo, sempre se considerou o único portador da verdade. Combinou esse exclusivismo com o impulso de disseminá-la com o uso da palavra e/ou da espada. Seu profeta, em vez de ser crucificado sem revolta, como o do cristianismo, atuou como líder guerreiro e expansionista da comunidade religiosa.

O islã, nos séculos VII e VIII, se expandiu rapidamente pelas armas. Após um período de expansão militar, o império muçulmano se estabilizou. Todavia manteve-se intacta uma visão geopolítica que partilha o mundo em duas dimensões antagônicas: a “Casa do islã” contra a “Casa da guerra”. Entre ambas, armistícios são possíveis, mas nunca a paz completa, até a absorção final da segunda pela primeira. A ideia do jihad (guerra de conversão) nunca morreu.

A expansão era inerente ao islã e, em algumas décadas, levou à conquista do Oriente Médio e da África do Norte, seguida pela incorporação islâmica de outras regiões: Espanha, partes da Índia, da Indonésia, China, África negra, entre outras. O islã é hoje a religião em mais rápida expansão e, com cerca de 1,3 bilhão de seguidores, representa aproximadamente 20% da humanidade.

A história do islã coincide com o fluxo e o refluxo da expansão e retrocesso do mundo muçulmano. Demant (2013: 37) distingue, esquematicamente, quatro estágios:

1. **a primeira onda**, nos séculos VII a XI, os árabes expandiram o islã para ao Oriente Médio e África do Norte e estabeleceram não somente o mais extenso Estado do mundo: é a fase clássica.

2. **o segundo estágio**, nos séculos XI-XIV, o islã sofreu reverses no Oriente Médio, mas continuou sua expansão na Ásia central e Índia: é a Idade Média muçulmana.

3. **o terceiro estágio**, do século XV até o século XVIII, os “impérios da pólvora” muçulmanos, baseados na supremacia conferida por seus canhões - o otomano no Oriente Médio, o safávida no Irã, os imperadores muçulmanos na Índia, entre outros - com a propagação da fé para a África e o sudeste asiático.
4. **o quarto estágio**, no século XIX e na primeira metade do século XX, quando o mundo muçulmano caiu sob a influência das potências europeias.

As tentativas recentes de descolonização - e de repensar um novo equilíbrio do islã em seu confronto com a modernidade ocidental - abrem o que provavelmente será uma quinta época.

**Discriminações Islâmicas Contra As Mulheres**

Ao longo da história do islã, três grupos foram excluídos da igualdade que, em princípio, regeria as relações entre os fieis: escravos, não muçulmanos e mulheres. Sendo que as escravas mulheres serviam unicamente ao prazer do homem, em concubinato indicado por juristas islâmicos como alternativa ao vício. Os descendentes de tais laços eram muitas vezes alforriados e contribuíram para o processo de mestiçagem no Oriente Médio.

O número de escravas que um homem podia ter era em princípio ilimitado, ao contrário do casamento com mulheres livres, restrito a quatro esposas ao mesmo tempo. Estas se distinguiam das escravas por sinais exteriores de respeitabilidade como o véu.

As mulheres no mundo muçulmano constituem objetos de fascínio para o Ocidente: ontem, a fantasia da sensual criatura do harém; hoje, vítima de opressão, velada e genitalmente mutilada. Ambas as imagens representam um Oriente estereotipado. Ambas, segundo Peter Demant (*O Mundo Muçulmano, Editora Contexto, 2013: 148*), são “exageros que não descrevem a realidade social da esmagadora maioria das muçulmanas, correspondendo apenas a fragmentos da realidade.

Ao contrário do islã tradicional, a modernidade ocidental se caracteriza, entre outros fatores, por reivindicações pela igualdade civil entre mulheres e homens e por tentativas para melhorar a posição delas na sociedade. A cidadania, marca da posição do indivíduo na sociedade, não faz distinção entre os sexos - nem entre classes, raças, etnias, etc. O mundo muçulmano não está isento desta influência.

Porém, no pensamento islâmico, a posição da mulher é inferior à do homem, situação que reflete a realidade sociológica da sociedade pré-islâmica da qual o islã emergiu. Ela se encontrava, sob formas diversas, em quase todas as sociedade pré-modernas.

Limitações biológicas ditavam, na maioria das sociedades, uma partilha de funções socioeconômicas e condenavam a mulher a uma vida voltada à
maternidade e a funções econômicas subalternas. Essencialmente, a fecundidade da mulher era considerada um recurso econômico do grupo da mesma forma que o gado, o trigo ou o dinheiro. Contudo, o islã teve sua origem numa sociedade pastoril.

Os muçulmanos consideram que a posição jurídica da mulher dentro do islã é melhor do que nas outras civilizações hierárquicas. Em vez de ser vista como posse, a mulher passou a ter existência jurídica e direito à propriedade. Por ocasião do casamento, o marido paga um mahr (preço da noiva) que pertence à própria mulher (e não a seus parentes masculinos) e lhe é devido em caso de divórcio. A mulher também tem direito à herança, embora herdam somente a metade da quantia em relação aos homens. A xaria mantém a poligamia, mas a limita a quatro esposas simultaneamente – o que é considerado progressista!

Em casos de litígios, o testemunho feminino é válido - ainda que valha somente a metade do masculino. Maridos tinham o direito de chicotear e castigar suas esposas, apesar de os ulemás se esforçarem para limitar esse direito.

Todas essas regras discriminatórias refletem, mantêm e reproduzem a situação desigual dos sexos na sociedade árabe peninsular do século VII, berço do islã, e a partir daí elas se dissemiram nas demais sociedades que o adotaram.

Entretanto, no decorrer do tempo, a posição das muçulmanas declinou. Durante o período dos impérios muçulmanos medievais, elas foram cada vez mais excluídas. Expressões misóginas atribuídas a Maomé, como “um povo cujos afazeres são regidos por mulheres não prosperará” foram usadas para justificar sua exclusão de posições de autoridade.

Iniciou-se, em nome da proteção dos homens contra a tentação sexual, um processo de segregação da mulher que continua até os dias de hoje. Para não distrair os homens, elas rezavam separadamente dos homens. A imposição do véu ou hijab (lenço), atualmente considerada em meios fundamentalistas como a marca característica da muçulmana praticante, começou para distinguir as mulheres “livres” de escravas e concubinas.

Essa segregação sexual, em casos extremos, como no Paquistão e Afeganistão contemporâneos, leva a adotar a purdah (“cortina”), que chega a cobrir todo o corpo e rosto da mulher fora de casa. Aliás, ela nunca pode sair sem acompanhante. Dentro de casa, ela se descobre somente em frente ao marido ou parentes com quem ela não pode casar.
O ideal da tradição que se forma é o da mulher que deixa a casa somente duas vezes na vida adulta: no dia de seu casamento e no de seu enterro. Em ambos casos, completamente coberta. Isto é visto como um modelo "elitista", que só os abastados cujas esposas estão isentas do ônus do trabalho podem-se permitir.

Essa situação caracterizada pelo isolamento e pelo controle da sexualidade não é redutível a fatores materiais, mas foi consequência de uma contradição psicológica entre, por um lado, uma forte associação da mulher à sexualidade e, por outro, a dependência da honra do homem do controle dessa sexualidade. Seu des controle é visto tanto como perigo social quanto como atentado à identidade sexual e social do indivíduo masculino. Tal contradição só foi solucionada com o enclausuramento do objeto do desejo.

No Oriente Médio, a mulher é considerada em primeiro lugar como objeto do desejo masculino, sendo a sexualidade primeiramente associada ao sexo feminino. Ao contrário do cristianismo, existe no islã uma apreciação positiva da sexualidade em si. O celibato é proibido; não se encontra no islã nenhuma equivalente do ascetismo quanto ao coito [tipo Virgem Maria, mãe de Jesus] característico do cristianismo. O sexo é imprescindível para a reprodução (preferencialmente de uma prole masculina), mas é igualmente um dos prazeres sensuais da existência, valor reconhecido em si.

Contudo, a sexualidade é também uma força perigosa - antissocial, caótica, necessitada de rígidos controles -, daí sua “prisão” dentro do casamento e, concomitantemente, a rejeição da contracepção, do aborto, da homossexualidade e de outros “desvios contrários à natureza”.

Tal, no entanto, é a teoria; na realidade social, os casamentos correspondem mais a alianças econômicas entre famílias do que a casais intencionados aos romantismo ou à satisfação sexual recíproca. A maioria deles é arranjada - muitas vezes sem que os parceiros se conheçam. Ainda que o consentimento dos futuros esposos seja necessário, a realidade é que ainda ocorrem casamentos forçados em regiões mais atrasadas.

A grande maioria dos casamentos sempre foi, aliás, monogâmico, pois o islã condiciona a poligamia ao tratamento igual para as esposas, sendo que a maioria dos homens não atinge condições financeiras para tal. Atualmente, a poligamia é praticada na península árabe, mas proibida na Tunísia, Turquia e outros países.

Na visão que predomina no mundo muçulmano, a força sexual emana em primeiro lugar da mulher, vista como ativa, possessiva, incansável. O poder de atração que ela exerce sobre o homem é, portanto, irresistível e quase demoníaco.
A sexualidade fora do casamento equivale à devassidão e à corrupção. Assim, o homem é obrigado a satisfazer sua esposa, ou esposas, para manter sua virtude - caso contrário, ela necessariamente satisfação seu desejo fora de casa, destruindo a honra da família. Em outras palavras, a honra da família é condicionada à pureza sexual das mulheres: a virgindade das filhas, a fidelidade das esposas e a castidade das divorciadas e viúvas. O adultério é crime contra o islã, tradicionalmente punível com cem chicotadas ou a morte por apedrejamento. “Assassinatos de honra” tanto a lei quanto o costume social tendem a perdoar...

A segregação das mulheres leva ao desenvolvimento de duas dimensões sociais separadas por gênero: fora do círculo dos parentes diretos, mulheres socializam apenas com outras mulheres; filhos e homens, só com outros de sexo masculino.

Peter Demant (2013: 155) tira três conclusões desse quadro:

1. A sociedades muçulmanas constituem um mundo marcado por forte tensão sexual, cujo fascínio da “promiscuidade” nas sociedades ocidentais modernas provoca do lado fundamentalista uma rejeição agressiva.

2. A situação da mulher no islã reflete antes valores e necessidades de uma sociedade tribal do que valores especificamente religiosos, a ponto de hoje permitir a muçulmanas feministas uma releitura das fontes muito mais liberal e mais favorável às mulheres.

3. O contato com o Ocidente leva a uma interação cada vez mais intensa e não controlada entre os sexos que causa uma confusão psicológica, instigando as reações fundamentalistas.

No Irã, mulheres têm uma posição jurídica de cidadãs e pessoas físicas. Após sua participação maciça na revolução, o direito ao voto já não podia mais ser-lhes retirado, apesar da opinião do clero. A idade mínima para o casamento (arranjado) foi reduzida a nove anos, mas as leis da proteção na família, herdadas da era do Xá, são razoavelmente progressistas. Mulheres participam (modestamente vestidas no xador) nas profissões, na maioria das funções públicas, na política. Elas têm sua esfera social separada, inclusive nos esportes.

No Afeganistão, por outro lado, cada mulher era considerada legalmente submissa a algum homem. Elas eram obrigadas a vestir a burca, que vela totalmente não apenas o corpo como também o rosto. As filhas eram proibidas de ir à escola, as mães, de trabalhar fora de casa. E todas só podiam aparecer em público acompanhadas de um parente masculino legalmente
repsonsável por elas. Algumas regulamentações afegãs existem também na Arábia Saudita, onde mulheres são proibidas de dirigir.

Assim, o islã acomoda uma variedade de posições sobre a mulher em função das opções ideológicas. Há um choque cultural face à modernidade ocidental em que a internalização do controle social da sexualidade, isto é, o autocontrole, providencia um método tão eficaz que ele sobrevive a uma proximidade sistemática, à seminudez e à provocação permanente dos sentidos nas mídias que marcam o dia a dia no Ocidente.

Entretanto, no olhar islâmico, não acostumado a esta forma de controlar a liberdade, o que se destaca no Ocidente não são os “êxitos” da permissividade, mas sim seus defeitos. Críticos islamistas, em particular, consideram a alta taxa dos divórcios, os filhos sem pai, o alcoolismo, a violência, os suicidas e outros sintomas como consequência da mesma ausência de normas e “ decadência” característica das relações entre os sexos no mundo ocidental.

É um desafio imenso superar esse choque entre Civilizações e ter empatia com “o outro”, ou seja, capacidade de se identificar com pessoa de outra cultura, de sentir o que ela sente, de querer o que ela quer, de apreender do modo como ela apreende, etc. Exige-se três aptidões (particularmente difíceis para um ateu que abomina religiões):

1. para se ver do ponto de vista do outro (qualquer religioso),
2. para ver os outros - os cristãos ou os judeus - do ponto de vista de outros religiosos - os islamistas -, ou
3. para ver os outros do ponto de vista deles mesmos.

Essa talvez uma condição primordial para a paz mundial. Evitar os fanatismos religiosos...

A Invenção do Povo Judeu: da Bíblia ao Sionismo


Amparado em farta pesquisa, o autor questiona o discurso historiográfico canônico e formula a tese de que os judeus sempre formaram
comunidades religiosas importantes em diversas regiões do mundo, mas não constituem uma nação portadora de uma origem única. O conceito de Estado-Nação é, portanto, posto em xeque, assim como a ideia de Israel como um Estado pertencente aos judeus do mundo todo - aqueles que escolheram outra pátria em vez de retornar à terra de seus ancestrais.

Para o autor, Israel deveria reconhecer seus habitantes, sejam eles israelenses ou palestinos. Publicado em dez línguas, este é um livro questionador, e por isso mesmo necessário, assim como todos os que se propõem a lançar novas luzes sobre a História e seus mitos.

Se toda escrita da história é portadora de mitos, aqueles da historiografia nacional são particularmente flagrantes. A proeza dos povos e das nações foi escrita de modo semelhante ao das estátuas instaladas em praças das grandes metrópoles que se obrigavam a ser enormes, expressando o poder, portadoras de uma magnificência heroica. Até o último quarto do século XX, a leitura historiográfica podia se aparentar à seção de esporte de um jornal diário: “nós” e os “outros, todos os outros”, tal era a cisão tida como quase natural. A criação desse “nós” foi durante mais de um século a obra de uma vida para historiadores e arqueólogos nacionais, “guardiões juramentados” da memória.

Para forjar um coletivo homogêneo na época moderna, era necessário formular uma história multissecular coerente destinada a inculcar em todos os membros da comunidade a noção de continuidade temporal e espacial entre os ancestrais e os pais dos ancestrais. Como tal vínculo cultural estreito, supondo atingir o coração da nação, não existe em nenhuma sociedade, os “agentes da memória” precisaram se dedicar com afinco a inventá-lo. Todos os tipos de descobertas foram revelados por intermédio de arqueólogos, historiadores e antropólogos. O passado sofreu uma grande cirurgia estética: as rugas profundas foram dissimuladas por autores de romances históricos, ensaístas e jornalistas. Foi assim que pôde ser destilado um retrato nacional do passado, orgulhoso, purificado e imponente.

A memória construída de todo israelense de origem judaica não poderia ser comparada às mitologias descabeladas de outros povos! Muitos europeus acreditavam ser os descendentes da antiga Troia, mas, desde o final do século XVIII, a mitologia conheceu uma mudança “científica”. Graças ao trabalho de pesquisadores gregos e de outras nacionalidades europeias, com imaginação fértil, os cidadãos da Grécia moderna começaram a se considerar os descendentes biológicos de Sócrates e Alexandre, o Grande, ou ainda, segundo um relato paralelo de substituição, os herdeiros do império bizantino ortodoxo. Graças ainda a livros escolares adaptados, os habitantes da Roma antiga se tornaram, desde o final do século XIX, italianos típicos. As tribos
gaulesas que resistiram às legiões de Júlio César foram descritas nas escolas da Terceira República como compostas de autênticos franceses. Outros historiadores designaram o batismo e a sagração de Clóvis, no século V, como a verdadeira data de nascimento da França quase eterna.

Os pais da nação romena vincularam sua identidade moderna à Dácia, antiga colônia romana, e, fortalecidos por esse vínculo glorio, batizaram “romena” sua nova língua nacional. Na Grã-Bretanha, a tribo celta dos icenos, que conduziu uma luta cruel contra o invasor romano sob a liderança de Boadiceia, foi percebida como o primeiro núcleo da Inglaterra. A imagem venerada de Boadiceia foi imortalizada em forma de estátua em Londres. Autores alemães se referiram aos escritos de Tácito nos quais se ilustram os queruscos, liderados por Arminius, e os designam como os pais de sua antiga nação.

Mesmo Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos, proprietário de uma centena de escravos, fez questão de que as efígies de Hengist e Horsa, os dois primeiros chefes saxões que conquistaram a Inglaterra no século do batismo de Clóvis, figurassem nos carimbos oficiais do Estado. Justificou assim essa proposição original: eles são “aqueles de quem nós proclamamos ter a honra de descender e dos quais adotamos os princípios políticos e a forma de governo”.

Em Terrae Brasilis, é como os tupiniquins e tapuias brasileiros contemporâneos reivindicparam ser herdeiros de Tupã e Jaci. Também somos “filhos de deuses”? Se os deuses africanos são desconhecidos, imagine os da mitologia brasileira!

Sim, nós temos deuses e deusas. Tupã é o autor do trovão e dos relâmpagos, sendo o criador do raio, tal onipresença celeste confere a este um poder significativo na mitologia Tupinambá. Jaci, a formosa deusa Jaci, a Lua, a Rainha da Noite que traz suavidade e encanto para a vida dos homens.

No início de todas as coisas, Tupã criou o infinito cheio de beleza e perfeição. Povoou de seres luminosos o vasto céu e as alturas celestes, onde está seu reino. Criou então, a formosa deusa Jaci, a Lua, para ser a Rainha da Noite e trazer suavidade e encanto para a vida dos homens. Mais tarde, ele mesmo sucumbe ao seu feitiço e a toma como esposa.

Invenção do Mito Fundador de Nação

Sholomo Sand, no livro A Invenção do Povo Judeu: da Bíblia ao Sionismo (São Paulo: Benvirá; 2011) ironiza o caso da historiografia judaica ao
reinventar a história com o mito fundador: “figuram apenas verdades sólidas e precisas”.

Cada israelense sabe, “sem sombra de dúvida”, que o povo judeu existe desde que recebeu a Torá no Sinai e do qual ele próprio é o descendente direto e exclusivo (com exceção das dez tribos cuja localização ainda não está concluída). Cada um está persuadido de que esse povo saiu do Egito e se fixou na terra de Israel, “Terra Prometida” que ele conquistou e sobre a qual foi erigido o glorioso reino de Davi e Salomão, antes que acontecessem sua divisão e a fundação dos reinos de Judá e de Israel.

Da mesma forma, cada um tem a certeza de que esse povo, depois das horas de glória, conheceu o exílio por duas vezes: uma vez depois da destruição do Primeiro Templo, no século VI a.C. e uma segunda depois da destruição do Segundo Templo, no ano 70. O povo judeu havia conseguido, anteriormente, estabelecer o reino hebreu dos hasmoneus, após ter rejeitado a má influência dos gregos.

Esse povo, ao qual se identifica o judeu israelense e que ele vê como o mais antigo dentre os povos, conheceu a errância do exílio durante quase 2 mil anos, ao longo dos quais nem se enraizou nem se miscigenou aos “gentios” ao lado dos quais viveu. [Ironic...]

Esse povo sofreu uma grande dispersão: suas sofridas tribulações o levaram ao lêmen, ao Marrocos, à Espanha, à Alemanha, à Polônia e até aos confins da Rússia, mas sempre conseguiu preservar vínculos estreitos de sangue entre suas comunidades afastadas, de forma que sua unicidade não se viu alterada...

No final do século XIX, as condições amadureceram originando uma conjuntura singular que permitiu a esse velho povo despertar de seu longo torpor e preparar seu retorno à antiga pátria, onde voltou a se instalar com entusiasmo. Sem o terrível extermínio perpetrado por Hitler, “Eretz Israel” (a terra de Israel) seria rapidamente povoada de milhões de judeus que teriam voluntariamente imigrado ali, pois sonhavam com isso havia mais de dois 2 mil anos. Em todo caso, é o que acreditam ainda hoje inúmeros israelenses.

Para esse povo errante, era necessário um território. Ora, precisamente, uma terra desocupada e virgem esperava que seu povo de origem fosse fazê-la renascer e florescer. Decerto, alguns habitantes sem identidade precisa haviam se instalado ali no intervalo, mas seu povo “permaneceu fiel ao país de Israel apesar de todas as dispersões”. Sem dúvida a terra lhe pertencia então, e não a essa minoria desprovida de história que ali havia chegado por acaso. Assim, as guerras feitas pelo povo errante para
retomar a posse de sua terra eram justas, enquanto a oposição violenta da população local era criminosa. [Ironia...]

“Apenas a bondade judaica, sem relação com a Bíblia, permitiu aos estrangeiros continuar a residir ao lado do povo de Israel de volta à sua língua bíblica e a sua terra bem-amada”. [Continua a ironia.]

Em Israel, esse amontoado de memória não se constituiu espontaneamente. Foi acumulado, estrato por estrato, a partir da segunda metade do século XIX, por talentosos reconstrutores do passado que juntaram pedaços de memória religiosa, judaica e cristã, na base dos quais sua imaginação fértil inventou um encadeamento genealógico contínuo para o povo judeu. Não existia anteriormente processo elaborado de reconstituição de tal evocação memorial, e pode espantar ver que pouco evoluiu desde suas primeiras formalizações escritas.

Apesar do reconhecimento acadêmico dos estudos sobre o passado judaico — inicialmente com as faculdades criadas na Jerusalém do mandato britânico, em seguida em Israel, depois com as cátedras de judaísmo no mundo ocidental —, o conceito do “tempo judaico” pouco evoluiu; este, até hoje, permaneceu formulado em uma versão monolítica e etnonacional.

A abundante historiografia dedicada ao judaísmo e aos judeus comporta, certamente, uma variedade de abordagens. Os debates, se não as polêmicas, não pouparam o campo de criação mais elevado da história do passado nacional, mas as concepções essencialistas elaboradas no final do século XIX e no início do XX quase não foram contestadas até hoje.

As evoluções importantes que substancialmente modificaram a disciplina da História no mundo ocidental do final do século XIX, as mutações significativas dos paradigmas da pesquisa no âmbito da nação e da ideia nacional, não chegaram aos departamentos de estudo da história do povo judeu nas universidades israelenses e, mais surpreendente ainda, parecem também não ter deixado rastros nas cátedras de ensino do judaísmo nas universidades norte-americanas ou europeias.

Quando surgiam descobertas capazes de contradizer a imagem do passado contínuo e linear da história dos judeus, elas não tinham quase nenhuma repercussão. O imperativo nacional, tal qual uma mandíbula solidamente fechada, bloqueava toda espécie de contradição e de desvio em relação ao relato dominante.

A história nacional se parece com uma floresta cheia de árvores altas e frondosas que restringem o campo de visão, na qual só aparece o metarrelato dominante. A especialização orienta os pesquisadores na direção de campos
particulares do passado e impede toda tentativa para apreender a floresta em sua plenitude.

O acúmulo crescente de relatos fragmentários pode acabar, certamente, por trincar o relato global. Ainda seria preciso que os campos da pesquisa histórica se inscrevessem em uma cultura pluralista aliviada das tensões do conflito armado de caráter nacional e à vontade em relação a sua identidade e a suas origens.

Essa afirmação pode, com razão, parecer pessimista diante da realidade israelense em 2008 [data em que Shlomo Sand escreve a primeira edição do livro]. “Em 60 anos de existência do Estado de Israel, a história nacional amadureceu muito pouco, e é improvável que esteja pronta a evoluir a curto prazo. Assim, o autor tem poucas ilusões a respeito da recepção deste livro.

“Pode-se simplesmente esperar que o risco de um questionamento mais radical do passado possa agora ser assumido por alguns? Um questionamento que contribua para o regresso da identidade de natureza essencialista à qual hoje se apegam quase todos os israelenses de origem judaica?”

O texto proposto por Shlomo Sand foi produzido por um historiador “de ofício” que assumiu riscos geralmente proscritos em seu campo profissional. Com efeito, segundo as regras do jogo acadêmico em vigor, o pesquisador deve sempre se ater a âmbitos de especialização e perícia.

Um olhar direcionado a cada abertura de capítulo mostrará que as problemáticas abordadas neste livro vão além de um campo científico. “Especialistas do ensino da Bíblia, historiadores da Antiguidade, arqueólogos, medievalistas e mais particularmente “especialistas” dos estudos sobre o povo judeu se insurgirão contra o intruso que penetrou de maneira ilegítima em seu campo de pesquisa”.

O protesto não será infundado. O autor está plenamente consciente: “teria sido, ó quanto!, preferível que uma equipe disciplinar, em vez de um historiador solitário, se reunisse para a realização desta obra”. Isso, infelizmente, não foi possível, por não terem sido encontrados cúmplices para este empreendimento.

Assim, “erros ou imprecisões serão provavelmente descobertos, para os quais o autor pede desde já indulgência e para cuja correção convida os críticos a contribuir, tanto quanto possível”.

Não se vendo como um Prometeu que teria roubado a chama da verdade histórica em benefício dos israelenses, o autor não teme igualmente
que Zeus todo-poderoso, no caso, a corporação da historiografia judaica, mande uma âguia devor-lhe o fígado — no caso, sua teoria — enquanto estiver acorrentado.

Ele gostaria de destacar ainda este manifesto: encontrar-se fora dos campos específicos e andar em suas margens pode, em alguns casos, afiar os pontos de vista inabituais propondo conexões inesperadas. Acontece que o fato de se situar “às margens” e não no “centro” fertiliza o pensamento histórico, apesar das fraquezas da não especialização e da grande parte de hipóteses que isso comporta.

Como desnacionalizar as histórias nacionais?

Pela concepção específica de nação adotada pelo sionismo, o Estado de Israel, 60 anos depois de sua fundação, recusa-se a se ver como uma república que existe para os seus cidadãos. Como se sabe, quase um quarto deles não é considerado judeu, e por isso, segundo o espírito de suas leis, o Estado não é deles.

Desde a origem, este se absteve de integrar os habitantes locais no novo âmbito cultural que está se criando, do qual foram deliberadamente mantidos afastados. Da mesma forma, Israel sempre se recusou a constituir uma democracia do tipo pluricultural (como o Reino Unido ou os Países Baixos) ou do tipo polissocial (a exemplo da Suíça ou da Bélgica), ou seja, um Estado que aceita a diversidade ao mesmo tempo que permanece uma construção a serviço dos habitantes que ali vivem.

Em vez disso, Israel persiste em se declarar Estado judeu que pertence aos judeus do mundo inteiro, enquanto estes já não são refugiados perseguidos, mas cidadãos de pleno direito, vivendo em perfeita igualdade com os habitantes dos países onde escolheram residir.

Essa isenção profunda do princípio sobre o qual se funda a democracia moderna e a manutenção de uma etnocracia sem fronteiras, que pratica uma severa discriminação contra uma parte de seus cidadãos, continuam a encontrar sua justificativa no mito da nação eterna, reconstituída para que eles se reúnam, um dia, na “terra de seus ancestrais”.

Shlomo Sand, em A Invenção do Povo Judeu: da Bíblia ao Sionismo (São Paulo: Benvirá; 2011), confessa seu receio. “E escrever uma história judaica nova, para além do espesso prisma de vidro sionista, não é fácil. A luz que aí se decompõe recebe continuamente cores etnocêntricas carregadas”.
O leitor deve ser prevenido: este ensaio - *A Invenção do Povo Judeu* - formula a tese de os judeus sempre terem formado comunidades religiosas importantes que surgiram e tomaram pé em diversas regiões do mundo, mas não constituem um Éthos portador de uma mesma origem, única, que teria se deslocado ao longo de uma errância e de um exílio permanentes.

Não se trata de uma crônica de acontecimentos, mas essencialmente de uma crítica do discurso historiográfico habitual; o que leva, de tempos a outros, a apresentar relatos alternativos. O autor, Shlomo Sand, tinha em mente a pergunta posta pelo historiador Marcel Detienne: “Como desnacionalizar as histórias nacionais?”.

Ele acrescenta a pergunta: “como se poderá deixar de tomar os mesmos caminhos, pavimentados, essencialmente, com materiais que, no passado, expressaram sonhos nacionais?”

Sonhar a nação significou uma parte importante do desenvolvimento da historiografia, assim como o processo da modernidade. Esses sonhos começaram a se desfazer e a se romper por volta do final do século XX. Pesquisadores, em número crescente, analisaram, dissecaram e “desconstruíram” os grandes relatos nacionais e, particularmente, os mitos da origem comum que envolviam, até então, as crônicas do passado.

Sand pergunta: “É supérfluo acrescentar que essa laicização da história se fez sob efeitos do crescimento da globalização cultural, que reveste as formas inesperadas do conjunto do mundo ocidental?”

Os pesadelos identitários de ontem darão lugar, amanhã, a outros sonhos de identidade. Como toda personalidade feita de identidades fluidas e variadas, a história é, ela também, uma identidade em movimento. O relato apresentado ao leitor por Shlomo Sand se propõe a esclarecer essa dimensão humana e social mergulhada nas profundezas do tempo.

Sua longa imersão na história dos judeus se afasta notavelmente dos relatos admitidos até aqui. Isso não significa, evidentemente, que seja desprovida de subjetividade ou que o autor esteja a salvo de toda inclinação ideológica - ele se coloca na extrema-esquerda dos israelenses.

Ao contrário, ele deliberadamente deseou apresentar as linhas descritivas de uma contra História por vir que contribuirá, talvez, para a criação de um enxerto memorial de novo tipo: uma memória consciente da verdade relativa da qual é portadora e que procura reunir, em um novo relato, identidades locais em via de constituição, com uma consciência universal e crítica do passado.
Preconceitos Antissemitas

Foram inúmeras as famílias nobres que, em Portugal, como na Espanha, absorveram sangue de árabe ou mouro. Havia inclusive frades polígamos e femeieiros. Muitos Mendo, tal como o D. Mendo Nogueira, cavaleiro da Ordem dos Templários, em 1089, suposto ascendente desta família, que pelo nome e pelo fervor cristão se diriam sem mancha nenhuma de islamismo na ascendência foram portugueses de avô ou avó moura ou árabe. Nenhum elemento de identificação mais inseguro de origem na sociedade portuguesa que os nomes de pessoa e de família - tão embaralhadas andaram sempre na Península Ibérica as etnias, as culturas e as classes sociais.


Aos antigos servos permitiu-lhes, já como homens livres, envolverem-se em aventuras mercantis, além-mar, cheias de possibilidade de mobilidade social e econômica. Para o Brasil, é provável que tenham vindo, entre os primeiros povoadores, numerosos indivíduos de origem moura, junto com cristãos-novos e portugueses velhos. A colonização do Brasil se fez muito à portuguesa, isto é, heterogeneamente, quanto a procedências étnicas e sociais.

Tanto quanto do contato com os mouros, resultaram da convivência com os judeus traços inconfundíveis sobre os portugueses colonizadores do Brasil. “As relações dos portugueses com os judeus, exatamente como as relações com os mouros, quando se avermelharam em conflito, a mística de que se revestiram não foi, como em grande parte da Europa, a de pureza de raça, mas a de pureza de fé” (1994: 226).

Freyre escreve, em época de ascensão no nazismo na Alemanha, algo que pode ser visto como um sentimento antissemíta. “Em essência, o problema do judeu em Portugal foi sempre um problema econômico criado pela presença irritante de uma poderosa máquina de sucção operando sobre a maioria do povo, em proveito não só da maioria israelita como dos grandes interesses plutocráticos. Interesses de reis, de grandes senhores e de ordens religiosas. Técnicos da usura, tais se tornaram os judeus em quase toda a parte por um processo de especialização quase biológica que lhes parece ter aguçado o perfil no de ave de rapina, a mímica em constantes gestos de aquisição e de posse, as mãos em garras incapazes de semear e de criar. Capazes só de amealhar” (1994: 226).
Freyre afirma que “circunstâncias históricas assim conformaram os judeus. Max Weber atribui o desenvolvimento dos judeus em povo comercial a determinações ritualistas proibindo-lhes, depois do exílio, de se fixarem em qualquer terra e, portanto, na agricultura. E salienta-lhes o dualismo de ética comercial permitindo-lhes duas atitudes: uma para com os corregregacionários; outra para com os estranhos. Contra semelhante exclusivismo, era natural que se levantassem ódios econômicos. Em virtude daquela ética ou moralidade dupla, prestaram-se os judeus em Portugal aos mais antipáticos papeis na exploração dos pequenos pelos grandes. Por aí se explica que tivessem gozado da proteção dos reis e dos grandes proprietários e, à sombra dessa proteção, prosperado como grandes plutocratas e capitalistas. Concentrando-se nas cidades e nos portos marítimos, conorreram para a vitória da burguesia sobre a grande propriedade territorial, aliada mais à Igreja do que aos reis” (1994: 227).

Não expressa preconceito antissemita a seguinte hipótese? “Para o pendor português para viver de escravos parece ter concorrido o sefardim [diz-se de ou judeu cuja ascendência remonta às comunidades judaicas ibéricas (Espanha e Portugal) estabelecidas na Idade Média e dispersas por várias regiões (Europa ocidental, norte da África, Turquia, Balcãs, Américas) após a expulsão da Espanha em 1492, ou que é membro de comunidade que apresenta influência cultural-religiosa do judaísmo ibérico medieval]. Inimigo do trabalho manual, o judeu desde remotos tempos inclinou-se à escravidão” (1994: 228).


A dedução de Freyre é que dessa burguesia letada que se aristocratizou rapidamente pela cultura universitária e por serviços intelectuais e jurídicos à Monarquia, grande parte seria composta de cristãos-novos. Como ele diz: “rebentos de outra burguesia: a de comerciantes, de traficantes, de agiotas, de intermediários”. Ele compreende que “os cristãos-novos, vindos da usura, do comércio de escravos e da agiotagem, encontrassem nos títulos universitários de bacharel, de mestre e de doutor a nota de prestígio social que corresponderesse às suas tendências e ideais
sefardínicos. Que encontrassem na Advocacia, na Medicina e no Ensino Superior a maneira ideal de se aristocratizarem” (1994: 230).

“Concorreram os judeus em Portugal, e em partes da Espanha, para o horror à atividade manual e para o regime do trabalho escravo - tão característico da Espanha e de Portugal” (idem; ibidem).

Conclui Freyre que “tudo isto nos mostra como, mesmo no caso do judeu, foi intensa a mobilidade e livre a circulação por assim dizer de uma raça a outra; e, literalmente, de uma classe a outra. De uma a outra esfera social”.

Tudo isto foi escrito por Gilberto Freyre pouco antes do holocausto, isto é, o massacre de judeus e de outras minorias, efetuado nos campos de concentração alemães durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com base em ideologia antissemita recorreu-se ao genocídio - exterminio deliberado de uma comunidade, grupo étnico ou religioso - para “depurar a raça”.

Os Indianos


A história da civilização hindu é uma das mais antigas e fascinantes do mundo. Mas a Índia tem um dos mais novos Estados de países emergentes: apenas 65 anos de independência política.

A diversidade que compõe a Índia atrai. Florência Costa, autora do livro Os Indianos (Coleção Povos & Civilizações; São Paulo; Editora Contexto; 2012), experiente jornalista e correspondente internacional do jornal O Globo na Índia entre 2006 e 2012, transmite muito bem todo esse fascínio. “O que há de mais interessante para ver na Índia é de fato o seu povo: os mais variados tipos étnicos, que falam línguas diferentes, se vestem cada um a sua maneira e rezam para deuses distintos. É gente que não acaba mais. Uma em cada seis pessoas dos sete bilhões de habitante do planeta é indiana. E em duas
décadas, eles vão ultrapassar o número dos chineses. A demografia parece estar a seu favor, enquanto a China envelhece a passos largos”.

Fascinante também é a comparação de costumes que, naturalmente, o leitor brasileiro vai fazendo durante a leitura do ótimo livro para quem deseja ter um conhecimento geral sobre esse grande país emergente. Por exemplo, “os indianos têm uma habilidade única de lidar com a diversidade e o caos. Já houve quem descrevesse o país como uma anarquia funcional. (...) Assim como o ‘jeitinho brasileiro’, o jugaad [literalmente, ‘tentar fazer algo funcionar’] é tido pelos indianos como uma qualidade e ao mesmo tempo um defeito”. É aclamado como uma prova do talento dos indianos em improvisar quando é necessário. Mas seu jeitinho também é acusado de ser a razão de tudo o que há de malfeto na Índia.

A Tropicalização Antropofágica Miscigenada brasileira é também indianizada! “We are like this only” [‘Nós somos assim mesmo’]. É assim que os indianos se descrevem. O only no final da frase é uma indianização do inglês para enfatizar o seu jeito de ser diferente. (...) Uma frase-mana que resume muito bem a forma como a Índia mastiga as influências externas e as regurgita. Há quem questione se os indianos não estão se ocidentalizando demais e perdendo suas feições originais. Mas outros argumentam que o país faz hoje o que sempre fez em sua longa história de invasões externas: absorve, mas indianiza o que vem de fora, seja na comida, na língua, nas roupas ou no comportamento”.

Eu, de maneira menos elegante, digo que o Bispo Sardinha – metáfora para as “ideias que vieram de fora” – foi devorado pelos tupiniquins e, em seguida, vomitado sob nova forma adequada ao ambiente local. Esse é o nosso “caldo-de-cultura”...

A pirâmide da complexa hierarquia das castas figura em textos milenares e segue uma regra básica: os indivíduos não são iguais. Existe uma rigida escala determinada pelo nascimento da pessoa, e nada vai mudar isso, independentemente do seu sucesso social ou econômico na vida. Por tradição, as castas eram formadas por pessoas que, hereditariamente, executavam o mesmo trabalho de seus antepassados, passando de pai para filho, e mantinham a identidade através do casamento dentro da mesma casta.

Os indianos passaram a usar a palavra casta por influência dos portugueses, que chegaram à Índia, liderados por Vasco da Gama, a partir do século XV. A tradicional pirâmide social hindu tem os brâmanes (religiosos e mestres) no topo, seguidos pelos xátrias (guerreiros, governantes e reis) e pelos vaixás (comerciantes). Essas são as três varnas (do sânscrito, “cor”) da elite, que eram as categorias sociais que se ramificaram em milhares de
castas, chamadas de jati em sânscrito. Em quarto lugar, estão os *shudras* (trabalhadores braçais), as chamadas castas baixas. Pela tradição, eles teriam a obrigação de servir aos que estavam acima deles.

Abaixo de todos estavam os *párias* (“intocáveis”), como eram chamados até o fim da colonização britânica: eles eram tão desprezados que não constavam do sistema de casta. Eram os marginalizados, chamados hoje de *dalits* (oprimidos), termo politicamente correto popularizado para ressaltar a opressão histórica a que eram (e são) submetidos. O termo acabou substituindo a expressão *harijan* (filhos de Deus), criada por Mahatma Gandhi, rejeitada pelos *dalits* por o considerarem paternalista.

Mas a divisão da sociedade em quatro grupos já não é mais capaz de explicar a complexidade da Índia moderna. Está ocorrendo muita mobilidade social, principalmente na indústria de tecnologia de informações. Porém, a herança cateísta ainda é clara: a maioria dos *dalits* é pobre, e o grosso da elite indiana é composto pelas castas altas.

A maioria dos mais poderosos empresários indianos pertence a comunidades de mercadores. Mas cada vez mais poderosas castas camponesas ascenderam ao migrar para a atividade industrial. O nicho achado pelos brâmanes se localiza, principalmente, nas empresas que lidam com conhecimento, como as de tecnologia de informações.

A origem exata do sistema de castas continua um enigma. Teria surgido, supostamente, durante o período Védico, entre os anos 1500 e 600 a.C., quando foram produzidos os Vedas, textos religiosos. Por volta do século IV d.C., o Manusriti, espécie de código de conduta, codificou as castas. Nele havia conceitos sobre comida pura e impura, ritos de casamento e punições diferenciadas por castas para quem desafiasse o que estava escrito.

A Constituição da Índia independente defende princípios democráticos e seculares, e tornou ilegal a discriminação baseada nas castas. Mas Florência Costa ressalta que “o sistema sobreviveu e acabou contribuindo para a construção de uma psique coletiva que enfatiza a lealdade dentro de subgrupos e a obsessão por hierarquias e rankings. Na esfera estritamente pessoal, o preconceito resiste mesmo entre a classe média urbana, principalmente na hora de casar. Mas as amizades são cada vez menos definidas por castas”.
Mitologia e Filosofia indiana

Em um país com uma civilização tão antiga quanto a indiana, história e mito estão colados segundo Florência Costa, autora do livro Os Indianos (Coleção Povos & Civilizações; São Paulo; Editora Contexto; 2012).

Rama é a encarnação de Vishnu, um dos principais deuses do panteão hindu, e também herói-protagonista do poema épico mais popular da Índia: o Ramaiana.

Os milenares textos épicos são sagrados. Não há megaprodução de Hollywood que possa rivalizar com qualquer filme de Bollywood (indústria cinematográfica indiana) inspirado no Ramaiana ou no Mahabárata, o outro grande épico do país. Os épicos são constantemente reinventados e reinterpretados, constituindo grandes sucessos de audiência na televisão indiana.

O Ramaiana, ou “A Viagem de Rama”, teve várias interpretações durante os séculos. A principal mensagem do poema é a importância do dharma, ou seja, o dever moral e religioso de cada um: um conceito fundamental da filosofia hindu. A obediência cega de Rama ao pai, por exemplo, e a submissão de sua vontade pessoal à família são exemplares em uma sociedade em que essa é a instituição mais poderosa.

O Ramaiana é tão importante que a Índia para por cinco dias, todos os anos, no mês de outubro, para comemorar a volta de Rama do exílio. É o Divali (Festival de Luzes) e também o Ano-Novo hindu, o maior de todos os feriados indianos. É comemorado com pompa, inclusive nos país onde há a presença da diáspora indiana. Une a troca de presentes, tal como no Natal ocidental, com visitas familiares, muita comida e festança na rua. Em um país onde os apagões são diários, as cidades costumam ficar na penumbra à noite. Mas no Divali, Rama é o soberano e ninguém economiza energia elétrica. A escuridão sai de cena, e as cidades se iluminam, inclusive com intensas chuvas de fogos de artifício.

O segundo épico mais popular da Índia é o mais longo poema do mundo com 100 mil versos, ou seja, sete vezes mais que os gregos Iliada e Odisseia juntos e quinze vezes maior que a Bíblia. Mahabárata pode ser traduzido como “A Grande História da Índia”. Maha significa “grande”, Bhárat é o outro nome oficial do país.

Uma parte especial do épico, a Bhagavad Gita, ou “Canção Sagrada”, é o mais conhecido e celebrado texto sânscrito. Esta é língua indo-europeia do ramo indo-iraniano, sub-ramo indo-ariano, que se supõe ter sido falada no norte da Índia até meados do primeiro milênio a.C., e que foi descrita pelo
gramático hindu Panini no século IV a.C. É a língua indo-europeia de registro escrito mais antigo. Sua descoberta, no século XVIII, deu nascimento à linguística histórica-comparativa e à indo-europeísta, quando se perceberam as suas semelhanças com o grego antigo, o latim, o persa antigo e o gótico. É uma das línguas sagradas do bramanismo (ao lado do védico) e língua literária e, como tal, permaneceu durante muito tempo, mesmo quando já não era mais falada. É até hoje a língua do culto brâmane.

É a escritura mais influente de toda a extensa filosofia hindu. Krishna - encarnação do deus Vishnu - responde à pergunta existencial de um general: “é correto travar uma guerra sabendo-se de antemão que muitas vidas serão aniquiladas?” Sim, ele deve cumprir o seu dharma, o seu dever. Não se pode ignorar a sua missão, deve-se lutar, não importando as consequências.

Krishna proclama, assim, a necessidade de todos seguirem os deveres de sua casta. Não há salvação individual fora da responsabilidade social.

O Mahabárata apresenta super-heróis motivados pelas três metas da vida, segundo a filosofia hindu:

1. o dharma, o seu dever;
2. o artha, a prosperidade material;
3. o kama, os prazeres dos sentidos.

O que mais atrai nele até hoje é o conflito. Não o físico, mas sim o confronto simbólico entre:

1. o bem e o mal;
2. o certo e o errado;
3. o dever social-religioso e a vontade pessoal.

Dentro da sua narrativa de guerra, o Mahabárata reúne quase todos os valores e sentimentos humanos.

História da Índia

A leitura de Florência Costa, autora do livro Os Indianos (Coleção Povos & Civilizações; São Paulo; Editora Contexto; 2012), permite um resumo da história da Índia.

No Período Védico, por volta do século V a.C., as pequenas tribos do Planalto do Ganges e de regiões do noroeste haviam se consolidado em 16
grandes oligarquias e monarquias. Eram conhecidas como os *mahajanapadas*. A urbanização crescente e as ortodoxias desta época também criaram os movimentos de reforma religiosa do budismo e do *jainismo*, sendo que ambos se tornaram religiões independentes.

O budismo, com base nos ensinamentos de Gautama Buda, atraiu seguidores de todas as classes sociais, com exceção da classe média; as narrações da vida de Buda foram fundamentais para o início do registro da história indiana. O jainismo entrou em destaque na mesma época durante a vida de seu "Grande Herói", Mahavira. Em uma época de crescente riqueza urbana, ambas as religiões levantaram a renúncia aos bens materiais como um ideal e estabeleceram monastérios de longa duração.

Politicamente, por volta do século III a.C., o Reino de Mágada tinha anexado ou reduzido outros Estados para emergir como o Império Máuria. Já se acreditou que esse império controlou a maior parte do subcontinent com exceção do extremo sul, mas agora acredita-se que as suas regiões centrais eram separadas por grandes áreas autônomas. Os reis máurias são conhecidos tanto pela construção do seu império e determinação na gestão da vida pública, quanto pela renúncia de Asoka do militarismo e de sua promoção do dharma budista.

A literatura sangam, escrita em tâmil, revela que entre 200 a.C. e 200 d.C. o sul da península estava sendo governado pelas dinastias Cheras, Cholas e Pandyas, que comercializavam extensivamente com o Império Romano e com o Sudoeste e o Sudeste da Ásia.

Nesse período o território do país também se tornou parte da Rota da Seda, uma rede de rotas comerciais que ligava o Extremo Oriente à Europa. Por essas estradas os comerciantes indianos vendiam tecidos e especiarias para mercados da Ásia Central, enquanto monges e peregrinos budistas vinham da China, até o período das Grandes Navegações, em torno de 1500 d.C., quando ligações comerciais marítimas foram criadas entre o Ocidente e o Oriente.

No norte da Índia, o hinduísmo afirmou o controle patriarcal familiar, o que levou ao aumento da subordinação das mulheres. Até os séculos IV e V, o Império Gupta havia criado um complexo sistema fiscal e de administração nos grandes planaltos do Ganges, que se tornou um modelo para reinos indianos posteriores.

Sob os governos dos Guptas, um hinduísmo renovado baseado na devoção ao invés da gestão ritualística começou a se estabelecer. A renovação se refletiu em um florescimento da escultura e da arquitetura, que encontrou patronos entre uma elite urbana. A literatura sânscrita clássica floresceu e
Ciência, astronomia, medicina e matemática indianas tiveram avanços significativos.

A idade medieval india, de 600 d.C. a 1200 d.C., é definida por reinos regionais e pela diversidade cultural. Nenhum governante desse período foi capaz de criar um império unificado e os territórios sob seu controle geralmente não passavam muito além de sua região central. Durante este tempo, povos de pastoreio cujas terras tinham sido liberadas para abrir caminho para a crescente economia agrícola foram acomodados dentro do sistema de castas, assim como as novas classes dominantes não tradicionais. O sistema de castas, consequentemente, começou a mostrar as diferenças regionais.

Nos séculos VI e VII, os primeiros hinos devocionais foram criados na língua tâmil. Eles foram imitados por toda a Índia e levaram ao ressurgimento do hinduísmo e ao desenvolvimento de todas as línguas modernas do subcontinente.

A realeza india, grande e pequena, e os templos por ela frequentados, atrairam cidadãos em grande número para as principais cidades, que tornaram-se também importantes centros econômicos. Templos em cidades de vários tamanhos começaram a aparecer em todos os lugares ao mesmo tempo que a Índia passava por outra era de urbanização.

Pelos séculos VIII e IX, os efeitos disso foram sentidos no Sudeste da Ásia, conforme os sistemas culturais e políticos do sul da Índia eram exportados para terras que se tornaram parte dos atuais Myanmar, Tailândia, Laos, Camboja, Vietnã, Malásia e Java (Indonésia). Comerciantes, estudiosos e às vezes exércitos indianos envolveram-se nesta transmissão cultural. Os asiáticos do sudeste do continente também tomaram a iniciativa e organizaram muitas peregrinações para os seminários indianos, além de terem traduzido os textos budistas e hindus para os seus respectivos idiomas.

Após o século X, clãs nômades muçulmanos do centro da Ásia usaram cavalaria de guerra e organizaram vastos exércitos unidos pela etnia e religião para invadir, repetidamente, as planícies do noroeste da Ásia Austral, levando à criação do islâmico Sultanato de Déli em 1206.

O sultanato controlou grande parte do norte da Índia e fez muitas incursões ao sul do subcontinente. Embora tenha sido perturbador para as elites indianas, o sultanato deixou a vasta população não muçulmana sujeita às suas próprias leis e costumes.

Ao repelir repetidamente os invasores mongóis, no século XIII, o sultanato salvou a Índia da devastação experimentada pela Ásia Central e
Ocidental. Possibilitou séculos de migração de soldados, homens instruídos, místicos, comerciantes, artistas e artesãos que vinham em fuga daquelas regiões para o subcontinente indiano, criando assim uma cultura indo-islâmica sincrética no norte do país.

A invasão do sultanato e o enfraquecimento dos reinos da região do sul da Índia abriram o caminho para o Império Vijayanagara. Abraçando uma forte tradição xivaísta e construído sobre a tecnologia militar do sultanato, o império passou a controlar a maior parte da Índia peninsular e foi influente na sociedade do sul do país por muito tempo.

No início do século XVI, já na Era Moderna, o norte da Índia, na época sob domínio principalmente muçulmano, caiu novamente para a superioridade da mobilidade e do poder de fogo de uma nova geração de guerreiros da Ásia Central. O subsequente Império Mogol não erradicou as sociedades locais que passou a governar, mas as equilibrou e pacificou através de novas práticas administrativas e de elites dominantes diversas e inclusivas, levando a uma lei mais sistemática, centralizada e uniforme por todo o império.

Evitando sua identidade tribal e islâmica, especialmente durante o governo de Akbar, os mogóis uniram seus reinos distantes através da lealdade, expressa através de uma cultura influenciada pela Pérsia e de um imperador que tinha importância quase divina. As políticas econômicas do Estado Mogol arrecadavam a maior parte das receitas fiscais do império do setor agrícola e determinavam que os impostos deviam ser pagos em moedas de prata oficiais, o que causou a entrada de camponeses e artesãos em mercados maiores.

A relativa paz mantida pelo império, durante grande parte do século XVII, foi um dos fatores que ajudaram na expansão econômica da Índia nesse período, o que resultou em investimentos maiores em pintura, além de obras literárias, têxteis e de arquitetura. Novos grupos sociais homogêneos, no norte e no oeste da Índia, como os marathas, os rajputs e os sikhs, ganharam ambicões militares e de governo durante o domínio mogol, que, através da colaboração ou da adversidade, deu-lhes reconhecimento e experiência militar.

A expansão do comércio durante o governo mogol deu origem às novas elites comerciais e políticas ao longo das costas do sul e do leste do país. À medida que o império se desintegrava, muitas dessas elites foram capazes de manter seus negócios sob controle.

Em 1498, o navegador português Vasco da Gama chega a Calecute, na costa ocidental do subcontinente indiano, o marco inicial de uma relação luso-indiana que duraria cerca de 500 anos. Em 1510, o explorador português Afonso de Albuquerque amplia os territórios portugueses com a conquista de
Goa, que rapidamente se tornaria a capital do Estado Português da Índia, isto é, uma entidade política parte do Império Português.

A Índia Portuguesa, como a colônia lusitana também era conhecida, inicialmente abrangia todos os territórios conquistados pelos portugueses no Oceano Índico. Depois, ficou restrita à Costa do Malabar, em territórios como Goa, Damão, Diu, Ilha de Angediva, Dادرá e Nagar Haveli, Simbor e Gogolá.

No início do século XVIII, com a linha entre a dominação comercial e política cada vez mais tênue, uma série de empresas comerciais europeias, como a Companhia Britânica das Índias Orientais, haviam estabelecido postos nas regiões costeiras do país. O controle dos mares, maiores recursos, treinamento militar e tecnologia mais avançados levaram a Companhia Britânica das Índias Orientais a aumentar cada vez mais a sua força militar e tornar isso atraente para uma parcela da elite indiana. Esses dois fatores foram cruciais para permitir que a Companhia Britânica ganhasse o controle sobre a região de Bengala, em 1765, e marginalizasse as outras empresas europeias concorrentes.

O acesso maior às riquezas da Bengala e o subsequente aumento da força e do tamanho de seu exército permitiram à Companhia das Índias Orientais anexar ou subjugar a maior parte do subcontinente indiano durante os anos 1820. A Índia então parou de exportar bens manufaturados e, em vez disso, passou a abastecer o Império Britânico com matérias-primas.

Esse momento é considerado por muitos historiadores o início do período colonial no país. Por esta altura, com seu poder econômico severamente restringido pelo parlamento britânico, a Companhia começou a entrar mais conscientemente em áreas não econômicas, como educação, reforma social e cultura.

Os historiadores consideram que a Era Contemporânea da Índia começou em algum momento entre 1848 e 1885. A nomeação, em 1848, de James Broun-Ramsay, Lord Dalhousie, como governador-geral da Companhia das Índias Orientais preparou alterações essenciais na transição do país para um Estado moderno.

Estas mudanças incluíram a consolidação e a demarcação da soberania, a vigilância da população e a educação dos cidadãos. Mudanças tecnológicas – como as ferrovias, os canais e o telégrafo – foram introduzidas no país não muito tempo depois de sua introdução na Europa.

No entanto, a insatisfação com a Companhia também cresceu durante este período e definiu a Revolta dos Sipais, em 1857. Alimentada por diversos ressentimentos e percepções entre a população, como as invasivas reformas
sociais ao estilo britânico, altos impostos sobre propriedades e o tratamento sumário de alguns príncipes e fazendeiros ricos, a revolta abalou muitas regiões do norte e do centro da Índia e sacudiu os alicerces do governo da Companhia.

Embora a rebelião tenha sido reprimida em 1858, ela levou à dissolução da Companhia das Índias Orientais e a administração da Índia passou a ser exercida diretamente pelo governo britânico. Além de proclamarem um Estado unitário e um sistema parlamentarista limitado, inspirado pelo parlamento britânico, os novos governantes também protegeram príncipes e aristocratas como uma salvaguarda contra uma possível agitação feudal futura. Nas décadas seguintes, a vida pública emergiu gradualmente em toda a Índia, levando à fundação do Partido Congresso Nacional Indiano, em 1885.

A corrida tecnológica e a comercialização da agricultura, na segunda metade do século XIX, foi marcada por muitos contratempos econômicos — muitos pequenos produtores tornaram-se dependentes dos caprichos de mercados distantes. Houve um aumento no número de grandes crises de fome e, apesar dos riscos do desenvolvimento de uma infraestrutura suportada pelos contribuintes indianos, pouco emprego industrial foi gerado para a população.

Houve também efeitos salutares: cultivos comerciais, especialmente na região recém-canalizada do Punjabe, levaram a um aumento da produção de comida para o consumo interno. A rede ferroviária, desde o alívio da crise de fome, ajudou a reduzir o custo dos bens móveis e auxiliou a nascente indústria indiana.

Após a Primeira Guerra Mundial, onde alguns milhares de indianos serviram, um novo período começou. Ele foi marcado por reformas britânicas, mas também por:

1. uma legislação mais repressiva;
2. reivindicações cada vez mais estridentes da população indiana por independência; e
3. começo de um movimento não violento de não cooperação, do qual Mahatma Gandhi se tornaria o líder e símbolo de resistência.

Durante os anos 1930, uma lenta reforma legislativa foi promulgada pelos britânicos e o Congresso Nacional Indiano saiu vitorioso nas eleições seguintes. A década posterior foi cheia de crises:

1. a participação indiana na Segunda Guerra Mundial,
2. o impulso final do Congresso para a não cooperação com os britânicos, e
3. uma onda de nacionalismo muçulmano.

Todos foram coroados com o advento da independência em 1947, mas ao custo de uma violenta divisão do subcontinente em dois Estados: Índia e Paquistão. Vital para a autoimagem da Índia como uma nação independente foi a sua constituição, concluída em 1950, que colocou no lugar da antiga colônia britânica uma República Secular e Democrática.

Nos 60 anos seguintes, a Índia teve um resultado misto de sucessos e fracassos. Manteve-se uma democracia com liberdades civis, uma Suprema Corte ativista e uma imprensa, em grande parte, independente.

A liberalização econômica, que teve início na década de 1990, criou uma grande classe média urbana e transformou a Índia em uma das economias de mais rápido crescimento no mundo, o que aumentou a influência geopolítica do país. Filmes, músicas e ensinamentos espirituais indianos desempenham um papel cada vez maior na cultura mundial.

No entanto, o país também tem sido oprimido por:
1. uma pobreza aparentemente inflexível, tanto no meio rural quanto no urbano;
2. violência religiosa e entre castas;
3. grupos insurgentes de inspiração maoísta chamados naxalitas;
4. separatismo em Jammu e Caxemira e no Nordeste da Índia.


Economia Indiana

Após a Independência, em 1947, a Índia criou um modelo econômico misto entre o capitalismo e o socialismo. O plano do então primeiro-ministro Jawaharlal Nehru era buscar a autossuficiência do país. Ele se inspirou na
economia planejada dos soviéticos e criou um sistema de planos quinquenais que existe até hoje.

Para construir um Estado moderno, focava principalmente em grandes projetos de construção de hidrelétricas. A Índia começaria a construir seus navios, locomotivas e bicicletas só na década de 1960.

Em 1969, foi criada a Organização de Pesquisa Espacial Indiana e, seis anos depois, a Índia lançou seu primeiro satélite. Hoje, o país concentra a maior constelação de satélites não militares do mundo, a maioria de comunicação e de meteorologia. Em 2008, cumpriu uma missão lunar. Os indianos agora se preparam para mandar uma missão não humana para Marte.

Mas, em busca da escalada na sociedade, o sistema econômico misto se tornou promíscuo, ineficiente e corrupto. Não conseguiu fazer a planejada revolução industrial.

Segundo Florência Costa, autora do livro *Os Indianos* (Coleção Povos & Civilizações; São Paulo; Editora Contexto; 2012), “a Índia tinha criado, na verdade, um *capitalismo monopolista*. Apenas um pequeno grupo de empresas privadas, a maioria familiares, foi beneficiado e passou a controlar amplos setores da economia, sem concorrência externa e com a proteção do Estado”.


Com o baixo desempenho da economia e os controles exagerados do setor privado, ficou evidente que o país precisava de reformas liberalizantes que propiciassem uma abertura externa. Foi na década de 1980, ainda no governo Rajiv Gandhi, que o país experimentou algumas reformas, que serviram para a maior abertura da economia na década de 1990. Uma grave crise econômica, em 1991, detonou a liberalização, porque deixou a Índia com reservas internacionais (US$ 1 bilhão) suficientes apenas para pagar duas semana de importação de comida e combustível.


No Fórum Econômico Mundial na Suíça, em 2006, anunciava-se a Índia como a democracia de mercado livre que mais crescia no mundo. Mas em 2011, duas décadas após o início das reformas, que permitiram-na também surfar na onda de crescimento de toda a economia mundial, a crise internacional colocou a Índia em posição defensiva em Davos, prometendo se esforçar para conquistar o crescimento inclusivo socialmente, combater a corrupção e anunciar uma segunda rodada de reformas reclamadas pelos empresários em outubro de 2012.

A tecnologia de informações indiana e seu conceito de “modelo de entrega global” - os clientes norte-americanos voltavam para casa depois do trabalho e quando retornavam na manhã seguinte, o serviço já estava pronto - se transformou na maior propaganda da Índia. Tudo era feito via remota por indianos, durante o dia, quando era noite nos Estados Unidos, sem interrupção do processo de trabalho.

A revolução high-tech indiana levou a Índia ter a terceira maior mão-de-obra tecnologia e a segunda maior indústria de software do mundo, depois dos Estados Unidos. O país forma 300 mil profissionais de computação a cada ano. Tal especialização ficou famosa no exterior a partir da paranoia com o chamado “bug do milênio”: o temor de uma pane geral do sistema de computadores em todo o mundo no momento em que os relógios marcavam meia-noite no dia 1o. de janeiro de 2000. Houve um aumento incrível na demanda por profissionais baratos de tecnologia de informações indiana.

A indústria de tecnologia de informações se tornou uma das mais poderosas da economia indiana: suas exportações representam 25% do total do país, saltando de US$ 6,3 bilhões, em 2000-2001, para os atuais US$ 60 bilhões. Grande parte dessas vendas são para os Estados Unidos (60%) e para a Europa (20%). Mas o número de empregados é ínfimo comparado com o total
da mão de obra indiana: emprega apenas 2,8 milhões de pessoas ou 0,5% da força de trabalho do país.

O setor de serviços em geral emprega menos de 1% da população e 34% da mão de obra. Mas é o que mais contribui para a renda nacional, representando mais da metade do PIB. O modelo de desenvolvimento indiano é bem particular: não foi impulsionado pela industrialização, mas sim pelos serviços.

Um dos fatores que impulsionaram a tecnologia de informações foi o sucesso dos profissionais indianos nos Estados Unidos, principalmente no Vale do Silício, na Califórnia. Emigrantes foram acusados de usarem a excelente educação recebida pela elite gratuitamente do governo indiano para impulsionar suas carreiras individuais sem dar nada de volta ao seu país. Há 25 milhões de indianos no exterior. São os emigrantes que mais fazem remessa de dinheiro: US$ 55 bilhões contra US$ 51 bilhões enviados pelos 60 milhões chineses fora do país.

A diáspora indiana é uma das de maior sucesso no mundo, atuando em todas as áreas profissionais. São os que mais estudam - 80% dos indianos residentes nos Estados Unidos têm diplomas de terceiro grau - e constituem o grupo étnico mais rico lá, com uma renda anual média de mais de US$ 50.000.

O país já é a décima economia mundial, quando o ranking é por PIB nominal. Ranqueado por Paridade do Poder de Compra, com US$ 5 trilhões já ultrapassou o Japão com US$ 4,7 trilhões e alcançou o terceiro-lugar. Até 2030, estima-se que confirmará o terceiro-lugar também em PIB nominal.

Sociedade Indiana

A autoconfiança exagerada da elite indiana se choca com a carência de infraestrutura energética e social. É grave a escassez de energia elétrica: cerca de 400 milhões de indianos não têm acesso à ela. Em boa parte das cidades, inclusive em metrópoles como a própria capital, falta luz diariamente por algumas horas. Hoje, a Índia - que importa 85% de seu petróleo cru - é o sexto maior consumidor mundial de energia: o carvão é a sua principal fonte energética.

Os empresários só reivindicam, como é praxe no mundo neoliberal, além da melhora da infraestrutura, reformas trabalhistas e a abertura ao capital estrangeiro nos serviços financeiros. No final de 2012, o governo anunciou a permissão da entrada do capital estrangeiro nos mercados de seguros, pensões, nas empresas indianas de aviação, de rádio e de televisão, além do comércio varejista.
Com 17% da população mundial e apenas 2,8% do PIB global, a Índia tem 1/3 dos miseráveis do mundo, cerca de 455 milhões de pessoas, mais do que o dobro da população brasileira. Lá, segundo Florência Costa, “pobre é magro, rico é gordo. Por isso, a gordura sempre foi glorificada como sinal de poder”. A Índia também tem sérios problemas hoje com doenças ligadas à obesidade, mas elas atingem apenas à classe média.

Há uma crise de subnutrição e até desnutrição, não só na miséria faminta do interior, mas também nas favelas de Mumbai: entre 40% e 60% das crianças até 4 anos apresentavam esses sintomas. A cada ano, cerca de 3,5% das crianças morrem antes dos 6 anos, inclusive de fome, nessa cidade que é o centro financeiro da Índia.

A Índia talvez seja o país pobre mais rico do mundo, ou seja, um país rico com uma impressionante economia de Primeiro Mundo habitado por um dos povos mais pobres do Planeta. O Índice de Fome Global de 2011 situa-a em 67o. lugar entre os 81 piores países em termos de subnutrição; 2/3 da população indiana não estão comendo o mínimo de calorias diárias. E a situação piorou entre 1993-94 e 2009-10, justamente na “Era Neoliberal”.

A Índia tem índices piores do que os da África Subsaariana em subnutrição infantil, sendo ela a pior do mundo. Estima-se que 42% das crianças indígenas, ou 61 milhões, são subnutridas. Mais de 2.000 crianças indígenas morrem a cada dia. Na 20a. edição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ela se situou em 119o. lugar em uma lista de 169 países. Os oito estados mais pobres da Índia tinham mais miseráveis do que as 26 nações mais pobres da África. Em termos de expectativa de vida e desigualdade de gêneros, a Índia estava pior do que seus vizinhos Bangladesh e Paquistão, resultante da partição na Independência.

Oficialmente, a Índia não sabe quantos pobres tem. Pelos cálculos otimistas, a Índia teria um Brasil e meio de pobres. Pelos mais pessimistas, mais de quatro vezes o tamanho da população brasileira, estimada em cerca de 202 milhões de habitantes.

Na sua tentativa de estancar a roubalheira dos benefícios sociais e combater a pobreza, o governo está adotando a identificação eletrônica de sua imensa população através de uma identidade biométrica. Cada pessoa terá um documento único de 12 dígitos que não poderá ser duplicado porque é baseado nas impressões digitais e na retina de cada pessoa. Será o maior e mais avançado banco de dados de identidades pessoais do mundo.

Atualmente, poucos pobres conseguem provar quem são: eles não têm identidades, certidões de nascimento, passaportes, carteiras de motoristas, provas de residências e acesso a bancos. No Censo Demográfico de 2011, um
dos grandes obstáculos era estabelecer a idade de muitos pobres, pois eles
não sabiam sua data de nascimento.

A Índia tem o pior sistema sanitário do mundo. Das 1,1 bilhão de
pessoas no planeta que defecam a céu aberto, 60% vivem na Índia. Mais da
metade da população indiana não tem toalete, segundo o censo de 2011: são
mais de 600 milhões de pessoas, três vezes a população brasileira. Imaginem
esse número evacuando e urinando, diariamente, em qualquer lugar, sem
nenhum constrangimento. As necessidades fisiológicas tornam-se problema de
saúde pública.

Como será a nova era de urbanização? A Índia vai ganhar meio bilhão de
habitantes em suas cidades até 2050. Somando com os quase 400 milhões de
indianos urbanos, embora seu grau de urbanização seja pouco mais de 30% de
sua população, abaixo da China, que ultrapassou 50%, e do Brasil, que atinge
85%, o país terá no futuro uma massa de 900 milhões concentrada em suas
cidades. Mas já é a segunda maior população urbana do mundo, depois da
China, em termos absolutos.

Na lista das dez cidades mais populosas do mundo, três são indianas:
Délhi e Mumbai, com 22 milhões de habitantes cada uma, um pouco a frente
da Grande São Paulo (20 milhões), e Calcutá, com 15,5 milhões, a oitava no
ranking global. apesar da grande maioria (mais de 800 milhões de pessoas)
viver no campo, 60% do PIB é gerado em centros urbanos, que concentram
60% da geração de empregos.

O número de médicos por 100 mil habitantes na Índia é de apenas 70,
índice de país pobre. Na União Europeia, há 310 médicos para cada 100 mil
habitantes. Ao mesmo tempo, o país é o destino mais popular de turismo
médico do mundo. Cerca de 100 mil pacientes europeus e norte-americanos
se tratam nos oásis hospitalares da elite indiana, pois eles cobram bem menos
do que no Primeiro Mundo.

As dívidas com remédios e médicos são um dos vários motivos que
resultam em um fenômeno trágico que assola a Índia rural, onde vivem 70%
dos indianos, mais de 800 milhões de pessoas: o do suicídio de agricultores e
pequenos proprietários de terra endividados. Poucos deles têm documentos
com posse formal de suas terras. Por isso, não podem receber empréstimos
formais em bancos comerciais e são obrigados a pedir dinheiro de agiotas a
juros altos. Entre 1995 e 2009, mais de 240 mil agricultores cometeram
suicídio por causa de suas dívidas.

A Índia é a última grande sociedade rural do mundo, com uma massa de
agricultores que trabalham em terras de pequenos proprietários: 80% deles
têm menos de dois hectares de terra. Mais de 60% da população (cerca de 700
milhões) depende da agricultura. Mas a participação da agricultura no PIB está diminuindo. Em 1950, três anos após a Independência, ela representava 53% do PIB; passou a 30% na década de 1990 e caiu para 14% do PIB em 2011-12.

Apesar de concentrar 52% da mão de obra indiana, a agricultura tem baixa produtividade, representando somente 14% do PIB. Os serviços, onde se destacam a indústria de tecnologia de informações e os call centers, agregam 55% da renda. Por isso surgiu a metáfora que “a Índia é o escritório do mundo”. Mas os serviços empregam uma minoria, pois concentram somente 34% da mão de obra total. A indústria está em segundo lugar na contribuição ao valor agregado com 30%. Mas também não emprega muito, somente 14% da força de trabalho.

Portanto, a trajetória do desenvolvimento econômico da Índia foi bem peculiar: saltou direto da economia agrícola para a de serviços, sem ter passado por uma revolução industrial!

Demografia Indiana

Ainda segundo Florência Costa, autora do livro Os Indianos (Coleção Povos & Civilizações; São Paulo; Editora Contexto; 2012), a Índia tem uma das leis trabalhistas mais rígidas do mundo, que torna difícil a demissão de trabalhadores. A contrapartida é que os empregadores evitam a formalização das contratações.

Nenhuma cena simboliza mais a informalidade do trabalho na Índia do que a imensa quantidade de trabalhadores que dorme nas ruas das grandes cidades. Alguns até parecem mendigos, mas não são. Como ganham pouco, eles evitam gastos diários com transportes em ida-e-volta até suas residências.

A classe média tem à sua disposição um imenso exército de reserva de serviços (staff), despreparados, mas muito baratos. É justamente essa mão de obra servil que sustenta a vida confortável e rica da elite. Até a classe média tem condições de contratar motoristas.

Há um para cada função, uma divisão de trabalho com ligação com as suas subcastas. Assim, um *dalit* limpa o banheiro, outro limpa o chão da casa, outro limpa o pó dos móveis e outro cozinha. Esta não aceita limpar, que é coisa para as castas muito baixas. Todos trabalham diariamente, inclusive fim-de-semana e feriados, para ganhar no final do mês salários de subsistência (US$ 10 a US$ 20), sem nenhum contrato ou direitos trabalhistas. Eventualmente, uma empregada que dorme na casa, cozinha e faz faxina diária pode ganhar entre US$ 50 e US$ 80 por mês.
A Índia tem 4,75 milhões de empregados domésticos: 72% deles são mulheres, incluindo meninas adolescentes que trabalham 12 horas por dia sem folga. É comum as famílias explorarem os “agregados”, supostamente tratados como “parentes”, mas na realidade explorados como escravos domésticos.

Uma massa de trabalhadores mal pagos constrói os projetos de infraestrutura da Nova Índia. Um batalhão de quase 50 milhões, boa parte migrantes da empobrecida Índia rural e refugiados de países vizinhos, como Bangladesh, que entram ilegalmente no país.

Os operários, pinçados por intermediários em bazares matinais de trabalho, parecem ter sido congelados na Era Medieval. As técnicas de construção, no geral, são atrasadíssimas. Por exemplo, poucos têm o privilégio de contar com a ajuda de carrinhos de mão!

Desde a conquista de sua Independência, o país escolheu dar ênfase ao ensino superior e assim produziu uma elite especializada. A massa de desqualificados só era capaz de ser empregada na agricultura. Hoje, a Índia paga a conta e tenta reverter o problema.

A taxa de alfabetização subiu de 18% em 1951 para 52% em 1991, quando outros países da Ásia, como Coréia do Sul e Tailândia, já atingiam mais de 90%. Para implementar a Lei do Direito da Educação, que garante ensino gratuito de maneira compulsória para todas as crianças de 6 a 14 anos, não há professores suficientes. Há escassez de 1,2 milhão de professores. Por isso, o nível de ensino é baixíssimo.

No curso superior, a Índia forma três milhões de graduados por ano, além de mais de 350 mil pós-graduados. Hoje, quase 14 milhões de indianos estão matriculados em Universidades, quase três vezes mais do que em 1990. Esses números absolutos são o dobro dos referentes ao Brasil, porém a população brasileira é menos que 1/6 da indiana.

A meta oficial é aumentar os matriculados em Ensino Superior para 45 milhões até 2020. Por isso, há muitas “fábricas” de diplomas entre as quase 8 mil instituições de ensino. Sente-se, agora, a necessidade de controlar sua qualidade, pois 75% dos formandos em Engenharia não estão aptos para trabalhar. Se considerar os graduados de todas as áreas, 85% deles não têm preparo para conseguir empregos nas indústrias globais. O grande desafio dos indianos será ampliar o seu sistema de ensino para qualificar a sua imensa mão de obra.

O país ainda atravessa o “bônus demográfico”, um círculo virtuoso para a jovem Índia: 600 milhões, metade da população, tem menos de 25 anos. O
crescimento da população vai diminuindo a proporção de dependentes (crianças e idosos), que vem caindo desde meados dos anos 1960.


Embora a demografia esteja a favor da Índia, para aproveitar essa vantagem, o país terá que oferecer saúde e educação a essa massa potencial de trabalhadores. Como a cada ano 10 milhões de jovens se tornam aptos a entrar no mercado de trabalho, o desafio é criar no mínimo um milhão de empregos por mês!

Segundo Florência Costa, “as multidões são uma característica inescapável da vida indiana”. Em outubro de 2011, foi anunciado que o mundo tinha 7 bilhões de habitantes: 17,5% deles vivem na Índia, em apenas 2,4% do território global. A cada dez anos, enquanto a China ganha 74 milhões de pessoas, a Índia ganha 181 milhões: “quase um Brasil”.

A Índia está no meio de uma transição demográfica. A diferença entre a Índia e a China em termos de população diminuiu de 238 milhões de habitantes em 2001 para 131 milhões em 2011. A China continua o país mais populoso do mundo, com 1,35 bilhão, mas vai perder a liderança para a Índia em 2025, quando o país estará com 1,46 bilhões.

No entanto, a Índia está na rota da estabilização de sua população. Ela deve começar a declinar a partir de 2060, quando haverá 1,7 bilhão de indianos.

Embora tenha sido levantada a hipótese de que “os apagões sistemáticos são os responsáveis pelo aumento da população, pois quando não há luz não há nada para fazer a não ser produzir bebês”, a taxa de fertilidade indiana caiu de 3 filhos por mulher em 2000 para 2,5 em 2010. A meta oficial é baixar a 2 filhos por mulher até 2015, através de campanhas de conscientização.

Desde os anos 1970, o governo indiano tenta desacelerar o ritmo de crescimento de sua população. Houve desde tentativas de convencimento até agressivas campanhas de esterilização forçada e incentivos para vasectomia. Como os resultados eleitorais foram desastrosos, a maior democracia do mundo nunca adotou uma política de proibição de filhos como na China, pois seria um suicídio político.
A saída não é a coerção, mas o consenso sábio. No Estado indiano com mais alto índice de alfabetização, conseguiu-se alcançar uma taxa de nascimentos menor até do que o da própria China, sem precisar recorrer a qualquer imposição autoritária.

**Os Russos**

Angelo Segrillo, em seu livro *Os Russos* (São Paulo; Editora Contexto; 2012; 288 páginas), propõe-se a responder à desafiante questão: quem são os russos?

O autor morou muitos anos na Rússia. Primeiro, quando cursou o mestrado no Instituto Pushkin de Moscou, ainda nos tempos da União Soviética. Depois por períodos de longa duração de pesquisa nos arquivos da Rússia pós-soviética como historiador especializado naquela região do mundo. O relato deste livro é fruto, então, não apenas das leituras acadêmicas, como também da vivência e contato pessoal com os russos, em seu ambiente. Ele convida o leitor a lhe acompanhar nesta viagem pelas entranhas da Rússia e de seus habitantes.

A primeira aproximação da resposta diz respeito a uma distinção, já que eles moram no maior país do planeta: a Rússia. Um país avassalador, sem fim. Presença garantida em qualquer livro de História ou Geografia mundial. Se o Brasil, com seus 8,5 milhões de km², representa sozinho metade da América do Sul, a Rússia, com seus cerca de 17 milhões de km², abrigaria dois desses Brasis gigantescos, ou seja, seu território equivale ao do nosso continente. A antiga União Soviética - assim como o Império Czarista - ocupava assombrosos 22,4 milhões de km². Era quase um sexto de toda a superfície terrestre!

Mas quem são os habitantes desse território gigante? Em russo há duas palavras diferentes: russkii e rossiyanin (no plural, respectivamente, russkie e rossiyan). Russkii é o russo étnico, aquele que é filho de pai ou mãe russa. Rossiyanin é qualquer pessoa que nasce e vive na Rússia (cidadão da Rússia por nascimento ou vivência), mas não necessariamente russo étnico.

Essa diferenciação reflete o modo como a nacionalidade é definida na Rússia: pelo jus sanguinis (“direito do sangue”), enquanto no Brasil temos o jus soli (ou princípio do “direito do solo”). O conceito do jus sanguinis eterniza as diferenças étnicas no país, fazendo com que na Rússia haja dezenas de nacionalidades há séculos, mantendo suas próprias culturas distintas.
Tal situação cria, a um só tempo, grande riqueza étnica e um problema especial para ser tratado no livro: afinal, de quem o autor vai tratar? Esta obra aborda ambos. Isso significa que o leitor entrará em contato com uma diversidade de culturas maior do que esperava ao ler uma obra sobre o que é tipicamente russo.

O papel da Rússia e o peso dos russos no mundo certamente extrapolam essa ampla diversidade interna. Afinal, esse país por séculos foi, ao menos, uma grande potência (na época czarista) e chegou a ser um dos dois únicos na Terra a terem o status de superpotência em qualquer época (como União Soviética). Até hoje o arsenal nuclear russo é, em termos de número de ogivas nucleares, o maior do mundo.

Além disso, o país tem uma riqueza mineral inigualável, pois possui praticamente todos os principais recursos naturais: desde os mais conhecidos, como petróleo, diamante, ouro, prata, gás natural, carvão, urânio e ferro, até os recursos menos comuns, como cobre, zinco, alumínio, tungstênio, molibdênio, nióbio, magnésio e barita. Isso ajudou a assegurar a subsistência dos russos em épocas de grandes crises econômicas, como a grande depressão pós-soviética nos anos 1990 ou nas primeiras décadas do regime soviético.

Conjunturas delicadas, por sinal, não faltaram para os russos. As dificuldades econômicas das classes menos favorecidas na Rússia czarista, a repressão política na URSS, as desigualdades geradas pela volta ao capitalismo na Federação Russa atual formam um lado negativo da experiência russa que precisa ser estudado e incorporado na avaliação da totalidade da vivência do país.

Segrillo dedica parte importante do livro aos rumos históricos desse país e do seu povo. Desde sua formação até os reinados dos czares chegando à maior revolução que o mundo viu no século XX. Depois de passar mais de sete décadas em regime comunista, o impacto da chegada do capitalismo transformou a vida dos cidadãos. Trata disso, mas também explora a “alma russa”: como eles são no dia a dia, o que leem, como leem, como se divertem, as peculiaridades na culinária.

Ele também destaca algumas áreas em que a Rússia é lembrada mundialmente, como literatura, teatro, dança, música e artes, exemplificadas por figuras tão diferentes quanto os escritores Dostoievski e Tolstoi, os músicos Stravinsky, Rostropovich e Tchaikovsky, os poetas Pushkin e Maiakovski, o dramaturgo Tchekhov e o astronauta Gagarin.

Fecha o livro com a relação da Rússia com o Brasil. Se o intercâmbio ainda é modesto, algumas contribuições notáveis – como os músicos russos que
abrilhantam a Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo) – já mostram o potencial desses dois gigantes.

Afim da, quem são os russos? Esta é uma pergunta mais difícil de responder do que parece a princípio. Como já mencionado, na língua russa há duas palavras para “russo”: uma se refere ao russo étnico, filho de pai ou mãe russa. E a outra está associada aos nascidos em território russo. Essa diferenciação está relacionada à forma como a nacionalidade é definida lá. Enquanto aqui é brasileiro quem nasce no Brasil, na Rússia, a nacionalidade é definida pelo sangue. Assim, o filho de um casal de imigrantes japoneses no Brasil, de primeira geração, é considerado imediatamente de nacionalidade brasileira. Já o filho de um casal imigrante japonês nascido na Rússia seria considerado de nacionalidade japonesa e não russa. Ou seja, o conceito do jus sanguinis eterniza as diferenças étnicas no país.

Durante a Perestroika (1989-1990) haviam começado a pipocar vários conflitos inter-étnicos na URSS (armênios vs. azerbaijanos, uzbeques vs. quirguizes etc.). O mais importante para os russos é a cultura (e não o sangue biológico em si, que é igual em todos os seres humanos). Para eles, o que vale para determinar a nacionalidade é a preservação da cultura: o local onde você nasce é mero acidente.

Esta ênfase na cultura, na preservação do modo de vida de um povo, é central para os russos. Para nós, brasileiros, que já nascemos em um “caldeirão misturado” talvez seja difícil compreender tal perspectiva. A situação mais próxima que temos é a de indígenas nativos do Brasil que se consideram uma nação separada. Na Rússia, cada etnia se considera uma nação, ou nacionalidade, separada (todas compartilhando, é claro, a mesma cidadania da Rússia e direitos políticos inerentes).

Em suma, quando falamos da Rússia, estamos falando de dezenas de culturas diferentes compartilhando um mesmo espaço e interagindo. A que nacionalidades nos referimos? O primeiro passo para entender este mundo intricado é observar o mapa da antiga União Soviética. Pelo mapa, podemos ver que a União Soviética era composta de quinze repúblicas constitutivas:

1. as três eslavas (Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia),
2. as três do mar Báltico (Estônia, Lituânia e Letônia),
3. as três separadas da Rússia pela cadeia de montanhas do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão),
4. a Moldova e
5. as cinco repúblicas islâmicas da Ásia central (Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão).

Somente aqui temos, então, as chamadas 15 nacionalidades titulares (ou principais) de cada república constituinte da URSS. O problema é que dentro de cada uma dessas repúblicas reproduzem-se dezenas de outras nacionalidades (e subnacionalidades) menos numerosas, como esquimós, alemães, coreanos, chechenos, judeus, ossetas etc. E praticamente todas essas nacionalidades têm representantes na Rússia atual, em pé de igualdade em termos de direitos jurídicos de cidadania, mas diferindo enormemente em termos de cultura, modo de vida e hábitos.

Essa variedade pode ser mais bem compreendida se integrada com um estudo mais detalhado da geografia do país, que é o assunto do segundo capítulo do livro.

Segrillo relata um episódio exemplar do olhar brasileiro sobre os russos. No último ano da existência da URSS, um professor correu uma pesquisa entre alunos estrangeiros pedindo para listar as características mais marcantes dos russos (russkie).

As cinco características dos russos mais citadas entre os brasileiros foram as seguintes:

1. introvertidos;
2. gregários;
3. intelectuais;
4. ligados à natureza;
5. brutos.

A pesquisa visava apenas colher impressões, não tinha metodologia científica. Mas os resultados iluminam aspectos da vida russa.

A primeira característica - introvertidos - foi citada por brasileiros, mas não pelos alunos europeus, por exemplo. Talvez simbolize um pouco da diferença da cultura brasileira e da russa. Os brasileiros (e quanto mais para o norte no Brasil mais essa característica vai se acentuando) costumam ser bastante expansivos e comunicativos.

Um carioca, acostumado no Rio de Janeiro a falar e ter contato fácil com estranhos na rua, em Moscou achará o russo fechado ao primeiro encontro, pois os contatos com estranhos não acontecem tão facilmente.
assim. Em geral, os russos são aceitos no grupo ao serem introduzidos por terceiros conhecidos comuns. Mas, uma vez que os russos considerem uma pessoa amiga, tornam-se amigos muito confiáveis. Nesse ponto, Moscou e Rio de Janeiro têm padrões opostos. Muitas vezes, estrangeiros no Rio de Janeiro ficam maravilhados com a facilidade de fazer um primeiro contato, mas decepcionados ao ver que isso não resulta em uma amizade profunda.

A segunda característica — gregários — é uma consequência da própria história russa. Num país onde o coletivismo sempre esteve presente (exacerbado enormemente pela experiência socialista soviética), os russos têm um forte espírito de grupo. O aspecto de ajuda mútua aos amigos foi um lado que se desenvolveu muito no período soviético.

Há também um elemento de “classe” nesse aspecto. No período soviético, uma época em que ocasionalmente faltavam vários produtos, a ajuda mútua entre amigos era uma das estratégias de sobrevivência utilizadas para superar dificuldades. Isso me lembrava o Brasil, onde as classes baixas e pobres costumam se ajudar mais umas às outras (“açúcar para o vizinho agora, para ele emprestar o sal depois” etc.) que as classes abastadas.

A terceira característica — intelectuais (ou seja, ligados à cultura) — pode estar relacionada tanto com a primeira mencionada, introvertidos, quanto com o clima frio, associado ao ensimesmar-se, ao voltar-se ao mundo interior da mente. É fato que os russos, em especial durante o período soviético (em que livros e jornais tinham preços muito baratos), eram um dos povos que mais liam. Se no Rio de Janeiro os cariocas em filas conversam uns com os outros, na URSS as pessoas leem nas filas, nos ônibus, no metrô e em qualquer lugar público.

A quarta característica — ligados à natureza — é uma consequência das condições geográficas. Grande parte da região da Rússia central se encontra na taiga, a maior concentração de florestas do mundo. Moscou e muitas cidades russas foram construídas literalmente no meio de florestas, o que, juntamente com o planejamento urbano, as leva a ter uma das maiores concentrações de parques e florestas urbanas em comparação com qualquer outro país.

Há intenso contato com a natureza por parte dos russos. Os russos, desde cedo, costumam acampar, ter dacha (casa de campo) onde cultivam hortaliças. Essas casas de campo eram erguidas em terrenos que o governo dava a quem quisesse construir e plantar hortaliças para incrementar a produção alimentar familiar. Estavam mais para as casas que pessoas pobres ou de classe média baixa constroem com seus próprios esforços no Brasil que para uma casa de campo luxuosa brasileira.
Os russos convivem com um inverno rigoroso. Mesmo que os belos parques da capital continuem a ser frequentados no frio, o clima contribui, segundo algumas teorias, para que o povo seja introvertido e voltado ao seu mundo interior.

A quinta característica mais votada - brutos - nas discussões posteriores se revelou ligada a dois fatores. Politicamente, estrangeiros viam o Império Czarista e a União Soviética como imperialistas, subjugando seus conquistados e satélites. Além disso, foi muito citado que no espaço público os russos empurravam as pessoas, não pediam desculpas e as vendedoras soviéticas tratavam mal os clientes nas lojas, chegando a gritar com eles.

Sobre a parte histórica, o autor fala em outra parte do seu livro. Sobre o dia a dia, acredita o fato de a pesquisa ter sido realizada na capital pode ter influenciado o resultado. Moscou é uma metrópole, anônima e, realmente, no metrô o pedestre moscovita é mais selvagem que o motorista brasileiro no trânsito de carro. Mas não será essa uma característica das grandes cidades com transportes públicos entupidos?

Finalmente, os destratos aos clientes nas antigas lojas soviéticas ou nas repartições públicas russas seriam assim tão piores do que aqueles encarados por um brasileiro na fila de INSS para conseguir vaga em hospital público? Parece-lhe que as diversas nações têm seus subsois “negativos” que precisam ser mostrados sim, mas sem perder a perspectiva mais geral.

Impressões e comparações foram uma constante em suas longas estadas tanto na URSS quanto na Federação Russa. Descrições impressionistas não são científicas, mas são humanas. Aqui e ali, ao longo deste livro, o autor deixa escapar quadros de pequenos episódios que aconteceram com ele e que talvez possam ajudar a iluminar e ilustrar algumas facetas das vidas dos russos.

Os Chineses

Para a autora, Cláudia Trevisan, escrever seu livro Os Chineses (Coleção “Povos e Civilizações”, publicado pela Editora Contexto em 2013), que tenta definir a identidade de 1,3 bilhão de pessoas parece uma irrealizável e altamente pretensiosa tarefa.

“Os chineses” é uma expressão que se refere a 20% da humanidade ou sete vezes o número de habitantes do Brasil. O pior é que nem todos eles são chineses no sentido estrito da palavra. No território que o mundo chama de China também vivem tibetanos, mongóis, muçulmanos uigures, yaos, miaos, em um total de 55 grupos que se enquadram na classificação de “minorias étnicas” utilizada pelo governo de Pequim.
Outra dificuldade é que a China chegou ao século XXI como um país ainda majoritariamente agrícola. Apesar da transformação vertiginosa empreendida a partir do fim dos anos 1970, nada menos que 55% da população chinesa morava na zona rural em 2007 e estava submetida a um estilo de vida cada vez mais distante do desfrutado pelos habitantes das cidades.

Para completar, a China que existiu durante dois mil anos sob um regime imperial regido por normas relativamente estáveis enfrentou no século XX uma sucessão de revoluções e reveses sem paralelo na história. Os valores que orientaram a vida dos chineses durante milênios começaram a ruir no século XIX e foram colocados em xeque com o fim do Império, em 1911.

A Nova República foi para os chineses um período de desagregação, humilhação e guerra civil, no qual o país esteve prestes a se esfacelar. A Revolução Comunista de 1949 trouxe a promessa da unificação e do fim da pobreza que assolava a maioria esmagadora da população.


Desde 1978, os chineses vivem uma nova transformação radical, que trocou o igualitarismo comunista pela busca do enriquecimento sem nenhum pudor. O país abandonou o isolamento que o caracterizou durante trinta anos e abraçou a globalização com entusiasmo. Chineses que hoje têm 60 anos nasceram na véspera da Revolução Comunista, chegaram à vida adulta durante a Revolução Cultural e tinham pouco mais de 30 anos quando o país embarcou nas reformas que levaram à implantação da economia de mercado.

A chinesa que corria o risco de praticar um desvio pequeno-burguês se usasse batom na Revolução Cultural hoje lê sobre concursos de miss no Diário do Povo, o jornal oficial do Partido Comunista, consome revistas estampadas com modelos e celebridades e assiste a uma explosão das indústrias de cosméticos e cirurgias plásticas.

O país que era o reino das bicicletas até o fim dos anos 1990 hoje é o segundo maior mercado automobilístico do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, com oito milhões de carros vendidos em 2007, e a promessa de assumir o primeiro lugar do ranking em 2009.

As mulheres que amarraram os pés e foram tratadas como acessórios durante séculos hoje são empresárias, cada vez mais fazem sexo antes do casamento e começam a abordar homens de uma maneira que seria inimaginável para suas mães.
Ao mesmo tempo, o novo-riquismo reabilitou práticas que haviam sido extintas com a Revolução Comunista, como o concubinato. A instituição continua formalmente proibida, mas a possibilidade de ter várias amantes fora do casamento se transformou em um símbolo de status para os homens.

Os chineses que tentaram se manter isolados no fim do Império e ficaram encatados durante os quase trinta anos de governo maoísta hoje viajam o mundo com voracidade crescente. O povo que mal tinha telefone fixo no fim dos anos 1980 chegou a 2009 com 640 milhões de celulares e uma população de trezentos milhões de internautas – em ambos os casos, os maiores números do mundo.

Afinal, o que são “os chineses” nessa sucessão de Império, República, guerra civil, comunismo e economia de mercado em menos de um século? Sobra algo intrínseco e comum a todos na transformação vertiginosa iniciada em 1978? Há uma maneira chinesa de existir que distingue esse universo de 1,3 bilhão do restante da humanidade?

Bem, a resposta é sim. Afinal, se a autora não acreditasse nisso, ela diz que este livro não estaria disponível.

Superpopulação Chinesa

A primeira e mais óbvia constatação em relação aos chineses de Cláudia Trevisan, em seu livro “Os chineses” (Coleção “Povos e Civilizações”, publicado pela Editora Contexto em 2013), é a de que eles são muitos: 1,3 bilhão de pessoas, 20% da humanidade, sete vezes a população do Brasil. Olhado de qualquer ângulo, é um número impressionante que ao longo da história despertou reverência, alimentou teorias conspiratórias e estimulou a imaginação de homens de negócio fascinados com o que poderia ser o maior mercado consumidor do mundo.

No século XVIII, Napoleão aconselhou seus pares a deixarem a China dormindo. “Quando a China acordar, ela vai balançar o mundo.” No século seguinte, o potencial impacto da demanda chinesa nutriu a fantasia dos mercadores ingleses, que buscavam compradores para os produtos de sua indústria nascente. Pelos seus cálculos, se cada chinesa aumentasse a barra de seus vestidos em 2,5 centímetros, isso seria suficiente para sustentar as fábricas de lã e linho das ilhas britânicas durante décadas.

Mais recentemente, o “perigo amarelo” se tornou uma obsesão para Mafalda, a personagem criada pelo cartunista argentino Quino, que se perguntava se a terra se moveria literalmente se todos os chineses saltassem
ao mesmo tempo e se preocupava com o fato de eles trabalharem do outro lado do mundo no momento em que todos dormiam no Ocidente.

Mafalda teve suas dúvidas nos anos 1970, quando a população da China ainda era de setecentos milhões e o país vivia de costas para o mundo sob o comando de Mao Tsé-tung (1893-1976). Três décadas depois, no início do século XXI, os chineses já eram 1,3 bilhão e não precisaram dar um pulo coletivo para balançar o mundo.

Outra constatação menos óbvia para nossa visão de mundo eurocentrista é a de que os chineses foram a grande potência mundial durante a maior parte da história. Quando o Brasil foi descoberto, em 1500, o então Império do Meio era a maior economia do mundo e respondia por 25% do PIB global. Esse percentual subiu para 33% no começo do século XIX, quando tem início o processo de decadência do país.

Aos olhos chineses, os últimos duzentos anos de supremacia ocidental são a exceção, não a regra. Coerente com essa concepção, os mapas-múndi exibidos nas paredes de Pequim mostram a China, e não a Europa, no centro do mundo.

Além de serem muitos, os chineses existem há muito tempo. A identidade cultural dos habitantes do antigo Império do Meio começou a se formar há pelo menos quatro mil anos e se perpetuou de maneira surpreendente até os dias de hoje. A consciência de que fazem parte de uma civilização milenar é transmitida de geração a geração há séculos e sobreviveu ao violento ataque à tradição liderado por Mao Tsé-tung.

Mais venerada entre as tradições filosóficas e políticas do país, o confucionismo é o principal elemento que garantiu a continuidade da organização social e dos valores chineses, com sua ênfase nas relações familiares, no respeito aos mais velhos, na valorização da hierarquia e na defesa da moralidade e da benevolência por parte dos governantes. Confúcio (551 a.C.-479 a.C.) transformou o culto aos ancestrais em um ponto central de seus ensinamentos e, dessa forma, colocou o vínculo com o passado na vida cotidiana dos chineses.

Mas talvez o mais extraordinário seja o fato de que os chineses não se parecem em nada com a imagem que nós temos de uma suposta placidez, silêncio e contenção orientais. Eles são tão ou mais ruidosos que os brasileiros, manifestam sua curiosidade sem restrições, adoram dançar e cantar, são extremamente gregários, têm paixão pelo jogo e devoção pela boa comida. Até os funerais são barulhentos, com música e fogos de artifício para espantar os maus espíritos. O calendário local é marcado por festivais, que
são pretextos para grandiosas celebrações em grupo, realizadas em geral ao redor de mesas fartas.

A vida no país não ocorre entre quatro paredes, mas ao ar livre. Praças, parques, calçadas e hutongs (área residencial tradicional de Pequim, com estreitas ruas) estão sempre cheios de pessoas que se reúnem para conversar, cantar, jogar, dançar, fazer ginástica, praticar tai chi chuan, caminhar e manter vivas algumas das antigas tradições do país, como as danças do leque ou da espada. O amanhecer nas cidades chinesas é marcado pela visão de grupos de amigos e vizinhos que se exercitam em conjunto.

No início da noite, praças se transformam em salões de baile, com casais que dançam uma espécie de tango chinês. Os que quiserem podem chacoalhar ao som de músicas mais agitadas, em grupos nos quais todos executam a mesma coreografia.

As casas das antigas ruelas de Pequim não são equipadas com banheiros e os moradores usam toaletes públicos. A maioria deles não tem vasos sanitários ao estilo ocidental e exigem a posição de cócoras de seus usuários. Nas portas, placas anunciam para os turistas o que os aguarda.

O fato de serem muitos também molda uma relação especial com a privacidade, e os chineses fazem na rua coisas que, no Ocidente, habitam o universo doméstico. Não é raro encontrar um casal passeando de pijama e chinelo ao cair da tarde, alguém lavando o cabelo na calçada ou pessoas comendo em qualquer lugar.

O vermelho é a cor por excelência da China, a ponto de marcar nos painéis eletrônicos as ações que estão em alta na Bolsa de Valores, enquanto o verde indica os papéis que estão em baixa, exatamente o contrário do que ocorre no Ocidente.

O uso de roupas íntimas vermelhas no Ano-Novo chinês é altamente recomendado e as seções de lingerie dos supermercados ficam cheias de calcinhas, sutiãs, cuecas e meias carmim. Os vestidos de noiva dos casamentos chineses tradicionais também são vermelhos, mas a ocidentalização recente está levando à expansão no uso do branco, cor associada à morte na China e utilizada nos velórios e enterros.

A preferência é bem anterior à Revolução Comunista de 1949, quando o vermelho passou a ser também a marca do poder, em substituição ao amarelo do período imperial. A cor tinge a bandeira do país e a do Partido Comunista e está presente nas cortinas, tapetes e poltronas do plenário do Grande Palácio do Povo, onde ocorrem os grandes encontros da elite governante. Os chineses
gostam do vermelho há mais de dois mil anos e associam a cor ao sol, à sorte e à felicidade.

O Ano-Novo na China não é celebrado na noite entre 31 de dezembro e 1º de janeiro. Aliás, não há uma data fixa para a festa, que cada ano cai em um dia diferente, entre 21 de janeiro e 20 de fevereiro, dependendo do calendário lunar. O Ano-Novo começa no primeiro dia do primeiro mês lunar e é a festa mais importante para os chineses e vários outros habitantes da Ásia, como japoneses, coreanos e vietnamitas.

Também chamado de Festival de Primavera, por marcar o início da estação, o Ano-Novo chinês provoca o maior deslocamento de pessoas da face da Terra, com milhões viajando por todo o país para reencontrar suas famílias.

Apesar da civilização milenar, os chineses sofrem de uma crônica falta de modos, reconhecida oficialmente e combatida por campanhas promovidas pelo governo. Nos meses que antecederam a Olimpíada de Pequim, furar a fila, cuspir no chão e jogar lixo na rua passaram a ser tratados como gestos impatrióticos, que poderiam denegrir a imagem do país diante do mundo.

A melhor medida do grau de preocupação da elite governante com os bons modos é a existência de uma espécie de “departamento de etiqueta” dentro do Partido Comunista, batizado com o inacreditável título de Comitê Diretivo da Civilização Espiritual. Preocupado com a imagem que os chineses projetam no exterior, o comitê divulgou em 2006 um guia para orientar o crescente número de pessoas que fazem viagens internacionais. O China Daily, jornal editado pelo Conselho de Estado, divulgou a notícia sob o título “Dica de viagem: não envergonhe seu país”, que trazia uma lista de práticas que deveriam ser evitadas, como falar alto, emitir sons para limpar a garganta em público e fazer ruído ao comer.

A gentileza está ausente do convívio urbano. Carros não respeitam pedestres, motoristas não dão passagem a outros e homens não seguram a porta para mulheres passarem. Ninguém espera o elevador ficar vazio para depois entrar. Os que estão dentro muitas vezes apertam o botão que fecha a porta assim que o elevador para em um andar intermediário, antes que as pessoas que esperam o tenham alcançado. O metrô no horário de pico é um Deus nos acuda e as pessoas falam no celular aos berros, como se estivessem sozinhas em suas casas.

Claro que tudo isso é uma imensa generalização, mas quem está fazendo campanha por “bons modos” é o próprio governo chinês. Alguns sociólogos sustentam que a falta de refinamento no comportamento público tem origem no longo período em que o país foi comandado por Mao Tsé-tung, entre 1949 e 1976. Nessas quase três décadas, a etiqueta era vista como algo
burguês e um instrumento da classe dominante para oprimir os pobres. Essa concepção chegou ao auge na Revolução Cultural (1966-1976), durante a qual milhares de estudantes foram enviados à zona rural para aprender com os camponeses. Os hábitos rudes estavam em alta e qualquer gesto de refinamento poderia ser interpretado como um desvío pequeno-burguês e punido com sessões de humilhação pública, a prisão ou a morte.

Além das campanhas pela polidez, o fim dos anos de materialismo histórico e ideologia maoísta permitiu o renascimento da enorme superstição dos chineses e a retomada de práticas milenares, como o *feng shui*, a numerologia, a astrologia e a consulta a videntes. Também levou à reabilitação do confucionismo, que Mao Tsé-tung tentou arduamente dizimar durante três décadas. A reverência ao antigo filósofo é tanta que suas ideias substituíram o marxismo-leninismo e o maoísmo no discurso oficial. O Partido Comunista de hoje não prega a luta de classes nem a revolução permanente, mas busca a construção de uma “sociedade harmônica”, uma das ideias mais caras a Confúcio.

**Invasão Chinesa**

Até bem pouco tempo, segundo Cláudia Trevisan, em seu livro *Os Chineses* (Coleção "Povos e Civilizações", publicado pela Editora Contexto em 2013), a China parecia um país exótico e distante, que poucos se dariam o trabalho de conhecer. Para os esquerdistas dos anos 1960 e 1970, era a terra do grande timoneiro Mao Tsé-tung, que levou milhões de camponeses a adotarem o comunismo em uma revolução heroica. Os que tinham uma perspectiva histórica mais longa viam a nação dona de uma civilização milenar e de um passado glorioso que havia sido relegada à insignificância na era contemporânea.

De repente, a China bateu às portas do mundo e entrou de maneira avassaladora nas nossas vidas, por meio de produtos industrializados baratos que revolucionaram o consumo e a estrutura de produção globais. O país distante ficou ainda mais próximo a partir de 2001, quando a China entrou na Organização Mundial do Comércio e passou a ser relevante para todos os temas que importam no mundo, do aquecimento global ao jogo de poder no cenário internacional, passando pela alta nos preços do petróleo, da soja e do minério de ferro. Não dá para entender o mundo de hoje e o que será o mundo de amanhã sem entender a China e sua crescente integração à economia global.

A velocidade e a amplitude das transformações vividas pelos chineses a partir de dezembro de 1978 não têm paralelo na história. Naquela data, Deng
Xiaoping conseguiu convencer seus camaradas do Partido Comunista de que o país precisava aderir às regras de mercado, se abrir ao mundo e abraçar a globalização. Nas três décadas seguintes, a China percorreu uma trajetória meteórica rumo ao grupo das grandes potências mundiais. No período de pouco mais de dois anos, entre dezembro de 2005 e o início de 2008, o país saiu da sétima posição entre as maiores economias do mundo e chegou ao terceiro lugar, deixando para trás Itália, França, Inglaterra e Alemanha. À sua frente, só estão Japão e Estados Unidos. Se mantiver seu ritmo de crescimento, a China chegará ao topo do ranking antes de 2030.

Quando o processo de reforma foi lançado, a soma das exportações e importações da China representava menos de 1% do comércio global, percentual semelhante ao abocanhado pelo Brasil na mesma época. Quase três décadas depois, em 2007, o país asiático estava em segundo lugar no ranking dos exportadores, com 8,8% dos embarques mundiais, e ocupava a terceira posição na lista dos importadores, abocanhando 6,7% das compras totais. Naquele ano, o fluxo de comércio da China com o restante do mundo somou US$ 2,174 trilhões e seu superávit comercial alcançou US$ 262 bilhões, cifra próxima dos US$ 288 bilhões que resultavam da soma das exportações e importações brasileiras no período. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o clube dos países mais ricos do mundo, prevê que a China será a maior potência comercial do globo em 2010.


Para completar as credenciais de grande potência, a China ficou em primeiro lugar no número de medalhas de ouro na Olimpíada de Pequim, com 51 vitórias, bem à frente das 36 conquistadas pelos norte-americanos. Foi a primeira vez em sete décadas que a liderança dos Jogos não ficou nem com os Estados Unidos nem com a Rússia-URSS. Se para nós a transformação parece vertiginosa, imagine o que ela significa para quem a vive por dentro. Os chineses que hoje consideram o enriquecer glorioso corriam o risco de morrer ou serem enviados a campos de trabalho forçado se mostrassem qualquer gesto de sofisticação pequeno-burguesa durante a Revolução Cultural, que começou em 1966 e só terminou com a morte de Mao Tsé-tung, em 1976.
Hoje, substituíram a ideologia comunista pela consumista e os novos emergentes trocaram a vida de privações pela exibição irrestrita da riqueza.

Isolados do mundo até três décadas atrás, os chineses abraçam com voracidade os hábitos ocidentais. Redes de fast-food se multiplicam, os jovens trocam o chá pelo café, dançeterias reverberam ao som de música eletrônica, redes de hipermercados se expandem, shopping centers brotam em todo o país e carros ocupam rapidamente o lugar das bicicletas. A internet é um modo de vida para os jovens urbanos que nasceram depois dos anos 1980 e sua paixão pelo mundo virtual levou a China a assumir a liderança no ranking global do número de pessoas conectadas à rede de computadores no início de 2008, com 220 milhões de usuários, comparados a 210 milhões nos Estados Unidos. Um ano mais tarde, o número de internautas chineses já estava em 300 milhões.

A mesma explosão ocorre com os telefones celulares, setor no qual a China detém a liderança global há mais tempo. No início de 2009, havia 640 milhões de celulares no país e a empresa de consultoria BDA prevê que a cifra deverá quase dobrar até 2012, chegando a 965 milhões, com 7 milhões de novos assinantes a cada mês. Os aparelhos parecem uma extensão do corpo dos jovens, que estão quase o tempo todo teclando mensagens de texto; em 2007, os chineses trocaram nada menos que 592 bilhões de torpedos.

A ocidentalização também influencia o ideal de beleza. A China experimenta um surto de cirurgias plásticas, com milhares de pessoas buscando ter olhos maiores, nariz mais fino e seios fartos. As clínicas promovem seus serviços com propaganda ostensiva e meios heterodoxos, como reality shows.

Os programas de TV que mostravam as cirurgias se multiplicaram, entre eles a cópia do norte-americano “I Want a Famous Face”, no qual os candidatos se submetem a intervenções para ter um rosto parecido ao de uma pessoa famosa. Em todos eles, mulheres competiam para ganhar um pacote gratuito de plásticas, desde que concordassem em ter milhares de espectadores para as cirurgias e se comprometessem a ver o resultado ao vivo, diante das câmeras de TV. A popularidade dos programas não impediu que eles fossem proibidos pelos censores em agosto de 2007.

As razões que levam os chineses a realizar cirurgias plásticas vão muito além da busca de um ideal de beleza e refletem o grau de ambição e competição que impera na sociedade. A maioria acredita que as mudanças em seus rostos vão aumentar as chances de sucesso profissional, que se tornou uma obsessão nacional.
A vaidade reprimida durante os anos de Mao se manifesta agora sem nenhuma restrição. Lojas de cosméticos com todas as marcas internacionais povoam os shoppings e oferecem cremes para branquear a pele do rosto, a aspiração máxima das chinesas urbanas, que querem se distanciar da pele queimada de sol dos camponeses. Manicures, salões de beleza e spas estão em todos os lados e as academias de ginástica nos moldes ocidentais atraem uma multidão de jovens que buscam músculos definidos.

Vistos antes como símbolo da degradação feminina e proibidos até 2003, os concursos de beleza se transformaram em uma instituição nacional, acompanhadas por milhões de espectadores. A ilha de Hainan, no sul do país, é o local por excelência para realização dos eventos e sediou quatro dos cinco concursos Miss Mundo realizados desde 2003. No de 2007, a vencedora foi a chinesa Zhang Zilin, a primeira representante do Leste Asiático a ganhar o título. As disputas são populares a ponto de ganharem as páginas do Diário do Povo, o sisudo jornal do Partido Comunista, e do China Daily, editado pelo governo.

Fora de Hainan, há uma infinidade de concursos de beleza, para todos os públicos, de aeromoças à terceira idade. Em 2004, o entusiasmo pelas operações plásticas e a paixão pelas misses se encontraram na primeira disputa destinada exclusivamente a pessoas que tivessem realizado cirurgias para mudar a aparência. O Miss Beleza Artificial teve 19 finalistas, com idades de 17 a 62 anos, entre as quais estava um transexual, Liu Xiaojing, que até 2001 era um homem. Para participar da disputa, todos tiveram que apresentar atestados médicos comprovando que haviam realizado plásticas. A vencedora foi Feng Qian, que recorreu ao bisturi para aumentar seus olhos, afinar suas bochechas e diminuir a cintura.

Com mais dinheiro no banco, os chineses também podem se dar o luxo de ter animais de estimação e é cada vez mais comum ver pessoas passeando com seus cachorros nas grandes cidades. Pelo menos em Pequim, ter um bichinho em casa não é barato. Os donos devem registrar seus cachorros na delegacia de polícia e pagar uma taxa de US$ 140 ao ano para mantê-los. Também existe uma política de “cachorro único” na cidade e é proibido ter mais de um animal. A capital chinesa ainda limita o tamanho dos cães, que não podem ter altura superior a 35 centímetros.

Os chineses inventaram o chá e o transformaram na bebida mais consumida em todo o mundo depois da água. Mas o símbolo da ascensão social da nova China é o café, especialmente se for consumido em uma das dezenas de lojas da rede norte-americana Starbucks que brotam em todo o país. O sucesso na China ultrapassou as mais otimistas previsões dos executivos da companhia e em breve o país asiático será o maior mercado da rede fora dos
Estados Unidos. Jovens profissionais lotam os Starbucks e pagam por um café cerca de US$ 2,50, mais do que muitos chineses gastam em uma refeição.

A Coca-Cola conseguiu superar a milenar tradição que veta bebidas geladas nas refeições, em razão da crença de que elas dificultam a digestão e devem ser evitadas. A China já é o quarto mercado da companhia e, antes de 2010, deve superar o Brasil e subir para a terceira posição.

As redes de fast-food multinacionais também fincam suas bandeiras nas cidades chinesas. Com seus baldes de asas de frango, o KFC é de longe a mais bem-sucedida, a ponto de muitos homens chineses considerarem suas lanchonetes um ótimo lugar para levar uma garota no primeiro encontro. A empresa norte-americana tinha 1,7 mil restaurantes na China no início de 2008 e abria um novo a cada dia.

O principal concorrente do KFC é o McDonald’s, o primeiro fast-food a se instalar na China, em 1992. A chegada a Pequim de um dos ícones do american way of life se transformou em símbolo da disposição do Partido Comunista de se render à globalização e às leis de mercado. Na época, a loja de Pequim era a maior do McDonald’s no mundo, com setecentos lugares, e seu primeiro dia de funcionamento atraiu uma multidão de 13 mil pessoas.

Em resposta ao enorme crescimento do mercado automobilístico na China, o McDonald’s abriu sua primeira loja drive-through em dezembro de 2005, na província sulista de Guangdong. Dois anos depois, havia 16 lanchonetes desse tipo no país e os chineses ainda estavam aprendendo a se relacionar com a novidade: cerca de 20% dos clientes pediam os lanches dentro dos carros, encontravam um lugar para estacionar e entravam nas lojas para comer. “Eles querem ter a experiência completa”...

O inglês acompanha a invasão dessa legião estrangeira e hoje há mais pessoas na China estudando o idioma do que a população inteira dos Estados Unidos. O país é o mercado de mais rápido crescimento para a English First, uma das grandes multinacionais no ensino de idiomas, com expansão de 50% ao ano a partir de 2005. Bill Fisher, presidente da empresa na China, avalia que o governo passou a estimular o ensino da língua como uma forma de aumentar a competitividade econômica do país, que nesse quesito ficava em desvantagem quando comparado à vizinha Índia.

O basquete é o jogo mais popular entre os jovens e a celebridade mais poderosa do país é o jogador Yao Ming, uma das estrelas da NBA dos Estados Unidos, onde joga no Houston Rockets. De acordo com a revista Forbes, Yao ganhou US$ 56,6 milhões em 2007, valor que inclui seu salário e o que recebeu em campanhas publicitárias para marcas como Coca-Cola, Visa, Apple e McDonald’s. O basquete também garantiu o quarto lugar no ranking da

Outro sinal da americanização da China é o sucesso de musicais da Broadway, que arrastam legiões de fãs a cada apresentação em Pequim, Xangai e capitais do interior do país. Espetáculos como Cats, O fantasma da ópera e O rei leão começaram a ser apresentados em solo chinês a partir de 2003 e, nos anos seguintes, conquistaram um público expressivo. O sucesso é tanto que um grupo empresarial anunciou no início de 2009 a construção da Broadway de Pequim, que terá 32 teatros e receberá investimentos de US$ 686 milhões. O complexo deverá estar concluído até 2014 e os empreendedores esperam que ele receba cem musicais por ano.

Vistos como diabólicas criações do imperialismo ianque há três décadas, Mickey Mouse e Pato Donald são mais do que bem-vindos na China de hoje. A Walt Disney e o governo de Xangai fecharam um acordo para a construção da primeira Disneylândia do país, que deverá estar pronta em 2014 e consumirá investimentos de US$ 3,6 bilhões. O empreendimento ocupará uma área de dez quilômetros quadrados e será oito vezes maior que o parque inaugurado pela Disney em Hong Kong em 2005 e criticado pelos turistas da China continental por ser pequeno demais.

Cidades Chinesas Mutantes

Segundo Cláudia Trevisan, em seu livro Os Chineses (Coleção "Povos e Civilizações", publicado pela Editora Contexto em 2013), a rápida ascensão econômica levou a uma radical mudança no cenário urbano e na infraestrutura de transportes da China.

Shenzhen, no sul do país, tinha 310 mil habitantes em 1979 quando foi escolhida para ser a primeira Zona Econômica Especial autorizada a receber investimentos estrangeiros e a funcionar fora da economia planificada. Nas três décadas seguintes, teve o mais espetacular crescimento da China e passou a ser o endereço de 12 milhões de pessoas, um aumento populacional de 3.800%.

Mas a imagem que melhor representa a rapidez das transformações é a de Pudong, a Zona Econômica Especial criada em Xangai em 1990, que hoje tem escritórios de quase todas as empresas que frequentam a lista das maiores do mundo da Fortune 500.
Nenhum dos arranha-céus que formam o skyline de Pudong existia em 1990 e a área era basicamente rural, com algumas esparsas construções. O projeto do Partido Comunista era concluir em dez anos a construção do que é hoje a mais moderna região da China. O ritmo foi estabelecido pelo então líder supremo do partido, Deng Xiaoping: “um novo visual a cada ano e profundas mudanças a cada três anos”.

A área de 530 quilômetros quadrados se transformou no maior canteiro de obras do mundo. Em dez anos, foram investidos cerca de US$ 15 bilhões em infraestrutura, que incluíram um aeroporto internacional, linhas de metrô, portos, túneis, pontes, energia, sistema de aquecimento, ruas e o Maglev, o trem mais rápido do mundo, que anda a 430 km/h e é movido por impulsos eletromagnéticos, o que faz com que ele flutue nos trilhos.

Todos esses projetos e a maioria dos arranha-céus que compõem o skyline de Pudong estavam concluídos no ano 2000. Hoje a região tem 1,6 milhão de habitantes e é o centro financeiro e comercial da China. O sonho do governo de Pequim é que Pudong transforme a cidade de Xangai na grande referência econômica da Ásia, à frente de Tóquio e de Hong Kong.

A partir dos anos 1990, a China construiu uma rede de autoestradas de 53,6 mil quilômetros, que é menor em extensão apenas à existente nos Estados Unidos (67 mil quilômetros). Só em 2008, o governo investiu US$ 50 bilhões em novas ferrovias, o equivalente a mais de dois terços dos US$ 72 bilhões gastos no setor nos cinco anos anteriores. Na avaliação do Banco Mundial, este é o maior programa de ferrovias da história mundial desde o século XIX, quando elas eram o principal meio de transporte.

As viagens aéreas são cada vez mais frequentes e a China vive um boom de construção de aeroportos. Entre 1990 e 2006 foram inaugurados 47. Outros 45 devem ser levantados até o fim de 2010 e mais 52 na década seguinte. Além disso, dezenas de aeroportos ao redor do país passam por reformas de expansão, enquanto o tráfego aéreo se multiplica em ritmo nunca antes visto na história mundial.

Em 1985, a China tinha 7 milhões de passageiros ao ano, número que equivale à metade da capacidade máxima de Congonhas, o mais movimentado aeroporto do Brasil. Até 1993, as pessoas só podiam comprar passagens aéreas depois de obter autorização de seus empregadores estatais. Com o
crescimento econômico, o volume de passageiros explodiu e chegou a 185 milhões em 2007.

Seis meses antes da Olimpíada de 2008, Pequim inaugurou um imenso terminal internacional e já se preparava para construir um novo aeroporto na cidade. Projetado pelo arquiteto britânico Norman Foster, o Terminal 3 de Pequim é um dos maiores edifícios do mundo e sua área supera a soma de todos os terminais do aeroporto de Heathrow, em Londres. Sua fachada tem quase oitocentos metros de largura e seu comprimento chega a três quilômetros.

Voar com os chineses pode ser divertido ou extremamente irritante, dependendo de seu estado de espírito. Como em todas as situações em que estão em grupo, eles tendem a ser ruidosos nos aviões. Não é raro que levem comida a bordo e são absolutamente impacientes. Assim que o avião pousa, já se começa a ouvir o ruído de cintos de segurança sendo desafivelados. Antes que o avião pare, muitos se levantam para pegar a bagagem de mão e ligar seus celulares, para desespero das aeromoças, que gritam para que todos permaneçam sentados. A maioria obedece, mas a autora - que não estranharia tanto se viajasse na Ponte Aérea Rio-São Paulo - reclama que “já peguei voos em que passageiros desafiadores se recusaram a seguir a orientação”!

Memória Imobiliária Dizimada

Cláudia Trevisan, em seu livro Os Chineses (Coleção “Povos e Civilizações”, publicado pela Editora Contexto em 2013), afirma: “a fúria transformadora na qual a China está mergulhada avança muitas vezes com o sacrifício do patrimônio histórico e de milhares de famílias que perdem suas casas ou terras e recebem indenizações insuficientes para comprar outra propriedade.

A apropriação de áreas rurais para projetos urbanos e industriais é uma das principais fontes de descontentamento no campo, onde inúmeros protestos ocorrem a cada ano.

Em Pequim, milhares de pessoas foram obrigadas a sair das casas onde suas famílias viveram durante décadas ou séculos, para dar lugar a novos arranha-céus e largas avenidas. Quarteirões inteiros carregados de história são destruídos em questão de dias e muitas das construções antigas da cidade deixaram de existir.

Pequim era a mais bem preservada capital imperial do mundo quando sua transformação começou, em 1949, ano em que os comunistas venceram a guerra civil e Mao Tsé-tung decidiu derrubar as muralhas que ainda cercavam
toda a cidade. Mesmo com a disposição de Mao de acabar com os vestígios “feudais” de Pequim, grande parte das tradicionais áreas residenciais que ficavam no coração da cidade sobreviveu até o fim do século XX, quando passaram a ser demolidas para dar espaço a novos edifícios. Construídas ao longo de setecentos anos de história, elas são formadas por fileiras de casas com pátios internos, com estreitas ruas, que são chamadas de hutongs.

Até o fim do Império, em 1911, os hutongs localizados a leste e a oeste da Cidade Proibida eram habitados pelos funcionários públicos de alto escalão, que formavam a elite do país. Cada família ocupava uma das casas de quatro lados (siheyuan) em torno de um pátio interno. No mais proeminente vivia o patriarca e, nos outros lados, seus filhos e respectivas famílias.

Na parte ao sul da Cidade Proibida, fora das muralhas, ficava outro grupo de hutongs, mais desalinhados e com casas menores, onde se hospedavam os viajantes que passavam pela capital. Chamada de Qianmen, a região abrigava tavernas, pousadas, prostíbulos e os artistas que apresentavam espetáculos da Ópera de Pequim e malabarismo para os que estavam de passagem.

Com o período de caos vivido depois de 1911, os habitantes dos hutongs empobreceram e o espaço onde viviam foi dividido por um número cada vez maior de famílias, tendência que se intensificou depois da Revolução Comunista.

Hoje, grande parte deles está degradada e pais e filhos dividem casas com apenas dois cômodos que não passam de vinte metros quadrados. A cozinha fica em um corredor estreito compartilhado por várias famílias e o banheiro é comunitário. Apesar disso, muitos dos moradores só abandonam os hutongs sob força policial. Em setembro de 2003, um homem chamado Wang Baoguang morreu depois de atear fogo a seu próprio corpo em protesto contra a destruição de sua antiga casa. Outro, Ye Guoqiang, tentou suicídio ao se atirar de uma ponte, pelo mesmo motivo.

Os hutongs não são apenas construções antigas e únicas: eles representam uma forma de vida, marcada pela íntima convivência entre seus moradores. Caminhar pelos hutongs de Pequim é ser transportado a um tempo que está ruindo sob os guindastes das grandes construtoras. As ruas estreitas estão sempre cheias de pessoas que conversam, jogam baralho ou xadrez, comem ou cozinham na calçada, vão aos pequenos mercados da vizinhança ou simplesmente passeiam de pijamas no fim da tarde. O ritmo da vida nos hutongs é muito mais lento que o do restante da cidade, sensação reforçada pelo fato de que o tráfego de carros é quase inexistentes.


A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) estimou em 2005 que dois terços dos 62 quilômetros quadrados de hutongs que existiam no coração de Pequim haviam sido destruídos nos vinte anos anteriores. Com eles, milhares de casas com pátio interno que durante séculos abrigaram várias gerações da mesma família. Também se foram muitos dos mil templos que existiam na região. Cerca de 1,5 milhão de pessoas tiveram que deixar suas casas entre 2000 e 2007, segundo estimativa do Centre on Housing Rights and Evictions, entidade com sede em Genebra. “Em Pequim, e na China em geral, o processo de demolição e desocupação é caracterizado pela arbitrariedade e pela ausência de um procedimento legal adequado”, afirma a entidade.

Nos anos seguintes ao da aprovação do plano de remodelação, Pequim embarcou em uma transformação de escala e velocidade inéditas, na qual edifícios e quarteirões são destruídos em questão de semanas, enquanto outras construções surgem em um período contado em meses. Moradores da cidade são constantemente surpreendidos com novas avenidas e canteiros de obras e muitos dizem não reconhecer regiões que deixaram de ver por períodos não maiores que um ano. Quem esteve em Pequim no início da década e voltou quatro anos depois ficou assombrado com a extensão da mudança, que continua a ocorrer. O projeto aprovado em 2004 prevê que a transformação deve estar concluída até 2020.

Cláudia Trevisan, autora do livro Os Chineses (Coleção “Povos e Civilizações”, publicado pela Editora Contexto em 2013), morou na capital chinesa entre março de 2004 e março de 2005, em uma nova região chamada Central Business District (CBD), que está sendo completamente remodelada. No período de um ano, viu surgir do outro lado da rua um enorme condomínio com sete edifícios residenciais, que estavam quase prontos na época do seu retorno ao Brasil. Quando voltou a morar em Pequim três anos depois, a região havia mudado novamente e contava com um shopping center de luxo,
três torres comerciais, dois hotéis cinco-estrelas, outros condomínios residenciais e novos prédios em construção no lugar dos antigos.

A metamorfose urbana ocorre de maneira tão veloz que a prefeitura de Pequim tem que atualizar o mapa da cidade a cada três meses.

As autoridades da capital estabeleceram em 2002 um plano de conservação de 25 áreas históricas, mas houve pouco empenho na preservação dos hutongs, vistos por muitos dos tecnocratas comunistas como símbolo do passado que eles querem deixar para trás, da tradição imperial à pobreza que marcou a maior parte do século XX. Com a aproximação da Olimpíada e o aumento do número de turistas estrangeiros, os burocratas perceberam que os hutongs são uma das principais atrações locais, tendo em vista sua carga histórica e vestígios que carregam da China antiga. Os que sobreviveram passaram por uma feroz restauração e cada vez mais são endereço de restaurantes, bares e lojas moderninhos, que com o tempo tendem a expulsar os moradores locais com a inflação de preços que provocam e a descaracterização de seu estilo de vida.

A Olimpíada já passou, mas Pequim continua mergulhada em inúmeras construções grandiosas, com as quais se transforma em uma metrópole de ar ocidental. As obras são levantadas em tempo recorde por um exército de operários que recebem menos de US$ 200 por mês e trabalham de domingo a domingo.

Na corrida para se transformar em uma cidade internacional e assombrar o mundo durante a Olimpíada, Pequim também construiu edifícios emblemáticos, cuja grandiosidade, ousadia e modernidade refletem a imagem que a potência ascendente quer ter. Todos os projetos foram concebidos por arquitetos estrangeiros consagrados, escolhidos em concursos internacionais badaladíssimos.

Os Japoneses

Célia Sakurai é a autora do livro *Os Japoneses* (Coleção "Povos e Civilizações", publicado pela Editora Contexto em 2014), ganhador de Prêmio Jabuti.

Em sua apresentação, o editor comenta que “é grande a tentação de ficar nos estereótipos quando se trata de japoneses. São disciplinados e limpos para uns, silenciosos e desconfiados para outros. Os amantes de lutas marciais lembram dos xoguns e dos samurais, os executivos se recordam do modo japonês de administrar. As mulheres seriam gueixas submissas ou, antes,
mulheres modernas que desejam maridos com salário e estatura elevados, de preferência muito ocupados para lhes propiciar mais liberdade?”

De algum tempo para cá, os japoneses passaram a nos dar uma impressão de grande familiaridade. Em alguns estados brasileiros a presença de seus descendentes é bastante expressiva, principalmente em algumas atividades. Todos temos eletroeletrônicos japoneses em casa, muitos possuem carros japoneses nas garagens, alguns possuem niseis e sanseis em suas famílias. A comida japonesa perdeu há muito o status de exotismo (há mais restaurantes japoneses em São Paulo do que churrascarias) e é motivo de orgulho de gastrônomos saber o nome dos peixes em japonês.

Contudo, a familiaridade não tem sido suficiente para destruir os estereótipos. O objetivo deste livro é exatamente o de mostrar quem são os japoneses, a partir de um olhar sobre a sua história, assim como das práticas culturais que desenvolveram ao longo de séculos. Caminha dos mitos de origem, que ainda povoam o imaginário japonês, até o momento em que a Toyota superou as montadoras americanas e se tornou a maior fabricante de automóveis do mundo, espiando temerosa as concorrentes vizinhas da Coréia e da China. Mostra como os japoneses respeitam e cultuam a natureza em seu país e como podem ser predadores no exterior.

Nele podemos ler como se formou o feudalismo japonês, com a criação das milícias em que o samurai começa a se tornar importante. Apresenta como aparece o xogum, entre 1185 e 1333, formalmente submisso ao imperador, mas muitas vezes mais poderoso do que este. Entende-se a base histórica do espírito de grupo japonês, criada durante a consolidação das comunidades, período em que o coletivo importava mais do que os indivíduos. Passa pela Restauração Meiji, o período de ocidentalização acelerada do país, quando se liquida o último samurai e se estabelecem as bases de um país moderno, sem prejuízo de sua cultura milenar e de seus valores. “Educação pode conviver com tradição”, diziam e provaram os japoneses no primeiro exercício de “antropofagia” (ingestão e deglutição) que se repetiria depois no pós-guerra.

O final do século XIX encontra um Japão nacionalista. Confinados numa ilha superpovoada e com poucos recursos naturais, os japoneses inflam sua autoimagem e começam sua fase de expansão atrás de espaços que consideravam vitais. A humilhante derrota final, depois de festejadas vitórias iniciais, iria abalar profundamente a crença dos japoneses na propalada divindade do imperador e predispor o povo a um período de desarmamento e paz. As bombas atômicas, despejadas em duas de suas cidades, ajudaram a convencer os relutantes.
O pós-guerra é um período difícil. Sobreviver era necessário e para isso foi preciso recorrer à proverbial capacidade de organização do povo. Alguns fatores ajudaram os japoneses, como a Guerra Fria (que rapidamente transformou ex-aliados em inimigos e ex-inimigos em aliados), assim como as guerras da Coreia e do Vietnã. Embora seja impossível adivinhar o que teria acontecido caso os americanos não tivessem esquecido rapidamente todo o ódio que desenvolveram pelos japoneses durante a guerra, é inegável que os sacrifícios, o desprendimento pessoal e a enorme capacidade de absorver a tecnologia e adaptá-la às necessidades da sociedade e do mercado foram os fatores que propiciaram as bases do “milagre japonês”. Em poucos anos os sinais da guerra desapareceram, grandes metrópoles foram reconstruídas e um novo Japão começou a mostrar a sua cara.

Mas não só de Hondas e Toyotas se fez o Japão. Ao lado de produtos e mercadorias, os japoneses exportaram seus mitos, seus samurais, seus monstros. Não há criança que não conheça os Power Rangers da vida, os assustadores e divertidos Godzillas, os Pokémons. De receptores culturais, os japoneses, agora ricos e poderosos, tornaram-se exportadores de bens culturais num universo globalizado e pop.

Não falta neste livro um capítulo especial sobre os japoneses fora do Japão, particularmente no Brasil, a maior colônia do mundo. Afinal, Célia Sakurai, historiadora e antropóloga brasileira, a quem a Editora Contexto encomendou esta obra, é, ela mesma, de origem japonesa.

Destacaremos, em uma série de posts, dois momentos de decisões cruciais que alterariam o rumo do país de maneira irreversível: o primeiro é o rumo à modernização da Era Meiji (1868-1912) e o segundo é o pós-guerra, quando o Made in Japan dos anos 1950 ao século XXI levou a economia japonesa se tornar a com o segundo maior PIB no mundo, só recentemente ultrapassado pelo PIB pelo Paridade do Poder de Compra da China.

**Era Meiji (1868-1912) no Japão: Reformas Econômicas**

Célia Sakurai, autora do livro Os Japoneses (Coleção “Povos e Civilizações”, publicado pela Editora Contexto em 2014), apresenta a Restauração Meiji como a restituição do poder ao Imperador após o xogunato Tokugawa (1603-1867) e o auto isolamento do país com a opção voluntária de fechamento ao contato com o exterior. Ela se pauta por reforma internas, cujo objetivo é adaptar o Japão às exigências do mundo na época, o que implicava em buscar participar com alguma força no circuito capitalista. A meta era criar uma sociedade com condições de inserção e competitividade no mercado mundial, adaptando-se ao padrão tecnológico ocidental. Em
outras palavras, tratava-se de ocidentalizar o Japão e sua economia, aprendendo com os estrangeiros.

Para tirar o atraso histórico, técnicos japoneses foram enviados ao exterior para aprender com os europeus e norte-americanos. Isto implicou no desenvolvimento de um governo que encorajou a modernização diretamente através da construção da integração política, adotando o nacionalismo e disseminando benefícios sociais, principalmente educacionais, para a maior parte da população. Até certo ponto, limitou também os privilégios da antiga casta aristocrática dominante, composta pelos xoguns e seus samurais. Paradoxalmente, resgatou o Poder Imperial para abrir caminho à sociedade industrial!

O objetivo principal não era, de fato, “ocidentalizar”, no sentido de aceitar 100% dos valores dos Estados e da culturas ocidentais, mas sim tornar viável o Japão de valores tradicionais, adotando determinadas inovações. A Restauração Meiji foi mais uma adaptação que uma revolução.

As medidas econômicas estavam basicamente ligadas à centralização da economia em torno de um Estado intervencionista, sob liderança da casta dos sábios-tecnocratas. No entanto, esta favorecia os interesses da casta dos comerciantes. O governo, em ritmo acelerado:

1. apoiou a iniciativa privada,
2. ampliou a rede de transportes (estradas de ferro e transporte a vapor) e comunicações (telégrafos em 1869, correio postal em 1871, primeiro jornal em 1870, regulamentação da imprensa e opinião pública em 1875),
3. instituiu o monopólio em setores básicos da economia, e
4. consolidou um sistema bancário (Banco Nacional em 1873, Banco do Japão em 1882, 204 bancos privados em 1883, padrão-ouro em 1871, Bolsa de Valores de Tóquio em 1878).

O governo instituiu Ministérios, estabelecendo regras com relação ao funcionamento interno do país. Os postos do novo Estado foram preenchidos por representantes dos feudos das províncias que haviam liderado a Restauração.

No setor fundiário, realizou-se uma reforma agrária, quebrando a antiga estrutura fundiária e permitindo-se o arrendamento e a venda de terras. Houve a abolição das instituições feudais e a conversão dos feudos em prefeituras administradas por funcionários nomeados pelo governo central. A
Reforma dos Impostos Territoriais, em 1873, permitiu que os tributos agrários cobrissem os subsídios estatais à indústria emergente.

O desenvolvimento precoce da indústria manufatureira têxtil no Japão permitiu que, embora tenha ocorrido um encolhimento do ramo de fiação, a tecelagem com o uso de fio importado tornasse competitiva diante do tecido estrangeiro. Os japoneses também se dedicaram a desenvolver o ramo de processamento de alimentos e bebidas em meados do século XIX.

Paralelamente à produção de bens de consumo não-duráveis, o Japão passou a desenvolver setores da indústria pesada com a elaboração de maquinário e motores, para a construção de ferrovias e trens, portos e estaleiros, centrais elétricas. Buscou-se a tecnologia de ponta ocidental. Ao aprender com estrangeiros, os japoneses procuravam adaptar e melhorar técnicas e equipamentos para, em seguida, fabricar suas próprias máquinas.

A economia, depois da longa era anterior de fechamento, abriu-se para o comércio exterior, disputando mercados. O Japão, que ocupava uma posição inferior à da China e Índia, concentrou capital e incentivou por meio de subsídios as indústrias em desenvolvimento, explorando o dumping para expandir a produção de tecidos, tomando a liderança mundial da China.

A ideologia desenvolvimentista incentivava investimentos industriais e viagens de estudo e pesquisa, apelando para trabalhadores e empresários dedicarem-se à causa nacional. Isto mesmo em situação de trabalho árduo, baixos salários, abusos e maus-tratos. A pressão para trabalhar era não só para não se prejudicar ou a sua família, mas também levando em conta a Nação. Foram assim fatores determinantes do desenvolvimento industrial relativamente rápido do Japão:

1. o patriotismo,
2. a qualificação dos trabalhadores, e
3. a disciplina do trabalho de equipe supervisionado.

Em 1882, houve privatização, isto é, a venda de empresas que estavam sob tutela estatal para grupos privados, por exemplo, os estaleiros da Nagasaki para a Mitsubishi, a tecelagem de seda para a Mitsui, cimento para o Furukawa, minas para Asano e Kuhara. Para ser um país rico, justiçava-se, o governo deve amparar as indústrias estratégicas necessárias até obter condições de entregá-las ao setor privado, para o Estado se dedicar somente a criar e manter um exército forte, uma polícia eficiente e uma educação que contemple a todos. Essas grandes empresas privatizadas fortaleceram os zaibatsu para a expansão territorial do Estado japonês na Ásia.

Era Meiji (1868-1912) no Japão: Reformas Sociais

Célia Sakurai, autora do livro Os Japoneses (Coleção "Povos e Civilizações", publicado pela Editora Contexto em 2014), afirma que, como fez com a economia, o governo japonês foi impondo regras à sociedade a partir de decretos. As Reformas do Período Meiji regulamentaram a vida social de maneira compulsória, através de leis e decretos de cima para baixo. As regras de funcionamento da sociedade passaram a ser uma questão de Estado.

Rromperam a rígida estrutura social do passado. Todos habitantes passaram a ser considerados cidadãos com direitos e deveres. O alargamento dos direitos da cidadania à população foi considerado imprescindível para a instauração da modernidade ocidental no extremites-oriente.

Por exemplo, a partir de 1870, cada família passou a ter um sobrenome próprio. Antes, o nome da família do senhor feudal e o lugar do nascimento é que identificavam os indivíduos.

Os samurais, em 1876, foram obrigados a suprimir todos os sinais externos de seu antigo status: espadas e o penteado. A partir de então, a igualdade era a promessa, sem os privilégios concedidos antes aos samurais, que viviam de renda e/ou koku de arroz, quando seu status era logo abaixo dos senhores de terra. Viviam à espera de qualquer requisição de seus serviços de casta dos guerreiros, mas durante todo o xogunato Tokugawa (1603-1867), eles nunca tiveram que se expor em grandes lutas...

As Forças Armadas tinham grande prestígio e poder na nova ordem. Desde o início, eram independentes do governo civil, inclusive com orçamento militar autônomo. Em um “governo duplo”, o comandante supremo delas era o Imperador. O Exército e a Marinha serviram também para fomentar a identidade nacional. O serviço militar tornou-se obrigatório e universal (não só para membros da casta dos guerreiros e aristocratas), uniformizando e disciplinando os cidadãos masculinos.
Em 1872, foi decretada a educação compulsória. Assim como as Forças Armadas, a educação deveria receber prioridade na construção do novo modelo de país. Foi concebida como uma missão nacional. As autoridades argumentavam que a riqueza e o poder do país como um todo seriam prejudicados se as pessoas comuns fossem iletradas.

No início, muitas famílias pobres se revoltaram contra a necessidade de escolarização dos filhos, porque não poderiam mais contar com a contribuição das crianças no orçamento familiar. Porém, acabou vencendo o argumento do sacrifício necessário pela pátria.

As escolas serviram, igualmente, à promoção da disciplina, da obediência, da adaptação a horários e da subserviência ao Imperador. Fomentaram a identidade nacional japonesa, minando provincianismos e antigas distinções sociais com a qualificação de todos os cidadãos igualmente. Ética, virtude, moralidade, poupança e patriotismo era temas obrigatoriamente conhecidos pelos estudantes. Ensinavam modos de servir à pátria.

Observando o que era feito no Ocidente, os educadores colocaram uma ênfase maior nas Ciências em detrimento da tradição como fonte de conhecimento, embora com o ensino contrabalançado pelo moralismo do tipo tradicional. Destacaram o ensino também de línguas estrangeiras modernas como o inglês.

Em uma sociedade em que a hierarquia por idade era muito valorizada, a perda de controle dos pais sobre a educação dos filhos era potencialmente revolucionária. Mas o “amor ao conhecimento” era um preceito ligado ao budismo e ao confucionismo. O empenho do governo com educação em massa proporcionou uma transformação radical com consequências importantes na economia nacional, nas relações sociais e familiares, nos modos de encarar a infância.

Em 1900, a sociedade japonesa estava ainda pobre e não contava com todas as escolas primárias de que necessitava para atender adequadamente sua população em idade escolar. Os adolescentes ainda constituíam 15% da força de trabalho das fábricas. O Estado investiu no ensino secundário e universitário, com a preocupação de educar jovens homens com talento para especializações técnicas necessárias à industrialização. Para as meninas, enfatizava-se uma educação que as tornasse boas esposas e mães sábias.

Nos anos entre o início da Era Meiji (1868) até o fim da guerra em 1945, as mulheres foram incentivadas a gerar filhos pensando no progresso da Nação que se formava e, mais tarde, como contribuição às Forças Armadas. O número de filhos nesse período chegava à média de cinco por família. Os
casamentos em todos os estratos sociais continuavam a não ser frutos de escolha pessoal, mas sim intermediados por alguém. Não eram “casamentos românticos” como se imaginava ser “por amor” no Ocidente.

A rotina masculina era (e ainda é) trabalhar muito tempo, chegar tarde da noite exausto com os filhos já dormindo e, no dia seguinte, repetir tudo de novo. Durante os dias úteis, o pai não faz nenhuma refeição com a família. O diálogo com a esposa se restringe basicamente a assuntos ligados aos filhos. As escolas cuidam da educação deles, dos quais os pais exigem elevada performance escolar “para honrar os antepassados que tanto sacrificaram por eles”. O ideal é que o marido ausente se mantenha empregado com salário condizente e que não solicite os favores da mulher, cuja obrigação é manter o bem-estar doméstico do marido com casa-comida-e-roupa-lavada.

Os japoneses encaram a vida de modo diferente dos ocidentais. Nada para japonês é 100%: nem a felicidade, nem a infelicidade. O casamento não significa uma totalidade, mas o preenchimento de uma parte da vida de cada um dos cônjuges. Há uma separação dos diferentes papeis que cada indivíduo exerce, um dos quais é ser parte de um casal. Talvez por isso seja baixa a taxa de divórcios no Japão se comparada a sociedades ocidentais...

Made in Japan dos anos 1950 ao século XXI

Célia Sakurai, autora do livro Os Japoneses (Coleção "Povos e Civilizações", publicado pela Editora Contexto em 2014), coloca-se a questão-chave: como o Japão conseguiu criar em pouco mais de uma década toda a tecnologia que exibiu com orgulho para o resto do mundo?

Por mais paradoxal que pareça, sua condição de país derrotado na II Guerra Mundial, mas com posicionamento estratégico no contexto da Guerra Fria, teve a ver com esse sucesso. A renúncia oficial às atividades bélicas abriu caminho para que os investimentos se voltassem aos produtos para o consumidor.

Também grande parcela dos recursos do país foi investida para criar condições de apoio ao desenvolvimento das indústrias:

1. no campo da siderurgia e de outras indústrias de base,
2. na garantia do fornecimento de energia,
3. no melhoramento das estruturas de transportes,
4. nas redes de telefonia e telecomunicações.
O incentivo aos estudos já era tradição japonesa desde o início da Era Meiji. No pós-guerra, sob a bandeira da reconstrução do país, a educação adquire uma nova modalidade nacionalista, dessa vez pacífica e produtiva.

Os melhores estudantes passaram a ser premiados com vagas nas universidades e com garantias de emprego vitalício nas empresas. Em poucos anos, o número de pesquisadores japoneses colocava o país dentre os mais destacados em vários campos, principalmente aqueles voltados à tecnologia. Até hoje o Japão é um dos países que mais formam engenheiros.

O Conselho Científico do Japão, subordinado diretamente ao Primeiro Ministro, dava as diretrizes estratégicas para o planejamento. A Agência de Ciência e Tecnologia acolheu as demandas do setor privado e se responsabilizou por desenvolver a “alta ciência”: energia nuclear, atividades espaciais como satélites meteorológicos, de comunicação, oceanográficos, e tecnologia marítima.

Há certa autonomia na incorporação da tecnologia, pois os centros de pesquisa responsáveis pelas inovações feitas nos produtos fabricados, nos materiais e nos métodos de fabricação estão dentro das próprias empresas que atuam no mercado. Eles voltavam-se, exclusivamente, para desenvolver produtos com fins de exploração comercial. Importaram os conhecimentos desenvolvidos em outros países avançados e os aplicaram. Havia a tendência de dar prioridade ao prático e imediato.

A máxima de que “o Japão não cria, só copia” tinha sentido só quando houve urgência em levantar a sua economia no pós-guerra. Então, não havia tempo para a pesquisa básica, para desenvolver teorias, mas apenas para aplicá-las. Depois dessa fase inicial, desenvolveu-se a preocupação em “criar” tecnologia.

As condições históricas da reconstrução do país direcionaram todos os esforços para o trabalho. A ideologia do trabalho tornou-se motivo de orgulho nacional que impulsionou os japoneses na direção do desenvolvimento industrial do país.

A autoestima e a qualidade de vida da população foi melhorando paulatinamente com os progressos na aplicação de novas tecnologias e com a sua exportação. A distribuição relativamente igualitária da renda e os investimentos na escolaridade, por sua vez, contribuíram para o sucesso econômico do país como um todo.

Para fazer do Japão “uma barreira contra o comunismo”, tanto o soviético, quanto os dos vizinhos chineses e coreano-do-norte, as forças da ocupação norte-americana, entre 1945 e 1952, minimizaram as retaliações ao
derrotado e adotaram medidas que ajudaram a acelerar a reconstrução do país. Foi fundado o Banco da Reconstrução com capital para reerguer as indústrias química, pesada, siderúrgica e naval. O período da ocupação direcionou o Japão para a sobrevivência econômica e a democracia liberal.

O Estado foi conduzido de maneira a trabalhar em conjunto com a iniciativa privada. O crescimento econômico alicerçou-se em duas bases principais: a iniciativa das empresas e o planejamento indicativo governamental. Ao governo cabia planejar, determinar as metas e ajudar a iniciativa particular a operá-las.

Houve reforma no sistema bancário com a criação de um novo Banco do Japão, subordinado ao Ministério das Finanças, e o controle dos bancos comerciais que antes da guerra estavam nas mãos dos zaibatsu. O Banco do Fomento do Japão foi criado em 1951.

Foram elaborados planos específicos para setores estratégicos. No final dos anos 1950, o incremento baseou-se no fortalecimento das indústrias básicas e das novas (eletrônicas, automóveis, de precisão), que receberam no Japão o dobro de incentivos governamentais que as indústrias nos Estados Unidos e na Europa na mesma época.

No estudo do case japonês, no período 1950-1989, que alçou o Japão derrotado ao posto de segunda potência econômica mundial, ultrapassando os países de capitalismo maduro europeus, denominou-se de “milagre japonês”. Ao buscar suas causas, depararam-se com particularidades culturais do povo.

Os japoneses, educados sob determinados valores, uniram-se em torno de objetivos comuns, que determinaram ações coletivas que elevaram o orgulho nacional, desde as campanhas de austeridade dirigidas pelo governo, todos procuraram colaborar com a elevação da poupança doméstica. A casta dos sábios mostrou-se capaz de absorver informações e inovar no campo da tecnologia.

Os altos níveis de educação formal, além da disciplina e do tradicional respeito às hierarquias, também são apontados como vantagens da sociedade japonesa. Seu espírito associativo deriva-se da filosofia confucionista, para a qual “o sucesso de um é o do outro também”, e defende que a harmonia social e o consenso político e corporativo devem ser buscados a todo custo. As empresas concedem vantagens aos empregados, como emprego vitalício, melhores salários e participação nas decisões, desde que os trabalhadores respondam com lealdade e dedicação exclusiva.
Para tornar possível o “milagre econômico” japonês (1945-1989), somaram-se às ações governamentais e ao compromisso coletivo com a modernização uma ética que valorizava o trabalho e um conjunto de crenças baseadas em elementos tradicionais da cultura japonesa compartilhados por praticamente toda a Nação. Nessas crenças, encontra-se a ideia de que o coletivo está acima do indivíduo. Há um forte senso de obrigação recíproca.

Célia Sakurai, autora do livro Os Japoneses (Coleção “Povos e Civilizações”, publicado pela Editora Contexto em 2014), defende a tese de que o capital humano é que fez, de fato, a diferença no Japão. Argumenta que, lá, os trabalhadores desenvolveram um senso de “dever ser útil” o tempo todo. Para entregar o pedido no prazo certo, eram capazes de dormir no emprego!

Sindicatos negociavam aumentos salariais de antemão com a administração, evitando greves que seriam prejudiciais à empresa como um todo. Mesmo hoje, dificilmente funcionários mudam de empresa em busca de melhores salários ou de progressão na carreira mais rápida. Além da relação contratual, estabelecem uma ligação emocional com seu emprego; sair dele significa “deixar de pertencer”.

Os trabalhadores, recrutados logo que saem do colégio ou da universidade, têm disponibilidade para aceitar a “cultura da empresa”, disposto para ela até a fazer sacrifício da vida pessoal e/ou familiar. Segundo o pensamento dominante, é no local de trabalho que se obtém autoestima e satisfação com o reconhecimento profissional do artífice. Este é o trabalhador, o operário ou o artesão que produz algum artefato ou que professa alguma das artes. Ele executa sua arte consoante as encomendas que recebe. É quem inventa ou cria alguma coisa, podendo assinar como autor, seja de trabalho manual, seja de trabalho intelectual.

Se o trabalhador não é alienado, interessando-se pelo produto de seu trabalho, sua empresa é vista como “uma família” e o empresário como seu “chefe natural”. É quase um “pai-patrão”...

Uma questão levantada pela autora é se com o avanço do individualismo liberal e do consumismo desenfreado das sociedades ocidentais como modelo universal, será que em um futuro próximo os japoneses terão a mesma disponibilidade de abrir mão de suas vontades pessoais em nome de apelos patrióticos pelo bem da economia nacional?

Desde a modernização Meiji, os japoneses se defrontaram com um conjunto de valores vindos do Ocidente no qual o individualismo era um dos
mais difíceis de ser entendido e incorporado. Antes, em sociedade predominantemente rural, o indivíduo estava atado à família e à comunidade local. Os grupos dentro das aldeias predominaram até o problema da liberdade individual ter sido colocado pelos “bárbaros ocidentais” opositores das Monarquias Absolutistas.

A partir do período Meiji até a II Guerra Mundial, houve um esforço para abafar as tentativas de adotar o individualismo à moda ocidental, enfatizando o pertencimento dos indivíduos aos grupos como um valor e um dever. O Imperador ficava no centro de um circuito de deveres e obrigações de cunho moral e religioso.

Qualquer manifestação que fugisse às regras era prontamente cortada. Quanto maior a fidelidade aos projetos da Nação japonesa, maior o reconhecimento e maior a satisfação pessoal.

A transgressão a essas regras era considerada uma traição à Nação e aos antepassados. Isso colocava cada indivíduo atado ao círculo familiar, à escola e ao trabalho. Em um sistema rígido de diferenciação social, quase não havia possibilidade de sair do status social adquirido no nascimento.

No processo de modernização, todos os japoneses passaram a ser considerados iguais por lei. Mudanças na maneira de cada indivíduo a se localizar socialmente foram impostas de baixo para cima e tiveram que ser colocadas em prática.

Porém, até hoje, os japoneses têm associações que nasceram no tempo das aldeias. Elas se baseiam na cooperação entre seus membros. Existe uma hierarquia que é respeitada e obedecida sem restrição. Cada membro tem uma função perante o coletivo.

O bem comum significa produzir e cumprir com as obrigações. Com a instituição de um fundo financeiro comum, os participantes recebem crédito quando necessitam.

Pela maneira como funciona a maioria das empresas japonesas, há uma reprodução do antigo cooperativismo na cultura empresarial. O trabalhador japonês se considera parte da empresa e, como tal, conhece o seu funcionamento, é chamado para opinar, desde o escalão inferior, e recebe bônus semestrais (PLR - Participação no Lucro e Resultado) que se adicionam ao seu salário.

Ele vê a empresa como extensão de sua família sem risco de ser demitido até a aposentadoria. Se requisitado, dispõe-se a mudar de cidade ou de país, muitas vezes deixando a família. Nas happy-hours, após o trabalho,
vão para bares trocar ideias que acabam sendo uma extensão da prática de
dar tudo de si pelo trabalho.

Desde a época feudal até o século XX, as comunidades mantinham o seu
equilíbrio assentado na obediência de cada um às normas da coletividade.
Pelo não cumprimento de uma ordem, as sanções comunitárias afetavam toda
a família, com o “nome sujo” dificultando arranjar casamentos para todos os
membros. Nas escolas, no trabalho e até mesmo dentro de casa, os japoneses
se veem diante da imposição de regras que identificam a sua inserção nos
grupos.

Os estudantes japoneses usam uniformes até a entrada na faculdade.
Os empregados de escritório vestem-se com ternos todos parecidos. A
transgressão no mundo do século XXI não é castigada como no passado das
aldeias, mas continua sendo malvista pela sociedade. Os jovens de cabelos
coloridos com roupas extravagantes chamam a atenção, mas não incomodam
porque não subvertem a ordem. Ao atingir uma certa idade e quando
adquirem outro status dentro da sociedade, os membros desse grupo
espalhafatoso se afastam e se enquadram, deixando de ter sinais chamativos
para si...

BIBLIOGRAFIA

ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no
cristianismo e no islamismo (Tradução: Hildegard Feist). São Paulo:
Companhia das Letras; 2001.

COSTA E SILVA, Alberto da. A Enxada e a Lança - A África Antes dos

COSTA E SILVA, Alberto da. Francisco Félix de Souza, Mercador de Escravos.

COSTA, Florência. Os Indianos (Coleção Povos & Civilizações). São Paulo:
Editora Contexto; 2012.

DEMANT, Peter. O Mundo Muçulmano (Coleção Povos & Civilizações). São

DIAMOND, Jared. Colapso – Como Sociedades Escolhem o Fracasso ou o


HOURANI, Albert. Uma História dos Povos Árabes. São Paulo: Companhia de
Bolso; 2006. 704 p.


SOBRE O COMPILADOR


Palestrante com mais de duzentas palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos, etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional, atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Brasil Debate e CartaMaior.

Seu blog Cultura & Cidadania, desde 22/01/2010, recebeu mais de 7,5 milhões visitas.

(https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/)